



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA



RICARDO MENEZES SANTOS

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – NPGEO/UFS – para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristóvão/Sergipe

2012

SE PLANTA E COLHE ALIMENTOS NESTE SERTÃO: Resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto da soberania alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof.^a Dr.^a **Alexandrina Luz Conceição** (NPGeo/UFS)

1º Examinador: Prof.^a Dr.^a **Marleide Maria Santos Sérgio** (DG/UFS/Itabaiana)

2º Examinador: Prof.^o Dr.^o **Eraldo da Silva Ramos Filho** (NPGeo/UFS)

Mestrando - **Ricardo Menezes Santos**

São Cristóvão/SE, _____ de _____ de 2012.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Ricardo Menezes

S237s Se planta e colhe alimentos neste sertão : resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto da soberania alimentar / Ricardo Menezes Santos ; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, 2012.

252 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Geografia agrícola. 2. Agricultura familiar. 3. Movimentos sociais. 4. Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA – Sergipe. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:635.018:316.44(813.7)

DEDICATÓRIA

Ao Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA pela ousadia em continuar resistindo e acreditando que outro campo é possível;

Aos camponeses que na simplicidade de suas vidas continuam firmes na luta por melhores condições de vida;

À Maria Izabel da Silva – Militante do MPA - que fez da sua história um sopro de vida para os camponeses sergipanos;

À Alexandrina Luz por insistir em continuar nessa frente de luta, trilhando o desafio por uma sociedade mais justa;

Aos meus pais, minha companheira, meu filho e meus irmãos por estarem sempre ao meu lado me incentivando;

À todos aqueles que, na luta contra o capital, de alguma forma “tecem” a esperança para os desvalidos desse mundo.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, **Alexandrina Luz Conceição**, por quem tenho muito respeito e admiração. O seu trabalho tem me encantado por todos estes anos de convívio. Muito mais que uma professora, a sua postura e a sua práxis têm sido fundamentais em meu processo de construção do conhecimento e de atitude diante da vida. Nesta trajetória tenho aprendido contigo, entre outras coisas, que o princípio de homem se dá no coletivo e não no individual e, nesse contexto, observo como a sua incansável luta contra o capital e por uma sociedade menos desigual se dá em cada pequeno gesto, em cada fala, em cada aula, em cada orientação, em cada posição diante dos fatos que vivenciamos. Sempre segura em negar toda forma de corrupção. Isso me inspira a continuar, cria em mim uma nova esperança de não desistir de acreditar... A sua luta de toda uma vida, como diria Bertold Brecht, é imprescindível... Você é muito mais que uma orientadora... Agradeço por me possibilitar avançar um pouco e por respeitar as minhas limitações nesse processo. À você, o meu muito obrigado.

Ao **Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA** pela luta contra a exclusão dos camponeses, por ser um signo da resistência e permanência do camponês.

Aos **camponeses** por compartilharem um pouco de suas vidas, contribuindo para a realização deste estudo.

Ao companheiro **Haroldo José da Silva**, liderança do MPA em Sergipe, homem simples, mas de posição clara, definida. Obrigado pela acolhida, por “abrir as portas” do MPA, mesmo sem me conhecer, desde Vitória da Conquista em 2010, a fim de que eu pudesse dar andamento à pesquisa.

Aos companheiros do MPA: **Elielma, Frank, Gil, Hosana, Inês, Rafaela, Rosalvo e Saulo**, militantes do MPA que muito colaboraram para este trabalho.

Aos irmãos **Saulo Cordeiro** e **Franklin Cordeiro** que deixaram seus afazeres e com paciência “cruzaram” o Alto Sertão comigo em sua motocicleta. Obrigado pelo apoio, vocês foram fundamentais.

À minha companheira de uma vida, **Márcia** que soube lidar com todas as adversidades durante esses anos de mestrado, por me incentivar, acreditar e sempre esperar, esperar e esperar cada sábado e domingo em que eu estava ocupado com a pesquisa. Agradeço-lhe imensamente por tudo, principalmente por assumir as responsabilidades da nossa casa e as angústias do nosso filho com minha ausência. Este trabalho também é seu. Obrigado pelo seu amor.

Aos **meus pais** por não compreenderem direito o significado de um mestrado, mas, mesmo assim sempre me apoiaram.

Ao meu filho **Guilherme** que com seu sorriso me encanta a cada dia.

Ao amigo **Manoel Pedro**, não acreditava ser possível encontrar uma amizade tão sincera. Obrigado Júnior porque você durante esses dois anos foi um suporte para mim, acho que foram poucos os dias em que não nos falamos pelo celular. Sou grato por permitir-me fazer parte de sua vida. Choramos, sorrimos, sofremos e agora dividimos a alegria de concluirmos esta fase de nossas vidas.

Aos amigos do mestrado: Manoel Pedro, Vanessa Paloma, Eliany Dionísio, Danilo, Marcelo e José Renato. Vocês estão ensinando-me o sentido do coletivo.

À amiga **Vanessa Paloma**, não poderia deixar de lembrar-me de ti, estamos nessa peleja desde 2008, tínhamos que entrar e terminar juntos. A sua postura para mim é um exemplo. Obrigado.

À **Eliany Dionísio**, menina simples e de um grande caráter. Obrigado pelas conversas e por ser sempre solícita. Foi muito prazeroso estar com você nesta trajetória.

Ao amigo **Danilo Santana**, homem de uma postura correta. Eu admiro você.

Ao amigo **Carlos Marcelo**, pela força neste tempo tão difícil.

A **Nacelice** pelo carinho que tens por mim.

Aos integrantes do **Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT**, pelas frutuosas discussões: Alexandrina, Carlos Marcelo, Dayse, Eliany, Danilo, Fabrícia, Lucas, Manoel Pedro, Nacelice, Shauane, Thereza Cristina, Vanessa Paloma e Wagnerwalter.

À banca de qualificação representada pelas professoras, **Dr.^a Marleide Maria Santos Sérgio e Dr.^a Eliane Tomiasi Paulino**, tão sérias e atenciosas. Obrigado pelas contribuições tão importantes para o projeto de qualificação e para a construção da dissertação.

Aos amigos **Eduardo Marques** pela tradução dos textos em espanhol, **Hunaldo** pela disponibilidade em ajudar com os mapas, **Danilo** pela arte da capa, **Gracyella** pela tradução para língua estrangeira, **Michel** pela prancheta para o trabalho de campo, **Eliany** pela ajuda com os gráficos e **Márcio** pelos dados da SEPLAN.

Aos professores da UESB: **Sócrates Menezes, Jânio Santos e João** pela acolhida em Vitória da Conquista-BA durante o Encontro Nacional do MPA em 2010.

Aos amigos: **Mônica Cristina e Wesly Thiago** pela calorosa torcida.

Aos colegas do **Colégio Estadual João Batista Nascimento** que estiveram sempre na torcida por este trabalho, especialmente: **Antônio Marcos (Marcão), Cleide Cristina, Gil Robson, Jéssica, Ricardo Loureiro e Rita Beserra**.

À **SEED/SE** que permitiu o afastamento das atividades docentes.

Ao **Núcleo de Pós Graduação em Geografia – NPGeo**, nas pessoas do prof. José Eloísio, prof^a Josefa Lisboa, Everton, France e Vivi pela atenção durante esse período.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa dos territórios da Cidadania	22
FIGURA 2: Mapa da Espacialização do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA pelo Brasil	165
FIGURA 3: Mapa da Espacialização do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA pelo estado de Sergipe	169
FIGURA 4: Criança ajudando no trabalho familiar na unidade de produção	192
FIGURA 5: Irrigação no Perímetro Irrigado Califórnia em Canindé de São Francisco	195
FIGURA 6: Predominância do cultivo de milho nas propriedades camponesas	199
FIGURA 7: Colheita de palma para alimentação do gado	202
FIGURA 8: Criação de gado para sustento da propriedade camponesa	203
FIGURA 9: Cultivos da unidade de produção camponesa no Perímetro Irrigado Califórnia em Canindé de São Francisco	205
FIGURA 10: Trabalho familiar na unidade camponesa dos agricultores no Perímetro Irrigado em Canindé de São Francisco	207
FIGURA 11: Casa construída com recursos do projeto Moradia Camponesa do MPA no Município de Poço.....	219
FIGURA 12: Cartaz da campanha contra o uso de agrotóxico	222
FIGURA 13: Preservação de Sementes Crioulas na unidade de produção do MPA	225
FIGURA 14: Cuidados com as sementes crioulas na unidade de produção do MPA	226
FIGURA 15: Técnicas de gotejamento para o cultivo de hortaliças – MPA	227
FIGURA 16: Camponês do MPA mostrando os resultados da experiência produtiva	228
FIGURA 17: Quintal produtivo, experiência de produção do MPA com uso de técnicas simples	229

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1: Subnutrição em 2009, por Região	106
GRÁFICO 2: Números de Pessoas Subnutridas no Mundo, de 1969-71 a 2009	106
GRÁFICO 3: Número de Pessoas Subnutridas no Mundo desde 1996-1971 até 2010	108
GRÁFICO 4: Subnutrição em 2010, por Região	108
GRÁFICO 5: Brasil: Conflitos no Campo – 1985-1999	166
GRÁFICO 6: Localidade de origem dos camponeses	178
GRÁFICO 7: Estado civil dos camponeses	179
GRÁFICO 8: Permanência dos filhos dos camponeses no campo	180
GRÁFICO 9: Grau de escolaridade dos filhos dos camponeses	181
GRÁFICO 10: Desejo de permanência dos filhos dos Camponeses no campo	182
GRÁFICO 11: Percentual etário dos Camponeses	183
GRÁFICO 12: Camponeses por idade	183
GRÁFICO 13: Formas de propriedade da terra entre os camponeses	187
GRÁFICO 14: Formas de trabalho na unidade camponesa	190
GRÁFICO 15: Produção camponesa	193
GRÁFICO 16: Venda da produção excedente entre os camponeses	194
GRÁFICO 17: Cultivos plantados pelos camponeses	196
GRÁFICO 18: Uso de Mecanização entre os camponeses	207
GRÁFICO 19: Formas de Uso da Mecanização pelos camponeses	207
GRÁFICO 20: Perda da produção de alimentos	208
GRÁFICO 21: Efetividade da atividade agrícola como fonte de renda no sustento da unidade de produção camponesa	209
GRÁFICO 22: Uso de outras atividades para complementação de renda entre os camponeses	209

GRÁFICO 23: Formas de complementação de renda entre os camponeses	210
GRÁFICO 24: Perda da terra	213
GRÁFICO 25: Uso de agrotóxico entre os camponeses	223
GRÁFICO 26: Participação dos camponeses no MPA	232

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Modelo Dominante versus Soberania Alimentar	124
QUADRO 2: Resumo do Censo 2006 – Informativo MPA	132
QUADRO 03: Prioridades no Enfrentamento dos Desafios Para a Produção Agrícola do MPA, 2002 – Condições Para Produzir	153
QUADRO 04: Prioridades no Enfrentamento dos Desafios Para a Produção Agrícola do MPA 2002 – Condições Para Morar e Viver	153
QUADRO 05: Organização do MPA	164

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Produção de Feijão (Quantidade Produzida) no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010	171
TABELA 02: Produção de Mandioca (Quantidade Produzida) no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010	171
TABELA 03: Produção de Milho (Quantidade Produzida) no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010	172
TABELA 04: Área Plantada de Milho no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010.....	172
TABELA 05: Área Plantada de feijão no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010	173
TABELA 06: Área Plantada de Mandioca no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010	173

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FMI – Fundo Monetário Internacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC – Organização Mundial do Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

UDR – União Democrática Rural

EPÍGRAFE

Constitui, pois, a luta contra a fome, concebida em termos objetivos, o único caminho para a sobrevivência de nossa civilização, ameaçada em sua substância vital por seus próprios excessos, pelos abusos do poder econômico, por sua orgulhosa cegueira – numa palavra, por seu egocentrismo político, sua superada visão ptolomaica do mundo.

“Mas não é agindo apenas sobre o corpo dos indivíduos, degradando-lhes o tamanho, mirrando-lhes as carnes, roendo-lhes as vísceras e abrindo-lhes chagas e buracos na pele, que a fome aniquila o homem. É também atuando sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social.

No estudo da influência da fome sobre o comportamento humano devemos considerar, em separado, a eventualidade da fome aguda das épocas de calamidades e a da fome crônica, latente ou específica.

Nenhuma calamidade é capaz de desagregar, tão profundamente e num sentido tão nocivo, a personalidade humana como a fome, quando atinge os limites da verdadeira inanição.

Fustigado pela necessidade imperiosa de comer, o homem esfomeado pode exibir a mais desconcertante conduta mental. Seu comportamento transforma-se como o de qualquer outro animal submetido aos efeitos torturantes da fome (...).

(Josué de Castro).

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a unidade de produção familiar camponesa, a partir do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Para atender este objetivo foi realizado um resgate histórico do MPA, sua organização, sua espacialização, sua relação com a Via Campesina. Focalizamos nossa pesquisa no Território do Alto Sertão Sergipano que se configura como o território de história de luta da permanência da unidade familiar de produção camponesa e sua vinculação com o MPA na construção do Projeto de Soberania Alimentar. A opção do método do materialismo histórico dialético possibilitou a análise do processo histórico, tendo como premissa que, ao fazer história em condições determinadas os homens passam a serem determinados e determinantes da/pela natureza, e pelos outros homens. Os homens como sujeitos históricos aparecem não como fragmentos, mas articulados no conjunto das estruturas e conjunturas em que estão inseridos. Neste movimento foi possível entender como, no campo, o capital, sustentado pelo Estado, se reproduz a partir das relações não capitalistas de trabalho, e contraditoriamente possibilita a reprodução campesina que resiste à reestruturação produtiva que se estabelece desde a década de 1970 e intensificada nos últimos anos com a financeirização econômica com o modelo do Agronegócio. A pesquisa revelou que o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, originado no Sul do Brasil, durante a década de 1990, e em Sergipe em 1999 se coloca como um signo de força do campesinato ao defender e assumir a luta pela Soberania Alimentar. As concepções e as ações do MPA no campo em Sergipe e no Brasil, mesmo diante das limitações impostas pelo sistema do capital e pelo Estado, prioriza a luta contra a redução da fome e da miséria, compreendendo que estas passam diretamente pelo direito ao alimento garantido no território camponês. A proposta da Soberania Alimentar é uma alternativa de ruptura das políticas agrícolas neoliberais impostas pela Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, para a viabilização de outra forma de produção no campo em um projeto de garantia de alimentos para a população. Com a Soberania Alimentar toda uma conjuntura é entrelaçada: produção local, alimento livre de agrotóxico, equidade de preço, acesso ao alimento, redução da pobreza, reforma agrária. Enfim, a restituição do controle dos bens naturais (como a terra, a água e as sementes) às comunidades, contra a privatização da vida imposta pela lógica do capital.

Palavras-Chave: Unidade de produção familiar camponesa, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Soberania Alimentar, Território Camponês.

ABSTRACT

This dissertation has the objective of analyze the production unit of the rural family, from the Small Agriculture Movement – MPA. To reach this objective, a historic study of the MPA was carried out, its organization, specialization, its relation with the rural way. We focused our research in the territory of the High back-country of Sergipe, which configures as a historic territory of permanence struggle of the rural production unit and its link with the MPA in the construction of the Feeding Sovereignty project. The option of the dialectic historic materialism method made possible the analysis of the historic process, realizing that, when making history in specific conditions, men start being determined and determiners from/by the nature and other men. Men, as historic individuals, appear not as fragments, but articulated in the group of structures and conjunctures in which they are inserted in. In this movement, it was possible to understand how, in the field, the capital, supported by the State, reproduces itself from the non capitalist relations of work, and contradictorily makes possible the rural reproduction that resists the productive restructuration established since the 70's and intensified in later years with the economic model of agro business. The research revealed that the MPA, originated in the South of Brazil, during the 90's and in Sergipe in 1999, places itself as a sign of the rural power when it defends and assume the fight for the Feeding Sovereignty project. The conceptions and actions of the MPA in the field in Sergipe and in Brazil, even facing limitations imposed by the capitalism system and by the State, prioritize the struggle against hunger and poverty, understanding that they pass directly under the right of feeding assured in the rural territory. The Feeding Sovereignty proposition is an alternative of rupture from the neoliberal agricultural policies imposed by the Business World Organization (OMC), World Bank (BM) and the International Monetary Fund (FMI), to make possible other form of rural production in a project that assures food for the population. With the Feeding Sovereignty, all a conjuncture is combined: local production, agro toxic free food, price equality, food access, poverty reduction, land reform. In the end, the restitution of the natural resources control (such as land, water and seeds) to the communities, against the life privatization imposed by the logic of capital.

Key-words: production unit of the rural family, Small Agriculture Movement – MPA, Feeding Sovereignty, Rural Territory

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
LISTA DE FIGURAS	iv
LISTA DE GRÁFICOS	v
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
EPÍGRAFE	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I: A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NA LÓGICA CAPITALISTA	32
.	
1.1 Camponeses: Classe em (Re) Produção, Sujeitos Históricos na Contramão do Capital	34
1.2 A Terra como Condicionante da Unidade de Produção Familiar Camponesa	40
1.2.1 A Realização do Capital a partir do Uso da Terra: a relação de produção não capitalista como definidora da garantia do lucro e da contraditória resistência do campesinato	48
1.3 A Negação do Pequeno Produtor Camponês no Brasil a partir do Contrato entre Classes: o consórcio nacional entre Terra e Capital	55
CAPÍTULO II: A REESTRUTURAÇÃO DO CAMPO NA CONFORMAÇÃO DO MODELO DO AGRONEGÓCIO SOB A “MÃO (IN) VISÍVEL DO ESTADO”	63
2.1 Reestruturação Produtiva: a financeirização da economia no campo	63
2.2 A Sujeição do Campo aos Interesses do Capital a partir da Reestruturação Produtiva	70
2.3 O Agronegócio como Estratégia de Acumulação Ampliada do Capital	72

2.4 O Protagonismo Subserviente do Estado para o Processo de Dominação do Capital	81
---	----

CAPÍTULO III: A SOBERANIA ALIMENTAR COMO ALTERNATIVA ÀS FORMAS DESTRUTIVAS DO CAPITAL	94
--	----

3.1 A Crise de Alimentos e a Fome como Resultado da Estrutura Perversa de uma Agricultura de Mercado	96
--	----

3.2 A Fome na Configuração da Geografia do Capital: acumulação e miséria na produção do espaço.....	103
---	-----

3.3 Da Insegurança ao Conceito de Soberania Alimentar: uma leitura não capitalista	119
--	-----

3.4 Agronegócio e Fome versus Produção Camponesa e Soberania Alimentar no Brasil	126
--	-----

3.5 A Reforma Agrária como Premissa de Garantia da Soberania Alimentar	133
--	-----

CAPÍTULO IV: O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA NO PROCESSO DE ESPACIALIZAÇÃO CAMPONESA: UMA LUTA CONTRA O CAPITAL	142
--	-----

4.1 O Plano Camponês como Estratégia do MPA para a Garantia do Campesinato no Campo	154
---	-----

4.2 A Espacialização do Movimento dos Pequenos Agricultores em Sergipe	166
--	-----

CAPÍTULO V: A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA E O AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO: PERMANÊNCIA E A RESISTÊNCIA DO MPA NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO	176
---	-----

5.1 O Movimento dos Pequenos Agricultores e a Soberania Alimentar: outra perspectiva para o campo sergipano	213
---	-----

5.1.1 Ações do Movimento dos Pequenos Agricultores para a Consolidação da Soberania Alimentar	217
---	-----

5.1.1.2 Moradia Camponesa	217
---------------------------------	-----

5.1.1.3 Campanha contra o uso de Agrotóxicos	219
--	-----

5.1.1.4 Preservação das Sementes Crioulas	225
---	-----

5.1.1.5 Quintais Produtivos	227
5.2 O Movimento dos Pequenos Agricultores na Busca da Configuração do Território do Campesinato	230
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	243
ANEXO	
ANEXO 1	

INTRODUÇÃO

A reprodução ampliada do capital no processo de financeirização da economia reorienta novas formas de acumulação em todos os países, principalmente naqueles que historicamente estão sujeitados como fornecedores de matérias-primas. Assim, a lógica definida é a intensificação da usurpação da riqueza para a formatação contínua do lucro, privilegiando os grupos financeiros que atuam em uma multiplicidade de setores, em detrimento da população desprovida das condições materiais de existência, marginalizada socialmente.

No campo esta situação é confirmada a partir da presença da industrialização. O que no passado o próprio sistema produtor de mercadorias separou, na atualidade unifica com a finalidade de promover a ampliação da mais valia. Desse modo, o desenvolvimento da agricultura capitalista tem possibilitado a apropriação da renda da terra pelos detentores do capital, ao mesmo tempo em que propicia, em muitas instâncias, a concentração da propriedade fundiária.

A terra foi submetida às leis de mercado e do lucro sob o signo determinante da produtividade e atualmente sob a estratégia de acumulação do agronegócio que tem se expandido sustentado pelas grandes empresas multinacionais do sistema agroalimentar. Nesse contexto tem sido difundida a ideia de que a produção agropecuária deve servir ao mercado e, ao controle da cadeia produtiva realizado pelas transnacionais. Esta discussão levanta uma problemática no que se refere à produção de alimentos para o consumo humano. Segundo Gonçalves e Alentejano (2008), no ano de 2007 mais de 50% da produção mundial de grãos foi destinada ao consumo animal e para a produção de combustíveis, o que demonstra a “(ir) racionalidade da submissão da produção de alimentos às regras do mercado” (GONÇALVES e ALENTEJANO, 2008, p. 2).

Mesmo com toda sustentação dada ao agronegócio, os recordes de safras e todo o seu destaque na mídia, a crise de alimentos tem se estampado no planeta com a crescente problemática da fome. Segundo os relatórios da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO (2008, 2009, 2010 e 2011) é crescente o quantitativo de pessoas sem acesso ao alimento. Segundo estimativas deste órgão, mais de 1 bilhão de

pessoas serão vítimas da fome neste ano de 2012, o que significa, mais do que a população de toda a Europa, EUA e Canadá juntas.

A alimentação é um direito internacional e deve ser garantida a toda a população, sendo obrigação do Estado. Assim, vê-se a importância do acesso a terra como instrumento viabilizador da redução da fome (ROSSET, 2006). No Brasil, de acordo com Gonçalves e Alentejano (2008) verifica-se que o modelo agrícola imposto pelo capital sinaliza a redução da área plantada dos produtos alimentícios que compõem a cesta básica dos brasileiros, principalmente nas regiões onde o capitalismo está mais avançado, nesse contexto, a demanda por terras agricultáveis é intensa. Ao mesmo tempo em que os conflitos surgem no interior do país como forma de resistência camponesa suscitando um novo modelo de produção de alimentos em que a lógica não seja definida a partir da geração de mais valia. Nesse sentido, a discussão da garantia de alimentos assume a condição da Soberania Alimentar.

Esta proposta é originada pelos camponeses ligados à Via Campesina que contestam o modelo do capital de produção no campo, mostrando a sua incapacidade de garantir à população, o alimento. A Soberania Alimentar, enquanto projeto do campesinato, coloca-se como um viés do pequeno produtor familiar camponês para produzir alimento em quantidade, qualidade, respeitando a cultura alimentar dos países e com o objetivo de atender a demanda local. Logo, este entendimento somente é possível na lógica da discussão da unidade de produção familiar camponesa, como garantidora da produção de alimentos para a população, pois, nega a reprodução do capital.

Para compreender esse processo foi fundamental a leitura sobre a unidade de produção camponesa, tendo como realidade o Território do Alto Sertão Sergipano¹ (ver figura 1), a partir do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, sua representatividade para àquela localidade, sua existência e sua atuação na produção do espaço agrário sergipano, na luta para a Soberania Alimentar.

¹ A divisão dos estados em territórios é uma idealização do Governo Federal que por meio desse recorte administrativo criou os Territórios da Cidadania, uma tática de desenvolvimento regional que no discurso do Governo prevê a garantia dos direitos sociais em parceria com estados, municípios e a sociedade civil. Os territórios foram definidos com base em critérios como o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reduzido dinamismo econômico, número de assentamentos da reforma agrária, de agricultores familiares, famílias de pescadores, comunidades quilombolas, terras indígenas e beneficiários do Bolsa Família. Em Sergipe, segundo a Secretaria de Planejamento foram definidos oito Territórios: Alto Sertão Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Agreste Central Sergipano, Leste Sergipano, Centro Sul Sergipano, Sul Sergipano e Grande Aracaju.

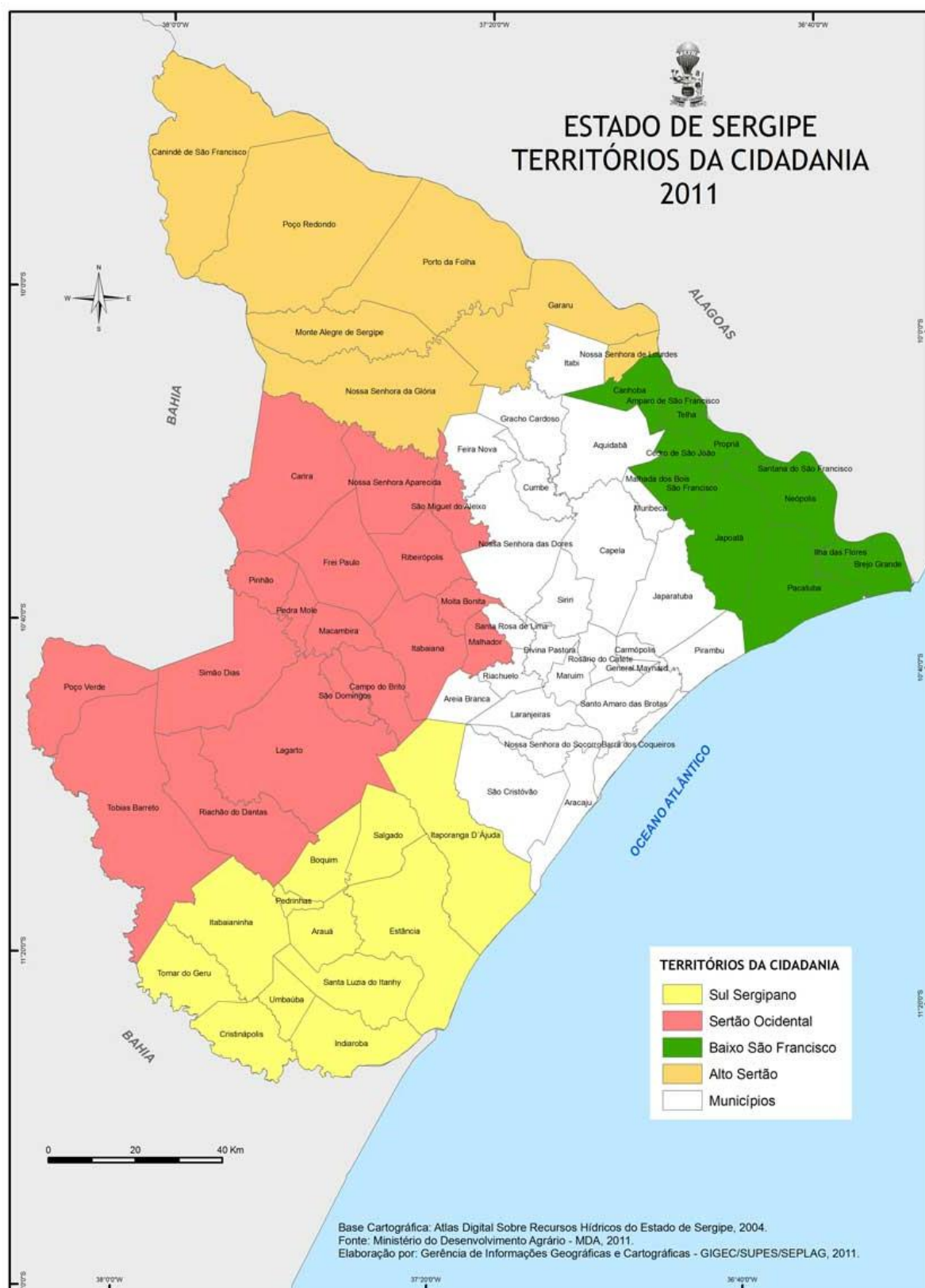


Figura 1: Território do Alto Sertão Sergipano - 2011
Fonte: SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apoiado nos dados do Censo Agropecuário de 2006, a pequena unidade de produção é a grande garantidora de alimentos que são consumidos pela população. Em Sergipe, a área definida como Território do Alto Sertão Sergipano, historicamente apresenta uma forte presença de pequenos produtores e da produção de alimentos destinada para o autoconsumo, configurando-se como área de densidade da pequena produção camponesa.

Todavia, mesmo que caracterizado como uma área de produção de cultivos para o autoconsumo, a presença da indústria capitalista é visível no Alto Sertão. Dessa forma, suscita o debate quanto à produção de alimentos destinados ao consumo e a produção agrícola para o capital, mostrando a contradição capitalista no campo e a questão da Soberania Alimentar.

Inicialmente foi necessário fazer o resgate histórico do MPA, suas etapas de organização, sua relação com a Via Campesina e com o Estado. O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, fundado durante a última década do século passado define-se como movimento camponês, que tem como objetivo a produção de alimentos para a população brasileira trazendo a discussão da Soberania Alimentar como contraponto às investidas do capital no campo. No estado de Sergipe, O MPA atua no Território do Alto Sertão Sergipano a noroeste do estado desde o ano de 1999, no espaço rural dos municípios que compõem este Território: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha, com exceção do município de Nossa Senhora de Lourdes.

A leitura da realidade permitiu observar a relevância da unidade de produção familiar camponesa como negação do modelo do capital, e sua resistência face aos mecanismos da mundialização financeira no espaço agrário com a expansão do modelo da modernização da agricultura a partir dos anos de 1970. Constatou-se que a intensificação das relações capitalistas e consequentemente da reprodução ampliada do capital, tem subvertido a agricultura na lógica de mercado, sendo agravado com a financeirização da economia, que coloca a agricultura como uma mercadoria de comodities de alto teor especulativo.

A definição do método foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Na busca de atingir um objetivo determinado, o método regula e conduz as ideias (THÉVENIN, 2009, p. 4). O pesquisador ao escolher seu objeto de estudo, seu método e técnicas de pesquisa deve

considerar sua visão de mundo, sua interpretação e sua existência em sociedade, pois, é no seu grupo que aprende a ciência (QUEIROZ apud ACCIOLY, 2008).

A opção pelo método do materialismo histórico dialético permitiu apreender as contradições existentes no espaço e as transformações sociais. A dialética explica o real através de mediações. A contradição como forma de ser dos fenômenos, permite inferir que no desenrolar das relações são perceptíveis as diferenças de intensidade e qualidade, o conhecimento, portanto, não se efetiva de forma compartimentada.

Trabalhando com a universalidade e a particularidade enquanto qualidades da realidade movente, a reflexão dialética vê possibilidade de explicar o real através de um jogo de mediações e determinações que a opõe radicalmente à idéia de domínios de conhecimentos autonomizados sob a forma absoluta. Daí, ser também estranha à dialética, a busca de um objeto específico, explicável em si mesmo, como propunha a Geografia Tradicional (MORAES, 1984, p. 50).

O desenvolvimento do trabalho de pesquisa pelo viés do materialismo histórico dialético conduz à distinção entre a aparência e a essência dos fenômenos (MORAES, 1984). Não se observa apenas a forma, mas a essência, o conteúdo.

O tratamento da ciência a partir das formulações do método do materialismo histórico dialético deixa explícito que o conhecimento não pode ser resultado de deduções pessoais de quem pesquisa, mas é fruto do real, do debruçar do sujeito sobre a realidade questionada e, dessa forma através de suas proposições mostrar as várias determinações do objeto estudado. Isso significa que a compreensão daí decorrente referenda a realidade como prioridade no trabalho geográfico, “as teorias devem fluir da realidade para os livros” (MORAES, 1984, p. 52).

A perspectiva histórica é a condição explicativa da realidade.

[...] Toda pesquisa deve ser, assim, genética, buscando as origens do objeto tratado. É nesse sentido que Marx diz conceber apenas a “ciência da história”. Este ponto é de fundamental importância frente ao problema da definição do objeto geográfico (MORAES, 1984, p. 52).

Tendo como fundamento a abordagem histórica para o entendimento do objeto de estudo, o método permite também o uso da categoria totalidade.

Quando se assume a Geografia como ciência social, o materialismo histórico e dialético passa a nos fornecer um número muito maior de subsídios para prosseguir o trabalho. Como foi dito, este método substantiva-se numa teoria social, e esta, enquanto tal, passa a interessar diretamente à construção do objeto geográfico (MORAES, 1984, p. 59).

Entendido o espaço como fruto de uma produção social nossa pesquisa foi alicerçada nas categorias analíticas geográficas: espaço e território. Ao pensar o espaço geográfico, Carlos (2002), ressalta que esse se dá na materialização das relações sociais, articulado no plano político, econômico e social que juntos, evidenciam a dinâmica de sua produção. Essa compreensão de espaço socialmente produzido para Conceição (2005) ocorre em um processo histórico em que se deve observar a totalidade das relações.

Desse modo, a partir do momento em que, enquanto grupo social, o homem se relaciona com a natureza por meio do trabalho, produz sua existência e o espaço. Com a inserção do capitalismo, o trabalho subordina-se a esse modo de produção e na condição de mercadoria permite a acumulação do capital (re) produzindo espaço. Nesse sentido, observa-se que,

A mercantilização da força de trabalho, órfã de meios necessários a sua reprodução social, permite a apropriação de mais-valor do trabalho excedente dessa mercadoria. Porém, esse processo não é executado uma única vez, ou temporariamente, e ainda não se mantém sem seu domínio universal. O capitalista precisa tornar a apropriação do trabalho excedente, uma prática sistemática e estender a forma valor/trabalho às dimensões mais longínquas do planeta. Assim apropria-se não somente de capital variável, mas também de capital constante, imobilizando seu capital sobre o espaço na condição de meios de produção engendrando um processo produtivo de valorização do valor. Por isso é possível afirmar que o capital constrói um espaço absoluto particular e tal iniciativa não é feita aleatoriamente, sendo balizada pela produção de um espaço relativo útil a sua reprodução sócio-metabólica (LIMA e CONCEIÇÃO, 2010, p. 85).

Entende-se, portanto, que através da produção/reprodução do capital, da geração da mais-valia e da reprodução do trabalho humano ocorre a transformação do território. No que concerne ao território à espacialização do capital permite relações com os sujeitos no espaço a partir de formas diferenciadas de (re) produção no interior do sistema dominante. Não se pode entender o território, senão a partir das relações de poder, verifica-se que esta categoria de análise na Geografia não pode ser estudada somente observando a matéria, a base física a superfície. A totalidade dos processos e sua complexidade na constituição das estruturas devem ser observadas, de tal forma que não se conceba o território como um conjunto de sistemas naturais.

O território é um campo de forças sociais. O território não pode ser estudado como somente matéria, escala e fixação. Na realidade os territórios são construídos, desconstruídos e reconstruídos dentro de escalas diferenciadas no tempo e no espaço. Um mesmo lugar pode abrigar diferentes territórios em temporalidades diversas. Na interação entre o homem e o espaço e entre outros homens são formadas as territorialidades (SANTOS, 2011, p. 299).

Apreendendo as dimensões de poder e controle social, expressos no território, resultado do movimento das relações no espaço. Fernandes (2005) ressalta que são estabelecidos limites, fronteiras e conflitos, produzindo, dessa forma, o “território como espaço da liberdade e dominação, da expropriação e resistência” (FERNANDES, 2005, p. 28).

A análise desta dissertação ressalta como o capital em sua expansão produz espaços diferenciados, espaços de acumulação e de miséria; espaços de fome, territorializando-se no espaço agrário. O estudo focaliza as estratégias camponesas para garantir o território camponês. O MPA reflete a luta contra o agronegócio, as estratégias de avanço do Movimento no âmbito da politização e da prática camponesa dentro do Plano Camponês e por meio desse mecanismo busca estabelecer no espaço geográfico, o território do campesinato, mesmo diante da força do capital que objetiva a expropriação da terra e do trabalho camponês.

O suporte para o aprofundamento das categorias geográficas em estudo foi realizado através de reuniões periódicas (colóquios) com a orientadora, no coletivo da discussão com o Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT/UFS/CNPq.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados levantamento em fontes primárias e secundárias, leituras reflexivas crítica em livros, jornais, teses, dissertações, monografias, periódicos, artigos etc. A realização da pesquisa bibliográfica foi amparada em teóricos de diferentes ramos do conhecimento: Geografia, Sociologia, História, Filosofia e Economia, a fim refletir sobre o estado da arte da Questão Agrária, sendo priorizada a leitura de: Alexandrina Luz Conceição (1991, 2005, 2007), Alexsander Chayanov (1981), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1994, 1999, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005, 2007, 2008), Bernardo Mançano Fernandes (2005, 2007, 2008), David Harvey (2002, 2004, 2008), Eliane Tomiasi Paulino (2001, 2006, 2007, 2010), Horácio Martins de Carvalho (2004, 2005, 2006, 2009, 2010), João Pedro Stédille (2005), João Edmilson Fabrini (2004), José de Souza Martins (1979, 1981, 1985, 1991, 1999, 2003, 2011), Marta Inês Medeiros Marques (2008), Plínio Arruda Sampaio, Teodor Shanin (1980, 2008), entre outros.

A reflexão crítica sobre a mundialização do capital e suas determinações na reestruturação produtiva foi realizada através das leituras de: François Chesnais (1996, 2005), István Mészáros (2002, 2009), Karl Marx (1988, 2010), Neil Smith (1988), Ricardo Antunes

(1999), Rosa Luxemburgo (1984) e Vladimir Ilich Lênin (1979), entre outros, foram fundamentais na construção das análises dessa dissertação.

Todo este arcabouço teórico permitiu o entendimento do avanço do capital no campo brasileiro com a expansão do agronegócio e, a expropriação da produção de alimentos do camponês.

Em relação à discussão da Soberania Alimentar é importante destacar as leituras de Antônio Thomaz Júnior (2004, 2006, 2009), Carlos Walter P. Gonçalves (2004, 2006 e 2008), Jacques Chonchol (2005), Paulo Alentejano (2008) e Peter Rosset (2006, 2007). O debate sobre a fome no mundo está sustentado nos relatórios da FAO/ONU – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2008, 2009, 2010, 2011) e cartilhas da Via Campesina que tratam sobre as temáticas.

Accioly (2008, p. 29) observa que o “trabalho de campo apresenta-se como uma importante técnica, pois, basicamente é o modo de buscar dados novos sem interferência de outras consciências”. Para esta autora, com a pesquisa de campo é possível realizar a análise social, a verificação de como se dá o conflito de classes.

O trabalho de campo responde à forma pela qual o/a pesquisador/a faz a leitura do mundo. Desse modo, ao assumir o método dialético sujeito e objeto interagem no processo de constituição da pesquisa, o campo torna-se uma extensão e não uma realidade externa (SUERTEGARAY, 2005).

Resulta da compreensão dialética o conceito de PRÁXIS e a concepção de que estamos no mundo para pensá-lo e transformá-lo. Pesquisar pressupõe reconhecer para intervir. Esta concepção metodológica informa que a consciência do mundo forjava-se/forja-se coletivamente e as transformações dar-se-iam ou dar-se-ão pela unificação das lutas (pelo coletivo dos trabalhadores). A pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação (SUERTEGARAY, 2005, s/p).

Depreende-se dessa análise que o campo deve ser construído sob os pilares do método de análise, pois se identifica a concepção de mundo do pesquisador. Nesta direção os instrumentais da pesquisa foram direcionados e conduzidos.

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta do seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele, portanto cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles

sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SUERTEGARAY, 2005, s/p).

Para Alentejano e Rocha-Leão (2006), o trabalho de campo no processo da produção do conhecimento deve estar relacionado à teoria assumida na proposta de projeto desenvolvida, desse modo, a pesquisa não se torna somente uma atividade de observação, tal interação permite a compreensão da dinâmica da produção do espaço geográfico, pois possibilita a articulação entre a teoria e o empírico. Segundo Kaiser (1985), a pesquisa de campo não é um objetivo em si mesmo, as relações sociais são fundamentais para o entendimento do espaço que [...] “não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente de vez que ele é nada mais que um dos elementos do sistema social” (Kaiser, 1985, p. 31).

O trabalho de campo foi realizado em todo o Território do Alto Sertão Sergipano onde se dá a atuação direta do MPA, nos municípios de: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha,

A apreensão do real foi possível via aplicação de cento e vinte e cinco questionários: estruturados e semiestruturados, como também através de entrevistas abertas com as lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA em Sergipe. Além desses procedimentos metodológicos foram realizados diálogos informais com os camponeses associados ao MPA.

Foi de grande valia a nossa participação no III Encontro Nacional do MPA entre 12 e 16 de abril de 2010, em Vitória da Conquista – BA. A presença no evento contribuiu para o entendimento das propostas do MPA, no que se refere principalmente a sua luta nacional pela Soberania Alimentar.

Foram realizadas visitas aos órgãos públicos como a: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe; Biblioteca do Núcleo de Pós Graduação em Geografia – NPGeo, acervo bibliográfico do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territoriais – GPECT/CNPq/UFS e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A pesquisa em sites especializados sobre as temáticas abordadas foi também muito importante para o enriquecimento da nossa análise, entre estes destacam-se os sítios do: Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, NERA - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária, CEGET – Centro

de Estudos da Geografia do Trabalho, IBGE e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO.

O uso da cartografia foi importante, pois, permitiu visualizar a espacialização do MPA no Brasil e no estado de Sergipe. O trabalho iconográfico como procedimento metodológico no desenvolvimento do processo de pesquisa foi de considerável relevância, pois, acredita-se que este colabora para o enriquecimento da análise. Para Thévenin (2009), este “artifício”, ainda pouco utilizado na geografia pode contribuir para o entendimento da produção do espaço geográfico.

Para apresentar os resultados desta pesquisa esta dissertação foi estruturada em cinco Capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais.

O Primeiro Capítulo intitulado **A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NA LÓGICA CAPITALISTA**, busca refletir a questão camponesa e sua reprodução, mostrando como a terra é necessária para a sua continuidade, para a sua permanência enquanto camponês, pois, esta é a sua condição de trabalho e vida, pautada no valor de uso, negando, desse modo, a mercantilização sustentada pelo capital.

O Segundo Capítulo, **A REESTRUTURAÇÃO DO CAMPO NA CONFORMAÇÃO DO MODELO DO AGRONEGÓCIO SOB A “MÃO (IN) VISÍVEL DO ESTADO”**, enfatiza a análise da reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 1970, o estudo ressalta o processo de financeirização da economia e mostra como o sistema de mercadorias dissemina o agronegócio como nova estratégia de acumulação ampliada no campo, acentuando a pobreza e a desigualdade sob “a mão invisível” do Estado.

O Terceiro Capítulo, **A SOBERANIA ALIMENTAR COMO ALTERNATIVA ÀS FORMAS DESTRUTIVAS DO CAPITAL** focaliza o processo de reprodução ampliada do capital nas últimas décadas, que através da financeirização da economia age de forma especulativa contribuindo para o crescimento da crise de alimentos e a fome como forma de garantir a acumulação. Nesta trajetória focaliza a Soberania Alimentar, como proposta dos Movimentos Sociais do campo, como contraposição ao modelo de produção agrícola do capital.

O entendimento de uma mudança de modelo enfatiza a construção do Quarto Capítulo, **O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA NO PROCESSO DE ESPACIALIZAÇÃO CAMPONESA: UMA LUTA CONTRA O CAPITAL**. Faz uma análise sobre o MPA suas concepções, estratégias e ações de luta para consolidar o campesinato e garantir a Soberania Alimentar, mostrando sua espacialização no Brasil e em Sergipe.

A efetividade da unidade de produção familiar camponesa é analisada no Quinto Capítulo, **A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA E O AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO: PERMANÊNCIA E A RESISTÊNCIA DO MPA NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO**. A pequena produção camponesa tem forte presença no Território do Alto Sertão Sergipano e o MPA assume grande representatividade entre os camponeses da localidade. O estudo destaca esta questão ao mostrar a estrutura da pequena produção camponesa e as suas formas de resistência e permanência destacando a atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores para a consolidação de um território do campesinato através da politização e de ações que visam garantir a Soberania Alimentar, mesmo diante das imposições do capital no campo sergipano.

CAPÍTULO I

A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NA LÓGICA CAPITALISTA

1 A REPRODUÇÃO DO CAMPESinATO NA LÓGICA CAPITALISTA

A origem da questão agrária brasileira remonta aos primeiros séculos de sua história, contudo, passa a se constituir um problema social a partir da segunda metade do século XIX, com o estabelecimento da privatização da terra. A terra no Brasil nunca foi um bem coletivo. O direito a esse benefício ficava restrito aos senhores a quem o regime sesmarial fora anteriormente designado. Mesmo diante dessa condição, o Brasil ainda dispunha de terras suficientes para a aquisição daqueles que não compunham as exigências para serem sesmeiros. A maior parte da mão-de-obra ainda era cativa e, quando no século XIX houve o fim da escravidão, a promulgação da Lei de Terras assinou o seu “cativeiro”; dessa forma, a terra teve estabelecida a sua “prisão”: a Lei de Terras de 1850.

Para Stédile (2005), essa lei se configurou como um marco jurídico para que o sistema econômico escravocrata em crise se adequasse. A sua característica principal foi a implantação, pela primeira vez, da propriedade privada da terra no Brasil.

A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STÉDILE, 2005, p. 23).

A garantia da venda da mão-de-obra livre do trabalhador, segundo Martins (2003), somente foi possível estabelecendo o aprisionamento da terra, pois, apenas dessa forma, poderia ser admissível a formação da força de trabalho necessária para o campo. Com o trabalhador destituído dos meios de produção, restava-lhe somente vender sua força de trabalho.

Aqueles que não se estabeleceram naquele momento, como pequenos produtores, obrigatoriamente migraram para as cidades para integrarem a força industrial. Essa relação explica a formação industrial oriunda da acumulação do capital agrário, que elucida a forma distinta que o capitalismo assumiu no Brasil (MARTINS, 2003):

Entre nós, apesar das tentativas, não vingou o modelo clássico, que em outros países separou a propriedade do capital e a propriedade da terra, separando, ao mesmo tempo, a classe dos capitalistas da classe dos proprietários de terra. Ambos, aqui, se fundiram. Isso dá aspectos muito especiais à nossa questão agrária, o que faz dela não só uma questão residual da questão da escravidão, mas também uma questão residual do modelo de acumulação capitalista que esse consórcio nos impôs historicamente. E

estamos falando de um passado que é o nosso presente, que será vivo entre nós e atual (p.170).

Segundo Oliveira (1994), a inserção do capitalismo no campo brasileiro ocorreu com a introdução de formas assalariadas de trabalho, como o bóia-fria, contudo, o desenvolvimento dessas relações é acompanhado por relações não capitalistas de produção, como a parceria, utilizada também para garantir a reprodução ampliada do capital. Este cria as formas de reprodução e sujeita à sua lógica a renda da terra do camponês, criando suas várias formas: parceiros, posseiros, rendeiros ou o camponês proprietário. Constata-se que a classe camponesa continua a se reproduzir no campo e tem redefinido suas relações de produção familiar.

O trabalho assalariado não extingue absolutamente as relações não capitalistas. Isso se configura como estratégia para recriar o capital.

No capitalismo, o trabalhador não é dono, nem pode dispor do produto de seu trabalho. Ele, em troca da cessão da sua força de trabalho, recebe uma quantia em dinheiro, o salário. Enquanto na parceria, por exemplo, ele é proprietário de parte da produção podendo dispor dela da forma que desejar e evidentemente não recebe dinheiro algum pelo seu trabalho dispendido para produzir a parte da população que fica com o proprietário da terra (OLIVEIRA, 1994, p.49).

De acordo com Martins (1979:19), entende-se que “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”.

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações capitalistas (MARTINS, 1979, p.21).

[...] não só relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar do tipo camponesa, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra (MARTINS, 1981, p. 171).

Corroborando com esse entendimento, Conceição (1991) afirma que o capitalismo redefine antigas relações de produção subordinando-as, ao mesmo tempo em que se utiliza de relações não capitalistas de produção para garantir a sua expansão.

A expansão do capital se faz de forma desigual e contraditória. Se os camponeses são expulsos da terra por causa desta expansão, estabelecendo relações de trabalho assalariado, a sua permanência na terra é necessária também a esta expansão,

engendrando relações de trabalho não capitalistas. Ao se utilizar da mão-de-obra não remunerada (parceiro, camponês), o capitalista recebe parte do fruto do trabalho destes. Converte-o em mercadoria e o transforma em capital. Desta forma ao criar e recriar o trabalho camponês (forma não capitalista de produção) ele expande o seu capital (CONCEIÇÃO, 1991, p. 94).

Ressalta-se que as relações não capitalistas de produção no campo são geradas pelo próprio modo de produção capitalista em função do próprio processo contraditório de desenvolvimento do sistema. Desse modo, essas relações não capitalistas são necessárias para a reprodução do capital, pois, o objetivo buscado é a produção de mais valia. Dialeticamente, tais relações são igual e contraditoriamente indispensáveis para a perpetuação do sistema (OLIVEIRA, 2001). Mesmo sendo o campesinato uma relação não capitalista, somente pode ser entendido a partir do desenvolvimento das relações do capital que por natureza são desiguais e contraditórias (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

A construção da existência camponesa no capitalismo aponta o desenvolvimento de relações contraditórias, pois, o capital gera relações não capitalistas de produção. Dessa forma, expropria ao mesmo tempo em que abre a possibilidade da reprodução do camponês.

1.1 Camponeses: Classe em (Re) Produção, Sujeitos Históricos na Contramão do Capital.

O sujeito camponês deve ser entendido a partir das transformações ocorridas no campo ao longo da história, apreendendo assim, a existência de interações enquanto sujeito do trabalho na terra, sujeito que define a sua produção na esfera da coletividade. Tal conceituação não se fecha em si mesma, pois o camponês tem demonstrado historicamente uma capacidade de reinventar-se onde estiver.

Os processos históricos revelam que o conceito de camponês não se dá de forma engessada, não se enquadra como uma simples definição acadêmica. O entendimento conceitual em torno do campesinato perpassa pela certeza de que o sujeito camponês difere em sua especificidade nos mais variados lugares do mundo, nos diversos momentos temporais em que é possível reconhecê-lo, apesar de ao mesmo tempo apresentar características

semelhantes (SHANIN, 1980). O campesinato não é estático. Existe como um processo, não há uma “fórmula” única, pois difere de formas e estratégias,

Camponês é mistificação. (...) não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades (p. 44).

Suas respostas às situações de crise são complexas e não esperam que lhe tragam soluções, suas resoluções diante das dificuldades são criativas, flexíveis e inventivas (SHANIN, 2008). O camponês apresenta uma capacidade de adaptação, flexibilidade cujo objetivo está na reprodução do seu modo de vida e não do modo de acumulação. Desse modo, o camponês deverá ser compreendido em um sistema social mais amplo que permita um entendimento real do seu contexto no interior da sociedade.

O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia (SHANIN, 1980, p.69).

O autor analisa o campesinato como classe e como um mundo diferente, sendo uma classe social de baixa classissidade que se insere na sociedade capitalista e (re) surge quando a crise se estabelece. O entendimento de classe se dá quando os homens com interesses comuns se organizam e se articulam entre si contra homens com interesses diferenciados (SHANIN, 2008).

A leitura de Martins (1981) corrobora com esse entendimento ao afirmar que a palavra camponês é política e que procura expressar a unidade das respectivas situações de classe e dar unidade às lutas camponesas. “Está enraizada numa concepção de história das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais” (MARTINS, 1981, p. 22).

O campesinato, enquanto classe em si, estabelece-se a partir do momento em que há o confronto com outra classe, tendo nesse momento consciência e identidade divergente do interesse da classe antagônica (PAULINO e ALMEIDA, 2010). A conceituação do campesinato se dá enquanto classe com consciência, e, desse modo, como classe social, mas uma classe ambígua, devido a sua condição no interior do sistema capitalista,

[...] uma consciência de classe que se expressa por meio da ambigüidade em virtude de que o camponês vive uma dupla e contraditória situação: é proprietário e trabalhador. Essa ambigüidade, no entanto, não representa um fim em si mesmo. Ao contrário, ela pode ser superada, pois, a história tem mostrado que a permanência de traços conservadores e também radicais na ação do campesinato abre possibilidades para a luta anticapitalista quando este se vê claramente numa situação de oposição ao capital (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 27).

No que se refere à ambigüidade camponesa, as autoras evidenciam que ela se estabelece na luta em duas vertentes: de um lado pela manutenção de sua condição como proprietário da terra, por outro, contra as diversas formas de exploração da renda da terra e contra a ameaça de expropriação. A luta pela permanência na terra garante a veracidade no combate ao capital.

[...] para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim, sua consciência de classe desnudada (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 27)

É, portanto, essa radicalidade contida na sua ambigüidade que representa a potencialidade camponesa. Ou seja, por ter uma existência social marcada, ao mesmo tempo, pelo conservadorismo e pela radicalidade, ele cria a possibilidade, ao ser radical, de abrir brechas de enfrentamento ao capital e a seu protocolo de desumanização, transformando a ambigüidade em contradição. Expressando-se, portanto, como classe com consciência de classe (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 27/28).

O camponês, como sujeito, constrói sua própria autonomia e libertação da subordinação do sistema de produção de mercadorias (FABRINI, 2004). Essa condição permite a criação da consciência coletiva.

Os camponeses têm demonstrado que podem desenvolver um conjunto de manifestações coletivas para garantir a sua existência. Não é somente uma ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção de mercadoria, como ocorre com os operários da indústria, que permite a formação da consciência coletiva. A consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos ao capital e os proprietários de terra (FABRINI, 2004, p. 129).

Observa-se que essas ações indicam possibilidades de mudanças na estrutura social e respondem aos questionamentos que somente uma classe social pode levantar com o processo de luta pela terra dentro de um sistema econômico contraditório, como o sistema capitalista.

O campesinato é subordinado e dominado pelo capital, no entanto, através de suas estratégias de sobrevivência lhe é contraditório, não se caracterizando a partir das estruturas perversas do sistema de mercadorias. Sua organização é baseada no trabalho familiar e tem o uso como valor. De tal modo, apresenta especificidades e diversidades de formas, que em

diferentes momentos conduzem a sua subordinação ao capital. As estratégias camponesas são múltiplas, utilizadas para a sua reprodução diante das situações que surgem no contexto social.

A leitura de Chayanov (1981) permite o entendimento de um campesinato cujo objetivo se estabelece a partir das necessidades da família em uma relação trabalho – consumo, em que o equilíbrio entre força familiar disponível e o número de dependentes está pautado no número de consumidores e suas necessidades. “A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade campesina. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade” (FABRINI, 2004, p. 127).

Conforme Shanin,

Há aproximadamente uma década, foi proposto um delineamento de quatro características do camponês, incorporando: a) a propriedade rural familiar como unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN, 1980, p.50).

A família se constitui no “motor” de desenvolvimento da unidade de produção, cada membro tem sua função na composição do trabalho e as atividades desempenhadas são refletidas nos resultados originados das necessidades internas. A coletividade é fundamental nesse processo, que envolve o núcleo familiar, o campesinato em sua maioria é plural e não singular, ou seja, nessa dimensão referente ao trabalho interno predomina a energia familiar, a cooperação em detrimento da individualidade. A força de trabalho familiar é fundamental para a produção camponesa.

É pois derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o trabalho assalariado, ajuda mútua e parceria aparecem como relações que garantem a complexidade das relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

Segundo Chayanov (1981), a economia natural, a determinação da produção é dada conforme a necessidade, sendo a ordem das coisas ajustadas com base no qualitativo, nas necessidades de consumo de cada unidade de produção e não na relação de quantidades (que assume conotação diferenciada na relação econômica camponesa).

Nesse sentido, observa-se que a economia natural difere do sistema econômico capitalista. O principal objetivo não é o lucro. Há uma distinção quanto aos princípios no que se refere à economia de troca; nesta, predomina a obtenção da quantidade em detrimento da qualidade priorizada na economia natural. Esse entendimento pode ser verificado no trabalho agrícola familiar,

[...] a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, de produção, e recebe como resultado de um ano de trabalho no cultivo da terra, certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano, ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto do seu trabalho (CHAYANOV, 1981, p. 138).

O produto do trabalho na unidade da produção familiar camponesa é a única forma de renda que é extraída, pois, não há categorias da economia capitalista presentes nessa relação econômica. O produto do trabalho varia conforme a unidade familiar devido à diferença da qualidade da terra nas mais variadas propriedades e da distância em relação aos mercados e ao tamanho da família. Entretanto, o excedente adquirido não pode ser comparado com a renda capitalista (CHAYANOV, 1981).

Na leitura de Chayanov, conforme Conceição (1991), a produção é determinada pelas leis de sobrevivência, sendo assim, é possível estabelecer uma relação direta entre a força de trabalho e o consumo, quando se tem uma homogeneização no que se refere à propriedade coletiva dos meios de produção.

No que se refere ao equilíbrio, verifica-se que este é o resultado da harmonia entre terra, força de trabalho e capital. Quando um desses elementos promove o desequilíbrio, há a necessidade de um reajuste para alcançar a satisfação das necessidades. Se a terra é insuficiente, por exemplo, a família passa a buscar ganhos em trabalhos não agrícolas. Já quando há falta de capital, aumenta-se a força de trabalho (PAULINO e ALMEIDA, 2010). Para essas autoras, Chayanov observa a perspectiva de ganho na unidade camponesa, pois, está integrada ao mercado, entretanto, apresenta limites devido ao trabalho ser familiar e ao cansaço do trabalho. Quando há maior produtividade, a unidade familiar tenderá a cobrir as suas necessidades.

Levando em conta esse mecanismo interno de busca da proporcionalidade entre trabalho/consumo, a unidade econômica camponesa estabelece um ponto de equilíbrio onde a produção possui um limite, que é o da satisfação das necessidades da família, sendo desinteressante qualquer esforço maior. A própria extensão da unidade camponesa está determinada por esse equilíbrio interno (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 34).

O trabalho camponês, dividido em agrícola e não agrícola, além da disponibilidade da terra, também é determinado pelo mercado, pois, quando não há possibilidade de ganhos, a força de trabalho da família desloca-se tendo em vista o equilíbrio interno familiar, e retorna à atividade agrícola assim que alcança seu objetivo (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

O capital na unidade de produção camponesa obedece a leis diferenciadas da empresa capitalista. Como não há salário, sendo a família e o trabalho determinantes no processo produtivo, tem-se um esquema de circulação específico. Deve-se atentar que os ganhos são aí, únicos e indivisíveis (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

A ausência de salários na unidade camponesa impede a aplicação do cálculo capitalista do lucro, conforme ressalta Chayanov (1981), o que quer dizer que na unidade de produção familiar a condição de ações não se pondera segundo o interesse capitalista, sendo as decisões relativas às receitas demandadas pelo equilíbrio da relação trabalho-consumo.

No que diz respeito à questão do equilíbrio interno para as unidades familiares com níveis de inferioridade ou não, Paulino e Almeida (2010) evidenciam que;

[...] “Chayanov comprova que nas unidades familiares onde a relação consumidor-trabalhador encontra-se em níveis de inferioridade, ou seja, o consumo aumenta na mesma proporção em diminui a quantidade de capital disponível. Por outro lado, aquelas unidades que se vêem em condições de acessar crédito para formação ou renovação de capital, só o farão depois de avaliar o grau de penosidade do trabalho, uma vez que o montante necessário para pagar esta despesa (incluindo juros) deverá sair dos rendimentos do trabalho da família, situação que pode levar a uma diminuição do bem estar (PAULINO e ALMEIDA, 2012, p. 36).

A lógica camponesa está alicerçada na busca da satisfação das necessidades e envolta da garantia da sobrevivência, entretanto, isso não significa que o camponês não tenha acesso aos bens trazidos pela modernidade. Diante das transformações sociais, a aquisição de objetos, transporte e utensílios para facilitar a dinâmica da vida se torna um imperativo para a articulação das suas relações cotidianas.

Uma importante questão a ser ultrapassada é a visão romântica do campesinato, aquele camponês bucólico e idílico, o ser vivente de um plano social perfeito. A força do capital no campo tem desestruturado a pequena produção camponesa e, para reproduzir-se, a família, quando não consegue manter-se pelo trabalho agrícola, assume outras funções cuja finalidade é a manutenção da unidade de produção e dos valores camponeses. Mesmo nesses casos, não é a lógica da acumulação pela acumulação que determina a sua subordinação, mas a necessidade de resistir e permanecer na terra.

O camponês, mesmo tendo a condição de ampliar seus ganhos, não pensa unicamente nessa possibilidade, ele “não trabalha com o princípio capitalista de valorização do capital e, sim, com uma análise do balanço trabalho-consumo que é subjetiva porque está baseada nas necessidades da família” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 36). Sendo este grau estabelecido pelo equilíbrio da força de trabalho. Assim, qualquer excesso ao “ótimo” passa a ser inadmissível para a família (CONCEIÇÃO, 1991). Tais prerrogativas camponesas podem ser compreendidas ao observar que a sua lógica não está assentada sobre fundamentos do capital vinculados à busca do lucro. O valor na unidade de produção camponesa não se mede pela sua inserção na sociedade da mercadoria, que é regida pela ótica da mais valia.

1.2 A Terra como Condicionante da Unidade de Produção Familiar Camponesa

A questão do valor na sociedade é fundamental para o entendimento do processo da acumulação capitalista. Com o valor de troca mediando as relações sociais, o desenvolvimento da sociedade segue pautado no ritmo da acumulação que subverte as necessidades reais em fetiches da mercadoria, produzindo o estranhamento daquilo que se encerra como necessidade e aquilo que é supérfluo, mas que aparece como fundamental no imaginário social para a reprodução da vida. É no cerne da discussão do valor que podemos compreender os mecanismos da reprodução do capital no campo, pois, o valor de uso aparece subsumido pelo valor de troca.

O valor de uso da mercadoria tem como premissa ser produto do trabalho humano. Isso significa que nesse bem está materializado todo um montante de trabalho socialmente necessário para que se possa definir em uma produção o que seja tal valor. Desse modo, o uso

enquanto dimensão de valor é cristalizado pelo tempo de trabalho para produzi-lo (MARX, 2010).

No processo de produção, o valor de uso pode assumir conotação qualitativamente diversa no que se refere ao que é produzido. Esse fato evidencia que produtos diferentes exigem trabalhos distintos em sua produção, sendo esse o fator responsável pela diferença do valor de uso, já que igual valor de uso não se troca, ou seja, as diferentes mercadorias podem ser contrapostas com valores diferenciados porque exigem trabalhos qualitativamente diferenciados. Nesse sentido, se contrapõem contrariamente na produção de vários objetos do mesmo, não se emprega trabalho diferenciado e, com isso, esses não se permutam, já que apresentam o mesmo valor de uso. “No conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos, a divisão social do trabalho” (MARX, 2010, p. 64).

Está, portanto, claro: o valor-de-uso de cada mercadoria representa determinada atividade produtiva subordinada a um fim, isto é, um trabalho útil particular. Valores-de-uso não podem se opor como mercadorias quando neles não estão inseridos trabalhos úteis qualitativamente distintos. Numa sociedade cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadoria – isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias -, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis executados, independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma divisão social do trabalho (MARX, 2010, p. 64).

Destaca-se então nesse processo que o trabalho humano caracteriza-se como fundamental no processo de transformação da natureza em riqueza material para satisfazer às necessidades humanas, tornando-se criador de valor de uso. O trabalho, como criador de valor de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade. Há a necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2010, p. 65). Diante da necessidade da manutenção da vida, o trabalho humano adquire valor, pois, a relação com a natureza constitui-se como fundamental para o desenvolvimento das relações e definidor na sociedade do valor da mercadoria em seu processo de troca.

Nesse sentido, a mercadoria ao ser trocada para satisfazer o valor-de-uso sai da esfera da troca, da circulação, para entrar na esfera do consumo:

“[...] a troca de mercadoria se realiza através de duas metamorfoses opostas e reciprocamente complementares – a mercadoria converte-se em dinheiro e o dinheiro reconverte-se em mercadoria. As fases dessa transformação constituem atos do dono da mercadoria: venda, troca da mercadoria por dinheiro; compra, troca do dinheiro por

mercadoria, e unidade de ambas as transações, vender para comprar (MARX, 2010, p. 132).

É com fins de subsistência e reprodução que se realiza esse processo de troca. Há uma troca de produtos oriundos de uma permuta, assim, estabelecem-se as seguintes mudanças de formas: $M - D - M$ (Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria), ou seja, uma mercadoria produzida é levada ao mercado, tendo reconhecido o seu valor de uso, para ser trocada por outra mercadoria de que se tem necessidade, com isso, nesse processo o trabalho materializado circula e ao se adquirir a mercadoria necessária encerra-se tal processo (MARX, 2010).

Segundo Marx (2010), a fórmula simples da circulação $M - D - M$ compreende a troca da mercadoria por dinheiro que será reconvertido em outra mercadoria para o uso de quem realizou o primeiro movimento de troca. Diferentemente do processo de formulação do capital, há uma distinção na constituição da sua forma $D - M - D$, pois, nesse caso há a conversão do dinheiro em mercadoria que será transformada em dinheiro novamente, dando origem ao capital, já que o processo inicia e termina com dinheiro; significa dizer que inicia com a compra e termina com a venda, sendo o dinheiro o elemento que inicia o movimento em questão.

Na circulação $M - D - M$, o dinheiro vira mercadoria, que serve de valor-de-uso. O dinheiro é gasto de uma vez por todas. Na forma inversa $D - M - D$, o comprador gasta dinheiro, para fazer dinheiro como vendedor. Com a compra, lança dinheiro em circulação, para retirá-lo dela depois com a venda da mesma mercadoria. Solta o dinheiro com a segunda intenção de apoderar-se dele de nova. Por isso apenas adianta dinheiro. (MARX, 2010, p. 179).

Na forma $M - D - M$, a mesma peça de moeda muda de lugar duas vezes. O vendedor recebe-a do comprador e a passa para outro vendedor. Todo o processo de se inicia com a obtenção de dinheiro em troca de mercadorias e acaba com a entrega de dinheiro contra mercadoria. O inverso ocorre na forma $D - M - D$. Não é a mesma peça de dinheiro que muda de lugar duas vezes, e sim a mesma mercadoria; o comprador recebe esta das mãos do vendedor e a transfere para as mãos de outro comprador. Na circulação simples das mercadorias, a dupla mudança de lugar da mesma peça de dinheiro ocasiona uma transferência definitiva de uma mão para outra; já na circulação $D - M - D$, a dupla mudança da mesma mercadoria ocasiona a volta do dinheiro a seu ponto de partida (MARX, 2010, p 179).

Pode-se observar que o processo de circulação de mercadorias na unidade de produção familiar camponesa obedece a uma simples circulação em que o camponês na busca da satisfação das suas necessidades, entendendo que, mesmo sendo subjugado pelas forças do capital e promovendo a aquisição de variados bens e produtos, não produz para almejar lucro e, nesse sentido, suas ações no ciclo econômico contemplam o valor-de-uso.

O circuito M – D – M tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que saída circulação e entra na esfera do consumo [...] Na simples circulação de mercadorias, têm ambos os extremos do circuito a mesma forma econômica. Ambos são mercadorias. São também mercadorias com a mesma magnitude de valor. Mas são valores-de-uso qualitativamente diversos [...] A troca de produtos, dos diferentes materiais em que se encarna o trabalho social, é o que constitui a substância do movimento (MARX, 2010, p. 180).

A economia camponesa nega a fórmula capitalista de produção em que a mercadoria é objeto de reprodução de mais valor e, mesmo contraditoriamente estando nela inserido, o campesinato estrutura-se fundamentado em aspectos determinantes que permitem a sua reinvenção. Karl Marx corrobora de forma fundamental com sua análise sobre a mercadoria e as formas de valor que nela são travestidas nesse processo.

O valor assume condição diferenciada no campesinato, não se estabelecem metas com o objetivo de garantir mais valia, a real estrutura está sedimentada nos princípios do pequeno produtor, no valor camponês. Assim, a prática agrícola não se dá unicamente como um negócio e os recursos de que dispõe não estão direcionados para o crescimento econômico como fim único. A ênfase dada ao valor de uso garante as características diferenciadas do trabalho camponês e o seu foco não é o mercado conforme o padrão dessa atual fase do modelo capitalista.

Pontes (2005), ao analisar a economia camponesa a partir de Chayanov, denota que, para este, o trabalho familiar na unidade de produção é a única condição possível para a aquisição de recursos, pois, não se enquadra no mecanismo capitalista pela ausência de salários e do lucro. Deste modo, para definir esta relação, é necessário perceber a dimensão camponesa que se dá com base na mediação entre terra e o trabalho da família caracterizado pela necessidade da unidade de produção, o que significa que a intensidade de exploração do trabalho ocorrerá de acordo com as necessidades de consumo do núcleo familiar. “O principal objetivo das operações e transações econômicas do camponês é a subsistência e não a obtenção de um taxa normal de lucro” (PONTES, 2005, p. 36). Daí, pode-se depreender que o trabalho camponês não se enquadra no contexto do valor de troca, já que em sua relação mercantil está inserida a busca da sua manutenção.

Esta operação é possível porque o camponês não aparece no mercado como possuidor de dinheiro, mas como vendedor de mercadorias produzidas por ele mesmo. Dito de outra forma, é um produtor que combina os meios de produção com seu próprio trabalho, ou seja, está apto a controlar as condições técnicas de produção. Na circulação simples, o fato de M não ser igual a M é algo fortuito; o fundamental é que ambos os termos sejam equivalentes, já que esta é a condição fundamental para o

desenvolvimento normal do referido processo de intercâmbio. (PONTES, 2005, p. 37).

A leitura de Pontes (2005) sobre a análise de Marx referente ao trabalho camponês ressalta que o trabalho campesino não maximiza lucro. Assim, em suas relações de produção, não arbitra como um capitalista que em todo o processo procura deduzir os custos daquilo que produz com fins de tornar igual o valor da produção ao valor médio de mercado.

[...] Sem dúvida, o principal ponto desta citação se relaciona com o fato de que o camponês não maximiza nem lucro, nem renda. Outra consequência importante, na análise de Marx, é que a lei do valor não se cumpre para a produção camponesa: as transações do pequeno produtor não são guiadas por um preço de mercado que iguale o valor, ou ao menos, preço de produção. Assim sendo, sempre uma parte do trabalho excedente é contida gratuitamente à sociedade. Para o camponês isto não é importante, não é um obstáculo para continuar a produzir, porque não tem consciência disto. Seu trabalho não aparece como um custo “objetivo”, enquanto obtiver a sua subsistência, prosseguirá à referente da sua exploração. (PONTES, 2005, p.37).

Na leitura marxiana a lógica, camponesa está inserida numa economia mercantil pautada em uma circulação simples de mercadorias, ou seja, vende-se a produção para obter dinheiro que será revertido em outra mercadoria para satisfazer a necessidade da família. Desse modo, observa-se que a garantia da continuidade da unidade de produção camponesa não é assegurada pela lógica de mercado encaminhando-se por uma direção diferente daquela trazida pelo capital que promove a exploração do campesinato.

Uma das facetas da entrada do capital no campo pode ser constatada com a separação da terra do camponês e essa premissa tem sido constante no processo de expansão do sistema dominante. A terra cumpre função determinante no desenvolvimento da vida camponesa, pois, configura-se como forma de reprodução da vida, como condição da garantia do sustento e como instrumento de trabalho. Com a expropriação, o grande capital amplia seu crescimento e garante uma extração ainda maior da renda que a terra produz; ao mesmo tempo subjuga e relega o camponês às condições de pauperismo, pois, sem a terra, resta-lhe unicamente a sua força de trabalho para vender a preços mínimos, que também são impostos pelo capital em sua trajetória de apropriação.

O capital, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista. Para que isso ocorra é necessário separar o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho; para evitar que o trabalhador trabalhe por si mesmo, isto é, para evitar que deixe de trabalhar para o capitalista.

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas que necessita para trabalhar – é a primeira condição e o primeiro passo que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (MARTINS, 1991, p. 51).

Daí, pode-se observar que há toda uma interrelação entre expropriação da terra e exploração do trabalho, pois, a retirada do instrumento de produção do pequeno agricultor altera as relações de trabalho transformando o camponês em assalariado, no campo, ou na cidade; ao mesmo tempo em que dispensa esse sujeito, necessita de sua força de trabalho para a sua expansão.

A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado. Ele terá agora de vender a sua força de trabalho ao capitalista, segundo as regras do mercado, e não conforme as suas necessidades reais. Já não é ele trabalhador, quem diz quanto precisa, juntamente com sua família, para sobreviver; é o capital que lhe dirá quanto quer pagar, segundo as leis do mercado. Se houver muita gente procurando trabalho, se for muito grande o número de expropriados que não conseguiu encontrar emprego, a tendência será a da queda dos salários, a sua redução a níveis até inferiores às necessidades mínimas vitais do trabalhador (MARTINS, 1991, p. 52).

Essa condição perpetrada pelo capital no campo mostra claramente como ocorrem as determinações do sistema no que se refere à constituição dos fundamentos de suas estratégias para a consumação da extração da mais valia. A terra aparece como substrato da natureza, que não é produzida pelo trabalho humano, mas que gera riqueza mesmo não sendo resultado do trabalho. Dessa forma, a configuração dos processos de separação entre homem e terra, essa última enquanto meio de produção, entra no circuito de ações que são articuladas para o subjugamento do camponês e sua consequente expropriação. A posse da terra é a certeza da continuidade do projeto de produção da riqueza, tanto para o campesinato que a tem como condição de vida, quanto para o capital que a insere no ciclo da mercadoria.

De acordo com Martins (1991), a propriedade capitalista da terra baseia-se no princípio de exploração sobre o trabalhador. Nessa relação, já não possui mais os meios de produção; nesse sentido, a função da propriedade privada da terra capitalista está para assegurar a exploração do capital sobre o trabalho. Diferentemente, a propriedade familiar apresenta características distintas, pois, não se configura a partir da opressão do trabalhador, mas se estabelece a partir do trabalho daquele que tem a sua posse, desse modo, a produção não se direciona para o auferimento de lucro.

Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (MARTINS, 1991, p. 54).

No entendimento de Conceição (1991),

A terra é a garantia, é certeza, é a vontade, o sonho de mudar, a negação da exploração da submissão. Em toda a sua vontade há uma recusa constante de ser empregado. O trabalho assalariado é a negação desta autonomia, logo, o amor à terra está ligado à sua condição de vida nesta terra; enquanto condição de apropriação, há a resistência à sujeição do trabalho ao capital (CONCEIÇÃO, 1991, p. 129).

Com o processo da expansão do capital no campo brasileiro a terra de trabalho passou a ser terra de exploração. Assim, observa-se o processo de subordinação da agricultura ao capital. Entretanto, contraditoriamente, há a permanência da unidade de produção familiar na terra que resiste à pressão do capital, que a classifica como atrasada e primitiva, justificando assim sua integração à modernização, a subordinação do trabalho ao capital (CONCEIÇÃO, 1991, p. 131).

Ter a posse da terra para o modelo capitalista significa garantir as possibilidades da extração da riqueza, esta é a diferença crucial em relação ao projeto camponês. Daí, a necessidade para o sistema de promover de forma crescente a expropriação do pequeno produtor, ou subordiná-lo de outras formas, pois, contraditoriamente, para auferir ainda mais ganhos, utiliza-se da sua força de trabalho por meio de relações de produção atípicas ao capital.

A propriedade camponesa da terra nega as formas capitalistas de produção. O modo do pequeno produtor de cultivar a terra e as relações nela mantidas evidenciam a especificidade do campesinato, significando a liberdade de trabalho. A terra não é prisão, não é um fardo no cumprimento da labuta diária. Neste contexto, apreende-se o sentido da teoria do valor de uso, a terra representa a satisfação das necessidades porque nela está contida a reprodução da vida, o meio de sobrevivência e sua autonomia frente ao sistema.

Conceição (1991), ao mostrar o significado e a significância da terra para o camponês, ressalta que a subordinação do trabalho ao capital elimina a autonomia do trabalhador e nesse

processo o sujeito perde a sua dimensão enquanto produtor. Entretanto, enquanto ainda houver condição de apropriação da terra, há a resistência à sujeição ao capital e a luta para continuar na terra de trabalho.

A utilização da terra enquanto propriedade privada se insere no circuito para a extração da mais valia, seja direta ou indireta, por meio da exploração do trabalho ou da venda; “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho” (MARTINS, 1991, p. 55).

Esse entendimento da terra enquanto instrumento de trabalho garante ao trabalhador a sua reprodução, nesse sentido vê-se que a terra adquire caráter social, para garantia da alimentação da população e não para o enriquecimento pessoal. Ao se conceber o uso da terra pelo viés do capital, relega-se à sociedade uma desigual distribuição da riqueza, pois, os grandes proprietários apoderam-se desse instrumento de trabalho para o usufruto particular. Nesse contexto, muitos conflitos são erigidos entre aqueles que são detentores do capital e os despossuídos das condições de sobrevivência.

Essa questão sobre a propriedade da terra abre a discussão sobre a apropriação da sua renda que, mesmo que não seja trabalhada, cobra da sociedade esse valor. Por não ser produto do trabalho e sim bem natural, a terra como meio de produção garante ao seu proprietário um tributo social pelo seu uso. Por essa razão, são estabelecidos os embates pelos capitalistas com a finalidade de manter o monopólio dessa classe pela posse da terra (MARTINS, 1991).

Contra essa condição capitalista, a luta pela terra no Brasil se coloca como uma forma de resistência camponesa pela sua garantia como terra de trabalho, contrapondo-se aos ditames do capital que permite a acumulação individual para seus proprietários, expropriando e explorando os trabalhadores, ao mesmo tempo em que controla todo o sistema produtivo.

O que o capital almeja é lucro e renda e para efetivar seu objetivo promove ações em cadeia, em rede, em todas as esferas do campo, sejam elas ligadas à concentração de terras, à expropriação camponesa, à sua territorialização ou monopolização com a recriação das formas de produção tipicamente não capitalista. Toda essa estrutura assenta-se sobre o apoderamento da terra, que se constitui nesse processo como essencial para as pretensões do sistema produtor de mercadorias.

Segundo Paulino (2006), no modo capitalista de produção, a desigual apropriação do território torna evidente a espoliação de uma grande parcela dos trabalhadores do campo. Isso ocorre porque, nesse processo, os mecanismos criados pelos detentores do capital e de terras promovem a valorização desta última e impedem o acesso por aqueles que não dispõem de formas de reprodução, cerceando assim um maior equilíbrio no que se refere à distribuição da riqueza. A busca pela maximização dos ganhos pelos capitalistas cria condições de extração das relações próprias do sistema, objetivando como recolocar o camponês no ciclo da economia ao permitir a sua sobrevivência com atividades não capitalistas.

1.2.1 A Realização do Capital a partir do Uso da Terra: a relação de produção não capitalista como definidora da garantia do lucro e da contraditória resistência do campesinato

Na análise do campo, observa-se a existência de relações típicas do capital e do campesinato, no mesmo circuito; mas, distintas em sua essência, as duas formas coexistem contraditoriamente. Enquanto a agricultura voltada ao capital objetiva lucro e renda, a prática camponesa fundamenta-se na reprodução da família, buscando a mercadoria para a sua manutenção, o que não a exclui de estar inserida no sistema do capital.

A lógica camponesa distingue-se da lógica capitalista de acumulação. A extração do lucro não é a base sobre a qual se dá a atividade do camponês, entretanto, isso não significa que o mesmo não possa acumular; o sentido é diferenciado, envolvendo sempre o aumento da produtividade como a melhoria das condições de vida da família (PAULINO, 2006). Nesse sentido, não se confunde com a renda capitalista:

[...] representa um tributo pessoal, tanto do ponto de vista de sua auferição pelo camponês quanto de sua transferência aos setores capitalistas ou à sociedade. É pessoal porque o camponês detém a autonomia sobre o processo produtivo, a qual permite o controle dos resultados do esforço produtivo, ainda que o mesmo possa representar trabalho gratuito (PAULINO, 2006, p. 33).

A inserção dos camponeses no mercado não os transforma em não camponeses. Um fator importante para elucidar esse entendimento é a autonomia de trabalho. Assim,

Nos momentos em que os ganhos podem ser maiores no trabalho fora da unidade de produção, a família reduz as atividades internas ao mínimo. Ao se envolver naqueles que permitem um acúmulo de recurso, terão assegurado um incremento de recursos

monetários na unidade e, conseqüentemente, sobrevivência futura com menos esforço físico (PAULINO, 2006, p. 49).

Portanto, não é exatamente a limitação da atividade interna imposta pela escassez dos meios de produção que leva os camponeses a deixarem a unidade ou realizarem trabalhos acessórios e sim a possibilidade de obterem ganhos maiores com o mesmo esforço físico (PAULINO, 2006, p. 49).

Outrossim, essa inserção no mercado de trabalho, tida por parte dos teóricos clássicos e contemporâneos como sinônimo de proletarização, é interpretada por Chayanov como recurso para a manutenção da condição camponesa. Até mesmo o fato de acumular dinheiro não aparece como uma postura pequeno-burguesa, ponderando-se que a diferença fundamental entre unidades capitalistas e unidades camponesas está na lógica interna da exploração e organização (PAULINO, 2006, p.50).

Desse modo, pode-se entender que o fato de adquirir bens materiais não transforma o camponês em capitalista. É a incorporação da lógica do capital, do privilegiamento da acumulação e a exploração do trabalho alheio que insere o homem do campo nesse contexto. Distintamente desta realidade, o campesinato apresenta uma força de trabalho “fixa”, que é a família e que não pode ser demitida em períodos de não produção. Nesse sentido, Paulino (2006) ressalta:

Isso dá algumas pistas para se entender a razão pela qual os camponeses dominam as culturas alimentares que proporcionam menores rendimentos. Mesmo sabendo-se que existem outras variáveis (não possuem recursos suficientes para se lançarem a culturas mais “nobres”, os meios de produção são limitados, incompatíveis com a escala de produção exigida, não estão materialmente aptos para suportar os riscos inerentes às atividades de maior rendimento etc.), optam por atividades passíveis de ocupar a mão-de-obra familiar, o que lhes assegura rendimentos brutos maiores (PAULINO, 2006, p. 51).

Inseridos no modelo capitalista, os pequenos agricultores são obrigados a se reproduzirem de diversas formas, para permanecer na terra e continuarem como camponeses, realizando atividades que muitas vezes não estão necessariamente ligadas ao cultivo da terra ou à criação. Para garantirem a sua realização, são obrigados, em alguns casos temporariamente, a venderem sua força de trabalho em outras atividades distintas das que eles efetivamente desenvolvem no campo, cuja finalidade é a manutenção da vida.

Em virtude de sua inserção em um modo de produção altamente dinâmico, essa classe sofre constantes modificações. É a necessidade e a capacidade de adequar-se às novas circunstâncias impostas pela relação mercantil que suscita rearranjos e permite diferenciações internas. A diferenciação, resultante do enriquecimento de alguns camponeses e do empobrecimento de outros, expressa a estreita ligação com o mercado, que continuamente transforma camponeses em não camponeses, seja através do aburguesamento, seja através da proletarização. (PAULINO, 2001, 227/228).

De acordo com a análise dessa autora, esse movimento no campo não descaracteriza o campesinato, no sentido da sua essência enquanto tal, pois, o mesmo permanecendo como mantenedor da terra preserva seus traços, o que muda são suas estratégias de trabalho para resistir frente às imperiosidades do sistema de mercadorias. O camponês não se define com base nas premissas determinadas pelo capital, ele apresenta-se dentro de uma dimensão própria de sua classe, fundamentada em uma relação trabalho/consumo. A necessidade move a produção camponesa, é ela que conduz a intensificação do trabalho. [...] “a sua integração nestes termos está relacionada ao grau de monopolização do território pelo capital”. (PAULINO, 2006, p. 112). Portanto, é o aumento da monopolização para maior extração da renda da terra que garante a multiplicação de mecanismos diferenciados do capital e que dá novas formas ao sujeito camponês, podendo ser observado no sul e sudeste brasileiro.

Conforme Paulino (2006), um dos condicionantes que se refere ao campesinato no Centro-Sul é estabelecido no sistema entre a indústria capitalista e a produção camponesa, em que ocorre a sujeição desta em relação à primeira, o que significa que há a sujeição da renda, mas ao mesmo tempo permite a reprodução do camponês, mesmo assumindo características distintas daquelas do campesinato tradicional.

Na integração, há uma série de regras impostas aos produtores, o que indica que as empresas monitoram diretamente a produção das matérias-primas que alimentam a indústria, pois, a taxa de lucro das integradoras depende diretamente da equação: qualidade, quantidade e preço. (PAULINO, 2006, p. 114).

Não resta dúvida de que a integração abre caminho para produção do capital, por meio da definição dos preços da matéria-prima, o que seria o mesmo que admitir que, com a sujeição da renda da terra ao capital, as integradoras estão se apropriando do trabalho contido na produção camponesa. Eis aí a razão pela qual os camponeses são tomados por tais empresas como “parceiros” ideais. (PAULINO, 2006, p. 114).

Pelo fato de conservarem os meios de produção, os camponeses comparecem ao mundo do trabalho como entidades familiares. Ao contrário dos proletários, necessariamente trabalhadores individuais que se apresentam descolados de quaisquer prerrogativas e em condições legais de firmar contratos, os primeiros conservam a unidade entre o trabalhar e o reproduzir-se socialmente, produzindo uma geografia peculiar no campo, diferenciada tanto em termos espaciais como temporais. (PAULINO, 2006, p. 114).

Segundo Paulino (2006), há uma nítida diferença entre o contrato de trabalho de acordo com o padrão capitalista que é baseado na indústria e o tempo de produção que a atividade ligada ao campo requer. O trabalho assalariado não daria certo nesse processo porque a normatização em que está assentado não cobriria as necessidades do ciclo produtivo da atividade agropecuária. Em determinados períodos do ciclo, o trabalho é maior, em outros

momentos, o trabalho é menor; dessa forma, a atenção deve ser contínua, não pode ter interrupções e as formas de trabalho tipicamente capitalistas não cobrem toda essa situação. Ao contrário, as relações não capitalistas de produção, desenvolvidas pelo campesinato, conseguem abarcar essa realidade, já que a família trabalha; é a família que regula a produtividade de acordo com as necessidades que surgem no cotidiano, tendo em vista que esta apresenta um ritmo que lhe é peculiar. Dessa forma, nega o ritmo capitalista e subsiste diante de seu crescimento no campo, pois, mesmo sujeitando-se à lógica capitalista, o camponês não assume traços de assalariamento e continua a existir nos marcos de suas características.

A expansão do capitalismo no campo, de acordo com Martins (1981), pode ser observada a partir da transformação do pequeno produtor em trabalhador rural possuidor unicamente da sua força de trabalho, na separação dos donos dos meios de produção e o trabalhador. Os primeiros têm os instrumentos de trabalho e o segundo a força de trabalho para ser vendida a quem ele quiser vender, pois, é livre para essa ação. Dessa forma, a relação existente se dá fundamentada na liberdade e na igualdade. Não há dominação de um sobre o outro porque é uma relação mediada pela troca. “Essa é uma contradição própria do capitalismo: para entrar na relação de troca, cada um é cada um, porque a existência da pessoa depende totalmente de todas as outras pessoas, das relações que cada um estabelece com os outros” (MARTINS, 1981, p. 153).

A mediação ocorre por meio do salário que é pago pelo dono dos meios de produção. O salário pago ao trabalhador é parte do capital que é convertido pelo patrão para o pagamento da força de trabalho. Dessa maneira, o trabalho aparece mais como força do capital do que do próprio trabalhador. O salário aparece como forma de reprodução do trabalhador, ou seja, para que o mesmo tenha o necessário básico para a sua volta ao trabalho. Entretanto, o salário não pode estar acima da taxa média de lucro a fim de que o capitalista, que fica com o lucro (horas de trabalho não pagas – mais valia), não tenha “prejuízo” (MARTINS, 1981).

A contradição existente na relação do contrato entre trabalhador e capitalista é desigual. Uma relação de liberdade e igualdade que se traduz no final em apropriações diferenciadas: um apodera-se do lucro do trabalho e o outro, do salário. Neste sentido, essa relação existente é firmada na aparência, é aparentemente igual e livre entre o trabalhador e o patrão. “Isso só é possível na medida em que o trabalho, que se materializa nas mercadorias

que vão produzir o lucro do capitalista, aparece como propriedade do capital” (MARTINS, 1981, p. 156).

Esse fato mostra a essência das relações no capitalismo que são pautadas na exploração social travestidas de legítimas, mas que fantasiosamente faz o trabalhador acreditar que há uma justa igualdade na venda de sua força de trabalho em troca de um salário. Sem se dar conta de que o fruto de sua produção não lhe pertence, aliena-se, sendo submisso ao capital, e contraditoriamente não se enxerga mais como livre.

Além do trabalho assalariado, segundo Oliveira (2001), desenvolvem-se no campo outras formas de exploração capitalista pautadas nas relações de trabalho não capitalistas. Através desta, o capitalista produz capital sem necessariamente fazer investimentos; isso significa que, utilizando-se da parceria e do arrendamento, o gasto com o trabalho na terra será feito pelo parceiro, arrendatário e o camponês. Daí se extrai uma renda da terra que é transferida em produto, ou em dinheiro e até em trabalho para o fazendeiro.

Essa condição torna evidente o processo contraditório, desigual e combinado do capitalismo no campo e revela toda a trama do processo de sujeição da renda da terra ao capital, permitindo a recriação do campesinato, dentro de uma relação não característica do sistema, para poder promover ainda mais a sua expansão.

O capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

O que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também o aumento, a criação de mais capitalistas (OLIVEIRA, 1994, p.48).

Com a acumulação e a ampliação da mais valia, o capitalista utiliza-se de todos os meios para atingir as suas pretensões. Nesse processo, observa-se também a unificação entre capitalista e proprietário de terras, a fim de promover ainda mais a exploração do trabalho. O resultado dessa unificação é a apropriação intensa da terra, não para ser dono unicamente da terra, mas também e primordialmente da renda que dela é gerada. Martins (1981) ressalta que a terra apresenta-se de forma diferenciada do capital, pois, mesmo que nela não se trabalhe, a

mesma garante parte da riqueza social produzida. Isso significa dizer que ainda que nada se produza, da terra é extraído um tributo.

Segundo Marx (1988), a natureza não se constitui como criação do trabalho humano, mas entra no processo produtivo, sendo dominada pelo capital. Dessa forma, sofre um acréscimo proveniente de investimentos da produção, cujo objetivo está relacionado à ocorrência do aumento da taxa de lucro, mas não de sobrelucro.

O sobrelucro advindo da força da natureza tem relação direta com a força produtiva investida naquela circunstância apresentada pela natureza, o que significa que por mais que se detenha capital não se pode utilizá-lo em todos os lugares que se tenham recursos naturais próprios para a produção. Desse modo, a natureza será utilizada pelo capital em determinados lugares onde esse capital tiver condição de utilizá-la, ou seja, nem todos os capitais poderão apropriar-se da força da natureza pelo simples fato de a natureza existir; essa deve estar à disposição para tal apropriação, visto que os recursos não estão dispostos em todos os cantos da Terra. (MARX, 1988).

A posse da natureza ligada à terra significa a constituição de monopólio pelo capitalista que dela se apropria, pois, ela se torna fonte de geração de lucro. Mesmo quando o proprietário da terra deixa de utilizar o recurso natural existente na propriedade da terra, o sobrelucro continua existindo porque não foi o emprego do capital que o gerou, mas o uso dessa força da natureza que é monopolizada pelo capital. O excedente nesse caso pode surgir da circunstância de dispor de uma força natural que é tomada pelo capital e que se transforma em renda fundiária. (MARX, 1988).

A renda da terra, que também pode ser denominada de renda fundiária ou territorial, é um lucro suplementar permanente na atividade agrícola, sendo uma parte específica, particular da mais-valia do trabalho excedente do trabalhador entregue ao capitalista. Em sua forma pré-capitalista, uma fração da produção é entregue ao proprietário da terra. Já em sua forma mais avançada, a renda da terra é sobra acima do lucro médio que o capitalista extrai da atividade econômica (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Oliveira Junior e Conceição (2011), para que se tenha a compreensão do que vem a ser a renda da terra é preciso desvencilhar-se de todas as relações sociais que ocorrem no campo e que são postas para mascarar seu real entendimento. Em sua concepção,

essa categoria está intimamente ligada à propriedade privada da terra. Na teoria de Karl Marx, no sistema capitalista, a renda fundiária adquire conotação de “sobra acima do lucro”, portanto, diferenciada, se levarmos em consideração os modos de produção anteriores. [...] “Assim, o trabalho agrícola tem de possuir rendimento bastante para que a totalidade do tempo de trabalho disponível não seja absorvida na produção da subsistência da força de trabalho, logo possibilitando excedente agrícola; conseqüentemente um produto excedente no campo” (OLIVEIRA JUNIOR e CONCEIÇÃO, 2011, p.12).

Nesse contexto, a produção camponesa submetida às regras do capital, para produzir a renda da terra, deve enquadrar-se na esfera produtiva conforme o ditame do sistema posto na lógica do trabalho excedente, que impera para a obtenção da mais-valia, seja na indústria ou no campo. Compreendem-se assim as razões da submissão do pequeno produtor que subverte a ordem de sua produção para o autoconsumo e se sujeita às imposições do sistema produtor de mercadorias. Para esses autores, o avanço das forças produtivas contribui para a intensificação da extração da renda da terra juntamente com o desenvolvimento das relações de trabalho que se dão de forma social.

O que deveria representar melhorias de condição de vida para os trabalhadores do campo, por aumentar a procura pelo que produzem, contraditoriamente, sob o julgo do capital, representa a maior exploração de seu trabalho. É a riqueza produzida pelos pequenos produtores do campo indo parar nas mãos de quem não a produziu. É uma relação não-capitalista sendo sugada pelas personificações do capital – da indústria, do mercado de insumos agrícolas e do setor financeiro. (OLIVEIRA JUNIOR e CONCEIÇÃO, 2011, p.13).

Conforme Paulino e Almeida (2010), a renda da terra é fundamental para vislumbrar o desenvolvimento do capitalismo no campo. “A origem da renda fundiária reside no fato de que um grupo de pessoas detém a propriedade do solo em detrimento do restante da sociedade que, por sua vez, necessita pagar um tributo para que essa terra seja disponibilizada para a produção” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 41). A explicação para esse fato se dá com o entendimento de que o trabalho exercido para a valorização da propriedade não ocorre necessariamente na propriedade.

À medida que cresce a necessidade de frutos da terra para alimentar o povo, à medida que a terra já trabalhada é insuficiente para atender essa necessidade, o valor da terra cresce – a sociedade estará disposta a repartir com os proprietários uma parte crescente da sua riqueza para que os alimentos possam ser produzidos (MARTINS, 1981, p. 166).

Como a terra não é produzida pelo trabalho, não apresenta valor, diferentemente dos objetos, ferramentas e utensílios utilizados na produção que tem o seu valor inserido no trabalho, desse modo, a terra garante a possibilidade de aquisição de riqueza diferente daquela permitida pelo capital.

O dinheiro empregado na terra será recuperado mais tarde, com acréscimos. Com o passar do tempo, com o trabalho, enriquece o proprietários. Os outros objetos, porém, desaparecem, precisam ser produzidos de novo. Por isso, o dinheiro empregado na terra não opera como capital. Sendo compra de renda, do direito de extrair uma renda da sociedade no seu conjunto, é renda capitalizada e não capital (MARTINS, 1981, p. 167).

Aparentemente, tem-se o entendimento de que a propriedade da terra e o capital são antagônicos, como se a primeira fosse obstáculo para o segundo; no entanto, a relação daí resultante esclarece uma das contradições internas do sistema de mercadorias. Advém que a propriedade da terra cobra do capital para a sua expansão.

No campo, essa relação entre capital e terra se dá de forma diferenciada. Como não há predomínio do trabalho assalariado na unidade de produção camponesa, mas força de trabalho da família, não há incidência da sujeição formal do trabalho ao capital; de acordo com Martins (1981), há a sujeição da renda da terra ao capital. No Brasil, não houve a separação entre capital e terra, assim tornou-se comum, em muitos casos, o capitalista e o proprietário fundiário serem a mesma pessoa. Esse episódio na história brasileira evidenciou o não interesse da elite, que desde sempre comandou este país, em não beneficiar a população buscando um desenvolvimento social, procurando apenas a promoção do aumento de sua riqueza e poder.

1.3 A Negação do Pequeno Produtor Camponês no Brasil a partir do Contrato entre Classes: o consórcio nacional entre Terra e Capital

No Brasil, a propriedade da terra foi determinante no processo de definição do território e na consolidação do Estado, fato que garantiu uma singularidade ao país no que se refere a essa mesma questão quando comparada com os países centrais. O caso brasileiro retrata uma divergência quanto ao modelo clássico de ascensão e acumulação do sistema capitalista, baseado na apropriação da mais valia extraída da exploração da força de trabalho (trabalho excedente). Nesse formato, a burguesia estabeleceu-se como classe dominante

quando provocou a ruína do poder dos donos de terras. Tal fato pode ser explicado ao se entender que a posse da terra garante ao seu proprietário a extração de uma renda que não prevê investimento de capital, sendo originada apenas pelo seu cercamento. Com isso, os donos da terra adquirem parte de uma riqueza que, em tese, caberia aos capitalistas, visto que são esses que demandam investimentos e são donos dos meios de produção, ao mesmo tempo, que eram obrigados a “conviver” com tal situação, a fim de não comprometer a existência da propriedade privada e do pacto de classes que mantinha entre si. Contudo, na Europa a burguesia conseguiu estabelecer-se frente aos proprietários fundiários. Fragilizando-os e assumindo o poder, impediram a sobreposição da extração da renda fundiária ao lucro capitalista. Dessa forma, a acumulação centralizou-se pela forma capitalista de produção (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

A distribuição da terra e a definição de limites para a concentração fundiária foram fundamentais para fragilizar o poder oligárquico e, ao mesmo tempo, aumentar a oferta de alimentos, o que dotou os capitalistas da maior fatia do valor oriundo do trabalho excedente extraído dos trabalhadores. É isso que tem assegurado o fornecimento de alimentos a preços que não comprometam a constituição de uma sólida demanda por outros bens de consumo duráveis e não duráveis; enfim, caminho pelo qual consolidou-se um mercado interno do qual os capitalistas não poderiam prescindir, nem mesmo nestes tempos de mundialização do capital. (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 83).

A expansão do capital, no campo no Brasil, não se deu da forma clássica a que se tem conhecimento. O conflito de interesses não provocou uma cisão entre proprietários fundiários e capitalistas urbanos, de forma totalmente adversa, os grandes proprietários de terras do país tiveram papéis centrais no novo processo produtivo que foi estabelecido a partir do início do século passado.

Pode-se inferir que no final do século XIX e início do século XX, o avanço do sistema capitalista no Brasil foi garantido pela abolição da escravatura, que naquele momento colocava-se como bloqueio para a expansão das relações do capital, já que a acumulação advinda do sistema escravocrata punha-se em contradição com as relações de trabalho daí oriundas. Nesse sentido, criava-se a necessidade de abolir a escravidão, colocando sob o foco a contradição entre a abolição da escravatura e o “agenciamento” das estruturas do capital no Brasil.

A questão era saber se a mesma classe dos velhos senhores de escravos podia, ela mesma, assumir a alternativa social que a contradição indicava e promover a abolição da escravatura. Mas, sobretudo, promover o desenvolvimento das condições para que

a reprodução do capital passasse a ocorrer de modo capitalista. Isto é, os fazendeiros estavam em condições de personificar o capital, na concepção de uma espécie de empresário weberiano, e dar curso à reprodução capitalista fora dos estreitos limites da grande agricultura, como até então? (MARTINS, 1999, p.54).

O escravismo existente no Brasil havia se desenvolvido no processo de expansão capitalista, diferentemente da oposição com o feudalismo que ocorreu na Europa séculos antes. Desse modo, os grandes fazendeiros “se qualificavam” para assumir o papel de garantidores das amarras para a consolidação do capital não necessitando de outra classe para viabilizar as necessidades do capitalismo no país (MARTINS, 1999).

Para esse autor, naquele momento histórico, a queda do sistema escravocrata abria a precedência para um suposto desenvolvimento que seria trazido pelas transformações geradas pelo capital, a superação de bloqueios e uma nova realidade social. Contudo, para a efetivação dessas mudanças, caberia um protagonismo social e político de novos sujeitos que vislumbraresse um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. Porém, entre a abolição da escravidão e as preocupações contra o atraso econômico do governo de Juscelino Kubitschek, passando pela crise de 1929 e pela revolução de 1930, o que se observou foi a permanência dos mesmos grupos de controle do poder no Brasil, a mesma elite, que, com novos acordos regionais, determinaram e decidiram a seu favor sobre as direções que deveriam ser dadas para o país.

As mesmas elites responsáveis pelo patamar de atraso em que se situavam numa situação histórica anterior, protagonizaram as transformações sociais. É claro que há aí questões a considerar, a principal das quais parece ser a das diferenças regionais. Na abolição da escravatura, o papel inovador dos fazendeiros do oeste de São Paulo, em relação aos fazendeiros do vale do Paraíba; na Revolução de 1930, a criatividade política dos gaúchos em relação às oligarquias paulistas e mineiras (e também nordestinas). (MARTINS, 1999, p. 58)

O que ocorreu foi a trama de acordos entre os interesses dos grupos da elite que comandavam/comandam o país, seja a oligarquia nordestina, sejam os empresários do Sudeste em nome da legitimação de seus projetos hegemônicos.

A aliança Terra/Capital existente no Brasil promoveu um rompimento definitivo entre as possibilidades de mudanças na estrutura social que pudessem garantir melhorias para a classe menos favorecida. Além disso, os militares em seu pacto com a oligarquia agrária, fortaleceram o poderio da classe dominante ao materializar o consórcio propriedade da terra e capital que fragilizou os setores da sociedade que lutavam pela seguridade de direitos sociais.

Ficam nítidos os verdadeiros propósitos dos grupos de comando da sociedade brasileira. Desde séculos anteriores, as alianças feitas para o suposto crescimento tinham como reais intenções a conservação dos privilégios dos mesmos grupos que se revezavam no poder. No século XX, os pactos entre os representantes da oligarquia agrária e os donos do capital nascente das indústrias no Brasil sedimentaram definitivamente o traçado de quem seria beneficiado com os projetos de desenvolvimento interno, retirando do acordo a população brasileira herdeira da riqueza e das terras do país.

Segundo Paulino e Almeida (2010), os latifundiários brasileiros, responsáveis pela estrutura agroexportadora, foram os responsáveis pela capitalização do sistema produtivo. Desse modo, não houve rompimento com a sobreposição da renda da terra frente ao lucro advindo do excedente da força de trabalho, próprio da produção capitalista. Nesse sentido, o que houve foi uma nova forma de estabelecer alianças com a nascente burguesia nacional, cuja finalidade era manter o poder e ampliar a acumulação dos detentores da propriedade fundiária.

A aliança terra-capital, ou em outros termos, a conciliação lucro-renda, é a melhor expressão da capacidade que os proprietários fundiários tiveram de cooptar os setores eminentemente urbanos, como bancos e grandes empresas transnacionais, para o pacto fundiário monopolista. Foi dessa maneira que os primeiros, atraídos por políticas públicas claramente voltadas à concentração da propriedade da terra, particularmente na fronteira agrícola, tornaram-se contrapeso para novamente fazer pender a balança em favor do histórico monopólio fundiário. (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 85).

O que se enxerga nesse contexto histórico brasileiro é a completa benevolência do Estado propiciando os meios necessários para a perpetuação do capital no território e a completa fusão entre proprietários fundiários e a nascente burguesia nacional que, através de um pacto, formaram um nocivo conchavo contra a sociedade, objetivando angariar a riqueza do país.

A capacidade que os proprietários fundiários têm demonstrado de fazer o aparelho de Estado um mediador em favor de seus interesses certamente denota a singularidade do embate de classes na sociedade brasileira, daí a importância de atentar para a atual estrutura agrária, cujos contornos foram redefinidos desde que latifúndio e empresa passaram a compartilhar um objetivo comum: o monopólio fundiário, fruto do entrelaçamento entre terra e capital e fundamento da acumulação. Dessa maneira, não se trata mais de uma herança própria da ordem espoliativa colonial, mas de uma estratégia estrutural de classes a reafirmar a centralidade da terra no modelo de desenvolvimento, e que se apoiará na ideologia da eficiência produtiva da produção de escala, leia-se grande propriedade, e que orientará as estratégias de modernização técnica. (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 87).

Desse modo, toda a legislação, que deveria ser o meio de garantia de acesso dos camponeses à terra, foi concebida como instrumento estratégico de solidificação do controle do capital sobre a terra em um regime de acumulação monopolista. O Estatuto da Terra demonstra essa condição, que pode ser apreendida ao se perceber em sua análise que não se prevê outra discussão que não seja de benefício para o capital e nessa mesma direção seguem as leis relacionadas à questão agrária brasileira surgidas nas décadas posteriores. As discussões sobre a reforma agrária continuam na pauta, entretanto, de forma sutil, são descartadas para não mostrar a ineficiência da grande propriedade no Brasil no que se refere à produtividade e ao não cumprimento de sua função social, tão explicitada no Estatuto da Terra de 1964.

Segundo Paulino e Almeida (2010), os interesses de classe são decisivos nesse processo de expansão do capital e integração do território ao circuito mundial, articulando produção, expropriação, violência e a despossessão do homem do campo, entre outros pontos vistos como entraves para a apropriação da terra e a extração da sua renda e lucro.

O que se observa na grande e na pequena propriedade é a apropriação da renda da terra pelo capital, seja nas propriedades monocultoras ou nas propriedades que produzem alimentos para a população, o capital não somente se apropria da terra, mas também cria condições para extrair o excedente.

O capital estrategicamente articula estas questões no campo, recria-se e define como se dão no espaço geográfico as relações sociais. Entende-se, portanto, que através da produção/reprodução do capital, da geração da mais-valia e da reprodução do trabalho humano ocorre a transformação do território. No campo brasileiro, esse movimento capitalista possibilitou a industrialização da agricultura permitindo a apropriação da renda da terra (OLIVEIRA, 2004).

O desenvolvimento da agricultura através da indústria unificou esses dois elementos. Esse aspecto se tornou possível, a partir do momento em que o capitalista se tornou dono das terras e criou formas de amarras para o campesinato. Em um primeiro momento essa vinculação ocorre quando o camponês é obrigado a produzir para a indústria, através do trabalho assalariado dos bóias-frias que vivem nas cidades. Assim, as empresas capitalistas e os proprietários capitalistas que são a mesma pessoa, determinam a produção (OLIVEIRA, 2004).

Dessa forma, há uma territorialização do capital, segundo Oliveira, 2004, p.42:

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc.

Para este autor, em outro momento, camponês e capitalista estão atrelados, quando o capitalista é uma empresa industrial e os proprietários da terra são camponeses, que entregam toda a produção a essas indústrias. Numa outra perspectiva, verifica-se o arrendamento da terra pelos camponeses (que trabalha a terra com a família) ao capitalista industrial e proprietário da terra rentista que também aluga a terra. De acordo com Oliveira (2004), todo esse mecanismo define a monopolização do território pelo capital. Por este viés, constata-se que a classe camponesa continua a se reproduzir no campo e tem redefinido suas relações de produção familiar.

Na contraposição à expansão e à reprodução do capital, a lógica camponesa põe-se como alternativa ao modelo de exploração dominante. “Na contradição capitalismo versus campesinato a dinâmica da reprodução do capitalismo no campo se torna incompatível e inconciliável com a economia camponesa porque as racionalidades que os movem são intrinsecamente antagônicas” (CARVALHO, 2005, p. 19).

Como não incorporam a lógica capitalista, são expropriados das condições dignas de sobrevivência e conseqüentemente são excluídos e relegados à miséria. Desse modo, para reproduzir-se e continuar no seu processo de existência, travam a resistência na terra. Compreende-se que

A complexa trama da reprodução do campesinato como fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete à necessidade de interpretação da sua existência no contexto das lutas de resistência e às manifestações desenvolvidas por eles, pois se trata de uma luta contra a ordem capitalista. A revolta do camponês atinge o capitalismo e não só os proprietários de terra, ou seja, atinge o “mecanismo” de transferência de renda para o capitalista (bancos, indústria, comércio). O proprietário de terra que acumula renda está inserido numa lógica, num modo de controle de apropriação da renda que tem como raiz a distribuição da mais-valia que vai para o proprietário da terra e não para a ampliação da produção capitalista, ou seja, é uma mais-valia “inutilizada”. O camponês, na sua revolta, atinge os proprietários de terra também, porque subverte a ordem de distribuição da mais-valia social garantida pela propriedade da terra. (FABRINI, 2004, p. 125)

A luta do camponês é a sua forma de expor sua indignação, é a sua fala, sua forma de construção enquanto sujeito histórico, trabalhador do campo que vê a terra como sua condição de vida; assim, entra na terra e nela permanece. Segundo Martins (1981), a luta pela terra é uma garantia de seu lugar no processo social. Essa concepção de camponês enquanto trabalhador do campo que resiste contra o capital expressa corretamente a construção das relações camponesas no Brasil.

O campesinato no Brasil nasceu em uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista (MARQUES, 2008b). Diferentemente do campesinato europeu, no Brasil, o camponês não estava enraizado na terra. Dessa forma, surgiu em meio à mobilidade, devida às condições estruturais brasileiras, e nesse contexto, essa mobilidade assume característica de sua reprodução.

A partir da década de 1970, o conceito de pequena produção foi instituído como alternativa ao conceito de camponês. Entretanto, essa nova denominação não contemplava em suas especificidades a conceituação de camponês e assim, os autores passaram a usar de forma articulada as duas conceituações (MARQUES, 2008b). Posteriormente, a discussão se volta para as novas formas de subordinação. Nesse contexto, havia o embate entre os que defendiam que haveria o fim do campesinato e aqueles que entendiam que o ressurgiria do trabalhador do campo e a sua (re) produção no interior do capitalismo.

A associação entre Estado e capital, a partir da segunda metade do século XX, responde a um novo reordenamento da estrutura produtiva no capitalismo. De modo específico, no campo brasileiro, a reestruturação produtiva vai reorganizar as estratégias do capital, o que resultará em grande parte a expropriação do campesinato. Todavia, ao mesmo tempo para reproduzir-se ampliadamente, o capital não o extinguirá.

CAPÍTULO II

A REESTRUTURAÇÃO DO CAMPO NA CONFORMAÇÃO DO MODELO DO AGRONEGÓCIO SOB A “MÃO (IN) VISÍVEL DO ESTADO”

2 A REESTRUTURAÇÃO DO CAMPO NA CONFORMAÇÃO DO MODELO DO AGRONEGÓCIO SOB A “MÃO (IN) VISÍVEL DO ESTADO”

2.1 Reestruturação Produtiva: a financeirização da economia no campo

Após o período pós-guerra, o capital, para atender as suas exigências de lucros crescentes, submete todas as engrenagens das estruturas produtivas alterando as relações sociais e econômicas.

O período de desenvolvimento do pós-guerra foi preenchido pela habilidade do capital em ativar imensos recursos humanos e materiais, antes reprimidos ou latentes, em seus propósitos de auto-expansão, ampliando e intensificando as áreas de atividade econômica produtiva em todo o mundo, tanto pelo incremento de grandeza absoluta da força de trabalho quanto pela sua produtividade relativa. Enquanto tal processo de auto-expansão produtiva pudesse avançar sem impedimentos, não haveria problemas que o capital não pudesse, em princípio superar. (MÉSZÁROS, 2009, p. 84).

Nesse período de sua reconstrução, seu objetivo é garantir sua ampliação, não se importando com os desastrosos danos oriundos de suas ações expropriatórias. Nesse sentido, os fatores que elevam a ampliação capitalista são também, ao mesmo tempo, os fatores que geram a sua contradição. Conforme esse autor, a produtividade é um exemplo dessa situação. Em sua condição necessária para o crescimento econômico internacional, enquanto categoria de permanência das relações capitalistas, a produtividade consegue determinar, a partir de sua natureza, o grau de avanço da nocividade do sistema de mercadorias, pois, não está inclusa nesse quesito a eficácia desse enquanto tal, mas a regulação destrutiva que, enraizada na elevação da produção, pode se dar no contexto social em várias partes do mundo. O que se pode claramente notar é a desestruturação social, nitidamente a que se relaciona ao trabalho (desemprego estrutural) e outras variáveis originárias desse processo. (MÉSZÁROS, 2009).

No contexto da reestruturação produtiva, a partir da segunda metade do século XX, é necessário analisar ainda duas questões. A primeira remete-se ao papel do desenvolvimento do complexo militar, constituído como um fator fundamental para a economia, tendo em vista a associação entre a tecnologia de armas e a sua ampliação para o uso social; assim, esta era garantida como necessária para a conjuntura do capital. Entretanto, com a crise, o setor passou a sofrer perdas consideráveis e na ótica da produtividade pôde ser visto como dispensável, contudo, permaneceu sendo estrategicamente forte e contraditoriamente necessário para o

Estado, o que provocou problemas maiores na ordem econômico-social. A segunda remete-se à industrialização dos países da periferia do capitalismo, que também contribuiu para a reorganização da acumulação capitalista no pós-guerra. Em uma clara perspectiva de expansão do capital internacional das grandes empresas e de sujeição dos países mais pobres aos interesses internacionais, o desencadeamento dessa atividade apontou os pérfidos mecanismos de extração da riqueza no mundo subdesenvolvido (MÉSZÁROS, 2002).

Com certeza, nunca teve o sentido de satisfazer as necessidades da população faminta e socialmente carente dos países envolvidos, mas a de prover escoadouros irrestritos para a exportação de capital e gerar nos primeiros tempos níveis inimagináveis de superlucro, sob a ideologia da “modernização” e a eliminação do “subdesenvolvimento”. Entretanto, devido à magnitude dos recursos humanos e materiais ativados pelo capital, o impacto geral de tal desenvolvimento não poderia ter sido outro do que pura e simplesmente extraordinário, tanto quanto o da produção total de lucro na referida estrutura global do capital. (MÉSZÁROS, 2009, p. 86).

As contradições daí decorrentes perfilaram-se ao longo do processo histórico em questão e, nesse contexto, a conflituosa relação entre dominadores e dominados tomou corpo sob uma nova dinâmica refletida nos interesses dos países considerados dependentes e os interesses dos países expropriadores. Isso passou a evidenciar que a crise do capital não se encerrava somente em uma esfera de ação, mas no conjunto das relações, ou seja, todas as esferas, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais foram submetidas ao novo modelo de acumulação.

Nesse contexto, de acordo com Harvey (2008), o domínio do mundo financeiro, até então regido pelos Estados Unidos, apresentou franca redução, fato esse que chamou a atenção para uma série de outros fatores, que naquele momento representavam indícios “da necessidade” de uma nova organização produtiva em nível mundial. Dos problemas do modelo fordista à desvalorização do dólar, passando pela crise interna norte-americana, pela completa recuperação econômica da Europa e Japão – que também buscavam mercado externo para sua produção – e pela industrialização dos países capitalistas do chamado Terceiro Mundo, teve início uma nova reorganização na escala internacional de produtividade, questionando a supremacia estadunidense e o seu modelo.

Havia uma necessidade de garantir a acumulação, mas que esbarrava na rigidez do padrão fordista, no controle exercido pelo Estado e na força da classe trabalhadora. Vislumbravam-se ao mesmo tempo, as contradições do sistema e a montagem de engrenagens para a continuidade de sua expansão.

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora [...]. (HARVEY, 2008, p. 135).

A expansão capitalista mostrou sinais de retração, pois, as tentativas de reorganizar as ações acabaram por gerar uma crise ainda maior no mundo. Além da inflação gerada pela liberalização da impressão de moeda para manter a estabilidade econômica, outros fatores foram se acumulando: a crise do petróleo e das instituições, as novas formas de utilização de energia que promoveram impactos na estrutura econômica, a questão da produtividade industrial e outros que se tornaram a base de uma nova reestruturação.

Na busca intensa pelo lucro, o capital age de forma (in) flexível, cuja finalidade era/é a apropriação de todos os espaços que possam permitir a sua manutenção.

Isso obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho [...] A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 2008, p. 137/140).

O que se pode observar é que, a partir desse contexto, uma nova reestruturação produtiva se impôs mundialmente. O capital, através de seus mecanismos, reorganizou a esfera produtiva, retirou o fordismo, não no sentido de uma ruptura definitiva, mas como princípio de padrão da economia e introduziu novas formas de produção que respondem a um novo modelo em que se centrava “um novo” processo de expansão do capital e de sua forma de expropriação do lucro.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. (HARVEY, 2008, p. 14).

Mediante o estado imperialista, o capital modificou o paradigma fordista-taylorista para instituir novas formas de organização e exploração da força de trabalho o toyotismo japonês, a reengenharia norte-americana e o kalmaranismo sueco; a especialização flexível; os métodos como o kan ban, o just-in-time, a formação de equipes de trabalho nas fabricas, empresas e oficinas, e os círculos de controle de

qualidade; o emprego intensivo de tecnologia nos processo produtivo (sic) e no desenho das mercadorias. (VALENCIA, 2009, p.117).

As implicações dessa reestruturação podem ser observadas na esfera do trabalho com o processo de precarização. O sistema de mercadorias com o objetivo de lucro pela redução de custos fragilizou as relações trabalhistas e paralelamente buscou a mesma força de trabalho sob condições de pouca seguridade para o trabalhador. Nesse âmbito, tornou-se comum a subcontratação, com as novas formas de organização destas relações e suas garantias em tempo parcial. Novas diretrizes são estabelecidas no mundo do trabalho, inclusive a valorização da força feminina para posteriormente desvalorizá-la, colocando-a como inferior na esfera da produtividade. O caráter de centralidade do trabalho é fundamental para entendermos a necessidade de o capital destruí-lo e contraditoriamente necessitar dele. Isso nos mostra que não há lucratividade sem a subsunção do trabalho, por isso é de fundamental importância para o capital negar, precarizar e retomar o trabalho em seu processo de expansão.

O crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista. (HARVEY, 2008, p. 166).

Nessa direção, conforme Chesnais (1996), a ação combinada dos fatores organizacionais e tecnológicos permitiu um maior alcance do capital nos setores industriais, reestruturando sua capacidade de rentabilidade e promoveu sua internacionalização e a reorganização/desmonte das relações trabalhistas. Esse processo de desregulamentação do trabalho é verificado face ao aumento do movimento de automatização, de tal forma que:

Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho. Em cada fábrica e em cada oficina, o princípio de “lean production”, isto é, “sem gorduras de pessoal” (Womack, 1992) tornou-se a interpretação dominante do modelo “ohnista” japonês de organização do trabalho (CHESNAIS, 1996, p. 35).

A flexibilização do trabalho tem o objetivo de criar facilidades para a expansão capitalista fomentando o desemprego. Vê-se, portanto, que este sistema cria e recria formas de

reestruturação produtiva visando garantir a extração da mais-valia. Dessa forma, percebe-se que “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais” (CHESNAIS, 2005, p. 35).

O novo “modus operandi” do capital teve rebatimento em todo o mundo, contudo, cada continente, cada país, para enquadrarem-se dentro das determinações impostas pelo sistema obedeciam às novas formas, de acordo com o papel que sempre desempenharam na estrutura de acumulação. Países que não estavam no centro do capitalismo, como o Brasil, também passaram a “remodelar-se” para adentrar no novo processo de expropriação.

O avanço das relações capitalistas, desencadeado a partir da década de 1970, que culminou com a transformação dos padrões de produção, pôs em evidência o papel de subordinação dos países da periferia do capitalismo que não dominavam essa nova matriz tecnológica e mesmo quando países como o Brasil ingressaram nesse novo processo, somente o fizeram por interesse do capital internacional que sempre os viu, como “galinhas dos ovos de ouro”.

Na verdade, desde os anos 50, aprofundou-se a subalternidade estrutural do capitalismo brasileiro, um processo de dependência estrutural à lógica do capitalismo mundial, que contrastou com a “ilusão de autonomia”, alimentada pela aspiração de um capitalismo nacional. O nosso paradoxo histórico é que o novo surto de industrialização em meados dos anos 50, permitiu que se desenvolvesse uma “ilusão de autonomia” do capitalismo nacional, ao mesmo tempo que se aprofundavam, cada vez mais, seus vínculos estruturais com o capitalismo mundial. (ALVES, 2005, p. 117).

A estrutura industrial montada para o país refletia o seu papel na divisão do trabalho e de forma perversa o governo brasileiro garantia as possibilidades de lucro das empresas estrangeiras, tendo gerido um modelo de desenvolvimento interno totalmente ligado ao uso de tecnologia estrangeira que obrigava o país a endividar-se para atender as exigências dos padrões do capital internacional. Os limites e as contradições desse modelo refletiam diretamente sobre os trabalhadores.

Em 1990, a liberalização de capitais dá a tônica das ações capitalistas no Brasil que, reforçada pela política neoliberal inicializada com o governo Fernando Collor de Melo e intensificada no governo Fernando Henrique Cardoso, permitiu a ampliação da produtividade em vários setores industriais garantindo a centralização e a concentração de capitais. Nesse sentido, a reestruturação produtiva se assenta definitivamente com traços diferentes daqueles

trazidos em seu início durante a década de 1980 e contando com o papel do Estado na organização econômica, pautada entre outras coisas na estabilidade monetária e na reforma do Estado. (ALVES, 2005).

De acordo com Alves (2005), o ingresso do país em um novo processo de reestruturação produtiva apoiado pela crise vivida pelo setor industrial nacional, devido à depreciação econômica provocada pela dívida externa, obrigou-o a assumir novos padrões de produção correspondentes com a nova organização tecnológica, ainda que de forma incipiente.

A palavra-chave do discurso empresarial passou a ser qualidade, o que mostra aspectos qualitativos importantes da nova concorrência internacional. Instalou-se na ordem do dia a necessidade de elevar o nível de produtividade e eficiência. As análises da sociologia do trabalho ressaltou, por exemplo, alterações nos “padrões tecnológicos e padrões de gestão da força de trabalho” na indústria brasileira, principalmente no complexo automotivo, ainda em caráter restrito e seletivo. (ALVES, 2005, p. 120).

Inicialmente, deve-se entender que os mecanismos instaurados para tal concentraram-se em algumas grandes indústrias naquele momento, sendo estes bastante seletivos e voltados para a exportação; o outro aspecto importante era o padrão heterogêneo da incorporação dessa tecnologia que pairava entre as características do modelo fordista-taylorista e do toyotismo. Foi somente nos anos de 1990 que o Brasil adentrou no modelo ligado à automação eletrônica advindo do toyotismo. (ALVES, 2005).

Com a forte presença do neoliberalismo, as inovações tecnológicas no complexo ligado à indústria passaram a se instalar de forma sistêmica no processo de ofensiva do capital, ou seja, o conjunto industrial brasileiro sofreu o efeito da expansão do novo modelo de organização fabril instaurado pelo padrão toyotista, dentro do impulso trazido pela microeletrônica, diferentemente da década anterior quando somente alguns setores haviam incorporado essa lógica produtiva.

O capital mundializado no Brasil criou toda a estrutura necessária para a sua consolidação, inclusive com o apoio do Estado que permitiu a liberalização de sua economia, achatando a indústria interna que deveria estar preparada para competir em nível mundial com as empresas estrangeiras, que, devido à abertura econômica, passou a adquirir vantagens como a redução de impostos de seus produtos em terras brasileiras. Esses vínculos com o capital estrangeiro respondem às exigências feitas por esse, associado aos organismos de

regulação internacional que pressionavam o Brasil a fim de garantir fortemente as vantagens lucrativas para o grande capital em fins do século XX. (ALVES, 2005).

Os governos brasileiros com suas políticas neoliberais foram responsáveis pelo suporte dado ao capital internacional, via reestruturação produtiva em território brasileiro, garantindo as possibilidades de abertura da economia com a retração do crescimento interno que possibilitou a constituição de estratégias para alavancar a entrada de um novo modelo de acumulação.

A materialização dos mecanismos de racionalização capitalista dentro da lógica da reestruturação produtiva vai sendo definida por aspectos que visam continuamente ampliar as formas de extração do lucro em todas as esferas da produtividade. Nesse sentido, para reduzir custos, baseado nessa nova concepção, novas características são estabelecidas em um processo de descentralização da produção como procedimento estratégico que visa a promoção da fragmentação trabalhista conforme a ótica toyotista.

O que se pode perceber nesse cenário a partir da década de 1980 e mais profundamente na década seguinte foram as novas facetas do capital mundializado, utilizando-se de todas as suas engrenagens para remodelar a estrutura produtiva vigente, com a finalidade de reorientar a sua expansão em busca do lucro. O processo de reestruturação produtiva fundamentado no avanço da tecnologia e na nova organização do trabalho de base toyotista, visando a acumulação flexível, concedeu ao sistema de mercadorias um novo impulso no fim do século, para extrair de forma mais intensa a mais-valia. Por meio de novas definições pautadas na produtividade, na qualidade total, na integração econômica, as empresas estrangeiras conseguiram aprofundar suas relações de exploração, principalmente nos países periféricos. Assim, ao mesmo tempo em que estabeleciam um novo ritmo de acumulação e garantiam ao capital a perpetuação de espaços para a ampliação de suas determinações, constituía uma nova estrutura social em que alijavam muitos trabalhadores das condições de sobrevivência.

Segundo Thomaz Júnior (2004), o Estado brasileiro, que é suporte do grande capital, viabiliza a consecução de políticas que garantiam a destruição dos direitos e das lutas dos trabalhadores na cidade e no campo. Esse processo de desestruturação do trabalho busca, nessa nova ótica balizada pela flexibilização, a garantia da mais valia a partir de novos padrões de produtividade. Entretanto, apesar de descartar o trabalho, enquanto mola

propulsora centralizada no processo fordista/taylorista, o metabolismo capitalista, nesse atual período da história, continua contraditoriamente a necessitar do trabalho como condição de sua realização.

2.2 A Sujeição do Campo aos Interesses do Capital a partir da Reestruturação Produtiva

A nova reestruturação produtiva imposta pelo sistema produtor de mercadorias permitiu um processo de liberalização dos mercados com o domínio do capital financeiro em escala global. Segundo Marques (2008b), apresentou grande impacto sobre a produção agrícola. Esse modelo imposto pelo sistema capitalista surge baseado no uso de grande tecnologia produtivista expandindo-se a partir dos países centrais. Assim, a internacionalização do capital envolve as categorias trabalho e terra no processo de (re) produção do espaço geográfico.

A terra, dado o seu caráter imóvel, é “globalizada” na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. O trabalho, por sua vez, pode ser afetado de diferentes maneiras com a destruição de antigas relações de produção, precarização e crescente proletarianização dos trabalhadores estimulam à mobilidade espacial, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho da unidade de produção familiar, etc. (MARQUESb, 2008, p. 55).

[...] a racionalidade dessa nova inventiva do capital cuja base se expressa no processo de reestruturação produtiva instalado na conjuntura social determina que o camponês negue sua condição como classe, seu modo de vida e assuma um novo papel: o de agricultor familiar tendendo também a proletarianização ou sua efetivação na escala empresarial (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 133).

De acordo com Thomaz Júnior (2006), os aumentos de produtividade cresceram inicialmente no centro do sistema estendendo-se para a periferia mais próxima. Essa expansão se deu principalmente em relação aos produtos destinados à exportação. Para este autor, no centro, verificou-se a redução de custos, na periferia cresceu a precarização do trabalho.

No centro de gravidade desse processo é que temos de um lado, o rebaixamento dos preços como consequência do aumento da produção, da diminuição dos custos e dos mecanismos reguladores dos mercados preferenciais, liderados pelos países e grupos transnacionais europeus, americanos e japoneses. Por outro lado isso tem causado a precarização das condições de vida e de trabalho das famílias camponesas e dos assalariados. Os desdobramentos mais perversos já são conhecidos, mas valeria destacar: 1) a redução das áreas de cultivo destinadas ao autoconsumo e à parte comercial; 2) diminuição da capacidade de produção agrícola dos países e das comunidades camponesas pobres; 3) a degradação da fertilidade natural das terras; 4)

o abandono das terras; 5) o êxodo; 6) o desemprego; 7) o empobrecimento e a exterminação de milhões de famílias camponesas em todo o mundo (MAZOYER apud THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 137).

O projeto de sociedade do capital se impõe como único e se utiliza de estratégias para subordinar cada vez mais a classe trabalhadora. Tenta sufocar a resistência camponesa a fim de recriá-la e submetê-la ao capital de forma ainda mais perversa. Esta tática produz novas fragmentações no interior da classe trabalhadora e atinge também os trabalhadores não vinculados ao sistema de produção de mercadorias (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

Desse modo, há a existência de desdobramentos para os trabalhadores como a intensificação da mecanização, políticas de desenvolvimento rural em detrimento da Reforma Agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2004).

Como consequência dessa reestruturação, promove-se a fragilização das estruturas do trabalho, inclusive a destruição dos direitos trabalhistas. Assim, “a população do campo vê-se expropriada ao mesmo tempo em que se processa sua transformação com novas formas de luta, de organização e produção” (MARQUES, 2008b, p. 56). As más condições de trabalho foram refletidas nas condições de vida dos camponeses e dos trabalhadores como um todo. [...] “na América Latina, a reprodução social do campesinato nunca esteve em situação tão crítica. Muitos camponeses são mantidos num estado permanente de semi ou sub-proletarização, em condições de trabalho extremamente precárias, seja no campo ou da cidade”. (MARQUES, 2008b, p. 56).

A reestruturação produtiva possibilitou o surgimento de diferentes formas de luta pela terra e de organização no campo, como forma de resistir frente às investidas do capital para a expulsão e a expropriação do camponês. “Essa questão se expressa pela concentração de poder pelo capital e expansão da miséria por meio da exclusão dos camponeses no acesso à terra, capital e tecnologia” (FERNANDES, 2007, p.79).

O campo se torna palco de mudanças, pois, do mesmo modo que em outras localidades, mesmo que de forma subordinada, verifica-se a redução de postos de trabalho (MARQUES, 2008b). Essa questão, no âmbito nacional, pode ser explicada de forma ainda mais intensa ao se entender que a propriedade da terra responde a um problema estrutural de concentração fundiária, “resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do

capital e um dos principais entraves para o alavancamento da Luta pela Terra” (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 21).

O aprofundamento das relações capitalistas denota impactos diretos sobre o campo, direciona todo tipo de política para abonar os seus objetivos de acumulação refutando toda ação de beneficiamento do pequeno agricultor. Contraditoriamente, vê-se que no Brasil, apesar de todo o favorecimento estar vinculado ao grande projeto monocultor, é a pequena produção camponesa que garante a maior produção de alimentos no atendimento à população. Porém, mesmo compreendendo essa realidade, outra se sobrepõe: a aliança da elite hegemônica brasileira com o capital com base nas perspectivas de ganhos de seu ciclo de relações. Então, a configuração da produção no campo toma nova feição a partir da reestruturação produtiva do capital que define sua estrutura de apoio ao agronegócio ao mesmo tempo em que utiliza, para se reproduzir, a pequena produção que recebe a alcunha de atrasada.

É dentro dessa concepção que se articula o projeto hegemônico para o campo brasileiro, em uma clara opção pela concentração de terras. A inserção da reestruturação produtiva encarna mediações que permitem a reprodução do capital variando estrategicamente em suas investidas, perfazendo-se do uso intenso de tecnologia à formulação de políticas de créditos, da subordinação das formas de trabalho à apropriação da renda da terra. (THOMAZ JÚNIOR, 2004).

2.3 O Agronegócio como Estratégia de Acumulação Ampliada do Capital

Os “tentáculos” da ação do capital no campo têm arrolado todas as possibilidades de tomada dos recursos da natureza e do produto do trabalho em nome de um modelo de desenvolvimento regido pelos ditames da acumulação. Nesse sentido, o agronegócio representa uma nova/velha forma de exploração envolvendo a agropecuária em um sentido mais amplo que envolve toda a estrutura produtiva maculando a sociedade e contribuindo de forma irreparadora para o movimento de exclusão de uma massa humana sem acesso aos meios de sobrevivência.

Segundo Souza e Conceição (2008), o agronegócio traduz o conceito de *agrobusiness*² e foi desenvolvido por Ray Goldberg nos Estados Unidos em 1957. No Brasil, esse termo seria utilizado inicialmente como “Complexo Agroindustrial” ou Agronegócio. “Esse marco conceitual delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final” (Souza e Conceição, 2008, p. 104). Esse sistema forma um modelo de desenvolvimento econômico controlado pelas empresas Transnacionais em diversos setores da economia. Essa condição permite um poder aos grandes grupos empresariais do agronegócio que acabam manipulando esses setores em benefício próprio (FERNANDES, 2007).

Nessa mesma, direção Carvalho (2005b) observa que o agronegócio compreende toda uma estrutura que envolve muito mais que relação agrícola; refere-se a toda uma cadeia que se configura da produção à comercialização enquadrando-se dentro do novo mecanismo de apropriação da riqueza, por meio do capital, com fins de obtenção de lucro.

Como agronegócio burguês compreende-se o conjunto de empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão relacionadas com os processos de produção, de beneficiamento, de industrialização e de comercialização de produtos e subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestal e agroextrativistas, e que são comercializadas com maior ou menos grau de beneficiamento predominantemente na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Essas mercadorias são denominadas, na expressão comercial de “commodities”. Elas são cotadas em dólares, em função de serem produtos preferenciais para a exportação e cuja cotação de preços é regulada pelo comportamento comercial desses produtos em outras praças no exterior. (CARVALHO, 2005b, p. 198).

O processo de reprodução do capital com base no desenvolvimento desigual é fundamental para o entendimento do agronegócio. Conforme Shimada (2010), este promove relações de subordinação do trabalho a partir do campo, ao mesmo tempo em que produz o território do capital via novas práticas produtivas definidas como modernizantes. “Na condição de fortalecimento do território pela ação direta do capital deve-se frisar a relação contraditória estabelecida entre capital e trabalho gerando assim uma agricultura capitalista

² Segundo o artigo publicado por Souza e Conceição, *agrobussines* significa agricultura de negócio. Toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas. No Brasil o termo é usado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, baseada no plantio — ou na criação de rebanhos — em grandes extensões de terra. Estes negócios, via de regra, se fundamentam na propriedade latifundiária bem como na prática de arrendamentos. Este tipo de produção agrícola também é chamada de *agribusiness* ou *agrobusiness*.

regida pelos donos do capital num processo de territorialização do capital pelos monopólios”. (SHIMADA, 2010, p. 91).

Com a abertura à economia mundial, nos anos de 1980/1990, o interesse do capital financeiro gerou as produções especializadas em commodities, ou seja, grandes unidades de produtos para a exportação no modelo de agronegócio. A modernidade no campo transforma agricultura num negócio de lucratividade inserida no agronegócio da produção para o mercado mundial. A expansão agroindustrial, atrelada à industrialização e ao processo de globalização, faz o agronegócio brasileiro assumir uma posição de destaque na produção agrícola. (SHIMADA, 2010, p. 92).

Nesse sentido, o capital possibilitou por meio do agronegócio uma nova estruturação no campo brasileiro atrelando indústria, Estado e tecnologia, constituindo um modelo que possibilita a acumulação ampliada. A observação real dessa aliança pode ser confirmada ao se perceber que os investimentos industriais por meio da mecanização garantem a manutenção dos complexos agroindustriais, sendo amparada pela facilitação do acesso aos subsídios e políticas de créditos concedidos pelo Estado. Os resultados dessa conjunção são a priorização da exportação advinda da alta produtividade, concomitantemente à formação de um processo de exclusão social entre os pequenos agricultores e à maximização da pobreza para os menos favorecidos. (SHIMADA, 2010).

A análise dessa autora em relação à complexificação do sistema do agronegócio da cana-de-açúcar contribui de forma preciosa para a compreensão da cadeia de relações que se dão no espaço agrário para a obtenção do lucro pelas empresas. Traduz claramente a feição do agronegócio no que se refere ao seu verdadeiro caráter: um mecanismo estrutural do capital que vai além de uma simples produção agrícola; é uma feroz estrutura que envolve toda uma esfera produtiva em todos os setores, em todas as escalas, para manter o padrão de acumulação capitalista da elite dominante.

Shimada (2010), nos seus estudos, clarifica os estratagemas do sistema produtor de mercadorias no processo de expansão do agronegócio evidenciando que as ações se efetivam de forma bastante interligadas, com a construção de sistemas agroindustriais, de indústrias para o beneficiamento da produção, bem como o uso de insumos, fertilizantes, produção de mudas, etc. Esse contexto garante a presença do Estado que incentiva através de programas, em consonância com as instituições financeiras nacionais e internacionais avalizando com toda a infraestrutura necessária. Outro aspecto que elucida a força desse modelo é a vinculação com os centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que promovem estudos

para garantir a eficiência na produção das *commodities* dos cultivos relacionados ao agronegócio e ajudam a inserir as grandes empresas estrangeiras no processo de monopolização dos variados setores; no caso da cana, a autora observa a presença de variados grupos: Dreyfus Commodities (França), BUNGE, Cargill (EUA), Grupo Odebrecht e Brenco (Brasil), Shell (Holanda), todas amparadas em seus ambiciosos projetos pelo Governo Federal através do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Desse modo, os produtos agropecuários transformados em *commodities* corporificam toda a logística do mercado financeiro nacional e internacional que regulam a sua venda de acordo com a demanda da elite dominante a partir das necessidades dos setores que ditam a rentabilidade. Nessa dinâmica, são grãos, aves, suínos, bovinos, madeira e outros elementos primários que sofrem o beneficiamento para adentrar no lucrativo comércio das empresas transnacionais. “O agronegócio burguês oferece mercadorias ou “commodities” cujo objetivo principal da sua produção, beneficiamento e industrialização é a exportação”. (CARVALHO, 2005b, p. 199).

Partindo desse princípio, o complexo do agronegócio, através de suas engrenagens, direciona as ações dentro do campo político e econômico, buscando constituir as bases do seu modelo exploratório para garantir a solidificação do padrão de acumulação que lhe é peculiar. Então, articulam todos os setores das diferentes esferas, pública e privada, reorientando-os e subordinando-os conforme seu interesse de barganha.

O complexo empresarial do agronegócio burguês, em decorrência da sua importância estrutural para os interesses do comércio exterior brasileiro e a conseqüente geração de superávits, determina um modelo hegemônico político e ideológico que tem incidência direta nas políticas públicas, nos meios de comunicação de massa, em outros setores da economia, na ideologia que constitui o senso comum da massa da população, no balanço comercial do país, etc. Decorre daí a motivação, política econômica e ideológica dos governos, em especial o governo federal, em acatar essas determinações econômicas tendo em vista que elas também são induzidas pelos organismos multilaterais como o FMI, a OMC, o Banco Mundial e a FAO, todos eles orgânicos aos interesses dos capitais oligopolistas multinacionais, em especial do capital financeiro que sustenta e usufrui internacionalmente desses agronegócios entre outros. (CARVALHO, 2005b, p. 1999).

Essa proposta de desenvolvimento apresenta toda uma estrutura de garantia de resultados que sustenta a permanência desse modelo. O aporte de tecnologia, a produção genética de sementes, o uso de produtos químicos na agropecuária são exemplos da sua expansão e domínio sobre o setor produtivo brasileiro. Nesse contexto, os camponeses acabam subordinando-se e integrando-se ao agronegócio como forma de retorno rápido de

resultados, inclusive apoiados por parte dos intelectuais que enxergam esse padrão como melhor opção econômica, dando assim as bases para a disseminação do agronegócio como garantidor da produtividade. Nessa perspectiva, entende-se que essa proposta controla as diversas dimensões da sociedade, seja âmbito econômico, político e ideológico, tendo com isso encadeadas todas as possibilidades de extração do lucro e da renda da terra.

A espacialização em todos os níveis escalares do agronegócio se traduz como meio de territorialização e centralização do capital no campo, conforme Campos e Campos (2007). Por isso, a forte influência que esses grupos exercem sobre os organismos de regulação do comércio internacional. Isso tem possibilitado a concentração e a centralização de capitais para o controle da produção agrícola em nível mundial.

As grandes multinacionais que controlam o agronegócio, conforme Conceição (2007), são avalistas no sistema financeiro, de empréstimos aos agricultores brasileiros do agronegócio. Com isso, o lucro real não fica no Brasil; absorvem o lucro sem participar diretamente dele. Para essa autora o neoliberalismo mascara as formas de exploração nos países periféricos; utilizam novas denominações que representam possibilidades de desenvolvimento, contudo, esta é uma velha prática do capitalismo no processo de extração do lucro.

Para Fernandes (2007, p. 89),

Agronegócio é, portanto, o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas que contém, inclusive a agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passou por modificações, ampliações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

No campo brasileiro, a inserção do agronegócio ocorreu como possibilidade de desenvolvimento, justificado no discurso de que os problemas do campo estavam superados e que as discussões agora deveriam partir da perspectiva do aumento da produtividade (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008).

Partindo desse pressuposto, Fernandes (2007) ressalta que nessa ação do capital está implícita toda uma ideologia de tentativa de mudança da imagem latifundista da agricultura no Brasil. O discurso do agronegócio objetiva conduzir o pensamento da superação do velho, do atraso.

Os discursos vinculados no Portal do Agronegócio, no mês de outubro de 2007, deixam claro a grande propaganda e a redenção da condição de superação do atraso no campo brasileiro mediante a difusão desse modelo, em que as bases de seu desenvolvimento tornam-se um interesse para todo o país, e não para aqueles poucos grupos que tentam controlar a agricultura no país e no mundo, beneficiando também os grandes latifundiários nacionais, que estabelecem diversas formas de aliança com o capital estrangeiro, com destaque ao capital financeiro. É o discurso do “desenvolvimento” e da técnica como forma de levar a sociedade a um patamar “superior”. Na prática ocorre um processo de expropriação das terras dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração das terras e da renda, e a degradação das condições de trabalho (para aqueles poucos que conseguem se manter, precariamente, no processo produtivo). (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008, p. 105).

Como nova perspectiva para solucionar uma área rural considerada “atrasada”, “tradicional”, o agronegócio se estabelece no cenário brasileiro e mundial. Os meios de comunicação tratam o agronegócio como resposta modernizante responsável pelas divisas internacionais, participação significativa do PIB – Produto Interno Bruto, garantindo o crescimento da economia, da produção de alimentos, o fim da pobreza no campo (CONCEIÇÃO, 2007, p. 01).

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheiteadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

Nesse contexto, é apontado como o cume de produtividade agrícola, pois comporta pontos como competitividade e de produtividade, frutos da modernização conservadora no campo (SAMPAIO, 2007).

No discurso alardeado pelos defensores do agronegócio, é que há possibilidades de expansão desse modelo a partir da inserção no sistema de novas áreas com potencialidades naturais. Essa colocação surge como possibilidade de garantia de apropriação e incorporação de novos territórios.

A sede da expansão do agronegócio é tamanha, e os latifundiários que controlam a grande maioria das terras passam a difundir o discurso das potencialidades naturais do país, como forma de garantir a apropriação de novos territórios, em que buscam expropriar os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, que se reproduzem historicamente em muitas dessas áreas. Isto é visível a partir do levantamento feito pelo próprio portal do Agronegócio, quando divulga que o país possui ainda 90 milhões de terras agricultáveis ainda não utilizadas, podendo aumentar em, no

mínimo, três vezes sua atual produção de grãos, saltando dos atuais 123,2 milhões para 367,2 milhões de toneladas. Com isso, o país chegaria a uma área plantada de 140 milhões de hectares, com a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Nordeste, tudo isso, segundo este discurso “sem causar qualquer impacto à Amazônia e em total sintonia e respeito à legislação ambiental” (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008, p.105).

No que se refere à incorporação de novos territórios pelo agronegócio e à promoção das desigualdades, observa-se também que:

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder - conseqüentemente - de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada (FERNANDES, 2007, p.91).

Essa investida do capital é sustentada pelo Estado, que lhe concede o apoio necessário para a exploração da natureza e conseqüentemente visa obter maiores taxas de lucros. Conforme Sampaio (2007), a destruição dos recursos naturais pelos senhores de terras, que se comportam como donos da natureza, apenas retrata a vocação expropriatória inscrita na história agrária brasileira e impede o uso da terra como bem social. O Estado, juntamente com a mídia e os formadores de opinião, dissemina o princípio da terra como mercadoria.

Nesse contexto, observa-se o agronegócio como modelo que recebe amplo apoio do Estado, entretanto, apresenta-se como excludente, destruidor e promotor da exploração do trabalhador (CONCEIÇÃO, 2007). Sua atuação se dá com base no trabalho escravo e com a destruição da natureza. Amparados pela mídia, os donos dos oligopólios em consonância com os governos estaduais e o Congresso Nacional imputam aos índios uma campanha difamatória contra aqueles que querem a garantia de seus direitos. “Em nome do progresso tem se destruído as comunidades indígenas, as pequenas propriedades familiares de produção alimentar, com o total apoio da imprensa, de políticos e intelectuais na defesa do agronegócio” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 02).

Por outro lado, é mister destacar que o agronegócio possui todo apoio do Governo, mas, embora controle a maior parte das terras agricultáveis do país (mais de 80% das terras) é o que menos emprega, o que, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (2006), atinge menos de 20% da população empregada no campo; isto sem falar nas condições de trabalho que são apresentadas aos trabalhadores, temporários, superexplorados e sem as garantias trabalhistas, conquistadas por meio de muitas lutas pela classe trabalhadora. São nos grandes projetos do agronegócio que têm sido encontradas as formas “modernas” de trabalho escravo e semi-escravo, nas grandes lavouras (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008, p. 106).

Além de originar formas modernas de escravidão, o agronegócio desenvolve projetos cujo objetivo é a monopolização da produção. Assim, o capital se expressa através de sua territorialização no campo; dessa forma, “o capitalista torna-se também grande proprietário, imobilizando parte de seu capital na compra da terra, onde, por meio da produção, possa garantir a apropriação da renda da terra e do lucro, ao transformar a produção em mercadorias” (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008, p. 107).

Para essas autoras, nas últimas décadas, o campo brasileiro vem sofrendo transformações e estas podem ser expressas pelas ações do agronegócio. Essas transformações são visíveis ao se perceber a integração do mercado interno à industrialização. Para o agronegócio essa inserção é uma necessidade, pois, se justifica por um discurso do aumento da produtividade, e, nesse contexto, por exemplo, utiliza produtos químicos que degradam a natureza e provocam impactos na saúde humana (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008).

Entende-se que esse modelo exploratório age no interior da lógica capitalista destruindo a natureza e o modelo da pequena produção camponesa, ao tempo que o recria para a extração do lucro. Segundo Souza e Conceição (2008), o modelo imposto pelo agronegócio tem o objetivo de impedir a reprodução do camponês, mesmo sendo esses os principais responsáveis pela maior produção agrícola. Para o agronegócio, os camponeses devem permanecer subjugados ao modelo hegemônico do capital.

Nesse sentido, o Estado passa a camuflar o seu discurso em face da expansão do capital e manutenção da classe abastada.

É este o “discurso” colocado em prática pelos teóricos do Estado, o que deixa clara a ideologia reinante neste tipo de pensamento, as concepções do Estado Burguês em sua tarefa de garantir a reprodução das classes dominantes. O agronegócio é difundido como “modelo” a garantir possibilidades crescentes de extração da renda da terra para os proprietários latifundiários e do lucro para as empresas capitalistas atuantes no campo brasileiro e baiano (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008, p.112).

Essa condição mostra que no Brasil há uma preferência pelo atendimento às grandes empresas em detrimento dos direitos dos camponeses que são expropriados do direito à terra, mesmo, como anteriormente visto, sendo os principais produtores de alimentos destinados à população.

A inserção do Brasil no capitalismo mundial tem sido garantida, entre outras opções, via agronegócio. Para atender as necessidades do sistema, as elites brasileiras incorporam a

lógica do mercado das *comoditties* agrícolas e “funcionam” para acumular o máximo lucro possível. Dessa forma, subvertem a ordem das necessidades internas e plantam com fins de atendimento ao mercado externo: exportam cultivos dos quais o país historicamente necessita importar (OLIVEIRA, 2003b).

O vertiginoso crescimento das exportações brasileiras do agronegócio contrasta com a realidade interna. Apesar de transformar-se em um grande exportador de produtos agrícolas, contraditoriamente, o Brasil passou a importar produtos que compõem a sua cesta básica como arroz, feijão e leite, base da alimentação da população. O que é possível concluir que:

[...] o mercado é implacável. Ele cada vez mais não se regula pelo nacional. Mundializado ele mundializa o nacional. Destrói suas bases e lança o país nas teias da rede capitalista mundial. Assim, ele se torna moderno, logo destituído da lógica que faz dos brasileiros um povo diferente no mundo. Não se trata de exaltar fora de hora o nacionalismo, mas, se trata de na lógica do mercado, olhar a balança comercial e seus efeitos para a nação. À medida que o país exporta determinados produtos obriga-se, a importar outros (OLIVEIRA, 2003b, p. 122).

A elite nacional corrompe e desmantela a sobrevivência da população brasileira. O alimento destinado ao consumo torna-se escasso devido à exportação, refletindo uma preocupação com a acumulação do capital.

A expropriação camponesa, a concentração de renda, a condição de miséria imposta à classe mais pobre reacende o debate sobre a luta de classe através dos movimentos sociais. Paralelamente, a classe dominante se utiliza de mecanismos como a violência, a criminalização e os aparelhos legais do Estado para impedir o avanço da luta no campo. Mesmo diante dessa tentativa de destruição, do camponês o capital dele se utiliza para extrair a renda da terra, apropriando-se da sua produção (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008).

Há no contexto do agronegócio todo um arcabouço de violência contra o campesinato para o controle da propriedade fundiária e a extração de *comoditties*. O discurso do crescimento econômico mascara e justifica todas as ações do capital em favor dessa expropriação. (CARVALHO, 2005). No campo brasileiro há,

(...) O processo de desumanização contido no bojo dos discursos da modernização e do agronegócio, na expropriação das condições objetivas e na exploração do trabalho, em níveis inaceitáveis. Denuncia este processo como intrinsecamente maléfico porque baseado na exploração e na violação dos direitos humanos sociais e ambientais, como premissa para o financiamento da expansão agrícola, industrial e tecnológica; denuncia ainda o agronegócio como fenômeno econômico gerador de desigualdade

social, de degradação ambiental e trabalho escravo, como a sua faceta mais trágica. Também o favorecimento do governo atual a este processo, com perdão e renegociação de dívidas e várias formas de subsídio e financiamento, premiando oligopólios que cresceram sob os auspícios da grilagem e concentração da terra, de fraudes e desvios de dinheiro público, da impunidade em casos de violência contra os trabalhadores e do trabalho escravo; a crescente precarização das condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais, a manutenção do sistema de migração dos trabalhadores – de maneira especial os nordestinos, que continuam servindo como mão-de-obra barata para o enriquecimento dos velhos senhores de engenho (seguindo a rota de migração do próprio capital), deixando para trás a desagregação familiar, comunitária e cultural de nosso povo. Frente à alta tecnologia e aos novos rótulos que tentam ocultar a face perversa deste sistema colonial, persistem no campo a violação dos direitos trabalhistas, o analfabetismo, a fome e o desemprego crescente, como resultado da mecanização e da manutenção do arcaico modelo conservador deste sistema agroindustrial (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008, p. 119).

O contexto até aqui descrito evidencia a cumplicidade do Estado no favorecimento das ações do capital e no atendimento às elites nacionais e internacionais. Assim, legitima a condição de reprodutor dos interesses das classes dominantes, pois, “na medida direta em que formulam políticas públicas, aprovam leis e as julgam de forma a facilitar e a apoiar a acumulação capitalista, a exploração crescente dos trabalhadores e o processo socialmente discriminatório deles decorrentes” (CARVALHO, 2005 p.3).

2.4 O Protagonismo Subserviente do Estado para o Processo de Dominação do Capital

De acordo com a compreensão de Harvey (2005), o Estado surge a partir da contradição entre os interesses de cada indivíduo e os da comunidade tornando-se, apesar de sua criação por uma classe, uma organização acima destas. Neste sentido, o Estado assume caráter de dominação sobre as classes sociais, mesmo que isso se traduza em falseamento que apenas contribua para a manutenção da ordem estabelecida pela elite que comanda a sociedade.

Desse modo, o Estado, em suas entranhas, caracteriza-se por tomar para si traços que o individualizam, mesmo sendo controlado por um grupo específico, os detentores do capital. Assim, a notoriedade da sua autonomia toma corpo em suas ações, como uma instituição criada para mediar os conflitos entre as classes. O Estado necessita organicamente mostrar-se “livre” das amarras de outras esferas existentes na sociedade e para tal organiza-se para apresentar-se como entidade colocada acima dos grupos sociais.

Nessa mesma direção, Lênin (1979), fundamentado na concepção de Marx, observa que o Estado origina-se do conflito das classes sociais e que por isso torna-se um aparelho que mostra claramente o antagonismo das mesmas; assim, em sua leitura, o Estado aparece como princípio de não conciliação. “Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes”. (LÊNIN, 1979, p. 10).

Para Mézaros (2009), o Estado tem relação direta com o capital, sendo necessário para a garantia da produtividade do sistema. Ele exerce o controle sobre as forças insubmissas que não surgem da ação capitalista, em todos os âmbitos; nesse sentido, utiliza de seus mecanismos para garantia do seu poder. “O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível como parâmetros estruturais do capital como modo de controle sóciometabólico” (MÉSZÁROS, 2009, p. 107).

As relações entre os homens sofrem o impacto direto dos ditames próprios do capital, devido a sua abrangência em todas as esferas que envolvem a sociedade. Seja no plano econômico, político, cultural e ideológico, as tramas do sistema vão sendo articuladas a fim de submeter toda a estrutura social ao seu controle. Dessa forma, as ações do Estado se dão em consonância com os demais setores do sistema, atrelando os interesses que tornam seguro o desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital. Fica evidente que o papel estatal está direcionado a proporcionar ao capital meio de beneficiamento em sua expansão: afrouxar leis, reger conforme as necessidades das empresas, garantir espaço para a expansão da estrutura de poder, entre outros aspectos. “O papel do Estado é garantir e proteger as condições gerais de extração de mais-valia”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 121).

O Estado se apresenta na estrutura do sistema capitalista como fundamental para o cumprimento dos objetivos relativos à obtenção do lucro. As estruturas existentes no aparato estatal permitem os ajustes perfeitos ao capital para que seus condicionantes consigam perpetuar a reprodução na sociedade. Isso significa que as relações de produção e toda a sua cadeia adquirem amplas formatações no processo de expansão. Desse modo, a absorção da riqueza pelo capital ganha expressividade tácita, já que o Estado garante as articulações necessárias para que as unidades econômicas dominadas pelo sistema dominante e todo o seu universo não tenham restrições em seus aspectos reprodutivos.

Sem a emergência do Estado moderno, o modo espontâneo de controle metabólico do capital não pode se transformar num sistema dotado de microcosmos socioeconômicos claramente identificáveis – produtores e extratores dinâmicos do trabalho excedente, devidamente integrados e sustentáveis. Tomadas em separado, as unidades reprodutivas socioeconômicas particulares do capital são não apenas incapazes de coordenação e totalização espontâneas, mas também diametralmente opostas a elas, se lhes for permitido continuar seu rumo disruptivo, conforme a determinação estrutural centrífuga de sua natureza. Paradoxalmente, é esta completa “ausência” ou “falta” de coesão básica dos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital – devida, acima de tudo, à separação entre o valor de uso e a necessidade humana espontaneamente manifesta – que faz existir a dimensão política do controle sociometabólico do capital na forma do Estado moderno. (MÉSZÁROS, 2002, p. 123).

Conforme Kominsky e Andrade (1996), o crescimento do Estado dá toda a sustentação para a ampliação do sistema, garantindo dessa forma o seu fortalecimento. Isso não significa que o poder do Estado estaria estratificado para sempre. As autoras apoiadas em uma perspectiva lefbvriana verificam a existência do contrapoder que se estabelece endogenamente no aparato estatal e que traz consigo a luta de classes. Entretanto, é a espacialização do Estado que garante a sua afirmação política, mas associada ao econômico e ao social e, com isso, torna-se sujeito na produção das relações sociais.

[...] o capitalismo avançou ao longo do século XX, sem abolir as antigas relações de exploração-dominação, mas estendendo-as e modificando-as. Avançando, o capitalismo se modificou (criação de novos setores, como a informática e os lazeres, entre outros; extensão e reforço do mercado mundial, intensificação do mercado interno), não sem crises que “balizaram, suscitarão, motivaram a consolidação mundial do Estado”. Por uma ação estratégica, no âmbito do Estado, as relações de produção se mantiveram ao mesmo tempo que se modificaram: as relações de produção se desenvolveram em relações de dominação sob a ação do Estado. (KOMINSKY E ANDRADE, 1996, p. 56).

O Estado entra na lógica da mercadoria, ou seja, passa a ser um instrumento do sistema dominante para a garantia do estabelecimento do valor de troca na sociedade. Esta dimensão pode ser vislumbrada tendo a submissão da força de trabalho ao capital por meio das ações estatais. Daí, pode-se perceber a regulação das relações trabalhistas pelo Estado, que nessa situação é fundamental para a concretização do contrato que busca homogeneizar as classes, dando o tom de igualdade entre as partes, falseando a desigualdade inerente a esse processo.

Dutra Junior (2008) reafirma essa questão ao evidenciar a abrangência do valor de troca na estrutura da sociedade, sendo o Estado seu patrocinador e mediador do comando social. Portanto, é pensando na garantia da propriedade privada que a instituição estatal se utiliza de seus aparelhos em favor da classe dominante. A sua atuação se dá de forma fundamental para garantir a realização do capital no processo de subsunção do trabalho às

amarras do sistema dominante. É através de suas incursões como a regulação da legislação visando ao beneficiamento de quem controla a produtividade e mantendo o controle social que o Estado expõe a sua condição de protagonista no processo de extração da mais-valia.

O monopólio da coerção, a burocracia, as forças policiais e o exército permanente são algumas das formas de expressão do Estado que se utiliza desses instrumentos para dirimir ou escamotear as contradições sempre presentes nas sociedades de classes (como a capitalista). A sociedade baseada no modo de produção do capital aprofundou intensamente a exploração e a miserabilidade do trabalhador, portanto, as contradições da produção social apropriada individualmente requerem que seja evitado qualquer tipo de ameaça à propriedade privada e aos lucros do capital, o Estado é uma força no sentido da manutenção do status quo. A generalidade é que o Estado é sempre um instrumento de classe, logo a sua existência só tem sentido enquanto for necessária a exploração (e a supremacia/hegemonia de uma classe dominante) no contexto da luta de classes. (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 21).

É a tutela do Estado que garante ao capital as facilidades de que precisa para a sua dominação na sociedade. As estruturas do aparelho estatal são postas a favor do sistema de mercadorias em seu processo de produtividade, fato que evidencia seu papel subserviente; contudo, paralelamente, o coloca como dirigente e regulador das relações conflituosas que se apresentam na sociedade tornando-o mediador. Contraditoriamente, o Estado ostenta-se na condição de neutralidade haja vista que falsamente assume característica de solucionador dos embates entre as classes, de regente do bem comum. Entretanto, é a busca da lógica da mercadoria, da representatividade do mercado e da ampliação da produção capitalista que efetiva as suas ações. As manobras relativas às questões trabalhistas ressaltam de forma contundente essa postura de reforço dos interesses da classe dominante. (DUTRA JUNIOR, 2008).

Essa especificidade da ação estatal o transforma num guardião da propriedade privada dos meios de produção, portanto, é um viabilizador da estrutura global sob a qual se assenta o sistema do capital: a extração do trabalho excedente. Sem a possibilidade de estruturar-se para manter tal lógica de funcionamento, até os ‘microcosmos’ do sistema se romperiam pelos constantes conflitos (e desacordos). Nesse sentido para o vaivém escalar do capital, o Estado se coloca de forma vital. (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 27).

Para a compreensão do Estado enquanto regulador social e sustentáculo do capital, relaciona-se ao seu fortalecimento a elite dominante constituída por intelectuais que atuam no sentido de garantir o seu pleno funcionamento. Nesse âmbito de estabelecimento de poder, vários setores sociais são atingidos, reforçados e dominados para obedecer aos mecanismos de poder ditados pelo sistema do capital.

Gerindo todos os aspectos da sociedade, o Estado reconduz as relações sociais. Assim, a recondução do Estado fica também assegurada. Mantendo sob sua gestão a sociedade civil, esmagada entre o político e o econômico, o Estado penetra até na vida cotidiana, por diversos meios (impostos, código civil, mídia, etc.). Finalmente, e sobretudo, ação decisiva e suprema, o Estado identifica, homogeneiza, equaliza, destrói particularidades e diferenças, reúne as cadeias de equivalências em uma entidade política que se produz e se reproduz como tal (...). A equalização forçada do desigual, a equivalência forçada do não-equivalente, a identificação forçada do não-idêntico, a homogeneização por coerção do diverso e das particularidades, tais são as funções maiores, iniciais e finais do Estado. (KOMINSKY E ANDRADE, 1996, p. 60).

A força da ideologia também aparece como mecanismo que torna esclarecido o seu papel no contexto social; [...] “especificamente, os interesses de classe são capazes de ser transformados num “interesse geral ilusório”, pois a classe dirigente pode com sucesso universalizar seus ideais como “idéias dominantes”. (HARVEY, 2005, p. 81).

Ao enfatizar o poder da ideologia no processo de controle social, o autor ressalta a dominação do Estado sobre a sociedade, pois, ao agir de forma imperativa sobre as classes menos favorecidas deixa de forma subliminar a sua posição de classe. A utilização dessa instituição pela elite que exerce o comando se faz de forma aparente ao justificar ações que visam ao bem coletivo, mas que, na essência beneficia-se de seus aparatos para consolidar o seu poder e garantir seus interesses. A estratégia utilizada faz parecer que há uma autonomia do Estado, entretanto “expressa a unidade de poder de classe dessas classes” (HARVEY, 2005, p.81).

Tendo por base essa concepção, os dirigentes do Estado promovem as amarras necessárias para solidificação da ideologia da classe dominante como verdade geral.

Assim, essas idéias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de “justiça”, “direito”, “liberdade” são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico. O relacionamento entre as idéias dominantes e a classe dirigente se torna opaco por uma separação e uma idealização que, por sua vez, apresenta a possibilidade de criar uma contradição adicional. Depois que a moralidade se universaliza como “verdade absoluta”, por exemplo, é possível para o Estado, e mesmo para todo o modo de produção, ser julgado imoral. (HARVEY, 2005, p. 82).

A trama existente no conjunto dessas relações garante o bom funcionamento do sistema capitalista, pois, o Estado assegura a manutenção dos direitos, deveres, contratos e outras assertivas próprias do sistema que fazem funcionar.

A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a

eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado. (HARVEY, 2005, p. 85).

Daí, pode-se concluir que o Estado é constituído como organização para sustentar a dominação de uma classe sobre a outra, através da relação capital x trabalho. Partindo dessa concepção, é possível um entendimento a respeito da estrutura da sociedade e, nesse sentido, perceber como o Estado vai se travestindo como aparelho de afirmação dos interesses da classe dominante em vários aspectos: como regulação da exploração do trabalho, provimento de bens públicos e de toda uma infraestrutura em favor da dominação que vai construindo.

Essencialmente, o Estado talvez internalize em si mecanismos políticos que reflitam a luta de classes entre capital e trabalho. Assim, uma função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo), que talvez, para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas. (HARVEY, 2005, p. 88).

Para a manutenção do poder da classe dominante, o Estado mantém-se democrático cujo objetivo sinaliza a representatividade de uma ilustração irreal, travestida de veracidade para aquietar a população e não tornar tão escancarada as ações dos governos no que se relaciona ao beneficiamento da elite. No entanto, é o governo da elite que dita o modo de vida de todos ao seu redor. Assim, o Estado é classista, ou seja, subalterno aos interesses de quem o controla, seja a elite nacional ou estrangeira, composta pelas grandes corporações econômicas.

As ações promovidas pelo Estado para facilitar o apoderamento dos recursos públicos pelas empresas privadas perpassam pelas emendas de leis constitucionais, subornos, influência do Poder Executivo sobre o Legislativo para aprovação de nomes e orçamentos favoráveis ao circuito capitalista, às políticas públicas e, entre outros aspectos, à violência policial (CARVALHO, 2005).

No desenvolvimento das relações no interior do sistema de mercadorias que visa à exploração e à acumulação, o capital procura ampliar sua atuação de todas as formas possíveis, sendo assim, a sua mobilidade torna-se bastante flexível em busca do lucro. O papel do Estado no desdobramento dos fatos é o de amparo ao capital, de promotor das garantias para as engrenagens capitalistas, de remoção das barreiras, enfim de assegurar a

propriedade privada, ou seja, o Estado é instrumento de dominação, de sustentação da relação capital e trabalho (HARVEY, 2005).

O poder do Estado se amplia, pois a tendência posta na sociedade é o do controle do interesse coletivo, não há democratização econômica e com isso os interesses da classe dominante são plenamente atendidos, observando-se o privilégio e a valorização dos setores privados. A perspectiva de que é melhor aquilo que é privado vai penetrando no ideário das massas como forma de manipulação ideológica, de tal forma que subverte a ordem das coisas. E, o capital, via domínio do privado, passa a controlar os espaços sociais, negando as conquistas da coletividade e fazendo ruir a soberania do Estado (CARVALHO, 2005).

Esse controle do mercado ganhou expressividade a partir da década de 1970 com o impactante avanço das forças tecnológicas que promoveram profundas transformações econômicas e políticas no cenário internacional. Nessa dinâmica, as relações entre os países de centro e de periferia do capitalismo tiveram nova conotação, sob o comando das empresas transnacionais. O processo de acentuação das desigualdades sociais foi aumentado sem a possibilidade de distribuição da riqueza. O que se verificou com isso foi a afirmação do capital internacional e a submissão do Estado.

O processo de dominação nos países da periferia do capitalismo evidencia a exploração dos mais pobres, das classes menos abastadas. Carvalho (2005) enfatiza que esse processo é necessário, articulado e indispensável para a consolidação das pretensões dos países de centro do capitalismo.

Por isso não é de se estranhar que, por exemplo, na década de 80 nos Estados Unidos, na época do Governo Carter, foi elaborado um Programa Global 2000 em que se previa que seria necessário relegar no mundo 2 bilhões de pessoas no mundo. O General Max Taylor asseverava que “eu já dou por perdida 2 bilhões de pessoas no mundo. Não vale a pena salvá-las”, concepção de mundo confirmada na realidade dos países do terceiro mundo 25 anos depois: parcela considerável da população dos países da Ásia está no abandono, flagelada pela miséria, fome e doenças, a África está sendo considerada como à margem da história dos interesses capitalistas e os povos da América Latina, dependendo de cada caso, são tratados com maior ou menos desprezo. Os grandes grupos econômicos internacionais consideram que não adianta nenhum esforço para salvar as populações mais pobres do mundo hoje estimadas pela FAO em 2 bilhões de pessoas: deixam que a natureza resolva a sua eliminação (p. 10).

Toda essa situação tem rebatimento direto no campo, pois, milhões desses são trabalhadores rurais. No Brasil, segundo o censo demográfico realizado no ano de 2010,

existem mais de dezesseis milhões de pessoas em situação de pobreza extrema³. Desse montante, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 56,4% estão no campo. Tal condição passa a ser considerada socialmente como natural, não sendo observado que essa situação é produzida pela exploração de uma classe sobre a outra.

O avanço do capital sobre a agricultura no país foi promovido graças às políticas agrícolas sustentadas pelo Estado que permitiram o beneficiamento dos setores agroalimentares. Essa assertiva estatal no campo foi uma estratégia para consolidar a permanência do latifundismo, e nessa direção, ao mesmo tempo, promoveu a retirada dos projetos de socialização da riqueza, a partir das reformas sociais que poderiam ser implantadas, inclusive com o beneficiamento do pequeno agricultor. (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Em nome da modernização, o Estado estruturou o campo brasileiro dentro de uma lógica de permanência das condições históricas existentes, aumentando ainda mais o poder dos grandes proprietários de terras e fomentando a aliança entre terra e capital para o beneficiamento das empresas multinacionais que passaram a se instalar de forma perversa em território nacional. Por esse viés houve um nítido beneficiamento da agricultura de exportação que privilegia as *comoditties* agrícolas em detrimento dos cultivos de alimentos para o sustento da população, evidenciando o papel destrutivo do sistema produtor de mercadorias em seu processo de dominação no campo.

Estamos diante de uma cultura marcadamente destrutiva, ou expressão acabada da produção destrutiva do capital, à qual se vincula o destacado dinamismo da economia, do ponto de vista do capital, expressamente ao modo produtor de mercadorias, sob as expensas de a produção de alimentos estar ainda mais ameaçada, sem que notadamente o problema central esteja na oferta, mas sim na capacidade de consumo das populações empobrecidas. Enquanto as commodities despontam, no caso do Brasil, os produtos alimentícios que compõem a cesta básica, como o arroz e o feijão, expressam patamares estáveis também em termos de produção, o que indica avanços modestos do ponto de vista tecnológico. Vale salientar que a face mais perversa dessa precarização crescente da produção de alimentos é a eliminação de milhões de famílias camponesas das suas terras e a fome anunciada de camponeses e de milhões

³ O IBGE identificou um total de 16.267.197 milhões de pessoas em situação de miséria. Esses dados devem ser levados em consideração partindo-se do princípio, que a renda em questão varia até R\$ 70,00 mensais, conforme estabelecido pela equipe da presidente Dilma Rousseff no Plano Brasil Sem Miséria. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/05/03/pobreza-caiu-quase-70-desde-a-implantacao-do-plano-real-diz-fgv/print>. Acesso: 16 de abril de 2012. Segundo dados divulgados pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada deveria ser considerados miserável quem recebesse até ¼ do salário mínimo, que naquele momento equivalia a R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais). Fonte: http://www.brasilsemmiseria.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/perfil_extrema_pobreza.pdf. Acesso: em 16 de abril de 2012.

de famílias de famintos que se somam aos famintos e excluídos de outrora. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.183).

Toda a configuração dada pelo sistema produtor de mercadorias no campo no Brasil reflete a estruturação de uma associação do interno com o externo, ou seja, do Estado com as empresas estrangeiras. Nesse sentido, segundo Dutra Júnior (2008), revela-se o acordo entre capital, Estado e trabalho, no processo de submissão do campo ao modelo hegemônico imposto. O capital expande-se monopolizando a terra em busca da renda, o Estado atua como instrumento de garantia dos interesses capitalistas e o trabalho camponês, mesmo sendo em sua natureza uma relação de produção não capitalista, a partir dessa articulação torna-se subserviente aos imperativos trazidos pelos objetivos de acumulação da classe detentora dos meios de produção, que se utiliza da inversão do valor de uso em valor de troca. (DUTRA JÚNIOR, 2008, p. 16).

É com esta associação que o projeto do capitalismo ganha corpo e estruturação fazendo novas estratégias serem erigidas para ampliar a extração da mais-valia. As novas facetas vão sendo construídas rapidamente envolvendo todas as formas existentes no campo que possam ser sugadas a fim de responder às instâncias do valor de troca. Nesse sentido se constitui o agronegócio.

Esta política é baseada na estruturação da aliança do grande capital agro-industrial e da propriedade fundiária sob forte subsídio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado, que garante tal aliança em nome do livre mercado, articulado em nível mundial pelos mercados de “commodities”. Neste sentido, as políticas públicas do Estado Brasileiro desconsideram a Constituição Brasileira a terra deixa de exercer uma função social, e passa a exercer a função de mercadoria. (DUTRA JÚNIOR, 2008, p. 18).

O Estado sustenta as investidas capitalistas, vide que inúmeros benefícios são concedidos ao agronegócio nesse processo, desde facilidades para obtenção de recursos, investimentos dos bancos ditos públicos com recursos de valores extremamente elevados, refinanciamento e até perdão das dívidas em nome da permanência desses setores na busca pela obtenção de *comoditties*. Tal condição mostra o enraizamento de uma histórica cultura de favorecimentos políticos que se arrastam pelo país, assim o Estado cumpre a sua função de braço do capital e de instituição necessária para o seu funcionamento.

Martins (2011) assinala que a cultura do favor ainda está enraizada nas relações das políticas brasileiras de forma grandiosa. Ainda mais pelo fato de que essa condição no cenário

político continua sustentada pelo domínio do poder oligárquico que historicamente é forte e amplamente definidor das condições estruturais existentes no país.

As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna política. Submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político, programática e ideologicamente orientado pelo primado do moderno, tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com esses grupos tradicionais. Nem mesmo os militares, secularmente envolvidos num antagonismo histórico com as tradições oligárquicas, conseguiram nos vinte anos de sua recente ditadura destruir as bases do poder local das oligarquias. Tiveram que governar com elas, até mesmo ampliando-lhes o poder. No fim, o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade política no Brasil. (MARTINS, 2011, p. 76).

Na atualidade dos governos no Brasil, visualiza-se nitidamente a costura de alianças para garantir a governabilidade, mostrando que o tradicionalismo continua a regular o movimento político e consequentemente o Estado, que “nas mãos” dos antigos e novos representantes da população confabulam conforme os seus tácitos interesses, impedindo a efetividade da pressão social, sendo que algumas mudanças políticas somente são vislumbradas quando a conjectura dessa relação posta entra em contradição. (MARTINS, 2011).

Isso demonstra que o Brasil é um país de tradição política clientelista, que se traduz nos escopos da vida entre a sociedade e o Estado. Nessa concepção, todos que estabelecem algum tipo de dependência com o Estado estão inseridos nesse contexto de permuta de favores políticos.

De fato, as indicações sugerem que o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre ricos e pobres. (MARTINS, 2011, p. 83).

O que se mostra nas relações políticas brasileiras é a condição de permanência dos traços arcaicos das forças do atraso que determinam a direção da sociedade sempre no atendimento àqueles que detêm o poder econômico e político. O Estado, nesse contexto, vai se constituindo no instrumento de garantias reais para a acumulação da riqueza por estar a serviço do capital que define o papel de cada um no âmbito social. Assim, o que se observa é o velho travestido de novo.

O novo surge sempre como um desdobramento do velho: foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que suspendeu o medieval regime de sesmarias na distribuição

de terra; foi o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa que proclamou a independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão, foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram os capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do país. Nessa dinâmica é que pode ser encontrada a explicação para o fato de que são os setores modernos e de ponta na economia e na sociedade, que recriam ou, mesmo, criam relações sociais arcaicas ou atrasadas, com a peonagem, a escravidão por dívida, nos anos recentes. Trata-se, portanto, de uma sociedade estruturalmente peculiar, cuja dinâmica não explica por processos políticos e históricos dos modelos clássicos. (MARTINS, p. 84).

O Estado no Brasil não conseguiu desvencilhar-se do poder da oligarquia que durante toda a história recente foi de forma variada, vide a aliança com o militarismo, determinando a estrutura política nacional. Isso significa que o desenho do Brasil enquanto sociedade e do Estado reflete o poder do coronelismo, da concentração de terra e dos privilégios de uma classe sobre a outra.

Em outras palavras, a situação da desigualdade presente na esfera social demonstra a existência de um Estado defensor das classes dominantes que reproduz a condição de exploração e reprime os trabalhadores. Sob o discurso de igualdade de direitos, na verdade, o Estado atua para garantir o poder de quem detém o capital (LESSA e TONET, 2008). O Estado como instituição legal tem seu poder determinado pelos interesses da elite que domina as esferas econômicas, políticas e ideológicas em sua relação com as classes dominadas. O domínio da classe abastada se faz em função da reprodução e ampliação do capital. Em relação ao campo promove a exploração dos trabalhadores e a apropriação da terra e da natureza como forma de acumulação (CARVALHO, 2005).

Esse projeto capitalista a partir do campo tem se estruturado com a pactuação das grandes empresas multinacionais, em sua maioria detentora do capital, com a grande propriedade, o latifúndio. Essa relação estabelecida pelo capital tem toda a sustentação do Estado que o conduz a política econômica e a legislação como um todo no país. Nesse sentido, o projeto do capital com vista à ampliação do lucro através da extração da renda da terra tem promovido a desigualdade e consequentemente a propagação da fome em larga escala.

O que se pode depreender enquanto entendimento desse contexto é que a redução da produção de alimentos é uma das estratégias do sistema produtor de mercadorias que, diante da crise energética, principalmente devido à questão do petróleo, aparece como possibilidade de ampliação das terras para produção de outras matrizes de energia pautadas nos

biocombustíveis. Ao mesmo tempo, busca promover a degradação do campesinato querendo apropriar-se de suas terras e a transformação definitiva da fome em mais um condicionante de lucro.

Tal modelo de desenvolvimento rural existente no Brasil está solidificado conforme essa racionalidade impondo-se a todos os setores da sociedade. As implicações verificadas no desenrolar das ações do capital vão desde a concentração da terra à apropriação dos recursos naturais, o que resulta na perda, por parte da Nação, da sua condição de auto suficiência, a sua soberania. Esse processo é comandado pela classe dominante nacional e estrangeira que se liga a todas as esferas que possam garantir ampliação de seus interesses capitalistas (CARVALHO, 2005). Portanto, vê-se que a engenhosidade do capital no campo via agronegócio ganha expressividade no Brasil, sendo promotora de desigualdade e a sua expansão promove a redução de alimentos, gerando uma crise e repercutindo, entre outras questões, na impossibilidade da construção da Soberania Alimentar.

CAPÍTULO III

A SOBERANIA ALIMENTAR COMO ALTERNATIVA ÀS FORMAS DESTRUTIVAS DO CAPITAL

3 A SOBERANIA ALIMENTAR COMO ALTERNATIVA ÀS FORMAS DESTRUTIVAS DO CAPITAL

Desde que a crise do capital se intensificou nas últimas décadas, o campo passou a ser determinante para a garantia da acumulação. Esta nova/velha lógica se impôs de forma contundente e nessa direção os esquemas arcaicos de expropriação foram reconfigurados para atender às novas demandas capitalistas. Segundo Porto Gonçalves (2004), esse modelo é próprio do mundo desenvolvido, cuja característica principal está centrada na apropriação dos recursos e da riqueza existentes nos países mais pobres.

A efetivação dessas mudanças tornou-se perceptível a partir da Revolução Verde que abriu as estruturas do campo para as modificações oriundas do avanço da tecnologia e conseguiu, dessa forma, amplificar a ideologia da agricultura capitalista como necessária para os países do mundo subdesenvolvido. Nessa dimensão, o capital reorganizado em nível mundial passou a adentrar nos territórios, através dos grandes conglomerados do setor agro-alimentício responsáveis pela intensificação da monocultura e pela introdução de mecanismos de dominação de seus sistemas agrícolas. De acordo com Porto Gonçalves (2004), a tomada da riqueza pelos conglomerados procurou/procura dissociar os produtores locais de suas condições de vida. A tônica se dá com a negação dessa vertente a fim de garantir o monopólio das grandes empresas estrangeiras que, com isso, expandem sua proposta de garantias de vantagens, por meio da sujeição, inclusive dos pequenos agricultores.

Essa estrutura produtiva no campo possibilitou para a agricultura capitalista de base industrial, desde aquele, o desmonte das práticas agrícolas existentes nos países denominados de periferia. Os complexos agroindustriais internacionais, beneficiados pelas políticas públicas desses governos, determinou uma atividade agropecuária voltada para a exportação. Nesse contexto, dois aspectos foram e ainda hoje são perceptíveis: a tomada das terras dos melhores solos pelas corporações e a exclusão do pequeno produtor familiar.

Com a transformação mais intensa dos capitalistas em proprietários de terras, o que promoveu a sua monopolização, a agricultura passou ter direcionamentos totalmente voltados para o atendimento do mercado internacional integrada às cadeias produtivas ditadas pelas grandes empresas, sejam elas nacionais ou internacionais. O resultado foi a subordinação camponesa a esses grupos. A produção da agropecuária passou a não estar mais envolta à

alimentação da população. De forma escancarada transformou-se radicalmente em uma produção de mercadorias, com monopólios definidos, para o mercado mundial, dando origem às *comodities* agrícolas, inseridas na comercialização das bolsas de valores.

O fim do século XX expôs, através do Neoliberalismo com amplo apoio do Estado, a escolha livre da elite capitalista por uma nova configuração da agricultura que fosse capaz de promover mais ganhos no seio de uma sociedade de consumo. Mas para isso era necessário dismantlar a produção camponesa cujo objetivo principal tinha e ainda tem relação direta com as necessidades de produzir comida para a população.

Nesta direção, Gonçalves (2009) confirma essa assertiva ao mostrar que esse sistema agrícola promoveu a exclusão dos trabalhadores desse ramo, a sua proletarianização e relegou aos poucos que resistiram no campo condições de miséria, pois, muitos não conseguem nem produzir o próprio alimento.

O padrão de desenvolvimento agrícola atual é socialmente excludente, pois asseverou ainda mais a diferenciação social entre os agricultores, já que poucos foram favorecidos, muitos desapareceram, pois, perderam suas terras, e uma quantidade também grande continuou sobrevivendo no campo, porém de maneira cada vez mais marginal, já que os índices de pobreza e fome no campo revelam a existência efetiva de milhares de pessoas pobres e sem condição de produzir ao menos sua alimentação básica. (GONÇALVES, 2009, p. 73).

Estamos diante, pois, de um modelo agrário/agrícola que não só tende para a concentração fundiária e de capital como, pela exigência elevada de capital que coloca, impede a própria democratização do modelo, além de diminuir sensivelmente a mão de obra empregada e, também, a participação do trabalho na distribuição da renda nesse complexo produtivo como um todo. (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 45).

A mobilidade da força de trabalho refletiu a força do sistema capitalista no que se refere à expropriação camponesa evidenciando ao mesmo tempo plausíveis contradições: aumento da produtividade, redução dos preços, o empobrecimento dos camponeses e o não acesso aos alimentos.

Nesse contexto, a urbanização ganhou destaque porque, com a elevação da miserabilidade no campo, o deslocamento populacional possibilitou a expansão da prática agrícola do capital, que se concretizou, entre outras coisas, pela necessidade desse aglomerado urbano no que se refere ao consumo de comida. (PORTO GONÇALVES, 2004). Os pobres que eram camponeses tornaram-se os pobres urbanos e, desse modo, a Questão Agrária é novamente colocada em evidência no plano de discussões devido ao crescimento da

preocupação com a produção agrícola que passou a ser completamente dominada pelas regras do mercado, via corporações do sistema agro alimentar. (PORTO GONÇALVES e ALENTEJANO, 2008, p.2). A opção pela agricultura de mercado determinou uma crise alimentar que se arrasta desde as últimas décadas do século XX. A grande produtividade agrícola não foi capaz de impedir o crescimento da redução de alimentos pelo mundo, comprovando a ineficácia desse modelo pautado na busca incessante da extração da mais valia.

3.1 A Crise de Alimentos e a Fome como Resultado da Estrutura Perversa de uma Agricultura de Mercado

Os condicionantes da crise alimentar vivida nos últimos tempos têm sua origem nos fundamentos da economia de mercado, segundo Oliveira (2008a). Esse modelo impede a concretização de resoluções que atendam a população e, sendo assim, há a redução da oferta de alimentos e a impossibilidade da construção de políticas que sejam dimensionadas para outra direção, mesmo em uma época de crescente produção de alimentos.

Trata-se, portanto, de uma crise estrutural, do cerne do modo capitalista de produção em sua versão neoliberal. O capitalismo é incapaz de garantir oferta de alimentos para toda a humanidade. Com a crise revela-se o fracasso do império da agroquímica na agricultura com seus agrotóxicos e a falência antecipada da transgenia como alternativa biológica da garantia de aumento crescente da produção de alimentos (OLIVEIRA, 2008a, s/p).

A financeirização da economia está no cerne dessa discussão. Desde que o capital assumiu a sua condição mundializada, todas as estruturas são subvertidas ao seu interesse hegemônico sendo pensadas em um processo que comporta a liberalização de mercados para auferir grande lucratividade. Então, não se pode pensar em crise de alimentos sem coaduná-las ao capital financeiro e à especulação dele decorrente. Isso significa que todas as outras prerrogativas postas no cenário internacional como responsáveis pela crise alimentícia, por mais que tenham fundamentos, estão interligadas à expansão do capital em escala global.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO tem apontado os fatores para o aumento da problemática referente à crise de alimentos. Apesar de

haver coerência em suas indicações, a organização não faz uma análise estrutural pondo em questão os reais motivos que têm gerado essa ultrajante situação. Os fatos são tratados de forma independente como se não houvesse um contexto histórico que elucidasse os verdadeiros motivos da crise e os interligasse. Segundo o seu relatório do ano de 2008, as causas do aumento da fome propiciada pela falta de alimentos estão relacionadas aos fenômenos de ordem climática como secas e enchentes, ao crescimento da urbanização, à crise do petróleo nos últimos anos e à restrição quanto à comercialização de alguns cultivos por alguns países, o que tem provocado um comprometimento da relação comercial entre os mesmos. É evidente que estas proposições estão corretas, todavia, a FAO não faz referência desses fatores à problemática imposta pelo capital, favorecendo uma observação do fato pelo fato em si, como se não houvesse uma contextualização histórica que respondesse concretamente à crise. A análise aqui evidenciada prender-se-á apenas a alguns aspectos, que de acordo com a concepção adotada nesta pesquisa respondem às reais circunstâncias da problemática alimentar mundial, entendida a partir da financeirização da economia.

Diante do crescimento da agricultura capitalista, foi clara a expropriação camponesa e, com isso ficou evidente o aumento da urbanização, principalmente nos países periféricos – cerca de 70% da população urbana se concentra nesses países, o que promoveu uma elevação do consumo de carne significando igual elevação da produção de grãos para a alimentação do gado.⁴ Juntamente a essa questão, a FAO (2008) atribuiu à Índia e à China a maior ingestão de carnes, leite e seus derivados, ressaltando uma maior necessidade de terra para produção. Contudo, a análise dessa instituição interrompe-se nesse aspecto, sem uma explicação real da contradição capitalista nesse contexto: maior produção e falta de alimentos, escondendo o legítimo interesse do sistema dominante que se traduz com a especulação sobre o preço da produção agrícola. Para Romano (2008), os recém chegados às periferias das cidades passam a depender da compra no mercado para garantir a sobrevivência. Associada a essa questão, ocorre o desvio da produção de alimentos para a produção de agrocombustíveis e a redução do estoque de grãos fundamentais para o consumo da população.

Conforme Oliveira (2008a), a política de controle de produção de alimentos baseada no sistema de estoques tinha como objetivo assegurar o excedente agrícola que permitisse a

⁴ Segundo a professora Alexandrina Luz Conceição, em palestra sobre Soberania Alimentar proferida no Encontro de Construção do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe em 2011, dos 100% da produção de grãos, 52,6% são cultivados para o consumo de animal e para a biomassa. A informação sobre o percentual de população urbana advém dessa palestra.

garantia da oferta de alimentos diante do aumento da fome. Isso comportaria a regulação dos preços contra as ações especulativas das empresas agroalimentícias. O sistema previa a colocação dos estoques no mercado, que seria o regulador da oferta dessa produção. No entanto, a crise ocorreu em um momento de crescente produção mundial de alimentos e de redução dos estoques, o que promoveu a elevação dos preços. Os investimentos daí provenientes passaram a ser inseridos no mercado de *comodities* agrícolas; dessa forma, o processo especulativo atuou diretamente sobre o controle da oferta de alimentos.

A elevação dos preços do petróleo também tem ligação com a questão alimentícia. A crise no setor energético revelou a força de comando desse combustível sobre a cadeia produtiva da agropecuária, evidenciando a preferência do sistema capitalista pela manutenção intacta da produção industrial que depende do petróleo e seus derivados para continuar a funcionar. Diante desse contexto, os países passaram a buscar saídas que fossem menos custosas a partir dos biocombustíveis. Dessa forma, a produção agrícola foi ainda mais sujeitada às necessidades de mercado; a oferta de alimentos foi reduzida para a destinação de terras à produção de monocultivos como cana e milho para atenuar a crise energética. Assim, a produção de *comodities* no mercado internacional foi consideravelmente acentuada.

De acordo com Oliveira (2008b, s/p), essa situação tem um aprofundamento ainda maior devido à ação das empresas monopolistas que atuam como “players”⁵ nas bolsas de mercadorias do mundo, pois, em sua maioria, elas têm o controle da produção de agrotóxicos e fertilizantes, sendo utilizados para justificar a crise alimentar com a alta dos preços do petróleo e com a elevação dos preços de fertilizantes e agrotóxicos. A opção norte americana pela produção de etanol direcionou o cultivo de milho para a fabricação de agrocombustíveis, encarecendo o seu preço para o consumo. Mendesde Oliveira et. al (2009) ressalta que, sendo o milho um dos alimentos base da cadeia alimentar no planeta, a destinação de sua produção para a geração de energia implica em sua não utilização como alimento, o que sugere mais áreas para o seu plantio, inclusive terras de outros cultivos. Para Oliveira (2008b, s/p), esta preferência provocou a redução dos estoques desse grão e nessa ótica a ação dos Estados Unidos garantiu para os “players” a garantia de lucro através da sujeição dos produtores e consumidores. Essa lógica reforça-se ao se observar a não disponibilidade de terras agricultáveis naquele país e, assim, o avanço de um é o recuo do outro.

⁵ O entendimento de “players” no contexto em questão refere-se à atuação das empresas como participantes, jogadores em assuntos internacionais.

Os resultados diretos do aumento do preço do petróleo para a população de todo o mundo é o aumento dos preços dos alimentos excluindo ainda mais uma grande parcela de pobres famintos do acesso à comida. Para Romano (2008), a crise do petróleo promoveu a alta da inflação, incidindo diretamente sobre o preço dos principais grãos consumidos pela humanidade como trigo, milho, soja e arroz, alimentos que fazem parte da cesta básica de milhões de pessoas espalhadas pelo planeta. Essa questão suscita novamente o fortalecimento do debate acerca da questão da fome. O grande contingente de população que sofre diretamente com a ausência de alimentos tem aumentado constantemente, o que faz a fome voltar a ter abrangência no cenário internacional promovendo constante preocupação quanto ao futuro dos países. “A crise pode alterar a geopolítica mundial, com os alimentos se tornando catalisadores de outros conflitos e instrumentos de pressão política. Os países mais vulneráveis são os importadores líquidos de alimentos. O Ocidente, com suas empresas transnacionais, controlam quase todo o comércio mundial do setor”. (ROMANO, 2008, p. 30).

Desse modo, cresce a perspectiva da especulação quanto aos cultivos agrícolas, já que com a destinação de cereais para o setor energético, a disputa por terras e pela posse de grãos desencadeou uma série de ações entre os países. Além disso, o reflexo da elevação especulativa dos grãos para outros fins que não o consumo humano significou uma ênfase dada à produção de biocombustíveis, alterando a política de direcionamento da cadeia produtiva nos países para beneficiar tais cultivos. “Se subir o preço de uma *comodittie* qualquer, como é o caso do milho, seus derivativos caminharão na mesma tendência de alta em cadeia alimentícia derivativa”. (MENDESDE OLIVEIRA et al., 2007, p. 08).

Inegavelmente o boom dos agrocombustíveis contribui para a crise dos preços dos alimentos. A despeito de ainda não ser um fator causal dominante – até agora, estes têm sido o desmantelamento da capacidade produtiva, privatização, acúmulo e especulação com reservas, liberalização do comércio e o papel do capital financeiro especulativo –, a demanda por agrocombustíveis só faz exacerbar a crise. (MENDONÇA e ROSSET, 2009, p. 216).

A força da especulação não se limitou apenas à produção dos biocombustíveis. O acirramento da crise estrutural do capital no ano de 2008, a partir da crise imobiliária dos Estados Unidos, tornou ainda mais aguda a questão da alta dos preços dos alimentos intensificando a problemática alimentar. A desvalorização sofrida pelas ações de imóveis entre os norte americanos provocou uma transferência de investimentos para as *comoditties* agrícolas devido à valorização do setor energético e, com isso, o processo especulativo sobre

a produção agrícola adquiriu grande relevância. Conforme ressalta Silva e Correa (2009), a crise financeira do capital promove a valorização das *comoditties* agrícolas em mercado mundial, com o crescimento das altas taxas comprometendo os preços dos alimentos básicos de alguns países da periferia do capitalismo.

[...] dificilmente haverá, através do mercado livre, uma maior estabilidade nos preços dos alimentos, e a tendência estrutural é que esses preços se tornem cada vez mais voláteis, com quedas e aumentos bruscos e inesperados. Como exemplo, quando o preço do minério de ferro tem um forte acréscimo, obviamente há incontáveis efeitos negativos nas economias emergentes não-exportadoras. Mas quando se trata de arroz, trigo ou milho, os efeitos devastadores são sentidos em qualquer parte do mundo, e com conseqüências tão mais cruéis quanto forem os índices de pobreza nos países africanos, de forma tão direta e objetiva. (SILVA e CORREA, 2009, p. s/p).

A especulação sobre os cultivos agrícolas garante o funcionamento do mercado de *comoditties* e transforma o alimento em mercadoria de alto valor, principalmente porque, com a valorização e apropriação da terra e o redirecionamento da produção para atender ao sistema, entra em questão o chamado mercado de futuros completamente vinculado ao processo especulativo, que “no jogo” mundializado assegura grandes valores para as corporações do setor alimentício e das áreas afins do agronegócio, mesmo sem ter o cultivo em espécie. Nessa direção, Vivas (2011, s/p) esclarece que o comércio em tempo futuro refere-se a uma transação que visa garantir menores preços para os produtores e mais garantias para os comerciantes desses produtos que são beneficiados em sua maioria através da negociação dos cultivos agrícolas que ainda não foram fisicamente plantados. Nesse sentido, se dá a compra e venda dos cultivos agrícolas ainda voláteis, isto é, não há ainda uma transação econômica com produtos reais. Tal medida, associada à instabilidade econômica do mercado de alimentos, dá aos especuladores maior “terreno” em sua área de atuação, já que a necessidade dos países de garantirem alimentação básica para suas populações torna-se um fator obrigatório e, assim, eles podem fazer oscilar os preços sempre para mais a seu favor, utilizando-se das premissas impostas pelo sistema, seja relacionada à pressão pelo aumento dos agrocombustíveis, da maior necessidade dos países emergentes pelo alimento, das catástrofes provocadas pelos fenômenos naturais e da própria especulação.

Diante dessa condição, as bolsas de valores passam a ser protagonistas, não atuando mais com a relação oferta e demanda, mas com especulações. E como o processo é altamente rentável, financeiramente, enquanto o mercado de alimentos estiver subserviente aos seus interesses, o setor agrícola terá forte cotação nas principais bolsas mundiais relativas a esse tipo de comercialização. (VIVAS, 2011, s/p).

[...] Os investidores institucionais, como bancos, seguradoras, fundos de investimento, entre outros, depois da queda do mercado de crédito hipotecário nos os EUA, buscaram lugares mais seguros e com maior rentabilidade, como matérias-primas e alimentos, onde investir o seu dinheiro. Na medida em que o preço dos alimentos subia, aumentava os investimentos nos mercados futuros de alimentos, elevando os preços dos grãos e piorando a inflação no preço dos alimentos. (VIVAS, 2011, s/p, tradução nossa)⁶.

A expectativa dos grupos financeiros nesse mercado de futuro é garantir constantemente a alta dos preços. Nesse sentido, as *comodities* agrícolas são necessárias, pondo em destaque que a financeirização da economia responde às novas configurações do sistema de mercadorias para a regulação comercial, mesmo que os preços sejam voláteis e flutuantes. Conforme a análise de Mendonça e Rosset (2007), as empresas, ao dominarem esse esquema de regulação financeira, limitam as reservas e os estoques e os utilizam em benefício próprio. Com isso, provocam uma desestruturação interna nos países mais pobres quanto a sua prática agrícola.

Nessa mesma direção, Romano (2008) analisa:

Mais que oferta e demanda, o que existe é uma financeirização do mercado que veio para ficar e está gerando um novo *boom* para as *commodities*. Os riscos aumentaram, porém não desagradaram os participantes dessa ciranda especulativa. Para os produtores pode significar preços maiores. Para os investidores, a possibilidade de incrementar lucros. Para as bolsas, uma liquidez mais atraente. Para os pobres, fome. (ROMANO, 2008, p. 34).

Com o controle da terra e outros negócios agrícolas, os fundos ficam livres das regras que visam a limitar as apostas especulativas no mercado de *commodities*. Através dos silos, seriam capazes de comprar e vender grãos físicos, e não apenas seus derivativos financeiros. Quando os preços agrícolas estão em alta, manter estoques para a venda futura pode oferecer lucros maiores do que atender às demandas correntes. Ou, caso haja preços divergentes em outras partes do mundo, os estoques podem ser despachados ao mercado mais lucrativo. Com estas aquisições, os investidores financeiros estariam em condições de reproduzir a especulação através do bloqueio da oferta com retenções de estoques para forçar uma alta artificial dos preços. (ROMANO, 2008, p. 34).

A especulação financeira nos últimos anos surgiu como uma forma de o sistema conseguir extrair a mais valia ampliadamente diante dos limites do capital na esfera social. Mesmo com a continuidade do seu ciclo produtivo, cada vez mais a sua reprodução encontra

⁶ [...] inversores institucionales como bancos, compañías de seguros, fondos de inversión, entre otros, tras la caída del mercado de créditos hipotecarios de alto riesgo en Estados Unidos, buscaron lugares más seguros y con mayor rentabilidad, como las materias primas y los alimentos, dónde invertir su dinero. En la medida en que el precio de la comida subía, aumentaban las inversiones en los mercados de futuros de alimentos, empujando el precio de los granos al alza y empeorando la inflación en el precio de la comida. (VIVAS, 2011, s/p).

entraves para a sua permanência, para alcançar espaço e isso significa que a circulação e o consumo têm apresentado aparentes restrições, ainda que contraditoriamente as aparências revelem outras “imagens” no plano social. Desse modo, para subsistir o capital, apropria-se de todos os recursos maciçamente onde quer que estejam também no âmbito da volatilidade clarificando o seu poder de dominação.

Essa estrutura relacionada ao campo tem como resultado a intensa crise de alimentos que temos vivenciado e que se propaga como mais uma tática de ampliação dos lucros. Esta conjuntura mostra a ineficiência e a decadência desse modelo – agricultura de mercado – para a resolução dos problemas sociais, não apresentando saídas, pois, os preços dos alimentos continuam a aumentar e a população tem sido expropriada das condições mínimas de sobrevivência. A fome tem surgido em todo o mundo como situação aviltante dos direitos humanos e como decorrência do avanço capitalista em todos os espaços. A falta de alimentos tem sido uma constante para os mais pobres, apesar de anualmente as safras de grãos apresentarem crescimento. Para o capital, a existência da fome se constitui como uma condição para aumentar os ganhos pelas empresas do setor alimentício, como uma necessidade de perpetuação de sua reprodução e como mais uma mercadoria na busca desenfreada pelo lucro.

A constatação do aumento da fome no planeta remete-nos a antigos debates em que as condições de existência eram infinitamente menores em relação àquelas a que temos alcance na atualidade. Essa reflexão nos reporta para as formas de apropriação do sistema dominante no que diz respeito às condições de reprodução da vida humana, o avanço predatório do capitalismo sobre todas as condições materiais de existência do homem e principalmente sobre as que lhe são fundamentais para a sobrevivência, retratando a nítida sujeição da sociedade. Nesse sentido, como tudo é transformado em artigo de troca, pode-se concluir que a crise de alimentos e a propagação da fome são totalmente organizadas, articuladas e planejadas pelos setores hegemônicos que controlam a esfera social.

3.2 A Fome na Configuração da Geografia do Capital: acumulação e miséria na produção do espaço

O direito à alimentação é uma necessidade inalienável do ser humano, interferindo diretamente no cotidiano de sua vida e dando-lhe a condição de manter-se biologicamente em condições adequadas de existência, indo além desse entendimento. Segundo Ribeiro Junior (2008), o acesso a alimentação é uma questão social que se estende no tempo e no espaço. Assim, compreendendo a relevância de ter a comida para o sustento de toda a população do planeta, as empresas do setor agroalimentício em nome da expansão do capital promovem a fome para obtenção de vantagens comerciais sobre esses produtos.

Josué de Castro, em seu livro *Geografia da Fome* (2004), já ressaltava que a fome é um fenômeno social e deixa claro que nessa sociedade não há intencionalidade de alimentar a população, mesmo existindo alimentos em quantidade para tal. Esta observação do autor foi feita no início da segunda metade do século passado, contudo, a sua atualidade ainda é espantosa, principalmente nesse início de século XXI. Nesse sentido, para Chonchol (2005), o problema da fome adquire expressividade, pois se estampa de um lado uma numerosa população faminta e de outro uma grande produção agrícola, mostrando que a questão da fome, entre outros aspectos, tem ligação com a marginalização econômica dos países pobres.

A forte imbricação entre produção capitalista e fome aponta para a produção de espaços desiguais, para o que Conceição (2005) define como espaços da miséria, resultante de uma lógica perversa do capital na apropriação dos recursos, de uma exploração espacial segregatória constituindo o espaço da pobreza. A tendência capitalista para a diferenciação, de acordo com Smith (1988), garante ao sistema de mercadorias a produção de espaços desiguais, a valorização de uns em detrimento da exclusão de outros. É com esse entendimento que se faz possível observar a produção espacial da fome no mundo, configurando uma geografia dos desvalidos. Segundo a FAO, o maior número de famélicos se encontra nos continentes que historicamente são sujeitados pelos conglomerados econômicos com sede na Europa e nos Estados Unidos: a África, a Ásia e a América Latina.

Conforme dados da FAO (2008), o ano de 2008 apresentou uma crescente nos preços desencadeando problemas ainda maiores em várias regiões pobres do planeta. A Ásia e a África Subsaariana concentravam nesse período 89% (mais de 750 milhões de pessoas) dos

famintos, sendo que entre os países africanos muitos apresentavam índices de fome que ultrapassavam 35% da população. A América Latina, Caribe, África do Norte e Oriente Médio apresentavam em torno de 10% de população sofrendo com a ausência de comida. Os dados do ano de 2008 previram um aumento de mais de 75 milhões de pessoas sem acesso à alimentação, caracterizando um grave quadro de subnutrição.

A quantidade de famintos que em 2008 era de cerca de 800 milhões, em 2009 aumentou para um bilhão de pessoas e a maior concentração dessas, contraditoriamente, está no campo, onde há maior produção de alimentos. Em relação às estimativas quanto ao aumento da fome e subnutrição, verificou-se um ligeiro aumento entre 1990 – 1992 a 2003 – 2005. Ao fim desse último ano o número de famintos girava em torno de 848 milhões, apresentando 6 milhões a mais de pessoas padecendo dessa situação. Daí, pode-se observar que muito pouco ou nada se fez para modificar a situação dos mais pobres, que se encontram de forma massiva entre os países de economias mais frágeis do mundo, os países periféricos.

A África Subsaariana, apesar de não apresentar a maior quantidade de famintos, destaca-se pela maior percentual entre os países pobres que tem expressividade quanto à fome. Em média, entre os 15 países do continente africano que sofrem com o problema, pelo menos 35% da população não tem acesso à alimentação diária (FAO, 2008). A instituição ainda menciona que entre os anos de 1990 e 2005 houve um crescimento da população em torno de 200 milhões de pessoas, chegando a um total de 700 milhões. Contudo, o aumento da produção agrícola não foi suficiente no sentido de acompanhar o crescimento a fim de amenizar a problemática da fome e subnutrição que somente se elevou no continente. Entre os países que mais sofrem com a fome, destacam-se Gana, Congo, Nigéria, Moçambique e Malawi. De maneira geral, os conflitos civis são apontados como fatores importantes no impedimento do avanço para melhoria nesses países.

No continente asiático, o processo de redução da fome tem ocorrido de forma lenta, o que complica mais devido à densidade populacional. Em algumas subregiões, há um retrocesso quanto às estimativas de diminuição da fome; poucos países como o Vietnã e a Tailândia têm conseguido progressos em suas metas para sanar a subnutrição e a falta de alimentos. Dois casos particulares no continente são a Índia e a China que juntas contabilizam 42% da população mundial que padecem de fome crônica. A Índia, desde a metade da década de 1990, não conseguiu manter as taxas relativas de redução da fome e subnutrição, este fato somado ao aumento das taxas de natalidade contribui para o agravamento do problema. O

aumento da expectativa de vida também tem seus reflexos, pois, implica diretamente na relação com as necessidades mínimas de energia oriundas da questão alimentícia. Tal fato provocou um aumento de subnutridos no país, no entanto, as últimas estimativas em relação à Índia no período de 2003-2005 indicam que o país conseguiu reduzir o número de subnutridos de 24% para 21% (FAO, 2008).

Segundo a FAO (2008), desde o período 1990 a 2005, as questões relativas à melhoria da situação de fome praticamente continuam estagnadas, não havendo quase nenhum avanço na direção de conquistas que possam amenizar a situação que põe em questão de vulnerabilidade a população no planeta. Dessa forma, com a alta dos preços dos alimentos nos últimos anos, a problemática pode ser intensificada ainda mais, mesmo observando-se que há uma perspectiva de redução da fome até 2015, de acordo com a Cúpula Mundial sobre Alimentação ocorrida em Roma no ano de 1996. O que se constata é que são poucos os países que tem conseguido manter as metas de redução da problemática alimentar e da subnutrição.

Em 2009, o relatório da FAO sobre a insegurança alimentar menciona que a crise financeira estabelecida sobre o mundo atingira diretamente as populações mais pobres do planeta provocando um aumento vertiginoso do número daqueles que sofrem de fome crônica e subnutrição. O relatório ressalta que a crise se liga diretamente à questão dos biocombustíveis e que não está estacionada somente sobre um grupo de países mais vulneráveis, mas sobre todos, apesar de ser mais intensa entre os países que, para eles, estão em desenvolvimento. Outro fato observado pela instituição refere-se à força da crise diante da integração de mercados internacionais. Ao tempo em que se dá a inserção devido à mundialização econômica há também a exposição devido ao baixo poder econômico dos países mais pobres. Esta questão expõe os grupos mais empobrecidos, mulheres e crianças nas áreas urbanas e rurais. A triste constatação relatada pelos dados da FAO no ano de 2009 foi o aumento de famintos para mais de um bilhão de pessoas. (Conforme gráficos 1 e 2 abaixo).

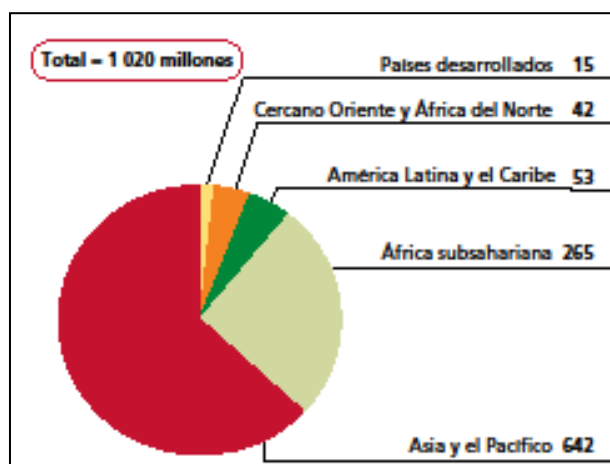


Gráfico 1: Subnutrição em 2009, por regiões

Fonte: FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2009.
Organização: SANTOS, Ricardo M.

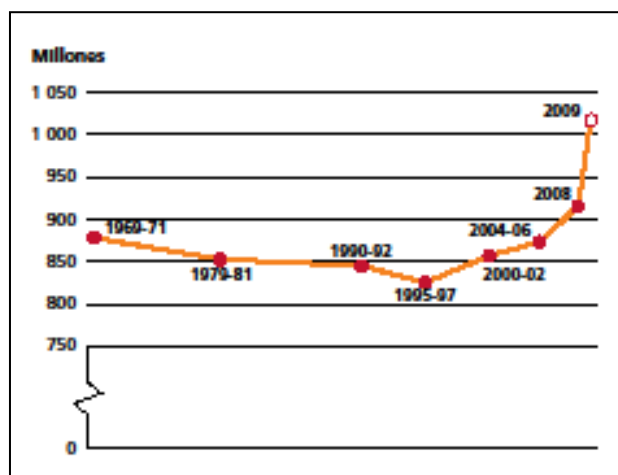


Gráfico 2: Números de Pessoas Subnutridas no Mundo, de 1969-71 a 2009

Fonte: FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2009.
Organização: SANTOS, Ricardo M.

No relatório de 2010, a análise da FAO mostrou que houve uma redução da subnutrição mundial devido ao que o órgão considera como recuperação econômica, entretanto o número de subnutridos ainda é bastante elevado, chegando a 925 milhões de famintos no planeta. Se comparado com o ano de 2009, pode-se perceber uma redução, pois, naquele ano chegou a 1025 bilhões de pessoas. A maior concentração de famélicos ainda se encontra nos continentes africano e asiático (ver gráficos 3 e 4). A redução do número de pessoas com fome não revela uma mudança estrutural da crise do capital que beneficie a saída total dessa população da condição de insegurança alimentar. Aos percentuais apontados pela FAO – digam-se entre os números postos pelo FMI, nos anos de 2009 e 2010 relativos ao crescimento econômico, calcula-se um aumento da produção de grãos – entretanto, não se pode esquecer que são números que podem entrar no mercado especulativo a qualquer momento. Os países, principalmente os mais pobres, continuam em estado de fome exatamente porque não se altera a estrutura do capital, e a FAO, juntamente com o Banco Mundial e o FMI não tem preocupação real com uma mudança de modelo econômico, apesar dos alardes feitos nos relatórios que publica. De acordo com o relatório do ano de 2010, a FAO mostra que efetivamente entre 1990 e 2010⁷ houve um aumento de quase cem milhões de famintos, este fato por si só mostra ou a incapacidade política das Nações Unidas em interferir beneficiando a população mais pobre ou a sua cooptação pelos detentores do capital.

⁷ De hecho, los países en desarrollo en su conjunto han registrado un retroceso generalizado en cuanto al objetivo de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación (de los 827 millones de personas subnutridas en 1990-92 se pasó a 906 millones en 2010), mientras que se han realizado ciertos progresos hacia la consecución del ODM 1 (la prevalencia del hambre disminuyó desde el 20 % en 1990-92 hasta el 16 % en 2010). FAO, 2010, p. 10/11.

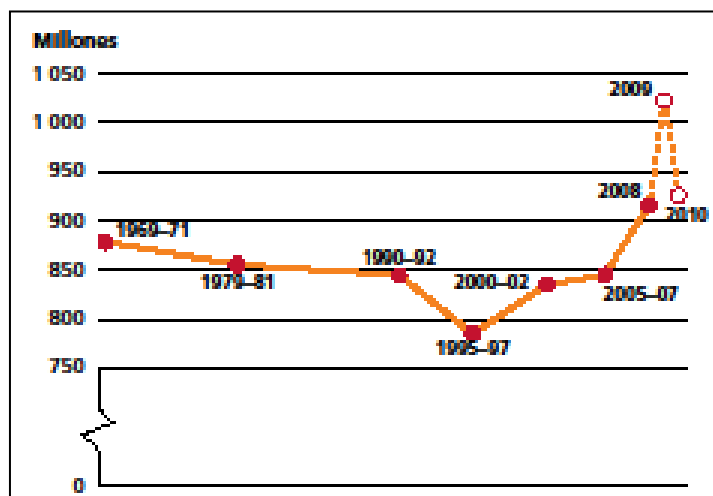


Gráfico 3: Número de Pessoas Subnutridas no Mundo desde 1969-1971 até 2010
Fonte: FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2010
Organização: SANTOS, Ricardo M.

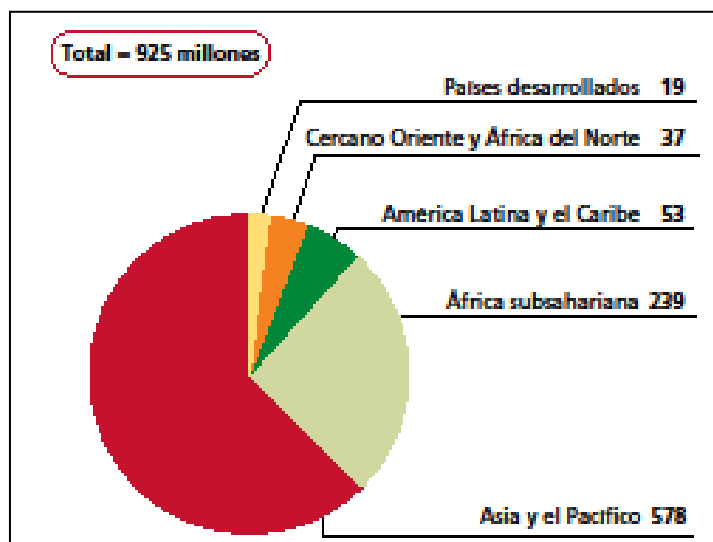


Gráfico 4: Subnutrição em 2010 por Região (milhões)
Fonte: FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2010.
Organização: SANTOS, Ricardo M.

Fica nítido que os espaços da pobreza no planeta estão concentrados no chamado mundo subdesenvolvido, o que não significa afirmar que a fome e a miséria estão crescendo nos países centrais, isto evidencia a segregação espacial provocada pela ação feroz do capital no que se refere à extração da riqueza e dos recursos desses países. Para Carvalho (2009), a crueldade dessa situação pode ser visualizada ao se constatar a miserabilidade que é prevista para os pobres desses continentes. Concomitantemente, há uma apropriação, pelas empresas transnacionais, dos países mais ricos, do mercado de alimentos no mundo. Os países mais pobres assumem a figura de subserviência em relação às estratégias de países como os Estados Unidos. O reflexo dos acordos firmados para beneficiar as indústrias desses países é percebido com a perda da soberania pelos dependentes.

As populações mais pobres dos países do Hemisfério Sul, assim com aquelas dos países asiáticos, como Índia, Paquistão, Tailândia, Birmânia entre outros tantos, se encontram submetidas à racionalidade dos interesses das grandes corporações transnacionais e dos governos historicamente colonizadores que por diversos tipos de pressões, desde as políticas até as milhars, convertem os Estados Nacionais Liberais em Estados-Clientes, estes francamente favoráveis à dependência externa mesmo que isso condene a maior parte das populações desses países à pobreza e à subalimentação. Esses Estados-Clientes além de facilitarem a realização da presença ostensiva e dos interesses das grandes corporações transnacionais nos seus países, realizam políticas compensatórias (ajudas sociais) que cooptam grande parte das direções das organizações populares da sociedade civil e submetem as populações mais pobres a um processo continuado e servil de subalternidade à racionalidade dominante. Um exemplo dessa prática é a aceitação passiva dos governos desses Estados-Clientes da ajuda alimentar norteamericana, como maneira de aplacar a fome das populações subalimentadas, ao mesmo tempo em as empresas transnacionais norteamericanas exploram os camponeses e os trabalhadores desses países e se apropriam dos recursos naturais neles existentes (CARVALHO, 2009, p. 7).

Essa condição de expropriação imposta aos países periféricos posta em suas paisagens retrata a efetividade, em suas economias, da inserção do capital com suas estratégias de crescimento e usurpação, reestruturadas a partir da década de 1970, ou seja, a mundialização do capital trouxe consigo uma liberalização do mercado e, desse modo, um límpido entendimento que os países ocupam papéis diferenciados no comércio internacional. Contudo, isso não pode ser enxergado como uma novidade, pois, essa configuração é antiga; nestas últimas décadas tem sido intensificada e diante dos resultados sociais refletidos no espaço, essa divisão do trabalho ganha uma conotação diferenciada.

O debate sobre a posição de cada país no cenário internacional suscita a discussão relativa às disputas de poder tão necessárias ao capital no estabelecimento de sua condição imperialista. Nesse sentido, a questão geopolítica assume relevância ante as implicações

configuradas no espaço geográfico: indústria e alta produtividade contrastando com fome e pobreza.

Conforme Paulino e Almeida (2010, p. 77/79), o entendimento dessa questão advém do passado colonial em que os países europeus impuseram-se como colonizadores e retiraram a riqueza dos países mais pobres, as colônias. A acumulação proveniente dessa possessão garantiu a tomada dos excedentes e a imposição da desigualdade no que diz respeito à comercialização. Impôs-se aquela tradicional expressão: as colônias exportam matérias-primas e importam os produtos manufaturados; isso ocorreu ao mesmo tempo em que as metrópoles garantiam o protecionismo de suas economias.

Assumindo essa lógica, a dominação exercida por um pequeno grupo de países ganhou forma ao extrair os recursos, paralelamente à formação de mercados consumidores para os seus produtos, sedimentando o imperialismo e perpetuando os pobres como eternos fornecedores de matérias-primas. Esta relação não se modificou em sua essência. No século XX e início do século XXI, o que se observa é o seu aprofundamento, mediado por novas estratégias como o neoliberalismo na década de 1990 sob a maestria dos Estados Unidos desde o século passado.

A subserviência econômica obrigatória dos países periféricos dá ênfase a uma questão geopolítica diante da busca desenfreada do capital – controlado predominantemente por grupos de países como os Estados Unidos, Japão e as principais potências europeias - pela posse de todos os recursos que estejam ao seu alcance: água, terra, produção agrícola, alimentos, entre outros. Nesse sentido, aprofunda-se ainda mais a divisão do trabalho e os países economicamente mais vulneráveis vão se consolidando como fontes de extração de riqueza, permanecendo cada vez mais em posições subalternas, o que lhes garante mais pobreza e miséria para sua população pondo em destaque a efervescência da luta de classes.

Paulino e Almeida (2010, p. 75/76) analisando o aprofundamento das ações do sistema a partir da compreensão da divisão internacional do trabalho entre os países, apontam que entre os mecanismos capitalistas, o agronegócio adentra nos países mais pobres constituindo-se como estrutura que domina toda a cadeia produtiva, englobando todos os setores da economia e sujeitando a produção camponesa, inclusive com a tomada da terra. Esta realidade é amparada por um conjunto de alianças com as instituições financeiras e o Estado no processo de regulação das condições necessárias para expropriação. Nessa mesma direção,

Serrano (2010, s/p) enfatiza que essa estrutura vai corroendo as economias locais devido ao controle do ciclo produtivo inviabilizando a comercialização pelos pequenos agricultores.

É importante destacar o papel das empresas transnacionais do setor agro alimentício nessa trama, elas são os aparatos do capital para a sujeição dos países mais pobres. A partir de suas investidas, são determinadas mudanças estruturais na forma de produção, na definição do que se produzir e para quem produzir. Isso traz implicações diretas sobre a produção de alimentos e sobre as condições de vida das populações mais pobres, pois, para garantir a extração da mais-valia, estes conglomerados destroem a cultura alimentar para padronizar a produção alimentícia e submetê-la aos interesses industriais.

A crise de superprodução capitalista tem atacado diretamente as últimas instâncias da vida humana: a necessidade de alimentação, fato perceptível a partir do avanço industrial sobre o setor alimentício, denunciando o controle de poucos conglomerados em relação ao setor e as suas ramificações.

A produção de alimentos está cada vez mais nas mãos de poucas empresas que dominam as cadeias produtivas do chamado *agribusiness*, ou seja, as empresas transnacionais que controlam o comércio nacional e internacional de cereais, sementes agrotóxicos: Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow. Essas seis empresas controlam a produção de sementes do mundo. Em contrapartida, Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dreyfus, juntos dominam mais de 80% do comércio mundial de cereais. Este modelo de produção atua a partir do controle de sementes (sobretudo transgênicas), de fertilizantes e agrotóxicos, da produção agrícola propriamente dita e também da distribuição (SILVA, 2008, p. 65).

De acordo com Ploeg (2008), as empresas que dominam o setor agroalimentício, ao se inserirem nos países periféricos, apropriam-se da riqueza já existente cujo objetivo é reconcentrá-la e reutilizá-la. Dessa forma, não promovem a criação de mais riqueza que não seja para o seu próprio usufruto. Não há beneficiamento interno com a introdução desses grupos no processo mercantil interno, “[...] os impérios alimentares desta natureza e estrutura são vampiros. Eles digerem, por assim dizer, os recursos locais até a exaustão, e transportam a riqueza obtida para outros lugares”. (PLOEG, 2008, p. 91).

As corporações industriais ao adentrarem no território de outros países, apoderam-se das estruturas já existentes e desse modo não contribuem para a agregação de valor; pelo contrário a inserção das multinacionais em muitos casos destrói os sistemas locais já existentes. A lógica desse processo está pautada na transformação de tudo em mercadoria,

todas as estruturas de produção, diga-se principalmente dos países mais pobres, são tomadas entrando nas imperiosidades da mercantilização, cuja função é ordená-las para servirem integralmente ao sistema de extração da riqueza. (PLOEG, 2008).

Assim, surgem novas mercadorias e circuitos de mercadorias, os quais definem e trazem novos valores, sendo os valores originais simultaneamente redefinidos e muitas vezes subordinados aos valores novos. Os níveis novos (constituídos por novas definições e circuitos de mercadorias) sobrepõem-se aos níveis existentes. Estes níveis novos são uma expressão alargada dos níveis já existentes. Pelo contrário, eles introduzem novos fundamentos lógicos, re combinando e reorientando as definições e circuitos existentes. (PLOEG, 2008, p. 108).

As grandes corporações buscam constantemente ampliar seus domínios atraindo mais capital. Isso representa a necessidade da expansão no mercado e para tal o modelo de crescimento é fundamental, ou seja, existe uma necessidade acelerada de crescer e produzir mais capital, para gerar mais-valia. Na concepção de Ploeg (2008), o que ele denomina de impérios alimentares envereda-se por esse caminho em sua formação, eles têm a necessidade constante de buscar mais capital, para isso, é fundamental o controle de reordenação das estruturas a sua disposição.

O império não se sobrepõe apenas no domínio específico da produção e consumo de alimentos. Através dos impérios alimentares, as práticas de produção, processamento e consumo de alimentos, bem como a organização da circulação de alimentos em todo o globo, estão sendo drasticamente remodeladas. O Império não é apenas outra forma de colocar comida na mesa; ele transforma profundamente os próprios alimentos na forma como foram produzidos e como são consumidos. Ou seja, os impérios alimentares reformulam partes consideráveis da própria vida, da mesma forma que produzem suas próprias ciências e tecnologias para reconstruir a vida. (PLOEG, 2008, p. 113).

Essa análise mostra que é a prática da acumulação que interessa aos grupos industriais/financeiros. Desse modo, todas as estruturas internas dos países juntamente com suas instituições são remodeladas para atender aos interesses capitalistas. Nesse aspecto, as estruturas físicas, ou seja, toda a ostentação em termos de construções, aparato tecnológico, abertura de estradas para o beneficiamento e a circulação da produção, facilidades com regulação da legislação para adentrar no mercado local até o consumo final, todas estas estruturas do ciclo produtivo – produção, distribuição, circulação e consumo - são postas para atender as empresas. Estes são acordos tácitos que aparentemente trazem benefícios internos, contudo, à medida que decorre o tempo, revela-se a real intenção do sistema personificado nos grandes grupos nacionais e estrangeiros.

As grandes empresas constituem grupos que interagem em diversas esferas, variando seu poder de acordo com a força que tenham no que se refere a sua dominação espacial, ou seja, no controle dos mercados estabelecendo, assim, o território do capital que é limitado para poucos. Serrano (2010) enfatiza que no setor alimentício essa ampla expansão é privilégio de um número reduzido de empresas, como os supermercados, que controlam produtores, atravessadores e todo tipo de consumidores finais, inclusive, os clientes que não participam diretamente do processo produtivo, mas que são o alvo final dessa cadeia.

Isso significa que 3,2 milhões de produtores se relacionam com 160 milhões de consumidores com a intermediação e controle de 110 centrais e grupos de compra e grandes cadeias de distribuição que exercem um autêntico poder, tanto de compra aos fornecedores como de venda ao público. Esta situação privilegiada os permite obter substanciais margens porque pressionam a queda do que pagam aos fornecedores (que repassam esta redução aos agricultores de maneira imediata) e ao elevar os preços que aplicam aos consumidores. Claro que, como já mencionado acima, o preço que o homem do campo recebe por seus produtos cada vez tem menos a ver com que o consumidor final paga por eles no ponto de venda. (SERRANO, 2010, s/p, tradução nossa)⁸.

O entrelaçamento das empresas de ramos diferenciados do setor agroalimentar ocorre visando à formação de uma cadeia organizada e estruturada com vistas à garantia da configuração de oligopólios para a subsunção ao máximo de lucro. Dessa forma, o campo é invadido pelas transnacionais que dominam e/ou sujeitam a produtividade aos seus interesses, conforme as perspectivas de que garanta ainda mais a rentabilidade. Por exemplo, estamos presenciando a redução da produção de alimentos para o consumo da população em nome da plantação de agrocombustíveis, que nesse momento promove a valorização das *comodities* agrícolas, ou seja, a plantação de cana e milho é privilegiada e a ela é destinada toda a estrutura porque são necessárias ao capital nesse momento. Além disso, toda a distribuição e circulação têm vinculação entre as empresas até chegar ao consumidor formando uma rede de controle sobre todos os aspectos da comercialização inclusive dos preços de compra e venda.

Ao adentrar nos países pobres, a esfera político-econômica é reorientada para facilitar a expansão das multinacionais. Os reflexos desse processo são sentidos diretamente pelos

⁸ Esto significa que 3,2 millones de productores se relacionan con 160 millones de consumidores con la intermediación y control de 110 centrales y grupos de compra y grandes cadenas de distribución que ejercen un auténtico poder, tanto de compra a los proveedores como de venta al público. Esta situación de privilegio les permite obtener sustanciosos márgenes porque presionan a la baja lo que pagan a los proveedores (quienes trasladan esta reducción a los agricultores de manera inmediata) y al alza los precios que aplican a los consumidores. Por supuesto, y como ya se ha indicado arriba, el precio que el campesino percibe por sus productos cada vez tiene menos que ver con el que abona el consumidor final por los mismos en el punto de venta. (SERRANO, 2010, s/p).

pequenos agricultores camponeses que têm suas produções desvalorizadas e a eles são negados subsídios para continuar a produção familiar. Logo, os seus custos produtivos são elevados e dentro da conjuntura posta são obrigados a baratear os preços dos seus cultivos para conseguir permanecerem enquanto produtores. As grandes empresas, os atravessadores ou os dois ao mesmo tempo combinados agem dessa forma para garantirem menores custos e na etapa de consumo final, lucros exorbitantes. Nessa direção, Serrano (2010) analisa as cadeias de supermercados como protagonistas desse processo de sujeição camponesa em relação à produção de alimentos, pois, afirma que estas corporações controlam a maior parte da circulação da produção submetendo os distribuidores em todas as escalas de atuação.

O fenômeno da crescente concentração das compras de alimentos vai mais além das grandes empresas de distribuição, porque afeta na realidade as centrais de compras do resto dos negócios varejistas. A articulação entre o comércio varejista, que é onde o consumidor tem acesso para adquirir alimentos e seus fornecedores são muito variados. Os grandes grupos de distribuição, como Carrefour, Mercadona ou El Corte Inglés, têm suas próprias centrais de compras e negociam com os fornecedores diretamente, enquanto há outros grupos que se associam com outras empresas em diversas centrais de compras. Entretanto, boa parte dos varejistas alheios às grandes distribuidoras também organizam suas compras por meio de uma central comum com o objetivo de não perder terreno diante da grande distribuição organizada. (SERRANO, 2010, s/p, tradução nossa)⁹.

A partir dos acordos existentes entre as multinacionais, há todo um processo direcionado para a comercialização, o que provoca a exclusão dos pequenos produtores.

Por tudo isso, a atual crise de alimentos, que tem privado de comida milhões de pessoas em todo o mundo, está deixando para trás uma longa lista de perdedores e vencedores, como em todas as situações críticas. Os perdedores são as mulheres, crianças, povos indígenas, camponeses arrancados das suas terras, os agricultores familiares, os pobres urbanos em países subdesenvolvidos e países desenvolvidos, entre outros, enquanto os vencedores são as empresas transnacionais que controlam do início ao fim toda a cadeia agro-alimentar, desde a produção à distribuição de alimentos. No entanto, de acordo com E. Vivas (2008), o que deve ficar claro é que a fome e o crescente poder da grande distribuição organizada não são processos naturais, mas constituem o resultado da aplicação de políticas neoliberais impostas durante décadas pelas instituições econômicas-financeiras e comerciais internacionais. Esta autora também aponta que a aparência de que hipermercados, supermercados e

⁹ El fenómeno de la creciente concentración de las compras de alimentos va más allá de las grandes empresas de distribución porque afecta en realidad a las centrales de compras del resto de los negocios minoristas. La articulación entre el comercio minorista, que es donde accede el consumidor para adquirir los alimentos, y sus proveedores es muy variada. Los grandes grupos distribuidores, como Carrefour, Mercadona o El Corte Inglés, tienen sus propias centrales de compras y negocian con los proveedores directamente, mientras que existen otros grupos que se asocian con otras empresas en diversas centrales de compras. Sin embargo, buena parte de los minoristas ajenos a las grandes firmas de distribución también organizan sus compras mediante una central común con el objeto de no perder terreno frente a la gran distribución organizada. (SERRANO, 2010, s/p).

lojas de desconto, entre outros estabelecimentos deste tipo, durante o século XX, contribuíram para a mercantilização do quê, como e onde compramos, subordinando a alimentação, agricultura e consumo à lógica do capital e do mercado. (SERRANO, 2010, s/p, tradução nossa)¹⁰.

Segundo Ploeg (2008), a expansão capitalista sobre o campo dos países periféricos tem destruído a produção familiar no que se refere a sua manutenção enquanto produtora de alimentos. O autor afirma que, nas décadas anteriores à invasão das multinacionais, o camponês, mesmo sujeitado, ainda conseguia produzir e tinha acesso ao que produzia, com o domínio do capital, os trabalhadores do campo se veem cada vez mais excluídos de sua condição de vida.

A desestruturação da agricultura familiar camponesa patrocinada pelo grande capital mundializado tem provocado a mobilidade da força de trabalho do campo para a cidade diante da impossibilidade de produzir devido às condições e à expropriação da terra. Esse lastro de exclusão é resultado do desmantelamento de sua produção agrícola, o que mostra a força da indústria capitalista.

Os produtos colhidos dessas terras mais férteis fluem majoritariamente para consumidores em países ricos. A maioria local empobrecida não tem condições de comprar o que é produzido, e por não formarem um mercado significativo, as elites nacionais vêem a população local essencialmente como fonte de mão-de-obra – um custo de produção a ser minimizado mantendo os salários baixos e quebrando sindicatos. O resultado geral é uma espiral descendente de degradação da terra e aprofundamento da pobreza nas áreas rurais. Até mesmo problemas urbanos têm origem rural, visto que o pobre tem de abandonar a zona rural em contingentes numerosos, migrando para as cidades, onde somente alguns poucos afortunados obtêm um salário para sobreviver, ao passo que a maioria adoece em favelas e barracos (LAPPÉ apud ROSSET, 2006, p. 318).

Essa dominação do capital, para Ploeg (2008), atua ainda de forma mais perversa, por meio de suas personificações. A produção de alimentos segue a lógica da industrialização que descaracteriza os hábitos alimentares das populações em todo o mundo. A questão não se

¹⁰ Por todo esto, la actual crisis alimentaria, que ha privado de comida a millones de personas en todo el mundo, está dejando tras ella una larga lista de perdedores y ganadores, como en todas las situaciones críticas. Lo perdedores son las mujeres, los niños, los indígenas, los campesinos desarraigados de sus tierras, los agricultores familiares, los pobres urbanos de los países subdesarrollados y desarrollados, entre otros, mientras que los ganadores son las firmas transnacionales que controlan de principio a fin la totalidad de la cadena agroalimentaria, desde la producción a la distribución de los alimentos. No obstante, según E. Vivas (2008), lo que debe quedar claro es que el hambre y el poder creciente de la gran distribución organizada no son procesos naturales, sino que constituyen el resultado de la aplicación de políticas neoliberales impuestas durante décadas por las instituciones económico-financieras y comerciales internacionales. Esta autora señala, además, que la aparición que los hipermercados, supermercados y tiendas de descuento, entre otros establecimientos de este tipo, durante el siglo XX, ha contribuido a la mercantilización de qué, cómo y dónde compramos, supeditando la alimentación, la agricultura y el consumo a la lógica del capital y del mercado. (SERRANO, 2010, s/p).

refere a este ou àquele lugar, mas ao núcleo central da proposta que é exatamente a espoliação. E, sendo assim, o problema não se encerra somente nos lugares em si, mas no próprio alimento que perde a sua condição nutritiva para tornar-se unicamente mercadoria de barganha no jogo do capitalismo. O capital, para auferir lucro, degenera o alimento, mesmo que o resultado degenera a raça humana.

Nesse conjunto de apropriação da cadeia produtiva, expropriação camponesa, dominação industrial, à população vai sendo negado o direito de alimentar-se de forma saudável, pois, a indústria se torna a “tutora” do direito alimentar dos países e, nesse contexto, obriga a importação de alimentos para suprir os problemas relativos à fome, o que pode ser traduzido como condições de miséria na sociedade.

Muitas nações deixaram de lado sua soberania alimentar para promover com grande alarde culturas exóticas e matérias-primas para o supermercado global. Com tapinha nas costas eles disseram que os alimentos poderiam ser comprados neste supermercado, que é grosseiramente oligopolizado por corretores, especuladores, multinacionais, etc. (BOIX, 2011b, s/p, tradução nossa)¹¹.

Silva (2008) ressalta que, o resultado direto do processo de compra de alimentos a partir da importação para suprir as necessidades dos países põe em destaque a elevação dos preços e isso compromete o acesso dos mais pobres ao consumo de comida. “Até 1950, a grande maioria dos países era auto-suficiente na produção dos alimentos. Hoje, 70% das nações do hemisfério Sul, onde vivem 4,8 bilhões de pessoas, se transformaram em importadores desses produtos. (ROMANO, 2008, p. 32).

Desse modo, Carvalho (2009) reforça que a pobreza e a subalimentação dela proveniente são apresentadas como negócios, pois se observa uma redução das necessidades humanas ao equacionamento das necessidades do sistema de ampliar seus rendimentos. Entende-se, portanto, que para suprimir essa problemática criada pelo capital é imprescindível que se estabeleça um rompimento com esse modelo excludente.

A pobreza aparece como exclusão social e é definida pela desigual distribuição da renda que retira dos expropriados o direito às condições dignas de vida, mostrando a face

¹¹ Muchas fueron las naciones que dejaron de lado su soberanía alimentaria para fomentar a bombo y platillo cultivos exóticos y materias primas destinadas al supermercado global. Con palmaditas en la espalda les dijeron que los alimentos los podrían comprar en ese mismo supermercado, que está groseramente oligopolizado por intermediarios, especuladores, transnacionales, etc. (BOIX, 2011b, s/p).

mais cruel do empobrecimento. Essa questão não se encerra nesse ponto, visto que toda essa condição, dos que são privados das mínimas necessidades para a manutenção da vida, está assentada em uma estrutura pensada para aprofundar o pauperismo daqueles que já são despojados.

A preocupação internacional com as questões relativas à fome, à pobreza e à miséria tem sido tema das discussões entre os líderes dos países de maior poderio econômico, porém, as resoluções por eles apresentadas passam diretamente pelas instituições mundiais que resguardam o acesso das empresas multinacionais aos países periféricos. Esses organismos, juntamente com o Estado, favorecem-se da crise de alimentos e da fome e, contraditoriamente, os governantes das maiores economias do mundo, juntamente com as alianças internas dos países pobres “abrem o caminho” para o capital.

Carvalho (2009) evidencia que as decisões apresentadas pelos líderes do G20 para o enfrentamento da crise global perpassavam pelo fortalecimento dos organismos internacionais como a OMC (Organização Mundial do Comércio), BM (Banco Mundial) e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Nesse contexto, nota-se que a opção feita é por uma iniciativa que privilegia o mercado e o fortalecimento da desigualdade em nível mundial. “A solução global é mais neoliberalismo e mais exclusão social” (CARVALHO, 2009, p. 2). As principais estratégias do grupo de países que formam o G20 ignoraram a questão agrícola, mesmo com o elevadíssimo índice de pessoas subalimentadas, o que reflete a falta de importância da população pobre no mundo.

É importante assinalar que o FMI e, sobretudo o Banco Mundial tem uma enorme responsabilidade na crise alimentaria já que são os que recomendaram aos governos do Sul suprimir os organismos de crédito público para os camponeses e colocaram os pequenos produtores agrícolas entre as garras dos financiadores privados (em geral grandes comerciantes), ou de bancos privados que aplicaram taxas de juros usurárias. Isso provocou o endividamento que afetou (a) os camponeses índios é a principal causa de suicídio de 150.000 camponeses na Índia durante os últimos 10 anos. É um país onde precisamente o Banco Mundial teve êxito em convencer as autoridades para que suprimissem as agências públicas de crédito aos agricultores. E isto, não é tudo: durante os últimos quarenta anos, o Banco Mundial e o FMI estimularam os países tropicais a diminuir sua produção de trigo, de arroz ou de milho para substituí-los por cultivos para a exportação (cacau, café, chá, bananas, amendoim, flores...). Finalmente, para completar seus trabalhos a favor das grandes empresas do agronegócio e dos grandes países exportadores de cereais (começando pelos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental), conseguiram que os governos abrissem as fronteiras inteiramente para a importação de alimentos, que se beneficiaram das subvenções massivas do Norte, o que provocou a quebra de muitos produtores do Sul e uma forte redução da produção de alimentos para o consumo local (CARVALHO, 2009, p. 4).

A conjunção entre as instituições financeiras e o papel do Estado nesse processo vai se definindo ao se observar como se projetam as suas ações. As políticas de beneficiamento para os pequenos agricultores são na verdade a viabilidade legal das formas de sua exclusão, vide a reforma agrária de mercado. Não há beneficiamento econômico para o camponês, toda a concepção de mercado converge para a aquisição definitiva da terra e a destruição da pequena agricultura. A supremacia de recursos destinados à monocultura para exportação limita e exclui a pequena produção camponesa, que por sua vez, em muitas ocasiões vê-se obrigada a desfazer-se da terra que é seu meio de sobrevivência. Impõe-se, portanto, a tônica do sistema dominante ao preferir a agricultura do capital em detrimento da agricultura que produz alimento para a população. Nessa aliança de comando da sociedade, fica explícito o acordo para o favorecimento das atividades agropecuárias voltadas para a absorção de lucro. As propostas de ganhos da agricultura de mercado comandam os projetos que envolvem os recursos dos países, inclusive sendo destinadas as melhores terras, dando sustentação ao circuito do agronegócio.

A negação do campesinato e todos os resultados originados dessa opção como a subalternização de sua produção, a sua exclusão, a expropriação de suas terras promovendo a retirada das condições de reprodução da população mais pobre, principalmente no que diz respeito à produção de sua própria comida e à importação de alimentos evidencia o aumento gradativo da fome, em um período em que a resolução desse assunto é colocada como um dos princípios a serem atingidos no que se refere aos objetivos do milênio¹². O crescimento de famintos mostra que o modelo econômico vigente transformou a necessidade de comer em uma mercadoria, em valor-de-troca para os grandes grupos que monopolizam o setor. A produção familiar entra nessa questão porque possui a terra como condição de produção e de vida. Nesse sentido, retirar a terra enquanto fonte de riqueza significa anular a autonomia camponesa em relação à produção de alimentos, sujeitando-a aos interesses industriais, principalmente no que diz respeito à questão energética, gerando a especulação em alto grau e, por conseguinte, a fome e a insegurança alimentar em todo o mundo.

¹² Os objetivos do milênio foram propostos pela Organização das Nações Unidas no ano de 2000 com a Declaração do Milênio. Nessa proposta, segundo a ONU, foram analisados os maiores problemas mundiais e surgiram oito objetivos que devem ser alcançados até 2015, o compromisso foi assinado por cento e noventa e um países.

3.3 Da Insegurança ao Conceito de Soberania Alimentar: uma leitura não capitalista

A não garantia do alimento tem colocado muitos países em estado de insegurança alimentar. A ausência de poder quanto à definição do que plantar devido ao aprisionamento determinado pelas grandes empresas destrói as garantias de produção de alimentos conforme as necessidades dos países, tornando-os consumidores quando têm acesso à renda, de produtos industrializados distribuídos pelas cadeias de supermercados ocasionando a fome e o contraste: “prateleiras cheias e estômagos vazios”. Sendo assim, os pobres submetidos a essa condição não tem garantias de que comerão durante o dia.

Essa realidade põe em destaque o “ponto nevrálgico” dessa situação: a pequena produção camponesa. Esta é a grande responsável pela alimentação da população mundial porque tem a condição da terra para produzir e esse é o motivo que determina o seu cerceamento em nível mundial. Nesse contexto, o camponês surge resistindo e se contrapondo, como expressão de sua discordância em relação ao sistema capitalista.

Para Rosset (2006), a contraposição a esse modelo excludente é a Soberania Alimentar que adquire um caráter de segurança nacional, inclusive suplantando o conceito de segurança alimentar.

A noção de soberania alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A soberania alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído de significado real (ROSSET, 2006, p. 319).

Conforme esse autor, a concepção de segurança alimentar implica que outros países podem colocar como alternativa exportar comida a preços baixos, sendo assim uma forma de solucionar os problemas relativos à fome nos países pobres. A questão que se levanta nessa circunstância é a destruição dos pequenos produtores locais que têm suas produções arruinadas e são expulsos da terra em detrimento da garantia da produção para o mercado.

Essa problemática já ganhava expressividade desde a década de 1950, quando, com a Revolução Verde, a tecnificação adentrou o mundo rural como uma estratégia do capital sob a alegação de garantir a segurança alimentar em um período histórico conturbado e de

incertezas após a 2ª Guerra Mundial. Além da tecnificação, a questão ideológica implícita no discurso da tecnologia, para delinear as relações de poder existentes, ganhou espaço deslocando o sentido político e social dos embates contra a fome, primordialmente nos países considerados como periféricos (PORTO GONÇALVES, 2006). Nesse aspecto, surgiram as discussões relativas à alimentação da população do planeta com a temática da segurança alimentar que se referia à garantia do acesso à alimentação básica. Devido ao crescimento no mundo das dificuldades para a alimentação, intensificou-se esse debate, ao mesmo tempo, as nações passaram a promover medidas para combater essa questão.

Os movimentos sociais têm questionado o conceito de segurança alimentar, pois, acreditam que este não atende a toda a necessidade, pois, adéqua-se perfeitamente à lógica neoliberal ao não especificar a procedência dos alimentos. Nesse sentido, a produção alimentícia poderia vir de qualquer país sem especificar a forma de produção. Logo, retira o direito, por exemplo, de uma produção interna camponesa. Ainda, no entendimento da Via Campesina, “o conceito de segurança alimentar não questiona a qualidade dos alimentos, podem ser transgênicos ou ecológicos, e nem a padronização alimentar que está sendo imposta pelos conglomerados que atuam no setor do agronegócio” (CAMPOS e CAMPOS, 2007, s/p).

A Soberania Alimentar foi constituída como uma proposta que contesta o projeto capitalista porque foi formulada a partir das iniciativas dos movimentos sociais do campo e, nesse sentido apresenta-se destacando as incongruências da produção alimentícias das grandes empresas (Mendonça e Rosset, 2009). O projeto do sistema dominante está fechado em um ciclo que envolve somente os produtores que respondem às expectativas de lucro, enquanto a Soberania Alimentar adota uma concepção que não comporta privilégios para as corporações lucrativas do capitalismo.

Rosset (2006) afirma que, de acordo com a Via Campesina, os produtores locais são privilegiados com a Soberania Alimentar, sendo as mudanças colocadas conforme as necessidades dos camponeses, pois estes, a partir de suas produções, podem movimentar a economia local. Daí a importância do acesso à terra, sem a qual os limites da Soberania ficam completamente amarrados pelo sistema de mercadorias. Dentro dessa concepção, a produção de alimentos que atenda às necessidades das populações locais se coloca como fundamental para o processo de redução da fome, fugindo, desse modo, do conceito de Segurança alimentar. Segundo o autor, para promover o desenvolvimento econômico, é preciso criar

circuitos locais de produção a fim de que o dinheiro circule no local da produção, na própria área rural, cuja finalidade é a sua proteção.

Entendemos que a Soberania Alimentar se dá no processo de produção: de quem produz, de como produzir, do que produzir e para quem produzir. Indo de encontro às propostas que excluem ou minimizam a participação dos pequenos agricultores camponeses do processo de produção de alimentos, tal proposta visa à afirmação da pequena produção camponesa como responsável pela produção de alimentos, mas a partir de outra estrutura que não a pensada pelo sistema capitalista.

A "soberania alimentar" significa que cada criança, mulher e homem devem ter a segurança para obter comida suficiente a cada dia. No entanto, este conceito não diz nada sobre a origem desses alimentos, ou como são produzidos, por isso, as instituições de Washington poderiam argumentar que a comida barata importada dos Estados Unidos é a melhor maneira de alcançar a "soberania alimentar" para os países pobres, em vez de produzirem por si mesmo. Mas a maciça exportação barata e a alimentação subsidiada diminui a competitividade e a auto-suficiência dos agricultores locais, expulsando-os da terra, aumentando o limiar da pobreza e da fome, e colocando sua comida nas mãos de uma economia de pagamento, "o conselho", obrigando-os a migrar para os subúrbios, onde eles não podem encontrar nem mesmo um salário de subsistência. Para conseguir uma verdadeira segurança alimentar, a população rural deve ter acesso a terras produtivas e obter alguns preços por seus cultivos que lhes permitam levar uma vida decente. (ROSSET, 2007, p. 171, tradução nossa)¹³.

O projeto de Soberania contempla o atendimento à demanda interna, com base no respeito à cultura alimentar dos países. Dessa forma, busca-se reestruturar os mercados locais, para a partir deles combater a crise alimentar, minando as estratégias do capital no que se relaciona ao aumento e à redução artificial dos preços dos cultivos agrícolas que prejudica os países mais pobres. (MENDONÇA e ROSSET, 2009, p. 223).

- Proteger os mercados domésticos de alimentos contra dumping (queda artificial dos preços) e preços artificialmente elevados causados pela especulação e a volatilidade dos mercados globais.
- Retornar a alternativas melhores de políticas de gestão de estoques alimentícios, em escala nacional, e melhores acordos internacionais de commodities, em escala internacional.

¹³ La "soberania alimentaria" significa que cada niño, mujer y hombre debe tener la seguridad de obtener suficientes alimentos cada día. Sin embargo este concepto no dice nada sobre la procedencia de esos alimentos, o de cómo se producen; por ello, las instituciones de Washington podrían argumentar que la comida barata importada de los Estados Unidos es la mejor manera de conseguir la "soberania alimentaria" para los países pobres, más que produciéndola ellos mismos. Pero las masivas exportaciones baratas y la comida subsidiada coarta la competitividad y autosuficiencia de los agricultores locales, expulsándolos de la tierra, aumentando sus umbrales de pobreza y hambre, y colocando su comida en manos de una economía de pago, "el condado", obligándoles a emigrar a los subúrbios donde no pueden encontrar ni siquiera unos salarios de subsistencia. Para conseguir una verdadera seguridad alimentaria, las gentes rurales deben tener acceso a unas tierras productivas y recibir unos precios por sus cosechas que les permitan llevar una vida digna. (ROSSET, 2007, p. 171).

- Restaurar a capacidade produtiva dos setores camponeses e da agricultura familiar, através de preços mínimos, melhoria das margens de comercialização, orçamentos do setor público e reforma agrária genuína.
- Reconstruir melhores alternativas de inventários de alimentos básicos do setor público e/ou da agricultura familiar, eliminação de empresas transnacionais e do setor doméstico privado como principais proprietários dos estoques nacionais de alimentos.
- Controlar o acúmulo, a especulação e a exportação forçada de alimentos básicos.
- Decretar uma moratória imediata dos agrocombustíveis.
- Transformar a tecnologia dos sistemas agrícolas, baseada na agroecologia, para desfazer a conexão entre alimento e preço do petróleo, e para conservar e restabelecer a capacidade produtiva das terras agrícolas. (MENDONÇA e ROSSET, 2009, p.224).

Outra discussão referente a essa perspectiva refere-se à produção de sementes pelos camponeses. Entre os Movimentos Sociais na atualidade, está sedimentado um debate sobre o controle de produção de sementes crioulas que favoreça o cultivo de comida saudável para a população. De acordo com os camponeses, o cruzamento de sementes impróprias e a produção dessas em laboratórios têm facilitado a transgenia e, desse modo, comprometido o alimento que se consome nos países ferindo a questão da cultura alimentar.

Para Mendonça e Rosset (2009), a Soberania alimentar compreende esta questão como sendo fundamental para reconstrução de reservas de grãos e, nesse sentido, uma discussão maior entra em pauta que é a retomada do sistema de produção agrícola do poder das grandes empresas.

Conforme a análise de Thomaz Júnior (2006b), essa questão não se limita à discussão do trabalhador do campo, mas a toda classe trabalhadora. A discussão da Questão Agrária não pode ser encerrada somente no âmbito do favorecimento do mercado ou das desigualdades regionais sem antes discutir a questão referente à necessidade de garantir a produção de alimentos.

A fome nas áreas urbanas é uma realidade que tem ligação direta com a mobilidade do trabalho oriundo do campo. A formação de uma massa empobrecida nas cidades revela a força da insegurança alimentar nos países periféricos; os bolsões de pobreza são reflexos de uma sociedade dividida em classes, em que não há acesso à renda pelos desfavorecidos consolidando a existência de uma fome endêmica¹⁴. Na cidade, a redução dos postos de emprego impede o acesso de uma demanda real à alimentação, o que por sua vez torna dependente uma considerável parcela da população das políticas assistencialistas do governo. Daí a necessidade da solidificação do campo enquanto área de produção de alimentos,

¹⁴ Segundo Josué de Castro em seu livro Geografia da Fome pode-se entender a Fome Endêmica como fome social, a sociedade não é capaz de alimentar sua população, mesmo tendo comida suficiente.

fomentando a Soberania Alimentar tanto no campo como na cidade que estão completamente imbricados no processo de expropriação patrocinado pelo capital.

Sendo assim, a mudança do modelo agrícola é fundamental para a garantia da Soberania Alimentar. As políticas beneficiam o modelo exportador, concentrador de terras e com isso observa-se a destruição do trabalhador e da sociedade. Nesse contexto, há a necessidade de contraposição desse modelo partindo de uma política de transformação da estrutura dominante. Essa lógica vai de encontro ao entendimento de uma produção voltada para o atendimento do mercado capitalista em que as empresas buscam desenfreadamente o lucro em contraposição ao entendimento do valor camponês.

A construção da Soberania Alimentar contraria o crescimento da propriedade privada e da expansão do agronegócio (CAMPOS e CAMPOS, 2007). De acordo com a Via Campesina, estamos diante de um choque de modelos, e o alvo da luta é a retirada do modelo posto pela classe dominante e nesta questão o mundo rural tem papel fundamental (ROSSET, 2006). O quadro 1 resalta as diferenças entre o modelo capitalista e a proposta da Soberania Alimentar. A partir da leitura, é possível observar os objetivos dos modelos em questão; daí nota-se que o capital tem finalidades unicamente delineadas para garantir lucro, enquanto a proposta camponesa está alicerçada na garantia da melhoria de vida para a população do campo.

Assunto	Modelo Dominante	Soberania Alimentar
Comércio	Livre comércio em todos os aspectos	Comida e agricultura isenta de acordos de livre comércio.
Prioridade de Produção	Agroexportação	Comida para os mercados locais
Preços das colheitas	“Ditados pelo Mercado”	Preços justos que cobrem os preços da produção e permitem aos agricultores e trabalhadores do campo uma vida digna.
Subsídios	Enquanto são proibidos no Terceiro Mundo, muitos subsídios são permitidos nos Estados Unidos e Europa, mas se destinam somente aos grandes produtores.	Os subsídios são aceitos se não ferir a outros países através do dumping comercial (tais como os subsídios para garantir agricultores familiares, para o marketing direto, suporte, renda, conservação de recursos, conservação da agricultura sustentável, pesquisa, etc.).
Comida	Na prática uma mercadoria, isto significa comida contaminada, processada, cheia de gordura, açúcar e resíduos tóxicos.	Um direito humano: deve ser saudável, nutritiva, acessível, culturalmente apropriada e produzida em nível local.
Capacidade de Produção	Uma opção para a eficiência econômica	Um direito da população rural
Fome	Devido a baixa produtividade	Um problema de acesso e distribuição, devido a pobreza e desigualdade
Segurança Alimentar	É alcançada através da importação de alimentos de onde é mais barata.	Ideal quando a produção de alimentos está nas mãos dos famintos ou quando se produz localmente
Controle sobre os recursos produtivos	Privatizado	Local, controlado de forma comunitária
Acesso a Terra	Através do Mercado	Através de uma autêntica reforma agrária.
Sementes	Uma mercadoria patenteada	Patrimônio da humanidade
Crédito Rural e investimento	Procedentes de bancos privados e empresas	Procedente do setor público para o apoio da agricultura familiar
Dumping	Não é um assunto	Proibido
Monopólio	Não é um assunto	A raiz de todos os males
Superprodução	Não há tal coisa, por definição	Leva a redução dos preços e os agricultores a pobreza
Tecnologia Agrária	Para monocultura industrial, com uso intensivo de insumos químicos, uso de transgênicos	Agroecologia, métodos de agricultura sustentável para não recorrer aos geneticamente modificados
Agricultores	Ineficiência, desaparecimento	Guardiões da cultura e colheitas, administradores dos recursos naturais e depósitos de conhecimentos
Produtos Transgênicos	A onda do futuro	São ruins para a saúde, meio ambiente e uma tecnologia desnecessária
Outro Mundo-Alternat.	Não é possível não interessa	Possível e amplamente demonstrado

Quadro 1: Modelo Dominante versus Soberania Alimentar

Fonte: ROSSET, Peter. *Mirando hacia El futuro: La Reforma Agraria y La Soberanía Alimentaria*, 2007, p 173.

Adaptação: SANTOS, Ricardo M.

Por não se caracterizar de acordo com os padrões da agricultura capitalista, a pequena produção camponesa se constitui como garantia da Soberania Alimentar. A forma de reprodução do modelo camponês diferencia-se em sua cadeia produtiva, desse modo, nega as formas de produção voltadas para atender as necessidades das empresas do setor agroalimentício. O entendimento do campesinato no que se refere à produção de alimentos envereda-se por uma lógica diferenciada de preços, venda e qualidade.

Conforme Szmrecsányi (2007), Soberania Alimentar pode ser definida como “o poder das pessoas se auto determinarem e autogerirem sua produção e/ou consumo de alimentos de origem vegetal e animal” (p. 150). O entendimento desse pressuposto na concepção do autor indica que Soberania alimentar perpassa por uma capacidade de autoprodução e consumo, e, por esse viés, também por um fluxo de renda proveniente dessa capacidade citada. Desse modo, o conceito de Soberania não está ao alcance das pessoas desprovidas das formas de reprodução da vida. De forma mais específica, não entram nessa lógica aqueles que estiverem às margens das condições de manutenção de sua sobrevivência no campo e na cidade. Nesse aspecto, um debate é proposto quanto às ameaças à constituição dessa Soberania Alimentar, debate esse que se relaciona à expulsão dos pequenos agricultores do campo, tendo como resposta uma redução cada vez maior da produção de gêneros alimentícios para o autoconsumo, fato que provoca a diminuição da oferta de alimentos e paralelamente o aumento do seu preço.

Nesse contexto, a exclusão camponesa diante da expansão da agricultura capitalista tem provocado resultados devastadores nos países, principalmente para aqueles que não são considerados desenvolvidos, em que há uma massa de famintos e miseráveis, cuja maioria está no campo. Isso provoca uma produção geográfica desigual, espaços de miséria são configurados devido à expropriação dos trabalhadores do direito de produzir e consequentemente com a mobilidade do trabalho, outros espaços de pobreza vão sendo formados nas periferias urbanas. Na outra ponta do processo, estão os territórios do capital postos como materialização da força das grandes empresas que destroem a autonomia alimentar dos países, inclusive do Brasil, que mesmo apresentando anualmente grandes safras agrícolas apresenta uma demanda considerável de famintos.

3.4 Agronegócio e Fome versus Produção Camponesa e Soberania Alimentar no Brasil

A força do capital no território brasileiro, principalmente a partir da segunda metade do século XX, se constitui com a consolidação da opção nacional pela sua integralização ao capitalismo mundializado via o pacto da classe dominante interna com os grupos da classe dominante internacional. A preferência do Estado por este modelo de desenvolvimento econômico tinha como ideologia a modernização do país com o objetivo de superar o atraso, entretanto, essa estrutura fazia parte de uma política comandada pela oligarquia agrária e pelos novos industriais do sudeste cujo discurso mascarava a manutenção do atraso econômico e social e dessa forma, a permanência dos mesmos grupos no poder e suas estruturas arcaicas.

No campo brasileiro, o assalariamento foi a marca contundente do sistema de mercadorias que se utilizavam desse mecanismo para reproduzir-se, ao mesmo tempo que mantinha relações não capitalistas de produção para assim, recriar o capital. A apropriação da terra pelas empresas internacionais consolidava a aliança entre agricultura e indústria, isto é, entre terra e capital e marcava o caráter concentrador da estrutura fundiária no Brasil. O desenvolvimento desigual posto no território a partir desta perspectiva sujeitou a produção camponesa e ampliou as possibilidades de extração da renda da terra. Com a ampliação desse processo, a partir da década de 1990 por meio do neoliberalismo, o agronegócio ganhou força como sinônimo de produtividade e superação do atraso entre outras adjetivações no processo de mascaramento da realidade e ludibriação da população.

A materialização do agronegócio na estrutura econômica brasileira, desde o campo aos setores de financeirização, ratifica a expansão e a territorialização do capital no país. Nesse contexto, a invasão das multinacionais com o consentimento do Estado¹⁵ permitiu o controle da produção agrícola e a sujeição da terra às intempéries do sistema de mercadorias.

O cumprimento dos fatores atribuídos à agricultura aconteceu à risca e a articulação de interesses agroalimentares se juntaram aos urbano-industriais, nas escalas nacional e internacional. As estruturas produtivas constituíram-se no que denominamos

¹⁵ Para Campos e Campos (2007), o agronegócio tem como suporte o amparo do Estado em questões como infraestrutura e distribuição de crédito rural pelos bancos públicos. Segundo as autoras empresas como Aracruz Celulose, Cargil, Bunge, Rhodia, Nestlé, Basf, Monsanto e Souza Cruz receberam grandes quantidades de financiamentos em dinheiro, originados das instituições públicas. Além disso, os grupos do agronegócio são favorecidos com a implantação de leis que possibilitam entre outras coisas o não pagamento de impostos

conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, que, desta feita, ultrapassam as raias comerciais dos mercados locais e dos produtos *in natura* e ganham as bolsas de valores (mercado de futuros), os esquemas especulativos. A *commoditização* passa a referenciar não somente as relações mercantis, como também os padrões de consumo alimentar das populações urbanas e a própria estrutura da produção agrícola do país, influenciando diretamente na segurança alimentar e, de forma mais contundente, na soberania alimentar. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 184).

Ao assumir este modelo, o Estado brasileiro, no cenário internacional, firmou o seu papel enquanto fornecedor de bens primários, para satisfazer os interesses internacionais e a “sede” de acumulação da classe dirigente da economia nacional.

Essa face da divisão técnica/territorial do trabalho expressa, por um lado, a perversidade da permanência dos países megadiversos, como o Brasil (com 23% da variabilidade global), como fornecedores de recursos biológicos com baixo valor agregado e consumidores de tecnologias dos países desenvolvidos, e, por outro, os conglomerados agroquímico-farmacêutico-alimentares, que, de forma consorciada ou operando em partes da cadeia produtiva, controlam a agroindustrialização/comercialização do produto e monopolizam as exportações. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 188).

A efetivação dessa posição brasileira na esfera econômica internacional resulta de ações políticas internas que dão a sustentação necessária para as multinacionais do setor se especializarem. Os grupos do agronegócio são beneficiados com a legislação e o aparato político. Em contrapartida a esse compadrio, os benefícios individuais vão sendo concedidos e a riqueza da população brasileira rapidamente exaurida. É nesse contexto que se fazem importante a ampliação e a necessidade da terra. Com o agronegócio, a sua apropriação para o crescimento da monocultura é plausível, a obediência servil às regras de mercado transformou o país em um grande produtor de *comoditties* agrícolas para o comércio internacional pautado nessa conjuntura em dois pilares fundamentais: produtividade e especulação.

Segundo Gonçalves e Alentejano (2008, p.9), a feroz aquisição de terras agricultáveis pelo capital promove redução da produção de alimentos no Brasil; em contrapartida, cresce a produção de agrocombustíveis como, por exemplo, a cana-de-açúcar, que tem ocupado grande parte da área de produção agrícola.

Os dados do IBGE, entre 1990 e 2006, revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar, que cresceu, nesse período, mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que, neles, ocorreu a redução de 261 milhões de hectares de feijão e 340 mil hectares de arroz. Essa área reduzida poderia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional, e 1 milhão de toneladas de arroz, o que equivale a 9% do total do país. Além disso, reduziram-se nesses municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de

4,5 milhões de cabeças de gado bovino. Embora a expansão esteja mais concentrada em São Paulo, já o está também no Paraná, em Mato Grosso do Sul, no Triângulo Mineiro, em Goiás e em Mato Grosso. Nesses estados, reduziu-se a área de produção de alimentos agrícolas e se deslocou a pecuária na direção da Amazônia. Isso deu, conseqüentemente, em desmatamento. Por isso, a expansão dos agrocombustíveis continuará a gerar a redução da produção de alimentos. A produção dos três alimentos básicos no país – arroz, feijão e mandioca – também não cresce desde os anos 90, e o Brasil se tornou o maior país importador de trigo do mundo. Portanto, o caminho para a saída da crise e da construção de uma política de soberania alimentar continua sendo a realização de uma reforma agrária ampla, geral e massiva (OLIVEIRA, 2008b, s/p).

Esse processo de crescimento da produção para exportação, não se dá somente com a cana, a soja também entra nesse circuito produtivo. O plantio de soja incorporou novas terras tornando-se um importante gerador de divisas, entretanto, trouxe consigo grandes problemas sociais e econômicos.

O aumento da área plantada com soja no Brasil resultou na incorporação de terras virgens à produção, bem como na substituição de outros cultivos por soja[...] A elevação do preço da soja no mercado internacional e a promessa de maior produtividade e mais baixo custo de produção oferecidos pela soja transgênica, foram os fatores responsáveis pelo aumento observado nesta monocultura. A opção do governo brasileiro pelo incentivo à produção de soja como uma commodity fez do Brasil um dos maiores produtores mundiais deste cereal, com sua produção basicamente destinada à exportação, visto que este produto não faz parte da cultura alimentar do Brasileiro (MIRANDA et al., 2007, p. 9).

O complexo do agronegócio brasileiro movimenta a lógica comercial destinada ao mercado no campo. A estrutura envolve aquisição de novas áreas pelo país, grandes somas de recursos, elevado padrão tecnológico, o que permite a intensificação produtiva devido às determinações do sistema para o plantio de agrocombustíveis e de ração para a alimentação do gado europeu. Diante dessa conjunção de fatores, vislumbra-se a certeza de que ao agronegócio e aos seus controladores tudo é permitido.

produtor de soja do mundo, porque já ultrapassou os EUA, com 60 milhões de toneladas, sendo o maior exportador *in natura* (28 milhões de toneladas) e 14 milhões de toneladas de farelo; 2) produz 26 bilhões de litros de álcool, segundo maior produtor mundial, e exporta 4,5 bilhões de litros, cifra que resulta dos incentivos do próprio governo federal, que, via BNDES e outros sistemas de crédito, estimula a expansão desenfreada da monocultura da cana-de-açúcar, sobretudo para regiões não tradicionais, substituindo áreas antes ocupadas com a produção de alimentos, o que também contribuiu para a elevação dos preços do arroz e do feijão, no mercado interno, e, em algumas regiões, para a degradação das pastagens e, conseqüentemente, a ampliação do número de plantas agroprocessadoras, que, mesmo sob os efeitos da crise internacional, em 2008, 21 entraram em operação, para 2009, mais 18 em, 2010; 3) essas cifras poderão sofrer aumentos, com a ampliação da produção de álcool atrelada ao biodiesel – com apoio específico do Programa Nacional do Biodiesel (PNB), lançado em 2006 pelo governo Lula –, e de oleaginosas, uma vez que a soja tem sido frequentemente mais utilizada, até o momento, sob a condição de ser uma monocultura, e não os produtos que poderiam integrar os pequenos

produtores assentados, como prescreve o PNB (mamona, dendê, girassol, pinhão manso), sendo, pois, ambos, na qualidade de agrocombustíveis, renováveis, com prestígio internacional e a *bola da vez*, na referência para as exportações; 4) maior produtor mundial de açúcar, com 36 milhões de toneladas, além de ser o maior exportador mundial, com 22 milhões de toneladas; 5) em relação à produção de carnes, o país também ocupa as primeiras colocações, sendo o maior exportador de carne de frango congelada, em 2008, com 3,3 milhões de toneladas. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 192/193).

Apesar da força do agronegócio, representando a “jóia” da atividade capitalista, há que se colocar a sua pequena participação no conjunto total no que se refere ao uso da terra no país. Mesmo apresentando uma grande força no PIB – Produto Interno Bruto brasileiro, o agronegócio, se comparado com a quantidade de terras não agricultáveis, responde a uma parcela pequena das terras no Brasil. De acordo com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, mais de 310 milhões de hectares são de terras devolutas e estão sob a tutela das empresas privadas que não têm documentos de posses para comprovar o direito de propriedade¹⁶. Esta situação que há entre os capitalistas revela a usura de querer auferir a renda da terra a todo custo e a expropriação da riqueza brasileira pertencente à sua população.

A escolha pelo modelo capitalista para o país se assenta sobre a exclusão dos trabalhadores do campo e são incompatíveis as formas de produção camponesas e as que são orientadas para o mercado. Assim, a preferência pelo agronegócio, pela produção de comodities, pela especulação com a produção de alimentos tem aliado a pequena produção agrícola brasileira e promovido a alta dos preços. Entre outros aspectos relacionados a essa questão observa-se a importação de alimentos fundamentais para a cesta básica do trabalhador, mesmo tendo áreas para produzir internamente.

Conforme Oliveira (2008), no Brasil, a problemática dos preços altos tem vínculos estruturais e conjunturais. Isso significa afirmar que, por exemplo, o aumento dos derivados de trigo tem relação com o bloqueio argentino no que se refere à exportação desse cereal para o país. O país é o maior importador mundial desse produto, entretanto, quando o mercado interno produz níveis satisfatórios desse grão exporta-se também. Isso evidencia a lógica neoliberal: vende-se para quem pode pagar mais.

¹⁶ Nota de trabalho de Campo realizado entre 12 e 16 de abril de 2010 – III Encontro Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA em Vitória da Conquista - BA. Segundo a direção do Movimento, esse encontro marcou um importante momento da organização do MPA e contou com a presença de representantes da Via Campesina e de outros Movimentos Sociais rurais nacionais e internacionais. Nessa ocasião, o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira proferiu uma palestra intitulada: Conjuntura Histórica do Campesinato: Passado, Presente e Futuro.

O Brasil é o único país do mundo onde se prega essa tese maluca do neoliberalismo, de que a comida tem que ser oferecida no mercado a quem puder pagar mais, como propõe os economistas neoliberais. Claro que isso tira do país a possibilidade construir tanto segurança como soberania alimentar. A lógica do neoliberalismo é uma só: manda-se comida a quem paga mais, não a quem tem fome. Nem para o povo do próprio país esta oferta fica assegurada (OLIVEIRA, 2008, s/p.).

Essa lógica não se encerra somente com a produção de trigo que é alimento básico da população brasileira, outros cultivos de primeira necessidade como feijão e o arroz também são inseridos nesse processo, reflexo da negação da agricultura camponesa. A consequência direta é a insegurança alimentar no Brasil, apesar de o país figurar entre os maiores produtores de grãos do planeta. Isso revela as fragilidades internas, como a posição subalterna do país no que diz respeito à impossibilidade de produzir o alimento de que a sua população necessita, resultado de uma escolha que internamente favorece uma pequena parcela da sociedade e externamente as grandes corporações empresariais e, além disso, a dependência em relação ao sistema capitalista.

[...] o controle sobre os espaços produtivos e esquemas de agroprocessamento e comercialização garante a esses poucos conglomerados capitalistas os preços dos produtos, inclusive os que compõem a cesta básica dos povos, como já ocorre no Brasil, com o arroz e o feijão, os quais seguem igualmente a marcha de ascensão dos preços. Com base no comportamento dos preços dos produtos agrícolas, é possível afirmar que a *estabilização* do período de baixa dos anos 1990 – antecedida por períodos de alta na década de 1970, se confirmou na primeira metade dos anos 2000. Por conta de uma série de fatores que ultrapassam a seara produtiva, esse quadro de baixa está sendo revertido para uma progressão constante de alta dos preços. Isto é, mesmo não sendo *commodities*, estão totalmente vinculados à sistemática mercadológica do espaço produtivo de alimentos. Poderíamos citar ainda a elevação dos preços da carne bovina¹⁵ e da farinha de trigo, por conta dos desajustes na oferta de trigo argentino, que também reflete os mesmos desarranjos que citamos anteriormente, para a soja. E é importante ressaltar que estamos nos referindo a produtos que compõem a cesta básica, ou seja, o que está sendo carimbado de crise de produção de alimentos atingirá, sobretudo, os trabalhadores pobres e as legiões de homens e mulheres empobrecidos e desempregados. No México, com o milho, nas Filipinas, com o arroz – enfim, esses mesmos conglomerados impõem novos hábitos para compatibilizar seus negócios e se consolida a total desatenção dos movimentos sociais, dos partidos políticos, das centrais sindicais, em relação à soberania alimentar. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 198).

A questão do acesso ao alimento perpassa diretamente pelo acesso à renda. O problema da fome no Brasil significa uma exclusão premeditada, montada, estruturada para não permitir o acesso ao alimento. Segundo Castro (2004, p. 266)¹⁷, a fome em terras brasileiras tem relação direta com a proposta advinda da colonização, tudo o que não vislumbrasse vantagem mercantil não era apreciado pelo metropolitano. Desde sempre, neste

¹⁷ O médico sanitaria Josué de Castro publicou o livro “Geografia da Fome” em 1946.

país, conforme sua análise, as prioridades tinham ligação com os interesses dos monopólios estrangeiros, [...] “foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das matérias-primas assim obtidas”. (CASTRO, 2004, p. 267). Essa questão, na concepção de Josué de Castro, é a “força motriz” do atraso secular aqui instalado, inclusive as decisões internas relativas à questão do desenvolvimento privilegiaram alguns espaços em detrimento de outros, evidenciando o desnível regional. E, somente a partir da compreensão desse aspecto, é que se pode entender que a fome no Brasil é sinal de uma contradição econômica. “A alimentação do brasileiro é insuficiente desde sempre”. (CASTRO, 2004, p.2).

A fome no Brasil tem lastro histórico, não é um fenômeno atual. A sujeição do país que é observada nesta atual conjuntura, apesar de ter vínculos estruturais, intensifica o fenômeno sendo que a impossibilidade de garantir o consumo diário de comida pelo brasileiro ressalta que a “raiz” desse problema está na pobreza gerada pelo não acesso à renda.

O combate à fome deverá ser orientado, basicamente, para aumentar os direitos dos pobres, dando-lhes acesso a alimentos e às demais condições (habitação, saneamento, serviços de saúde, educação etc.) para uma vida saudável. Isso poderia ser obtido através de um processo de redistribuição da renda e/ou desenvolvimento econômico acelerado, que beneficiasse particularmente os pobres, dando-lhes a oportunidade de ter bons empregos. Pré-requisito, a longo prazo, é um sistema de educação básica que dê a todos a possibilidade de exercício de uma profissão[...] (HOFFMAN, 1995, p. 170).

A pobreza e a fome dela decorrente são situações aviltantes da dignidade da população no Brasil. Percebe-se que há toda uma preocupação em possibilitar a ampliação do capital em detrimento das reais necessidades brasileiras. Essa circunstância torna-se perceptível ao se observar a contraditória expansão das exportações agrícolas e das necessidades de demanda interna de alimentos que se apresenta como uma dura evidência da realidade brasileira originada de uma má distribuição de renda. Outra questão perceptível é o aumento de trabalhadores despossuídos e sem destino diante da desestruturação econômico social no país. O entrelaçamento destes fatos reforça a importância da discussão da Questão Agrária brasileira.

Nesse contexto, o camponês surge resistindo e se contrapondo, como expressão de sua discordância desse modelo perverso, inclusive porque é a produção camponesa a grande responsável pelo abastecimento da população no que se refere ao consumo de alimentos no Brasil e, por esse motivo, constitui-se um entrave para as ambiciosas pretensões capitalistas.

Conforme o censo agropecuário publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE em 2006, a pequena produção camponesa assume grande relevância para a alimentação no Brasil. Cerca de 70% dos alimentos produzidos e que chegam à mesa dos brasileiros são originados da pequena produção camponesa. As grandes propriedades têm como finalidade a produção para exportação; apesar de terem as melhores terras, os subsídios e os recursos públicos, somente 30% do que produzem estão à disposição para o consumo interno. Em relação ao emprego de força de trabalho, a produção camponesa emprega em torno de 74% dos trabalhadores do campo; já as médias e grandes propriedades ocupam apenas 26%. Em média, na agricultura camponesa, em cada 100 hectares trabalham 15 pessoas, em contrapartida na mesma quantidade de hectares do agronegócio trabalham apenas 2 duas pessoas.

Camponeses	Agronegócio
14% do Crédito	86% do crédito
24% das terras	76% das terras
40% da produção global	60% da produção global
70% da produção de comida	30% da produção de comida.
74% da mão de obra ocupada.	26% da mão de obra ocupada.

Quadro 2: Resumo do Censo 2006 – Informativo MPA

Fonte: Movimento dos Pequenos Agricultores, 2009.

Organização: SANTOS, Ricardo M.

A efetividade da pequena produção camponesa no Brasil revela que, mesmo submetida às condições de opressão com pouca terra, ausência de incentivo, crédito reduzido, entre outros, consegue-se produzir em quantidade suficiente para alimentar a população, ao mesmo tempo denuncia-se a finalidade pautada no lucro da produção capitalista do agronegócio, que através de produtividade não resolverá a fome e a pobreza no campo.

Os dados do IBGE revelam que a alcunha de atrasado atribuída ao campesinato não tem validade e reflete a encarnação de uma força ideológica para a desmobilização do pensamento social sobre os pequenos agricultores. É inegável e têm sido amplamente difundidas as dificuldades enfrentadas por esses agricultores para permanecerem no circuito produtivo. Contudo, mesmo diante da ausência de bons prognósticos, continuam a resistir. Esta questão, aliada à realidade dos números, ressalta o importante papel do pequeno agricultor que pode produzir comida de qualidade evocando a tese da Soberania Alimentar que é uma perspectiva ainda incipiente, ou melhor, inexistente no Brasil. A constante luta dos Movimentos Sociais do campo para garantir a Soberania Alimentar esbarra nas políticas de

Segurança Alimentar utilizadas como forma de permitir a continuidade da subserviência brasileira aos ditames do capital. Muito se discute sobre Segurança Alimentar, principalmente através de políticas de Estado compensatórias e imediatistas, o que não dá certeza quanto à condição de garantia do alimento e nem de renda. Este fato impede o fortalecimento da proposta da Via Campesina de Soberania Alimentar que é concebida a partir da prática camponesa.

Segundo Rosset (2007), a Soberania alimentar somente será alcançada com a produção do pequeno agricultor, aonde quer que esteja; este é um princípio para negar as regras de mercado que impedem o crescimento da economia camponesa. Nesse sentido, novas estratégias de desenvolvimento devem ser contempladas pensando no bem da coletividade e não nos interesses das empresas do setor agroalimentício.

Nesse sentido, ganha destaque a importância da terra enquanto garantia da reprodução da vida, enquanto substrato produtivo necessário. A terra se constitui como instrumento de garantia da permanência do homem no campo, além de justificar a necessidade da produção de alimentos para a população brasileira. É nesse contexto que a discussão sobre a Reforma Agrária ganha amplitude no campo.

3.5 A Reforma Agrária como Premissa de Garantia da Soberania Alimentar

No Brasil, a discussão da reforma agrária ganhou magnitude desde a segunda metade do século XX. Contudo, esse debate vai ser minimizado em nome dos interesses dos grandes proprietários de terras, isto é, todos os atos do Estado relativos ao campo não visavam promover o desmonte do latifúndio. Durante todo o período da ditadura militar em que se acirraram os conflitos, apesar da promulgação do Estatuto da Terra em 1964, ficou nítida separação entre o político e o econômico nas discussões referentes à distribuição da terra clarificando as reais intenções dos governantes brasileiros que não se propunham a uma mudança estrutural no país.

Os governos da ditadura foram autores de políticas pontuais no que se relaciona à questão da terra. Em nenhum momento houve a preocupação em beneficiar os camponeses transformando a estrutura agrária: “a reforma agrária vai manter a atual estrutura fundiária, pois a política do governo é realizá-la sem divisões de terras. (MARTINS, 1985, p. 42).

A minimização das relações políticas de beneficiamento referentes a terra era forte devido à pressão exercida pelos grandes proprietários de terras e empresários, cuja intenção era angariar os mesmos benefícios e terem suas reivindicações atendidas. Denúncias desse tipo indicavam como eram fortes os entraves à reforma agrária, mesmo com a criação de instituições para intermediar a situação, como o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O cerne da discussão era o reducionismo ao máximo da Questão Agrária. (MARTINS, 1985).

A expansão capitalista é a grande marca do campo brasileiro nesse período. Desse modo ficava inviabilizada a proposta de reforma agrária, apesar dos constantes conflitos, o dito desenvolvimento proposto para o país não incluía o pequeno agricultor, isto era evidente com a venda do território a partir dos incentivos fiscais, isenções e o fortalecimento das empresas capitalistas. A lógica era clara: fortalecer o capitalismo no Brasil, expropriar o camponês da terra e expulsá-lo para a cidade, tendo como resultado direto mais concentração de terra.

Com o advento da abertura política brasileira durante a década de 1980, o clamor social por mudanças estruturais impeliu o governo José Sarney à montagem do PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária. Entretanto, a organização latifundiária fundada por membros do Legislativo nacional impediram a consecução de reformas no campo: o que se observou foi a manutenção da estrutura da terra altamente concentrada e o fracasso do plano. Oliveira (1999) ressalta que as lutas travadas na Constituinte com a finalidade de garantir uma Reforma Agrária mais ampla e irrestrita esbarraram na Constituição de 1988. Naquela ocasião, a bancada ruralista da UDR – União Democrática Rural - saiu vitoriosa, pois a legislação aprovada na Constituição Federal foi menos abrangente que o Estatuto da Terra, criado durante o governo militar, e a reforma agrária novamente foi desmantelada em nome da sustentação da elite conservadora.

A partir da década de 1990, os governos brasileiros relegaram ao esquecimento a questão da reforma agrária – de Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso: ocorreu uma minimização de políticas para o campo e com isso, a reforma agrária foi definitivamente “guardada”, este fato fez eclodir os conflitos por terras trazendo ao cenário nacional a força dos Movimentos Sociais.

No início do século XXI, com a ascensão do governo Lula da Silva, a reforma agrária continuou no esquecimento, porém fortaleceu a subserviência às instituições financeiras internacionais. O que se observou foi a denominada reforma agrária de mercado com distribuição de terra, mas sem estrutura para o pequeno produtor, fortalecendo a pobreza no campo.

[...] a política compensatória de assentamentos rurais tornou-se um negócio para dar conta de interesses de momento, ora econômicos ora de matiz essencialmente política, de maneira a evitar as contrariedades que a luta pela terra poderia provocar na consecução dos interesses dos sujeitos sociais fundantes do pacto de apropriação privada das terras (e das águas) do país. Essa política compensatória de assentamentos rurais tem sido coerente com a concepção de mundo neoliberal exercida pelo Governo Lula, na qual a ética e a política são subalternas ao mercado. Todavia, a reforma agrária não é negócio como querem o Banco Mundial, a FAO, o Governo Lula e os latifundiários. A reforma agrária é o resultado social da luta de classes no campo. Essa luta está aí, nas linhas e entrelinhas da luta social no campo. (CARVALHO, 2004, p. 10).

O projeto do capital para o Brasil não engloba a produção camponesa, aliás, o campesinato é um entrave para o sistema de mercadorias e para dissipá-lo a negação da terra aparece como aspecto condicional de sua total desestruturação e abandono. A reforma agrária é um viés para um começo que envolve uma mudança social, contudo, conforme Gonçalves e Alentejano (2008), nesse país se pratica o inverso da reforma agrária, pois, o que se verifica é o aumento do latifúndio.

A posse da terra pelo pequeno agricultor é a garantia da sua permanência e resistência no campo, o que assegura, entre outras coisas, a expansão da produção e por isso a sua continuidade como sujeito que nega as estruturas de mercado montadas para promover a exclusão do trabalhador.

No sistema do capital, a terra não é criação do trabalho humano, por isso dela se pode extrair uma renda social, significando sinônimo de renda acima do lucro médio. Para os capitalistas, esta realidade faz emergir uma intensa disputa pela sua posse principalmente nessas últimas décadas em que a sua valorização tem relação direta com a produção dos biocombustíveis e, com o aprofundamento da crise estrutural do capital, dominá-la permite a inserção em um crescente mercado especulativo.

É nesse contexto que a reforma agrária ganha relevância para o campesinato e para a sua proposta de produção de alimentos, a Soberania Alimentar. O acesso a terra pode determinar, de acordo com a concepção do agricultor camponês, uma nova orientação

produtiva no campo, possibilitando a partir de uma produção que não seja resolvida pelo mercado, uma mudança na estrutura social, diferentemente da expropriação camponesa observada nos países periféricos. Rosset (2007) aponta a possibilidade da posse da terra ao pequeno produtor como condição de produzir o alimento para a continuidade da vida. Contudo, não se deve prender-se ao fato de que a distribuição da terra sob qualquer aspecto pode gerar o sucesso imediato da agricultura camponesa.

Essa assertiva levanta uma discussão que é mencionada por Oliveira (2007) ao discutir a questão da reforma agrária. Em suas observações, o sistema de mercadoria pode utilizar a reforma agrária como uma forma de estratégia para expandir-se ainda mais, porque ao permitir a propriedade da terra ao pequeno produtor pode sujeitá-lo ao processo de monopolização pelas grandes empresas e também transformá-lo em pequeno capitalista permitindo a concentração da terra. Contudo, é nesse processo de sujeição que outra situação se põe como fundamental: a perspectiva e necessidade de luta não só pela propriedade da terra, mas, sobretudo à luta contra o capital.

A reforma agrária não resolve o problema do campesinato imposto pelo sistema de mercadorias, mas permite ao camponês o acesso, mesmo diante de sua transformação enquanto produtor individual. Ao mesmo tempo, mostra a necessidade de sua transformação de trabalhador individual em coletivo.

É, pois, por esses caminhos contraditórios que o modo capitalista de produção se desenvolve, e, desenvolvendo-se, cria as condições para a sua reprodução ampliada, mas cria também as contradições desse processo. A reforma agrária não pode ser entendida como solução para essas contradições, mas sim como um paliativo. Paliativo que resolve mais as questões do modo capitalista de produção como um todo do que a da agricultura em particular. Porque, no fundamental, as soluções para os problemas da agricultura estão inscritas na necessidade de superação desse modo de produção. (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

O domínio do capitalismo em toda a esfera social subordina todas as estruturas, assim não é simples pensar em outra perspectiva de solução, a não ser com a superação do modelo. Mas isto resultaria de um movimento revolucionário da classe trabalhadora, conjunturalmente ainda não é possível essa condição. Nesse sentido, a reforma agrária aparece como uma estratégia, mesmo contraditoriamente sendo mecanismo do capital em sua essência, para espacialização camponesa.

Segundo Oliveira (2007), a constituição da reforma agrária está atrelada ao movimento do Estado para a contenção das manifestações camponesas, então seu vínculo original foi

pensado para coibir o descontentamento da população do campo e impossibilitar transformações na estrutura social, ao mesmo tempo em que visava dar a sustentação para a manutenção da extração da riqueza pelos detentores do capital.

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

O Estado tem desenvolvido formas de reforma agrária em que ocorrem pautadas na distribuição da terra. O que se percebe dessa questão é que muitas vezes a terra é de baixa qualidade, apresentando alto teor de infertilidade, sem contar a ausência de recursos que muitos dos pequenos agricultores sofrem e quando tais recursos chegam são migalhas que no fim acabam acumulando dívidas aos camponeses, fato que os leva à perda da terra como meio de produção e como condição de vida.

Mesmo entendendo o papel do Estado em questões relativas às mudanças no que se refere ao domínio da terra, pode-se visualizar um aspecto positivo quanto ao processo de reforma agrária, aqui entendido de forma diferenciada em sua estrutura daquele posto pelo Estado, que é a quebra da concentração da propriedade da terra, ou seja, a redução do monopólio da terra. E, mesmo entendendo que não há uma intencionalidade de uma mudança estrutural “patrocinada” para a população do campo, deixa claro um avanço e essa condição permite-nos chegar à compreensão real do que vem a ser esse processo.

As alterações advindas da reforma agrária no campo modificam a estrutura fundiária, todavia, não provoca mudanças no modelo capitalista imposto sobre a sociedade. Efetivamente há uma divisão dos grandes latifúndios ocorrendo uma distribuição com os demais trabalhadores e, isto implica um rompimento da grande propriedade de terras em poucas mãos. De maneira geral, essas reformas foram realizadas nos países periféricos onde a concentração de terras assumia números alarmantes. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Cabe ressaltar que a contradição inerente a esse movimento suscita uma reflexão, apesar de o capital ainda estar na esfera social dominando as ações e com a posse da terra o camponês tornar-se um pequeno proprietário, a repartição da grande propriedade abre a

possibilidade de uma luta que ultrapassa o entendimento da questão da terra em si, indo além, enveredando em uma luta pela mudança na estrutura como um todo. Nesse sentido, pode-se chegar ao entendimento de que é o sistema que deve ser combatido. Por isso, nessa conjuntura de dominação, de luta de classes, a reforma agrária pode vislumbrar para o campesinato, uma estratégia de permanência na terra, mesmo sofrendo com a pressão da negação do camponês enquanto sujeito histórico.

A reforma agrária, se pensada conforme a concepção camponesa diferencia-se dos padrões dominantes e pode propiciar uma maior produção de alimentos e melhores condições de vida no campo. E, esta proposta é fundamental, segundo os Movimentos Sociais, para a obtenção da Soberania Alimentar¹⁸. O direito de produzir alimentos livre das amarras das regras de mercado, somente pode ser concebida com o direito a terra pelo camponês. De acordo com a compreensão de Thomaz Júnior (2006), essa relação entre reforma agrária e Soberania Alimentar é importante diante do surgimento de uma nova postura da classe trabalhadora, fato responsável por uma nova dinâmica frente à imperiosidade do capital.

A criação de impossibilidades para a economia camponesa se faz de forma concreta, desde a sua desqualificação à sua expulsão definitiva do campo. Assim é montada a tática perversa para impedir a sua entrada na terra, resultando na impossibilidade da Soberania Alimentar.

A Soberania Alimentar também tem, em sua definição, os desafios de viabilizar ações práticas para enfrentar a fome, a pobreza e a miséria, não na perspectiva da segurança alimentar que pressupõe, via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o jogo do mercado e não para resolver a chaga da fome. Estamos, então, diante da *insegurança alimentar* e dos pressupostos que fundam os alicerces das mazelas e endemias sociais, as quais atingem cada vez mais as populações desempregadas, desterradas, empobrecidas e famintas. (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 26).

Nesse sentido, a reforma agrária é fundamental para a redução da pobreza, não a reforma agrária pautada nas regras de mercado, esta pode provocar a despolitização. A propriedade da terra para o camponês é fundamental para a garantia de melhorias no campo, inclusive porque coloca países como o Brasil em destaque devido as suas grandes contradições visíveis no campo.

¹⁸ Entende-se que entre os Movimentos Sociais há um debate referente a questão da Reforma Agrária, ao se colocar essa questão analisa-se em linhas gerais uma mudança estrutural, a partir da concepção camponesa e não dos mecanismos do capital.

A reforma agrária de mercado entra na trama de uma política do governo federal consorciado com instituições financeiras como o Banco Mundial a fim de promover a compra da terra para camponeses com pouca ou sem terra. No discurso do Estado está a centralidade da redução da pobreza, da redução de custos e a eliminação de conflitos. Entretanto, o que está por subentendido é o favorecimento dos dirigentes políticos das diversas áreas em que ocorre esse processo. (RAMOS FILHO, 2009, p.6/7).

[...] as condições geográficas dos empreendimentos demonstram grandes limitações a desenvolvimento territorial destes que possibilitem a emancipação das famílias. Dentre suas causas vale ressaltar: a baixa capacidade política das associações, exigüidade territorial para o quantitativo de famílias mutuárias por empreendimento, freqüentes equívocos das equipes de assistência técnica, assim como a irregularidade da prestação de assessoria técnica, etc. Estes fatores têm determinado que parte dos trabalhadores destes programas sigam realizando sua subsistência mediante assalariamento nas fazendas circunvizinhas. (RAMOS FILHO, 2009, p.7).

A criação dos empreendimentos de RAM perpassa uma operação de financiamento bancário aos camponeses pobres para a aquisição à vista de um imóvel rural ou fragmento deste. A transação de compra e venda de imóveis rurais realiza a renda absoluta da terra, favorecendo diretamente os fazendeiros que disporão de dinheiro em espécie para a aquisição de terras em outros locais, investir em outros setores da atividade produtiva ou qualquer outra coisa, favorece os bancos que receberão os juros dos mutuários mediante a amortização do financiamento, já os mutuários, por sua vez, apresentam dificuldades de pagamento destas anuidades e quando o fazem, realizam mediante o comprometimento de parte significativa da renda da terra. (RAMOS FILHO, 2009, p. 7).

Apesar de ser uma antiga discussão, a atualidade da Questão Agrária no Brasil assume proporção grandiosa e histórica. A reforma agrária pode representar a formatação de justiça social para o homem do campo, o seu impacto na estrutura fundiária poderia representar para a economia brasileira uma saída para problemas como a fome, a pobreza contribuindo para o fim de políticas assistencialistas que têm sujeitado atemporalmente milhões de brasileiros que vivem na miséria.

De fato, os projetos de reforma agrária provocaram, especialmente nas regiões pontuadas por uma alta densidade de famílias beneficiárias, a dinamização econômica de vários dos municípios onde se inserem, tendo como base um processo produtivo mais diversificado, quando comparado à estrutura – anterior e presente – prevalente nos estabelecimentos agropecuários locais, significando uma espécie de reconversão produtiva em regiões de crise da agricultura patronal (as regiões sucroalcooleiras da Mata pernambucana e do Norte fluminense são um bom exemplo). Para além da relevância do número de novos produtores, estimulando um aumento na oferta de produtos (em especial alimentares), os assentados potencializam o mercado de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de cidades vizinhas, como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral. (LEITE, 2009, p. 150).

A disponibilidade de terras para o plantio é elevada e pode atender às necessidades da agricultura capitalista e camponesa, resolvendo para ambos os lados a demanda. Porém, o que se observa é a insaciabilidade do capital em querer lucrar e extrair a renda da terra, principalmente em um país como o Brasil que reconhecidamente apresenta um elevado índice de terras a serem utilizadas para a agropecuária de pequena produção familiar. Nesse sentido, a negação da reforma agrária se põe com uma série de fatores referentes ao seu processo de desmobilização como ser ultrapassada, custosa para os cofres públicos, promotora de continuidade da pobreza no campo, entre outros. Na verdade, o que se pode concluir é o falseamento próprio da aliança entre as grandes empresas e o Governo brasileiro para impedir uma mudança social no Brasil e esse atravancamento impede diretamente a constituição de um país sem fome, pois compromete a proposta camponesa através da Soberania Alimentar. Segundo o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a construção de uma política de Soberania Alimentar deve estar assentada em uma política econômica baseada em uma reforma agrária ampla, pois quem produz alimento no país é o camponês¹⁹.

Os camponeses observam que a reforma agrária e a soberania alimentar são alternativas que devem ser construídas pelos trabalhadores, do seu ponto de vista, e essa questão revela que o Estado não tem política para essa classe. Assim, os movimentos sociais lutam contra a expansão do capital no campo, pela construção de um modelo de reforma agrária e de Soberania Alimentar como projeto de sociedade. No bojo desse seguimento está o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

¹⁹ Fala proferida no III Encontro Nacional do MPA em 2010.

CAPÍTULO IV

O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA NO PROCESSO DE ESPACIALIZAÇÃO CAMPONESA: UMA LUTA CONTRA O CAPITAL

4 O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA NO PROCESSO DE ESPACIALIZAÇÃO CAMPONESA: UMA LUTA CONTRA O CAPITAL

No Brasil, o atual modelo econômico é excludente, destruidor da natureza e concentrador de terras. A fala de um dos integrantes do MPA em um discurso para os camponeses da América Latina ressalta essa condição, [...] “vamos lembrar que, historicamente, o território brasileiro não foi pensado para ser dos camponeses. Foi pensado para ser controlado pelos grandes interesses, pelo grande capital” (MPA, 2005b, s/p). Logo, estando o campo à disposição do interesse do capital e sendo a realidade brasileira propícia para a espacialização do agronegócio, promotor da exclusão do campesinato, o MPA nasceu da luta contra a condição de pobreza a que foram submetidas as famílias camponesas, os trabalhadores e trabalhadoras do campo, da roça como eles costumam se pronunciar. Diante da imposição da situação de marginalização, perceberam que o camponês e a camponesa são capazes de refletir sobre o mundo que os cerca, e, portanto, podem transformá-lo, contribuindo para o fortalecimento da pequena produção camponesa. O campesinato, em suas dimensões econômica, política e social constrói um projeto popular para o campo brasileiro em que se reafirme o modo de ser e viver do camponês.

O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA - é um Movimento formado por camponeses, de caráter nacional, popular, de massa, autônomo, de luta permanente e que tem como base grupos de famílias organizados (MPA, 2005a). Tem como objetivo principal a produção de alimento saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim soberania alimentar ao país. Busca o resgate da identidade cultural camponesa, respeitando as diversidades regionais (MPA, 2002).

O MPA surgiu no Rio Grande do Sul, no final de 1995 e início de 1996, a partir da ação de um grupo de famílias camponesas que diante da instauração da seca verificou a possibilidade da perda total de sua produção agrícola. Diante dessa situação, os camponeses compreenderam que a razão deste acontecimento estava envolta na política de abandono do governo, da política dos sindicatos de negociação e dos acordos que não traziam soluções para o campesinato (MPA, 2005a).

O enfraquecimento da força sindical que gradualmente foi perdendo sua ligação com as bases de trabalhadores do campo propiciou uma nova mobilização contra a cooptação dos

dirigentes dos sindicatos que, direta ou indiretamente, impedia o avanço na busca por melhorias entre os agricultores. Esse movimento foi responsável pela retomada dos trabalhos, pela busca de melhorias entre os agricultores, o que fortaleceu a luta.

O processo de lutas fortaleceu e consolidou junto às bases mobilizadas um grupo de sindicalistas que acreditaram na força organizada da base, investiram na formação a partir das lutas concretas e traçaram propostas claras discutidas com o conjunto dos trabalhadores organizados. Este foi um passo importante a contribuir na superação da crise e do imobilismo que acomete o Movimento Sindical e deixa sem defesa, à mercê da exclusão social, a enorme massa dos agricultores familiares. (GÖRGEN, 1998, p. 13).

Este autor chama a atenção para a “costura” de novas alianças entre os movimentos no campo e juntamente a esta questão a ascensão de uma nova consciência entre os camponeses. Esta situação foi importante no processo de constituição do MPA porque gerou uma nova realidade para os trabalhadores rurais que solidificaram o Movimento com uma nova formulação organizacional, impulsionando novas práticas na tentativa de conseguir mais justiça social para o campo. “O MPA foi se fazendo aos poucos, a partir da prática e das mobilizações e por não encontrar outros espaços de expressão para esta nova realidade organizativa e política dos pequenos agricultores excluídos da produção e das políticas governamentais”. (GÖRGEN, 1998, p. 14).

O contexto então emergente, naquele período, trouxe à reflexão de que a exclusão é a lógica do sistema capitalista para o campesinato, o homem do campo não faz parte desse modelo de projeto de desenvolvimento determinado pelo capital, a não ser como força de trabalho a ser expropriada ao extremo. O MPA, a partir dessa constatação iniciou “sua marcha” contra a expropriação de homens e mulheres do campo. Para melhor gerir os seus resultados, o Movimento estruturou-se em núcleos de base.

O núcleo básico a partir do qual o MPA se organiza não é o município, nem a região, nem o sindicato e nem mesmo a comunidade: é um grupo de base de pequenos agricultores que se organizam para lutar e buscar conjuntamente alternativas para resistir na terra e mudar a sua vida. É a partir do grupo de base, envolvendo a vizinhança, que se estrutura a organização do Movimento dos Pequenos Agricultores. (GÖRGEN, 1998, p. 15).

As prioridades iniciais mostraram que, de acordo com as bases, a maior necessidade naquele momento era o crédito subsidiado para enfrentar a crise econômica existente. O desencadeamento de ações também se estabeleceu como estratégia para o avanço do MPA.

O MPA nasceu com esta convicção e com esta determinação. O trabalho de base e a metodologia participativa, consolidados por um vigoroso processo de formação em todos os níveis, são os elementos que darão fôlego na construção de um movimento social forte e capaz de colocar a agricultura familiar dentro das decisões políticas e econômicas do País, de brevar o processo de exclusão social que vem sendo imposto aos pequenos agricultores e construir alternativas que apontem caminhos de viabilidade econômica e tecnológica para este modelo de agricultura de economia familiar na economia do país. (GÖRGEN, 1998, p. 17).

A construção do MPA enquanto movimento tem relação direta com a expropriação dos agricultores familiares imposta pelo governo neoliberal brasileiro na década de 1990. Não se quer dizer que esse fato não ocorria anteriormente, pois, historicamente a negação dos direitos aos “pequenos”, seja os trabalhadores rurais ou urbanos, tem sido um fato corriqueiro no Brasil. Porém, ocorre que naquele período o modelo neoliberal, no país, inicialmente via governo Fernando Henrique Cardoso, respondia veementemente aos projetos do capital por meio de instituições como o FMI e o Banco Mundial.

Conforme Görgen (1998), durante a década de 1990, aliada à grave situação existente entre os pequenos agricultores, de ausência de políticas e subsídios que viabilizassem a produção, ocorria uma forte estiagem nos estados da região sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A problemática trazida pelo clima agravava ainda mais a situação econômica e social dos pequenos produtores.

Diante da omissão do Estado, que agia por meio de ações paliativas e da discreta mobilização dos Sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores – CUT, os trabalhadores do campo formadores da base também pressionavam as lideranças. No município de Celeiro/RS, foi organizado um acampamento na estrada cuja finalidade era pressionar as autoridades constituídas para a resolução da problemática em que se encontravam os camponeses daquele estado. O sucesso do acampamento obrigou o governo do Rio Grande do Sul a dar uma resposta: esta se fez com ações entre a intervenção da situação e a desmobilização por meio de repressão, pela imprensa ou pela violência. O Estado, mais uma vez, fez valer seu papel de amparo da estrutura dominante por meio da repressão, entretanto, os resultados não foram satisfatórios, ocasionando uma abertura de comunicação com o Governo Federal. (GÖRGEN, 1998).

O contexto dessa situação possibilitou o surgimento do MPA deixando exposta a preferência do Estado em relação ao projeto hegemônico do capital, mesmo se tratando de um problema extremo, em uma época de crise econômica e em um estado cuja produtividade

agrícola é considerável a nível nacional. Clarificou-se o abandono da agricultura camponesa. Essa condição não foi e não é específica do Sul do Brasil, região em que ocorreu esses acontecimentos, envolvendo os pequenos agricultores naquele período, porém é uma situação que se alastra por todo o país, sendo uma condição intrínseca à história brasileira.

Para Görgen (1998), o crescimento do movimento dos camponeses que originou o MPA ressaltou a força dos camponeses. Estes, conforme observação do autor, há muito tempo não se organizavam com tanto afinco e, a partir da violência da política econômica do Governo gaúcho naquele momento o fator determinante para a mobilização²⁰.

[...] nenhum apoio para produzir – o neoliberalismo não admite subsídios – pelo menos não para pequeno agricultor, já para banqueiros ladrões, usineiros falidos, etc, o papo é outro.

- jogados na louca concorrência com os preços internacionais, tendo que produzir a um custo igual a de países com outro padrão tecnológico e com políticas agrícolas de apoio à produção agrícola e sem uma estratégia de preparação dos pequenos agricultores brasileiros para enfrentar esta nova fase da economia internacional, que chamam de globalização.

- tendo os produtos da cesta básica como principal sustentação – alavanca, âncora interna – do Plano Real, isto é, alimentos baratos para que a cesta básica continue sem aumento e os trabalhadores urbanos continuem ganhando pouco. (GÖRGEN, 1998, p. 26).

De acordo com o autor, toda essa situação revelou as forças e as fraquezas dos camponeses imbuídos no propósito de novas conquistas. Força porque se erigiam outras estratégias de luta, demonstrando a possibilidade de uma nova “aurora” organizativa que se contrapunha ao modelo dominante. Fraqueza porque reunir os trabalhadores rurais e motivá-los para continuar na luta diante de uma conjuntura oscilante que ora tendia para uma posição e ora para outra, parecia ser adentrar em um projeto sem direção. Além disso, havia um conjunto de limitações postas na vivência do conflito que se colocava como fragilidade do processo.

- Preparação – nem o povo, nem os dirigentes estavam preparados para o que veio a acontecer, nem em termos de organização interna (acampamento), nem em termos de enfrentamento político.

- Poucas lideranças experientes neste tipo de organização e enfrentamento político. Nos primeiros dias, era pânico a todo o momento diante de problemas relativamente simples.

- Imprevisibilidade quanto ao comportamento da massa, falta de disciplina coletiva, fraqueza e despreparo político e organizativo dos líderes de núcleos.

²⁰ Não se nega aqui a atuação de outros Movimentos, principalmente o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

- O número de pessoas envolvidas. Ninguém ali, antes lidara com tanta gente ao mesmo tempo e numa situação de acampamento e de enfrentamento com o governo. Uma reunião de lideranças de núcleos era uma assembléia de 300 pessoas no acampamento de Sarandi. Fez-se uma organização por regiões, mas as discussões não se reproduziam em nível de base e nem vinham para as discussões a real situação e sentimento do povo nas bases.
- A preparação anterior foi muito frágil e não previu, nem minimamente o que poderia acontecer no desenrolar dos acontecimentos.
- Falta de uma militância politizada, organizada, disciplinada e preparada para ajudar na superação dos problemas do dia-a-dia e ajudar a olhar para frente no enfrentamento com o governo.
- Deficiência na formação de lideranças, clara na carência de um número maior de lideranças de base e intermediárias, capazes de auxiliar na condução organizada de um processo de enfrentamento do governo em condições adversas. (GÖRGEN, 1998, p.32/ 33).

O momento do acampamento no Rio Grande do Sul em 1996 se caracterizou como fundamental, porque deu diretrizes concretas para o entendimento de como deveriam seguir os pequenos agricultores. Desse modo, pode-se inferir que o aprendizado com as mobilizações, formas de luta, decisões, encaminhamentos, organização, busca de consciência política, entre outros aspectos, tornaram-se muito expressivos na concretização do momento posterior do Movimento.

Internamente, no MPA, a busca pela consciência política e a aplicabilidade das diretrizes provenientes do aprendizado na luta estão presentes na condução diária da vida do Movimento. É nesse contexto que as lideranças buscam inserir o camponês a fim de levá-lo a compreensão de seu papel no mundo contra o modelo imposto pelo capital.

Nenhuma estratégia salvará os pequenos agricultores se não estiver alicerçada profundamente na organização de base e na luta sem tréguas contra o projeto neoliberal. Qualquer tática que sacrifique a organização de base, as lutas concretas e o enfrentamento real e decidido das políticas neoliberais e o enfraquecimento de seus testas-de-ferro será suicida a médio e longo prazo para os pequenos agricultores. (GÖRGEN, 1998, p. 41).

A partir dessa análise, é possível perceber que a constituição do MPA está ligada à presença do coletivo de agricultores chamada, pela liderança, de base. Os agricultores estão presentes em todas as etapas de formulação das decisões e nas manifestações públicas que envolvam grande contingente de pessoas. Segundo Görden (1998), no início do Movimento, observou-se essa situação com a Caminhada de Montenegro a Porto Alegre, a ocupação da Secretaria de Agricultura em Porto Alegre, a ocupação do terreno da General Motors no Rio Grande do Sul, a manifestação na Expoiner também no Rio Grande do Sul e os momentos decisivos da criação oficial do MPA. Durante a pesquisa de campo pelo Semi árido sergipano,

foi possível observar que em todas as manifestações, tanto as de caráter reivindicativos como as que assumiam uma condição de denúncia, eram feitas pelo coletivo de agricultores.

Segundo Görgen (1998), é com o coletivo dos grupos de base que o MPA foi oficializado em 12 e 13 de dezembro de 1997 no Rio Grande do Sul. Essa também foi a tônica do crescimento do Movimento em outros estados, naquele momento em Rondônia e depois no Espírito Santo. Entre marchas, mobilizações, manifestações, vigílias, reuniões, negociações entre outros, a força do coletivo, a força da base formada pelos camponeses deu uma nova concepção de organização para o Movimento Social e, dessa forma, reacendia uma ponta de esperança para a pequena agricultura no Brasil. Apesar das contradições, que são inerentes a todos os Movimentos, o MPA reúne em sua recente história uma marca de defesa dos trabalhadores do campo.

A mobilização das famílias pela busca de melhores condições de vida no campo, naquele momento, era uma resposta ao modelo de produção dominante que privilegiava/privilegia as grandes monoculturas para exportação e excluía/exclui os pequenos produtores do acesso às condições de produção, via investimentos públicos. Também nesse período, em outros estados brasileiros como Espírito Santo, Rondônia e Santa Catarina famílias de camponeses questionavam o papel de suas representatividades sindicais e discutiam uma nova forma de organização que respondesse às necessidades dos camponeses. Tendo como exemplo de luta no campo as ações de Movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA foi criado, não como um Movimento que quer disputar com outras organizações já existentes no meio rural, mas despertar e organizar a classe camponesa para a tomada de consciência de sua situação e de seu potencial.

Conforme o MPA,

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1996, foram organizados cinco acampamentos da seca, com mais de 25.000 pessoas. A pressão inicial para conquistar um crédito emergente, mas os camponeses descobriram que a raiz do problema era bem maior. Por isso, cresceu para uma luta para permanecer na terra, para exigir uma nova política agrícola, por crédito subsidiado, por seguro agrícola e por um novo projeto para a agricultura camponesa. Essa luta mostrou também que certas diretorias sindicais não acreditam na mobilização. Preferem ficar nos limites do seu município, na burocracia dos acordos, cuidando da previdência e da contribuição sindical. A história do nascimento do MPA no Rio Grande do Sul foi um exemplo. Esta experiência se juntou ao que já existia de luta e organização em Rondônia e Espírito Santo. A partir disto, começou a expansão em todo o país (MPA, 2005a, p.8/9).

Na década de 90, o grande capital pensou no que fazer com o Brasil. Uma das coisas colocadas foi acabar com o campesinato. Este país deveria ser o campo para o

agronegócio e não para as comunidades camponesas. No Brasil há uma grande crise, há pelo menos uma década, enfrentada pelo campo, de expulsão de comunidades camponesas de suas terras, falta de políticas de crédito voltadas para a realidade dessas comunidades. É nesta hora de crise que nasce o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2005b, s/p).

O processo de construção do Movimento contou com a contribuição de outras organizações camponesas como o MST, que trouxe uma nova forma de trabalho e enfrentamento das situações vivenciadas no campo como a luta direta das massas, a ocupação da terra, a visão de uma sociedade sem exploração e a organização de base. Além do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, outros sujeitos tiveram participação na criação do MPA, entre eles, os educadores populares, que de acordo com o Movimento eram formados por pessoas ou entidades que ajudaram apresentando novas metodologias, experiências de cultivos agroecológicos, o debate das relações de gênero, a importância da participação familiar, a necessidade de formação política e a militância. Podem-se citar também os dirigentes sindicais, que continuavam no campo, vivenciavam as dificuldades da pequena produção e não aceitavam a cooptação dos Sindicatos Rurais pelo governo.

O MPA, juntamente com outras organizações existentes no campo, integra a Via Campesina²¹, que se constitui como uma organização internacional criada no início da década de 1990 e que atualmente encontra-se por vários países da África, da Ásia, da América e da Europa, reunindo diversas organizações camponesas (pequenos e médios produtores), trabalhadores do campo, comunidades indígenas e movimentos formados por mulheres. O seu principal objetivo é a construção de um modelo agrícola que promova uma sociedade mais justa, que alcance a Soberania Alimentar a partir do entendimento dos trabalhadores e que busque um constante equilíbrio com a natureza (VIA CAMPESINA, 2010).

Para Picolotto (2008), a Via Campesina visa a construir novas formas socioeconômicas divergentes das existentes, pois, tem proposto estratégias de enfrentamento ao modelo capitalista presente no campo que é centralizado no agronegócio. Deste modo, constrói seu projeto político sustentado pelo conceito de campesinato com um modelo em contraposição ao capital, diferindo inclusive da conceituação de agricultura familiar. Na ótica da Via Campesina, a agricultura familiar objetiva a sua integração ao mercado, transformando

²¹ No Brasil a Via Campesina é composta pelos seguintes movimentos: MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores; MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MAB – Movimentos dos Atingidos Por Barragem; MMC – Movimento de Mulheres Camponesas; FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; CPT – Comissão Pastoral da Terra; PJR – Pastoral da Juventude Rural; ABEEF – Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal; CIMI – Conselho Indigenista Missionário e Pescadores de pescadoras Artesanais.

os agricultores em pequenos capitalistas, enquanto em sua concepção se faz necessária a construção de um sujeito social, o camponês, que busca resistir ao sistema dominante, e, por isso, enfrenta as grandes empresas e as políticas de Estado que beneficiam a agricultura do capital. Essa problematização intenta a formulação de um plano político para a formação de uma nova estrutura de sociedade contrária à que está posta na atualidade, objetivando a formação de sujeitos sociais politicamente organizados.

O camponês, no entendimento do MPA, é o sujeito que mesmo inserido no sistema de mercadorias não se define como capitalista escapando às simples definições, pois, apresenta um modo de vida que o diferencia nas mais diversas localidades do planeta, constituindo, a partir de suas relações, formas distintas de produção que traduzem o seu entendimento de mundo e dessa forma a sua identidade, ou seja, apresenta características que lhe são próprias. Picolotto (2008) em seu estudo menciona que o projeto da Via Campesina no Brasil busca avançar na compreensão da identidade e do projeto do campesinato, demarcando conceitualmente o sujeito camponês e resgatando a sua resistência ao capitalismo. Desse modo, coaduna-se com o MPA que ressalta que a palavra camponês é fundamental para a identificação da luta de classes, confirmando-lhe a posição enquanto sujeito social, político e como classe social.

O MPA e a Via Campesina apresentam a mesma leitura sobre o avanço do capitalismo no campo. Observam que o atual modelo agrícola baseado no controle dos grandes proprietários e das empresas transnacionais prioriza a produção de monocultivos, cuja finalidade é a obtenção de altos lucros, mesmo que prejudique a natureza e introduza na composição dos cultivos produtos químicos que degradem a saúde humana. As ações de denúncia desencadeadas, tanto pela Via Campesina como pelo MPA, têm posto em destaque que a aplicação do modelo capitalista no campo tem causado sérios prejuízos à sociedade, seja pela organização da produção monocultora voltada ao atendimento à indústria, como é o caso do eucalipto, seja pela produção da monocultura da cana, cujos interesses estão direcionados à produção de biocombustíveis. Desse modo, tem-se gerado aumento do desemprego e trazido sérios problemas para a natureza como a destruição do solo e o alto índice de desmatamento. Além disso, nesse contexto, ganharam relevância a difusão dos produtos transgênicos, a desnacionalização dos setores agrícolas de alguns países e o aumento da concentração da renda e da terra. Isto evidencia o processo de privatização de recursos como a terra e a água mostrando que o cerne da crise atual, que atinge principalmente as camadas mais pobres da

população, está no esgotamento do modelo dominante e o aumento gradativo da fome no planeta.

A crise alimentar vivenciada no mundo, de acordo com o MPA e a Via Campesina, resulta de uma grave situação social visivelmente observada na alta dos preços dos alimentos e em sua escassez, originando o aumento da fome. Logo, essas organizações apontam a necessidade de um novo modelo agrícola que tenha como prioridade a Soberania Alimentar. Diante do fracasso do modelo capitalista da implementação de uma agricultura pensada pelos pequenos produtores em que seja priorizada a produção de alimentos saudáveis e de forma diversificada se faz necessário, significando o direito da população de cada país de produzir seu próprio alimento, entretanto, isso requer o rompimento com o modelo dominante.

A proposta de agricultura do Movimento dos Pequenos Agricultores visa à garantia da produção de subsistência familiar, pois, acredita-se que diante da crise atual, os efeitos negativos gerados perpassam diretamente pelos pequenos agricultores que muitas vezes são excluídos e expulsos do campo. Deste modo, o que se coloca para os pequenos produtores é a resistência na terra. Conforme a análise do MPA, a estrutura produtiva vigente permite a destruição dos pequenos agricultores impondo-lhes uma agricultura, cuja finalidade é a produção de monocultura para angariar a lucratividade. Inebriados pelo discurso de que iam conseguir dinheiro com essa estrutura, muitos produtores de cultivos de subsistência abandonaram suas produções e acreditaram ser possível comprar, com o dinheiro obtido, tudo o que necessitavam. Todavia, a realidade foi bastante diferente, muitos não pagaram as suas dívidas e contraditoriamente tiveram que conviver com a fome (MPA, s/a).

Os fatos descritos respondem ao que o Movimento denomina de mudança cultural, ou seja, o modo de pensar dos trabalhadores do campo foi “invadido” pelos discursos do Estado e da classe detentora dos meios de produção que, com seus instrumentos de persuasão e controle, trouxeram a falsa ideia de modernidade centrada no abandono de suas produções para a subsistência e voltada para o atendimento ao mercado. Os resultados vão desde a compra de alimentos para a sobrevivência à total dependência de muitos agricultores para continuarem com sua produção,

Hoje os pequenos agricultores, em sua maioria, são dependentes em quase tudo para sua produção. Para comer, temos que comprar comida no mercado. Para produzir, temos que comprar tudo no mercado – sementes, adubos, combustível, venenos. Para vender, estamos nas mãos dos atravessadores ou de algumas empresas integradoras (MPA, s/a, p. 04).

O Pior é que desaprendemos a produzir nossos próprios alimentos em casa, desaprendemos a fazer e conservar nossas próprias sementes, desaprendemos a controlar inços (mato, quiçassa, ervas daninhas) e pragas com recursos da própria natureza, desaprendemos a fazer melhoramento de raças com os nossos próprios animais e assim por diante (MPA, s/a, p. 04).

A contraposição ao modo capitalista posto no campo, conforme o MPA, deve ser erigida a partir de uma nova forma de pensar a agricultura, iniciando com o resgate da sabedoria do próprio homem do campo e adentrando em uma nova dimensão que conduza a um novo aprendizado de como produzir. Para isso é necessário produzir para o autoconsumo, o que não quer dizer, no entendimento do MPA que deve haver um abandono da produção destinada ao comércio. “O primeiro passo para isto é produzir tudo na própria terra, com custeio barato, para comer. Não depender de comprar alimentação no mercado, a não ser aquelas poucas coisas que não têm como produzir em casa” (MPA, s/a, p.3). A proposta do Movimento dos Pequenos Agricultores é:

1º - Produzir em casa de tudo para comer bem, comida saudável e variada e garantir a subsistência familiar sem depender de comprar comida no mercado.

2º - Produzir para o comércio alguns produtos que tragam boa renda com tecnologias de baixo custo e que dependam o mínimo possível das grandes empresas agroquímicas e seus produtos caros que só dão lucro para eles.

3º - Iniciar imediatamente a mudança de modelo tecnológico, saindo da agricultura química e entrando na agricultura ecológica, também na produção para o mercado (MPA, s/a, p. 05).

O MPA apresenta uma concepção de produção de alimentos saudáveis que promova uma clara distinção entre a proposta camponesa e o modelo dominante do agronegócio. Assim o seu Sistema de Agricultura²² objetiva a produção das próprias sementes, sejam aquelas consideradas básicas, como aquelas que apresentem variedade específica; há também um projeto de melhoramento genético em que é prevista a recuperação, a reprodução e o beneficiamento das raças com cruzamentos de animais comuns e os de raça visando à garantia da resistência e o aumento da produção de carne e leite; outro ponto debatido é a adubação orgânica com utilização de fertilizante natural e plantas que promovam a recuperação do solo fazendo um trabalho *in natura* e minimizando o uso de adubos industriais; o controle biológico das pragas nesse modelo se dá pela biodiversidade e pelo desenvolvimento de formas baratas e biológicas quando houver uma situação diferenciada de pragas no plantio.

²² Esse sistema definido pelo MPA como Agricultura ecológica busca também reduzir a dependência do agricultor frente às multinacionais que vendem adubos, venenos e sementes; baixa os custos de produção e possibilita a produção de comida saudável e não contaminado de venenos (MPA – Produzir Comida para o povo Brasileiro, 2002, p. 14).

Com o intuito de possibilitar a recuperação da biodiversidade e o equilíbrio natural, propõe-se a plantação de árvores frutíferas nativas.

Essa proposta coaduna-se com um dos objetivos do MPA: “Produzir para encher a mesa de comida”.

Uma boa horta com verdura à vontade e um horto com plantas medicinais para os chás e remédios caseiros. Galinheiro cercado, chiqueiro de porcos, um bom potreiro para o gado, para não faltar carne, nem banha, nem leite, nem queijo, nem salame o ano todo. Produzir todos os tipos de miudezas que se pode aproveitar para comer uma alimentação saudável e variada. Recuperar o costume das indústrias caseiras de compotas, chimias, açúcar mascavo, melados, doces, etc (MPA, s/a, p. 10).

O sistema de Agricultura escolhido pelo MPA contempla uma ampla produção de alimentos, para o consumo da unidade de produção camponesa, ao mesmo tempo planeja a produção para a venda no mercado, utilizando o que há na propriedade, com baixo custo e planejando o que produzir e vender de acordo com a realidade da localidade em que o pequeno agricultor esteja inserido: leite, frutas, feijão, milho, soja, trigo, mandioca, entre outros. Nesse sentido, o Movimento chama a atenção para a organização como aspecto fundamental a fim de que o pequeno produtor não se submeta às amarras do atravessador e dessa forma, proponha a criação de “espaços de mercados” para facilitar a penetração no comércio.

De acordo com o MPA, para alcançar o êxito desse projeto, em 2002, no início da década passada, foram pensadas algumas prioridades no processo de luta que constituíam desafios para o Movimento fruto das discussões, formações, análises de conjuntura e encontros da organização. Naquele momento esses desafios foram divididos em duas pautas: Condições de Produzir e Condições para Morar e Viver, como mostra de forma sucinta os Quadros 01 e 02 observam-se as prioridades do MPA na condução da sua concepção de agricultura.

Condições Para Produzir	
Crédito Subsidiado Para a Produção	Linha de crédito para reestruturar e recuperar a Capacidade produtiva dos pequenos agricultores descapitalizados devida às políticas do Governo Federal. R\$ 20.000,00 por família, liberados em 04 anos com parcelas anuais para investimentos na propriedade do Pequeno Agricultor; Prazo de pagamento com três anos de carência; Juros fixo de 2% ao ano.
Resolver o Problema de Endividamento dos Pequenos Agricultores	Os problemas de dívidas acumuladas durante o governo FHC não foram resolvidos e os pequenos agricultores detinham dívidas com os Fundos Constitucionais, o PROGER, o PRONAF e outros programas. Renegociação completa de todas estas dívidas, com retirada das multas, desconto dos juros abusivos e do saldo, prazo longo de 25 anos e rebate de 70% sobre o valor devido, com juros fixo de 2% a.a..
Assistência Técnica	Projeto de Assistência Técnica próxima do agricultor, mais ligadas às comunidades rurais juntamente com um modelo de Educação Rural diretamente vinculada aos Movimentos Sociais.
Preços dos Produtos Agrícolas	Uma política de preços aos produtos agrícolas é fundamental para garantir renda e melhores condições de vida para os pequenos agricultores. Queremos que o novo governo implante uma política séria de garantia de preços mínimos e compra dos produtos pelo Governo com garantia de ganhos reais, quando os atravessadores estiverem explorando; Queremos que o Governo não importe alimentos que podem ser produzidos no Brasil.
Seguro Agrícola	O seguro Agrícola é importante para garantir a estabilidade na produção agrícola, pois o garante renda diante de problemas provocados pelo clima. Queremos implantação de um Seguro Agrícola Nacional que proteja a produção e a renda do pequeno produtor diante dos sinistros provocados pelas intempéries do tempo.

Quadro 03: Prioridades no Enfrentamento dos Desafios Para a Produção Agrícola do MPA, 2002 – Condições Para Produzir.

Fonte: MPA – Produzir Comida Para o Povo Brasileiro, 2002.

ORG. SANTOS, Ricardo M.

Condições Para Morar e Viver	
Moradia	É preciso mudar as condições de vida na roça. Moradia não é só casa, é o ambiente embelezado com jardins, mata nativa, pássaros, pomar e o conjunto da infra-estrutura da vida camponesa. Queremos implantação de um amplo programa Habitacional Rural para construir moradias novas, reformar e ampliar moradias já existentes em todo o meio rural brasileiro.
Saúde, Previdência, Educação, Transporte e Energia	As condições de vida na roça precisam melhorar também no acesso às condições de atendimento à saúde preventiva e curativa; previdência pública e digna para os pequenos agricultores; acesso à educação adequada às necessidades dos pequenos agricultores e aos jovens do meio rural; boas condições de estrada e linhas de ônibus; energia elétrica em todas as moradias rurais.

Quadro 04: Prioridades no Enfrentamento dos Desafios Para a Produção Agrícola do MPA 2002 – Condições Para Morar e Viver

Fonte: MPA – Produzir Comida Para o Povo Brasileiro, 2002.

ORG. SANTOS, Ricardo M.

Esses quadros ressaltam os desafios iniciais do MPA na tentativa de construção de um modelo camponês de agricultura pensado no II Encontro Nacional do Movimento, no estado de Rondônia, em fevereiro de 2003, cujo lema era de que segundo o Movimento continuará sendo, pois representa a sua mensagem política: “ORGANIZAR, PRODUZIR, ALIMENTAR”. A partir das pautas, elaborou-se um plano com embasamento que possibilitasse a argumentação com o Governo sobre a discordância do MPA em relação ao que o Governo defende/defendia que era/é a agricultura familiar e não a agricultura camponesa. Desse modo, uma proposta foi elaborada, cuja estrutura central é a defesa da agricultura pensada pelo camponês trazendo uma lógica diferenciada da agricultura capitalista que privilegia a monocultura, que na fala dos integrantes do MPA “é uma agricultura sem gente, apenas com máquinas e pneus”²³. Essa proposta foi denominada de PLANO CAMPONÊS, apresentada ao Movimento de forma geral no III Encontro Nacional do MPA realizado no ano de 2010 em Vitória da Conquista – BA²⁴ e que teve como lema: “POR SOBERANIA ALIMENTAR E PODER POPULAR”.

Essa proposta do Movimento reflete os resultados de mais de uma década de elaboração e discussões, realizadas em três encontros nacionais (ver quadro 4) que foram sedimentando o crescimento do MPA. O Plano camponês materializa a história do MPA, uma formulação para o campo, de acordo com a concepção dos trabalhadores rurais e que traduz as necessidades de quem vive a realidade da pequena produção agrícola no Brasil.

4.1 O Plano Camponês como Estratégia do MPA para a Garantia do Campesinato no Campo

Apresentado pelo Movimento, o Plano Camponês é uma proposta pensada pelas lideranças do MPA e auxiliada por professores e pesquisadores reunidos pela organização a fim de estabelecer e definir a concepção de produção e vida no campo. A sua meta síntese é “um caminho de proposta de socialismo”, conforme a fala da direção do movimento durante o III Encontro Nacional. O Plano recupera o conceito de campesinato como sujeito social e

²³ Fala de Valter Israel Silva, militante do MPA, durante a apresentação do Plano Camponês no dia 14.04.2010.

²⁴ O III Encontro Nacional do MPA reuniu cerca de 1.000 camponeses e camponesas de dezessete estados brasileiros integrantes do Movimento que discutiram durante cinco dias a atual conjuntura política e econômica do Brasil e os direcionamentos do Plano Camponês.

político que assume uma lógica camponesa de agricultura, que se vê como classe social, e enxerga e pensa a sociedade.

[...] E o que é o plano camponês para nós? Este plano camponês se traduz, se afirma dentro do território brasileiro, como a nossa estratégia. Aonde nós queremos chegar com isso? Que táticas nós vamos articular para fazer que o plano camponês se efetive como uma ferramenta na construção do socialismo que nós queremos? A partir daí, estabelecer ações bem concretas, ações que viabilizem a construção do socialismo que nós temos como meta (Militante do MPA).

Não é apenas um plano para se pensar a política de crédito, não é um plano para se pensar somente política de moradia, mas é um plano para se pensar que campo nós queremos, que sociedade nós queremos, que tipo de produção queremos, que tipo de mercado nós queremos e qual a compreensão de natureza e convivência com a natureza nós queremos. (Militante do MPA)²⁵.

O Movimento dos Pequenos Agricultores, através do Plano Camponês, estabelece uma contribuição do campesinato brasileiro pensando a construção de um Projeto Popular com bases socialistas. A concretização desse Projeto passa efetivamente por eixos considerados fundamentais para o seu desenvolvimento: produção, educação/formação, vida de qualidade no campo, comunidade camponesa e Soberania/Autonomia. Essas diretrizes se contrapõem ao projeto burguês sustentado pelas grandes empresas estrangeiras, identificado no campo pelo Agronegócio que conta com o apoio do Estado²⁶.

Em entrevista realizada durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que as lideranças do MPA no estado de Sergipe compreendem claramente a importância do Plano Camponês para o crescimento do MPA e para a consecução de seus objetivos, as falas revelam o conhecimento e o envolvimento com a proposta:

Quando a gente fala no plano camponês, a gente acha que é só alimento, mas vai além, traz resgate dos valores, da produção de alimento e da cultura. É colocar em prática nossos sonhos: a agricultura, a habitação... é olhar para o todo e não para a parte, é ter educação, é um olhar para a realidade. (Liderança do MPA em Sergipe, E.B.V, 30 anos).

É um estudo que vem fortalecer e ajudar a nós, a conhecer mais, não só na agricultura, mas em tudo, educação, formação. (Liderança do MPA em Sergipe, G.A.S, 31 anos).

Não sei se ele é só para o camponês, engloba tanta coisa, é um projeto de sociedade... é uma grande contribuição para o que queremos construir. É tão amplo, cheio de

²⁵ Fala de um militante do MPA durante encontro com camponeses e camponesas da América Latina.

²⁶ Notas de pesquisa de campo realizada durante o III Encontro Nacional do MPA no ano de 2010.

desejos, de necessidade que é um projeto de sociedade. (Liderança do MPA em Sergipe, R.S.A, 24 anos).

Para materializar as propostas do Plano Camponês e garantir a sua espacialização enquanto Movimento, utiliza o conceito de Território Camponês como espaço de vida, de produção, de disputa de poder e de construção de poder popular (MPA, 2010).

Conforme o MPA, é no território camponês que se estabelece o enfrentamento do agronegócio, portanto, o uso deste conceito também é estratégico, pois, nele o camponês desenvolve as suas ações cotidianas: vivência²⁷, produção, estudo, alimentação, discussões, debates, lazer, celebrações, relações, etc. Partindo dessa compreensão, o pequeno produtor visualiza o território camponês como o espaço de sua governabilidade, onde há a sua afirmação política, onde há a promoção da sua cultura e primordialmente onde planta e produz o alimento que garante a sua existência. Logo, a produção do pequeno produtor está intrinsecamente ligada ao território, inclusive porque está implícito o conceito de soberania, de condução de sua própria forma de vida e de sua liberdade. Por essa concepção, o território camponês encerra o entendimento do que seja a terra e o campo para o pequeno produtor enfatizando a expressão da classe camponesa, território de vida e de luta, geográfico, material e também imaterial, tendo em vista que nele está “plantada” a sua cultura e ideologia (MPA, 2007). No território, o camponês é um sujeito social,

[...] Tem que se afirmar no território em que ele vive como um sujeito social. E a condição do sujeito social revolucionário passa exatamente pela afirmação da compreensão de como ele deve se situar no território onde vive. O que isso significa? Ter o controle do território em que vive. Nós temos que avançar na política do controle do território. No território em que está inserida comunidade camponesa, o capital não pode entrar. Tem que fazer de tal território um espaço onde ele se manifesta como sujeito. Aqui nós produzimos o nosso jeito de ser, o nosso modo de vida. Aqui nós garantimos o sujeito social que nós queremos ser (Militante do MPA).

A posse do território pelo campesinato significa a negação do capital, a negação do agronegócio e das práticas destrutivas do sistema dominante, esse é o modo pelo qual o camponês sai da dependência do mercado e livra-se do controle das empresas e das amarras das corporações internacionais. O controle do território exprime a garantia do pequeno produtor de ter a sua produção, o insumo e o acesso às feiras. As falas de duas militantes do Movimento que estão na coordenação em Sergipe expressam essa ideia.

²⁷ Entende-se aqui por vivência o desenvolvimento das relações do seu cotidiano.

Território camponês é um espaço de vida, diferencia-se do território do agronegócio. É um espaço de vida, do homem, da mulher, da criança, do alimento, da solidariedade, há uma partilha de cultura e de vida no território camponês. (Liderança do MPA em Sergipe, E.B.V. 30 anos).

O território é aquele que tem sua identidade, apesar de viver a exploração do outro... Território camponês tem valor, tem princípio e se revela no jeito de produzir, de viver. (Liderança do MPA em Sergipe, R.S.A, 24 anos).

Contudo, a posse do território se constitui somente com o processo de luta e para o MPA existem elementos que promovem o controle deste, ou seja, a unidade política camponesa via posse do território, somente é conseguida mediante o estabelecimento de subsídios como o domínio da terra, água, energia e sementes; além destes, existem aspectos de caráter subjetivo como política, ideologia, cultura, religiosidade e festividades. Esses elementos compõem a base das ações camponesas no território. Então, a organização, a comunicação, a educação, a formação de massa, as metodologias criadas, o desenvolvimento de cooperação entre os camponeses, a autonomia da produção, entre outros, são construções das comunidades com base na posse dos elementos existentes no território.

No plano camponês, os sistemas de produção são bastante diversificados, tendo por base as famílias e as comunidades camponesas que trabalham a produção agrícola, priorizando o auto consumo e o mercado local. Dessa forma sua estrutura diverge do conceito de agronegócio. A configuração desse modelo de produção camponês procura manter os recursos disponibilizados pela natureza (Agro ecológica) promovendo a combinação de plantios, permitindo a utilização de insumos e buscando uma aproximação do conhecimento já existente com o uso de novas técnicas, a fim de garantir a autonomia quanto à produção de sementes e no que se refere ao aproveitamento da tecnologia. Desse modo, acredita-se que o sistema de produção conjugado com o projeto de agroindústria proposto pelo MPA traga a lógica camponesa para o entendimento da sociedade.

De acordo com a concepção do Movimento, a agroindústria pretende ser descentralizada incluindo as famílias, as comunidades e as cooperativas primando pela venda direta ao consumidor, feiras e mercados informais, de maneira que atenda com boa rentabilidade aos camponeses e com preços baixos para os trabalhadores urbanos. Esse processo ressalta uma alternativa de comercialização, que escapa aos formatos que contemplam os mercados formais e atravessadores, considerando uma relação direta com o trabalhador (MPA, 2008a). Baseado nesse novo referencial de produção e comercialização, o MPA pretende avançar na viabilização do conceito de Soberania Alimentar.

A concepção de Soberania Alimentar defendida pelo MPA segue as mesmas orientações da proposta da Via Campesina, sendo definida como um direito político dos povos.

“É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental”. (MPA, 2008b, s/p).

A Soberania Alimentar para Movimento dos Pequenos Agricultores se dá como um direito que cada país tem de produzir o seu alimento, dentro de seu padrão cultural, ou seja, respeitando os costumes da sua população, sendo autônomo quanto à sua forma de produção (prioritariamente camponesa) e que esteja acima dos interesses do mercado e das empresas alimentícias. Nesse sentido, Soberania Alimentar pode ser compreendida como a busca por alimentos saudáveis, como uma questão que respeita os hábitos alimentares das populações, como a defesa de sistemas locais de produção de alimentos e como defesa dos recursos naturais. Essa concepção pode ser afirmada pelos militantes; mesmo que os conceitos não estejam criteriosamente formulados, os agricultores compreendem corretamente a proposta de Soberania Alimentar emitida pelo Movimento. Conforme entrevista realizada durante a pesquisa de campo, as lideranças de base do MPA sergipana assim pensam sobre a Soberania Alimentar:

Acho que Soberania Alimentar é quando a pessoa consegue tirar da roça seu próprio sustento e desse sustento para se manter, e não só do alimento; mas de tudo que se precisa pra viver. (Liderança do MPA em Sergipe, G.A.S, 31 anos).

Soberania Alimentar é plantar bem, colher bem e se alimentar bem. (Liderança do MPA em Sergipe, M.J, 42 anos).

É produzir para todos, para que ninguém passe fome, é uma produção de qualidade. (Liderança do MPA em Sergipe, S.C, 18 anos).

A família camponesa tem o direito de produzir alimentos diversificados, de acordo com os seus hábitos, dentro dos seus conhecimentos, com preços acessíveis, a fim de garantir uma alimentação equilibrada para o grupo familiar. Esta forma de produção evita a contaminação da natureza como solo, água e ar, e mantém a saúde das famílias, pois há a utilização de insumos naturais como adubos orgânicos, sementes crioulas, defensivos com base de extrato de plantas, entre outros. Nesse contexto, a produção camponesa observa o respeito à natureza com práticas sem o uso de veneno e também preservando e recuperando

fontes de água por exemplo. Essas ações estão inseridas em um projeto de busca de equilíbrio do ambiente de moradia e produção. Os resultados dessa prática, segundo o MPA, é a diversidade de produção que gera uma variação de alimentos e consequentemente uma riqueza nutritiva para o grupo familiar, garantindo trabalho, renda, a permanência no campo com condições dignas e o rompimento com a dependência provocada pelas empresas multinacionais que buscam controlar a agricultura (MPA, 2008b).

A unidade de produção familiar apresenta um acúmulo de conhecimento referente à produção, colheita, secagem, armazenagem e outras técnicas que advêm da cultura do camponês, de conhecimento de gerações e que precisam ser reconhecidas como formas de garantia de Soberania Alimentar, portanto, respeitadas como políticas que estão relacionadas a essa temática. Essa discussão ganha relevância quando se entende que a produção camponesa deve ter uma agregação de valor como forma de ampliar a renda e, nesse aspecto, deve haver a criação de agroindústria ou cooperativas que funcionem como uma espécie de beneficiamento do produto ainda na propriedade do pequeno produtor, permitindo com isso a valorização de um sistema local de produção, circulação e comercialização. Esse sistema viabiliza a produção camponesa priorizando o consumo para o mercado local, busca a autonomia camponesa integrando novos conhecimentos aos já existentes. Nesse contexto, o foco está na produção de alimentos sem tóxicos e diversificados para o consumo da população atendendo às necessidades locais, o excedente é que seria comercializado fora: no comércio das cidades grandes do país ou até mesmo fora.

O Movimento acredita que a garantia da Soberania Alimentar perpassa pela consecução de políticas públicas que atendam as necessidades dos camponeses como a reforma agrária; políticas de regulação de estoque em que o Estado compre a produção para comercializar no período de entre safra; política de preços mínimos visando à garantia dos custos de produção e também para que se estabeleça um limite de preços na venda dos cultivos para os trabalhadores urbanos; política de assistência técnica voltada para o atendimento da produção de todas as famílias camponesa; política de créditos subsidiados para que a unidade familiar de produção obtenha renda e garanta a produção de alimentos; política de direito dos agricultores reconhecendo o direito dos camponeses na participação dos serviços ambientais; legislação específica no que se refere à produção camponesa e política para a educação camponesa voltada para a realidade do campo, contextualizada e capaz de preparar a juventude camponesa para o trabalho no campo (MPA, 2008b).

Além da Soberania Alimentar, o MPA acredita na Soberania Energética, Hídrica e Genética. A questão energética refere-se à produção, controle e auto consumo de energia buscando uma matriz energética (vento, sol, biomassa) que provoque menores desgastes à natureza. A Soberania Genética diz respeito ao domínio sobre sementes e mudas e a Soberania Hídrica envolve a recuperação das nascentes (MPA, s/a). Associada à questão da Soberania, o MPA assume o conceito de Alimergia que, de acordo com a descrição do Plano Camponês, procura desenvolver formatos produtivos em agricultura, pecuária e floresta que integrem os vários tipos de produção: a produção de alimentos e energia com preservação da natureza, assim, busca a Soberania Alimentar das comunidades camponesas em consonância com a natureza. Contudo, essa forma de agricultura somente é possível de se for privilegiada uma agricultura de base natural.

A proposta de sociedade do Movimento dos Pequenos Agricultores, juntamente com a Via Campesina e as outras organizações que a compõem no Brasil perpassa por um projeto popular para o país, uma construção dos trabalhadores, autônoma, um trabalho organizado pela população. Entretanto para a constituição de um Poder Popular, segundo o entendimento da Consulta Popular²⁸ é necessário o enfrentamento ao Estado, que se põe como forma de organização detentora dos meios de produção para a dominação de classe e impede o avanço de um Projeto Popular. “A análise da sociedade brasileira evidencia a existência de inúmeros problemas estruturais profundos e que a elite dominante não se propõe a fazer as mudanças de que necessita a população, nesse contexto, a classe trabalhadora busca traçar estratégias de avanço, de reconhecimento de forças e fraquezas diante da realidade nacional e, dessa forma, formular políticas que atraíam vários setores da sociedade, um programa de transformação

²⁸ A Consulta Popular surgiu em 1997, de um amplo conjunto de militantes de movimentos sociais, de forma bastante informal, num processo de discussões sobre a situação do país e a necessidade de retomar um projeto nacional alternativo, tendo o povo brasileiro como eixo de uma nova proposta. Em dezembro de 1997, trezentos e quarenta (340) delegados de todo o Brasil - gente do campo e da cidade, religiosos e leigos, lutadores e lutadoras do povo, filiadas ou não a partidos políticos - reuniram-se em Itaici (SP), durante vários dias, para compartilhar experiências e idéias. Do êxito dessa iniciativa surgiu naturalmente a necessidade de não deixá-la morrer. Da consulta que fizeram entre si naquele momento surgiu uma organização permanente, a “*Consulta Popular*”. Em outubro de 1999, a “*Consulta Popular*” aprovou seu documento base, denominado “Opção Brasileira” ou “Projeto Popular para o Brasil”, no Clube do Servidor, em Brasília, por ocasião do final da “Marcha Popular pelo Brasil”, promovida pelo “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” (MST) e outras organizações. Está estruturada praticamente em todo o Brasil, embora de maneira desigual. Há uma coordenação nacional, cuja secretaria funciona em São Paulo, e coordenações nos estados e regiões. A Consulta Popular é formada por várias organizações entre elas o MPA.

que envolva reforma agrária, saúde, educação e que rompa com o capital, assim, o poder popular é fazer valer o Projeto Popular”²⁹.

Durante o III Encontro Nacional do MPA em 2010, o tema Poder Popular foi muito discutido pelos camponeses e, de acordo com a concepção dos integrantes do Movimento, poder popular pode ser entendido da seguinte forma:

É poder criar a própria independência, ter Soberania Alimentar (Liderança camponesa do MPA da Paraíba).

O poder popular deve ser construído com o povo. Deve-se então pensar além da classe camponesa, é mais amplo. Por isso, organizar o grupo de base, discutir e implantar o plano camponês com uma formação constante para melhorar nossos quadros (Líder Camponês do MPA do Espírito Santo).

O poder popular é de suma importância, pois, tá na origem do camponês (camponês do MPA de Rondônia).

Poder popular não pode ter separação da relação sociedade com a natureza... permite olhar a totalidade da vida, somos camponeses e devemos estar firmes numa construção social firme (Líder camponês do MPA de Sergipe).

Eu entendo que Poder Popular é construído junto com o povo e o MPA tem histórico de resolver problemas diários (camponesa do MPA do Rio Grande do Sul).

Poder Popular é aprendido nos espaços de discussão, a gente precisa fortalecer a base para ter gente mais engajada. A formação é necessária porque dá a base e ajuda a gente a formar quadros políticos... Eu entendo que o nosso Projeto Popular é o Plano Camponês (Líder camponês do MPA de Pernambuco).

O Poder Popular é a forma de apropriarmos dos nossos limites para nos livrarmos da burguesia que tenta nos afogar... (Liderança camponesa do MPA do Rio Grande do Sul).

...Somente vamos conseguir dar sustentação ao Projeto Popular se tivermos consciência de classe (camponesa do MPA do Espírito Santo).

O Poder Popular já se faz presente na nossa vida e na nossa luta. A consciência vai se dar quando a gente entrar na luta. Garantindo a produção de alimento saudável

²⁹ Discurso posto no III Encontro Nacional do MPA em 2010.

orgânico, aumentando as feiras livres... mas principalmente se reconhecendo como sujeito histórico ativo no processo de luta (Líder camponês do MPA de Rondônia).

Nós temos que avançar no Plano Popular e também no ideológico e lutar pelo dinheiro da sociedade, pois é público. Agora, nós das organizações não podemos nos vender, pois lutamos pelos nossos projetos, enquanto ele nos dá um pouquinho e nós nos sentimos até culpados pela insistência que fazemos, ele dá um bilhão pra burguesia. A nossa consciência deve tá lá em cima (Liderança camponesa do MPA da Bahia)³⁰.

O Poder Popular coloca-se como estratégia, como uma ferramenta do MPA para o avanço da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, entende que a elaboração de um Projeto Popular, cuja autonomia do trabalhador seja garantida, passa efetivamente por essa condição.

Para atingir resultados satisfatórios, os camponeses do MPA, em seu processo de crescimento, foram ao longo dos anos determinando suas características, metodologia, propostas e seu modelo organizacional. Como resultados desses estudos, foram estabelecidos princípios, valores e uma estrutura organizacional que são definidores para a compreensão de quem integra ou não o Movimento.

Os princípios do Movimento dos Pequenos Agricultores são indispensáveis para a identificação do sujeito enquanto militante:

Dignidade e o protagonismo das pessoas, sabendo que elas têm potenciais e carências. Isso exige de todas uma postura de humildade, de solidariedade e de respeito às diferenças individuais e culturais. “Quanto mais estrelas no céu mais a noite fica iluminada”;

Organização nacional camponesa, autônoma, de luta, de base, de massa, de militantes, com rostos regionais, que escolhe o enfrentamento como caminho para garantir o direito à terra e às condições de produção. “Mais gente, mais foice, mais roçado”;

Produção de alimentos Saudáveis, na visão agroecológica, comprometida com o bem estar de quem produz, de quem consome e responsável pela preservação dos recursos ambientais, hoje e no futuro;

Direção coletiva, sem presidencialismo, sem prática autoritária, escolhida pela confiança, reconhecimento e competência, preocupada com a participação das pessoas e a unidade de organização;

Articulação política e solidariedade com apoio concreto a pessoas e processo de luta da classe oprimida por seus interesses, direitos e pela liberdade, no nível local, nacional e internacional;

Orientação socialista, como alternativa ao capitalismo (imperialismo, agronegócio, latifúndio), onde possa florescer a vida em todas as suas dimensões e contra qualquer forma de exploração e opressão;

³⁰ Todas as falas citadas resultam de pesquisa de campo realizada durante o III Encontro Nacional do MPA no ano de 2010.

Auto-sustentação financeira, estimulando os militantes e os grupos a buscarem formas de angariar os recursos para as atividades da organização, a continuidade da luta e a independência do Movimento, onde a contribuição direta é uma exigência e um sinal indispensável;

Avaliação e planejamento como caminho eficaz para varrer a poeira e os micróbios que podem cobrir e infectar a mente da militância e o corpo da organização. Sem a vassoura, a poeira não sai por si mesma (MPA, 2005a, p. 11).

Segundo o MPA, dos princípios brotam os valores que devem ser visualizados no comportamento individual e coletivo dos militantes que devem vivenciar a pedagogia do exemplo: alegria, auto-estima, esperança; paixão e amor pelo povo e pela causa popular; indignação contra injustiça; coragem alimentada por convicções; humildade, sem arrogância ou submissão; honestidade, verdade, responsabilidade; respeito, sem discriminação ou preconceito; disciplina consciente e voluntária; capacidade de trabalho em equipe e companheirismo.

Como Movimento camponês, para resistir na terra e garantir seus objetivos, o MPA está construindo um tipo de organização que facilite a circulação das ideias, propostas e experiências que coadunem com suas finalidades. Assim, o Movimento entende que a organização possibilita a criação de condições para a garantia de conquistas, para isso se faz necessário ter um tipo que possibilite a circulação de idéias e o alcance dos objetivos. O quadro abaixo mostra resumidamente a forma de organização proposta pelo MPA:

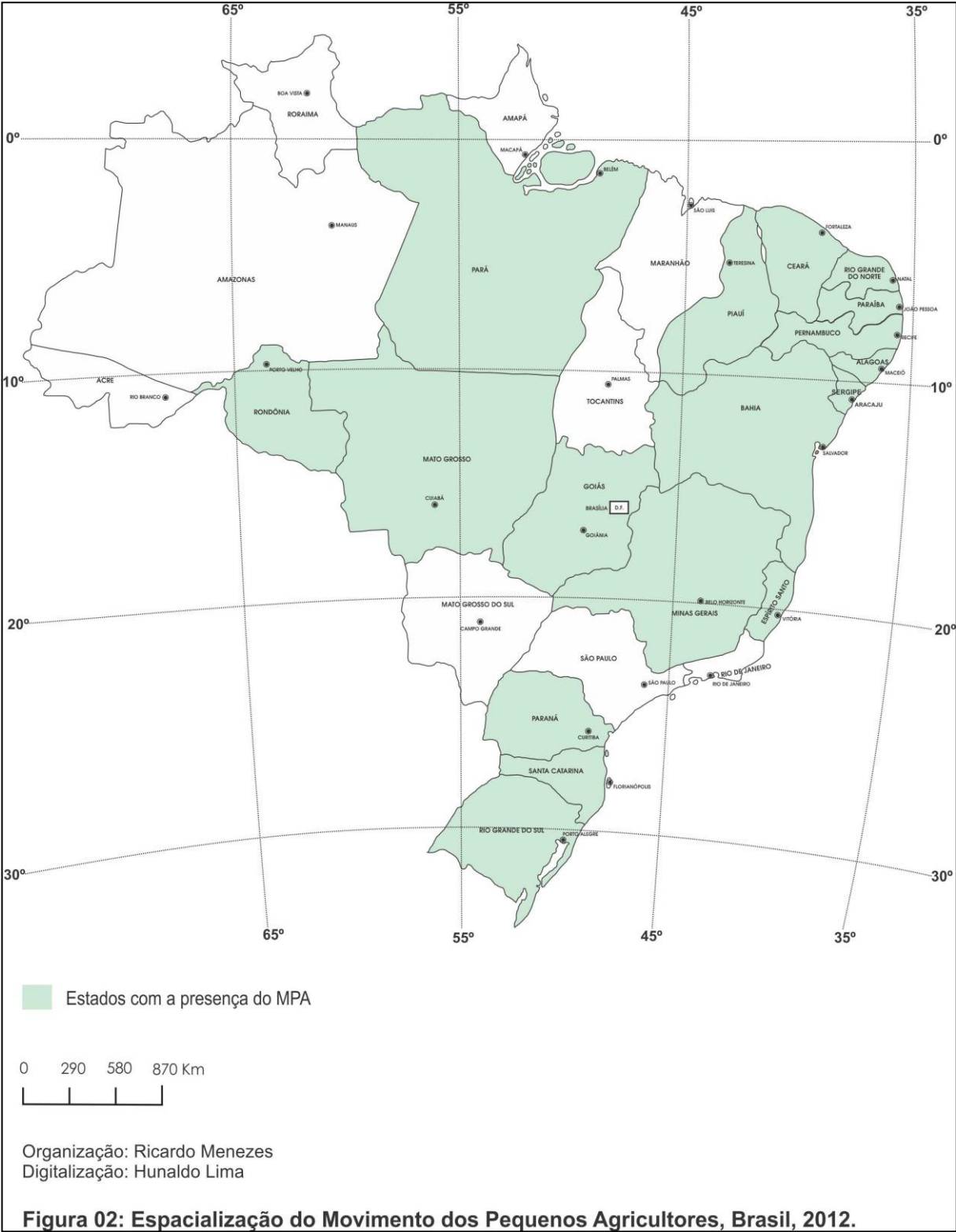
ORGANIZAÇÃO DO MPA	
Militantes e Dirigentes	pessoas do povo que fizeram uma opção pela classe oprimida, colocando seus talentos a serviço do povo, fazendo uma união do projeto de via pessoal com o projeto de luta coletiva. Ser dirigente ou militante significa animar e reforçar o que o povo já sabe ajudá-lo a dar o próximo passo.
Grupos de Base (GB)	é a parte essencial do MPA; é seu alicerce, sua força e o seu exército organizado. Constitui como porta de entrada que acolhe e escolhe as pessoas que servem para o movimento. A coordenação do Grupo de Base deve ser sempre de militantes. Os GBs discutem e aplicam, no cotidiano e na vida concreta, as orientações do movimento.
Atingir a Massa	através dos Grupos de Bases, o movimento busca convencer aqueles que não conhecem o MPA a entrarem na luta através de visitas, convites distribuição de material, etc
Encontros	os encontros são momentos de estudo, debate e busca de militantes, podem existir do nível local ao nacional. Além de escolher as diferentes coordenações, os encontros definem as orientações para o movimento.
Coordenações	em todos os níveis é a instância de tomadas de decisões para concretizar as linhas gerais, e a conjuntura de cada momento.
Direções	existem em todos os níveis do movimento desde o local ao nacional. A tarefa das direções é aplicar as decisões coletivas. Esse mecanismo procura cumprir e fazer cumprir as orientações cujo objetivo é garantir a unidade e os objetivos do MPA.
Estruturas	a estrutura deve ser aquela necessária para fazer a luta.
Sustentação Financeira	primeira fonte de sustentação é a contribuição direta de cada participante, militante ou não.
Segurança	o comportamento pessoal e coletivo deve ser exemplar. Tomar cuidado com todos os participantes do MPA para não perder ninguém.
Coletivos	espaço de estudo e formulação de propostas para serem apresentadas à direção.

Quadro 05: Organização do MPA.

Fonte: MPA e a Resistência Camponesa, 2005.

ORG. SANTOS, Ricardo M.

Atualmente, o Movimento está espacializado em dezessete estados brasileiros: no **Nordeste**: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; no **Centro Oeste**: Goiás e Mato Grosso; no **Sudeste**: Espírito Santo e Minas Gerais; no **Norte**: Pará e Rondônia; no **Sul**: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, (ver figura 2).



4.2 A Espacialização do Movimento dos Pequenos Agricultores em Sergipe ³¹

A partir da década de 1980 com a expansão do capital no campo brasileiro há o crescimento dos conflitos na luta pela terra. A violência marca a face da “modernização” da agricultura, o que significou a concentração da terra, a tentativa da destruição da autonomia da produção familiar camponesa pela sua subordinação ao interesse do capital para a acumulação e reprodução ampliada. Se de um lado há o avanço das políticas neoliberais, com o agronegócio principalmente a partir da década de 1990 na monopolização e a territorialização no campo, por outro lado há a luta de resistência campesina pelo direito da terra como produção de vida. Esta conjuntura resultou de 1985 e 1999 em uma vertiginosa evolução do número de conflitos no campo brasileiro.

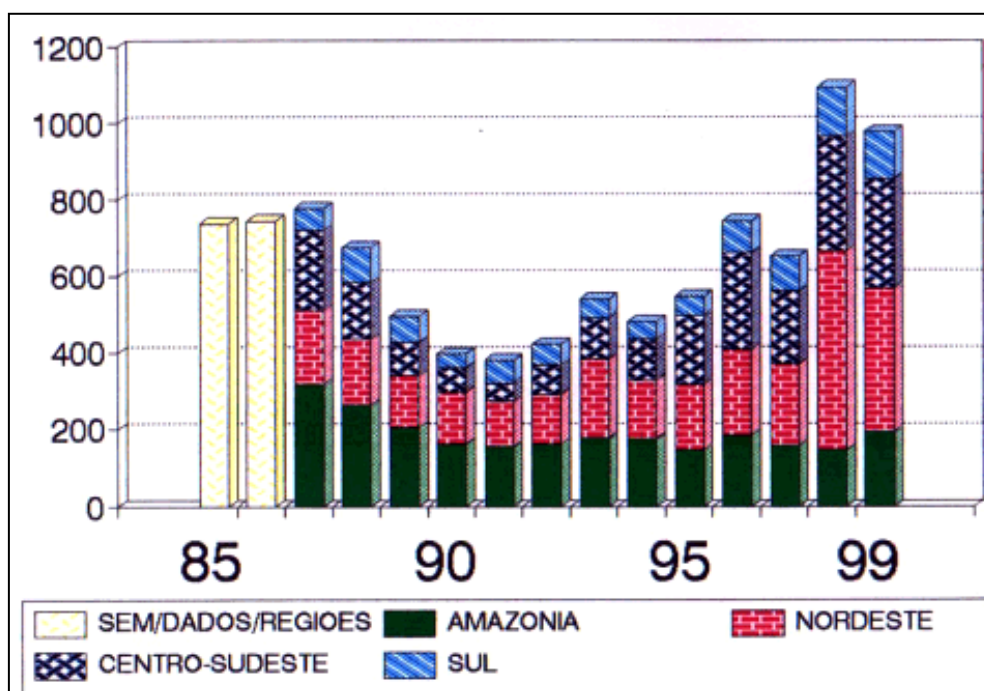


Gráfico 5: Brasil Conflitos no Campo – 1985-1999

FONTE: CPT

Org. Oliveira, A. U.

³¹ Pesquisa de campo realizada dia 21.12.2010

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/MST se constitui um grande Movimento nacional que se expande de forma crescente em escalas internacionais trazendo no contexto do avanço da luta e vitórias, a criação de outros Movimentos Sociais que constroem plataformas de lutas específicas, mas que se somam em unidade nacional e internacional na luta pela terra como direito de vida contra o capital.

Nesse contexto é que surgiu o Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA no sul do Brasil, se estende por todo o território brasileiro. Atendendo às diretrizes do I Encontro Nacional do MPA realizado em Rondônia e com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST a organização nacional do MPA no final de 1999 inicia o processo de luta e permanência/resistência para o fortalecimento político e organizativo dos Pequenos Agricultores no nordeste brasileiro.

Em Sergipe, o primeiro embrião da organização ocorreu no município de Monte Alegre de Sergipe com a presença de membros do MPA dos estados de Rondônia e do Espírito Santo. Naquele momento, a reunião contou com a presença de pequenos agricultores de vários municípios do semiárido sertanejo sergipano.³² O MPA, no estado, vai ser oficializado após este momento, assim, a espacialização ocorreu nos municípios de Monte Alegre de Sergipe, Canindé do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha, todos localizados no Alto Sertão Sergipano³³. (FIGURA 4).

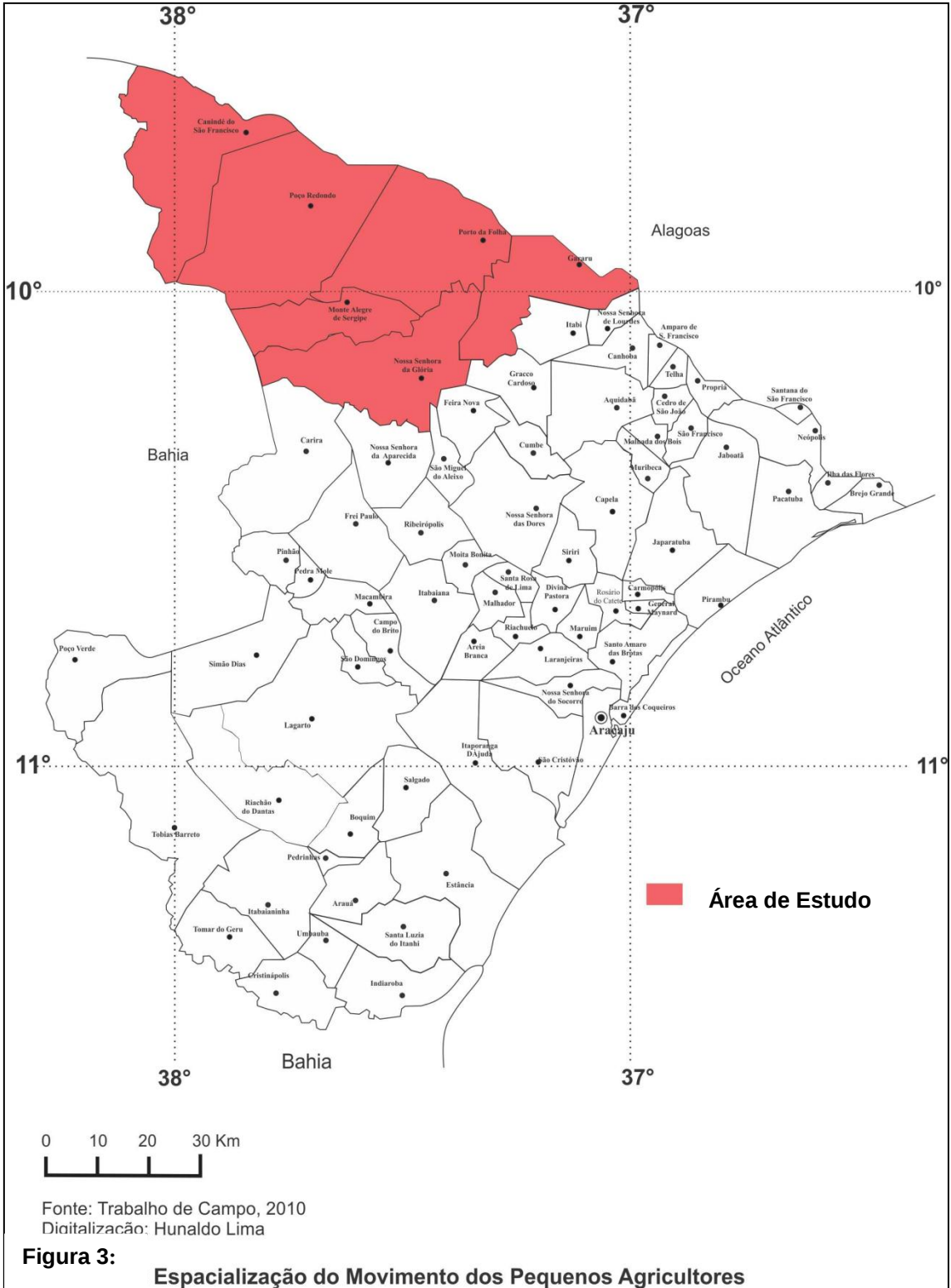
Na medida em que foi se consolidando, o Movimento ganhou forças de enfrentamento com o Estado e foi se especializando em direção ao Centro-Sul sergipano. Os municípios em que o MPA se estabeleceu nesse período foram: Carira, Poço Verde, Salgado, Lagarto e Simão Dias. Os motivos que levaram o MPA a direcionar-se para esta localidade, segundo a fala das lideranças do Movimento, em entrevista realizada durante o trabalho de campo, foi o endividamento dos com as instituições financeiras. Esta situação foi a força propulsora para consolidar o engajamento na luta e a inserção desses camponeses na militância, principalmente com os pequenos agricultores do município de Simão Dias. Como entre as

³² Não nos foi disponibilizada pelo MPA registros precisos sobre estas informações como datas, nomes e locais dos eventos no processo de implantação do MPA em Sergipe.

³³ Conforme dados do portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Território da Cidadania do Alto Sertão possui uma área de 4.908,20 Km² e é composto por 7 municípios: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha. A população total do território é de 137.926 habitantes, dos quais 76.478 vivem na área rural, o que corresponde a 55,45% do total. Possui 12.833 agricultores familiares, 3.564 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 1 terras indígenas.

propostas iniciais do Movimento estava inclusa a resolução desse tipo problema foi possível construir essa perspectiva. Contudo, a continuidade do MPA nessa área não foi possível, conforme a direção do Movimento, devido à dificuldade da formação de lideranças para dar continuidade ao trabalho, mesmo existindo as escolas de formação do MPA.

Segundo depoimento da direção do MPA em Sergipe ainda há camponeses no Centro-Sul sergipano que procuram manter relação de aproximação política com a coordenação do MPA em Sergipe e continuam a requerer a presença de lideranças do Movimento, principalmente no município de Lagarto. A perspectiva de retomar os trabalhos do Movimento nessa localidade é uma das finalidades do MPA dentro do projeto de expansão para os próximos anos.



Segundo a direção do Movimento no estado, atualmente existem cerca de 300 a 400 famílias integrantes do MPA espalhadas pelo Território do Alto Sertão, sendo que cerca de 100 famílias estão em Monte Alegre.

No Sertão, as atividades realizadas estão envoltas ao crescimento da organização já estabelecida nos municípios. Destaca-se o desenvolvimento de um trabalho direcionado para a produção e para conseguir este objetivo todo um arcabouço de discussões está voltado para a politização dos agricultores, para sua identificação, enquanto sujeito do campo dando-lhe uma percepção do campo como espaço de reprodução da vida e para a busca do que eles denominam de “alimento limpo”, fazendo alusão à produção de cultivos sem a presença de elementos químicos, o agrotóxico.

A presença do MPA contribui para o desencadeamento da luta contra a expansão do capital no campo no estado. A força da agricultura capitalista tem sido evidente ao se constatar que as monoculturas estão sendo favorecidas em Sergipe em detrimento de cultivos para a alimentação da população, haja vista o crescimento da lavoura canavieira ao leste e da laranja no Centro-Sul, (CONCEIÇÃO, 2011). No Alto Sertão, a expansão do milho é bastante perceptível; a análise dos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - confirmam o crescimento do cultivo desse grão. Em contrapartida, há redução considerável das lavouras de feijão e mandioca, por exemplo, que desde sempre contribuíram para a configuração produtiva da área em estudo, caracterizando-a como produtora de alimentos para o autoconsumo (ver tabelas 1 e 2). Apesar do aumento da produção e da área plantada de feijão nos anos de 2009 e 2010 (conforme tabelas 4 e 5), constatou-se que este crescimento para os camponeses, apesar do aumento dos números absolutos, não se traduziu em melhorias para os camponeses, pois, a realidade de sujeição à produção do milho é evidente. Em entrevista realizada durante o trabalho de campo esta situação é traduzida na fala de um dos entrevistados.

Antigamente produzia um pouco de cada coisa, hoje produz mais milho, a gente tem facilidade de plantar o milho e deixa de plantar feijão. O feijão tá meio devagar, aí a gente reduz, é difícil e rende pouco. O feijão diminuiu, eu acho que tá quase extinto. (Camponês, 36, G.S) .

O governo tá arrochando nós pra pagá a dívida. As condições tão ruim, por isso poucos plantam feijão. (Camponês, H.V, 58 anos).

Milho 1ª e 2ª safras (Quantidade Produzida) Toneladas						
Municípios	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Canindé de São Francisco	3.600	4.500	3.600	960	3.000	3.000
Gararu	6.300	8.100	6.300	5.600	8.000	8.000
Monte Alegre de Sergipe	10.000	12.000	11.000	8.000	13.728	13.728
Nossa Senhora da Glória	16.000	18.000	17.000	12.600	23.760	30.400
Poço Redondo	9.000	6.240	4.200	3.200	6.000	10.200
Porto da Folha	10.200	9.180	5.000	4.500	9.350	10.200
Total do Alto Sertão	55.100	58.020	47.100	34.860	63.838	75.528
Total Sergipe	205.577	184.908	237.129	584.786	723.924	750.718

Tabela 01: Produção de Milho no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Organização: SANTOS, Ricardo M.

Feijão (Quantidade Produzida)Toneladas						
Municípios	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Canindé de São Francisco	630	456	486	356	860	2.370
Gararu	530	270	252	252	265	365
Monte Alegre de Sergipe	880	534	630	344	818	978
Nossa Senhora da Glória	1.060	658	742	476	904	1520
Poço Redondo	2.035	1.835	1.035	995	1.792	1.972
Porto da Folha	880	1.100	880	770	3.036	3.036
Total Alto Sertão	8.095	6.475	4.987	2.547	7.675	10.241
Total Sergipe	34.026	24.029	22.374	22.255	28.369	31.343

Tabela 02: Produção de Feijão no Alto Sertão Sergipano entre 2003 e 2008

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Organização: SANTOS, Ricardo M.

Mandioca (Quantidade Produzida) Toneladas						
Municípios	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Canindé de São Francisco	1.440	1.680	1.920	1.800	1.560	2.080
Gararu	660	550	330	220	110	165
Monte Alegre de Sergipe	—	—	—	—	—	—
Nossa Senhora da Glória	480	600	480	360	240	240
Poço Redondo	770	880	770	660	550	440
Porto da Folha	880	1.100	880	770	550	440
Total Alto Sertão	4.230	4.810	4.380	3.810	3.010	3.365
Total Sergipe	465.707	490.420	498.233	509.739	491.367	485.360

Tabela 03: Produção de Mandioca no Alto Sertão Sergipano entre 2003 e 2008

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Organização: SANTOS, Ricardo M.

Milho (Área Plantada) Hectares						
Municípios	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Canindé de São Francisco	3.000	4.500	4.000	2.200	2.500	2.000
Gararu	3.500	4.500	4.000	5.000	4.000	4.000
Monte Alegre de Sergipe	5.000	6.000	6.300	5.000	5.200	5.200
Nossa Senhora da Glória	8.000	9.000	9.500	10.000	9.000	9.500
Poço Redondo	7.500	5.200	5.500	5.500	5.500	6.000
Porto da Folha	8.500	7.650	7.800	6.000	5.500	6.000
Total Alto Sertão	35.500	36.850	37.100	33.700	31.700	32.700
Total Sergipe	12.249.101	12.997.372	14.010.838	14.747.249	13.373.201	12.185.506

Tabela 04: Área Plantada de Milho no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Organização: SANTOS, Ricardo M.

Feijão (Área Plantada) Hectares						
Municípios	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Canindé de São Francisco	1.550	1.560	1.260	1.060	1.700	2.600
Gararu	1.750	1.050	820	620	725	725
Monte Alegre de Sergipe	2.350	1.850	1.550	840	1.630	1.630
Nossa Senhora da Glória	2.600	2.270	1.670	1.360	1.800	2.240
Poço Redondo	5.050	4.550	4.050	2.750	3.750	3.690
Porto da Folha	7.300	6.370	6.570	4.570	6.060	5.060
Total Alto Sertão	20.600	17.650	15.920	11.200	15.665	15.945
Total Sergipe	56.855	51.170	45.392	36.873	42.213	42.075

Tabela 05: Área Plantada de feijão no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Organização: SANTOS, Ricardo M.

Mandioca (Área Plantada) Hectares						
Municípios	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Canindé de São Francisco	120	300	160	150	120	160
Gararu	60	80	30	20	10	15
Monte Alegre de Sergipe	—	—	—	—	—	—
Nossa Senhora da Glória	40	90	40	30	20	20
Poço Redondo	70	150	70	60	50	40
Porto da Folha	80	180	80	70	50	40
Total Alto Sertão	370	800	380	330	250	275
Total Sergipe	32.184	61.166	33.727	34.354	33.094	32.622

Tabela 06: Área Plantada de Mandioca no Alto Sertão Sergipano entre 2005 e 2010

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Organização: SANTOS, Ricardo M.

Segundo Lima (2007), apesar da presença de posseiros e rendeiros que trabalham promovendo o desenvolvimento da prática da pecuária, responsável pela manutenção de grande parte dos pequenos agricultores da localidade, a presença da agricultura é a marca da configuração do Alto Sertão: [...] “foi o cultivo de mandioca, fava, feijão, milho, nas áreas secas e, do arroz, abóbora e banana, - nas terras úmidas, ou melhor, nas várzeas do rio São Francisco que possibilitou a permanências do homem do campo por garantir a sua alimentação e reprodução enquanto ser social”. (LIMA, 2007, p. 65).

Todavia, mesmo se caracterizando como uma área de produção de cultivos de subsistência, a presença da indústria capitalista é visível no Alto Sertão e mantém relação com a agricultura. Os dados do IBGE mostram um perceptível crescimento da produção de milho (ver tabela 3), em detrimento da redução da produção de feijão e mandioca destinados ao consumo da população, mostrando a redução da área de produção destes cultivos como resposta à pressão do capital para o plantio do milho necessário para os interesses do capital no Sertão sergipano.

As investidas do agronegócio no Sertão nordestino e especificamente em Sergipe evidenciam o projeto do sistema produtor de mercadorias ao apropriar-se de áreas anteriormente negadas pelo capital, mas que foram constituídas como espaços de reserva para a acumulação³⁴ e que neste atual momento passam a receber projetos que vislumbram o crescimento econômico. Atrativas ou não, de forma feroz o capital tem buscado auferir lucro através de sua posse. Nesse contexto, o Movimento dos Pequenos Agricultores vai se formalizando como uma das formas de luta contra toda essa estrutura e por meio da unidade de produção familiar busca fortalecer a resistência e a permanência do campesinato.

³⁴ Notas de Aulas da disciplina Relação Campo Cidade, ministrada pela Prof^a. Dr^a Alexandrina Luz Conceição no segundo semestre de 2010 para as turmas de mestrado e doutorado.

CAPÍTULO V

A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA E O AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO: PERMANÊNCIA E A RESISTÊNCIA DO MPA NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

5 A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA E O AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO: PERMANÊNCIA E A RESISTÊNCIA DO MPA NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

O Movimento dos Pequenos Agricultores em Sergipe tem se constituído como um instrumento de luta contra o avanço do agronegócio, expressão máxima da espacialização do capital no campo nas últimas décadas. Através da prática camponesa e das estratégias de politização do pequeno produtor familiar, o MPA, mesmo diante das dificuldades impostas pelo sistema tem conseguido alguns avanços dentro do projeto maior do Movimento estabelecido em 2010 no III Encontro Nacional do MPA, cuja finalidade é a concretização do Plano Camponês.

A realidade do Território do Alto Sertão sergipano no que se refere ao espaço da produção agropecuária revela um avanço do cultivo do milho e a presença histórica de uma produção camponesa destinada ao autoconsumo que tem permanecido e resistido mesmo com a desvalorização do campesinato no ciclo econômico. Os mecanismos de permanência no campo dos pequenos agricultores apresentam-se de forma diversificada, assumindo diferentes modalidades de sobrevivência. Nesse contexto, os camponeses membros do MPA articulam-se para resistir como produtores de alimentos e garantidores de uma produção espacial camponesa em Sergipe, mesmo que não tenham no conjunto total de seus membros a consciência do papel político do Movimento no processo de produção do espaço e de sua colaboração para a construção social do campesinato em si.

As ações efetivas do MPA podem ser observadas por meio dos projetos desenvolvidos nos municípios em que o Movimento está espacializado, seja pelas reuniões de base nos vários povoados, pelas manifestações para melhoria das condições de vida da população sertaneja, pelo caráter formativo das lideranças, pela luta para aquisição da moradia dos camponeses que aderiram ao trabalho do Movimento, pela cotidianidade da vida camponesa a partir da sua rotina produtiva e seus valores.

A estruturação interna se constitui com a composição dos grupos de base e, nesse sentido, a participação familiar é fundamental. A presença das mulheres, homens, jovens e crianças é uma realidade. Conforme os depoimentos das lideranças e dos próprios agricultores quando todos os membros da família não podem ser atuantes nas reuniões, pelo menos um

está presente, geralmente o homem ou a mulher, para discutirem os encaminhamentos do Movimento, esta dinâmica, em sua maioria está centrada sobre os adultos. Em pesquisa de campo realizada ficou nítida uma grande presença de homens e mulheres engajados nas atividades do MPA basicamente o mesmo percentual, a presença feminina é ativa no Movimento.

O III Encontro Nacional do MPA promoveu a consolidação do papel da mulher no Movimento a partir do debate de gênero. Inicialmente o projeto é composto por processo formativo que a insere na luta como sujeito histórico. Conforme o MPA, o debate sobre a condição feminina camponesa, é uma preocupação interna, as mulheres são encorajadas a buscarem uma posição no conjunto da sociedade, a assumirem funções na organização e na luta contra as desigualdades de gênero.

A participação feminina nas instâncias internas do Movimento é forte, as mulheres assumem o trabalho de militância em todas as esferas: na comunicação, na formulação das propostas de ação do MPA, nas mobilizações públicas, nas representações externas da sociedade em todas as dimensões de necessidades do Movimento.

No que se refere a naturalidade dos camponeses pesquisados, 82% nasceram no Alto Sertão, os demais 18% que se estabeleceram na região provém de outros municípios sergipanos: Aquidabã, Aracaju, Carira, Itabaiana, Feira Nova e Ribeirópolis; e estados como Alagoas, Bahia, Paraná e Pernambuco. Desses camponeses que se deslocaram e habitam a localidade, a maioria vive há muitos anos e segundo seus depoimentos praticavam a agricultura em seus municípios de origem.



Gráfico 6: Localidade de origem dos camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Entre os camponeses, cerca de 85% são casados e possuem filhos, entre os casais mais antigos o número de filhos geralmente eleva-se acima de cinco, entre aqueles que casaram a menos tempo o número de filhos é relativamente menor, principalmente entre os casais mais jovens.

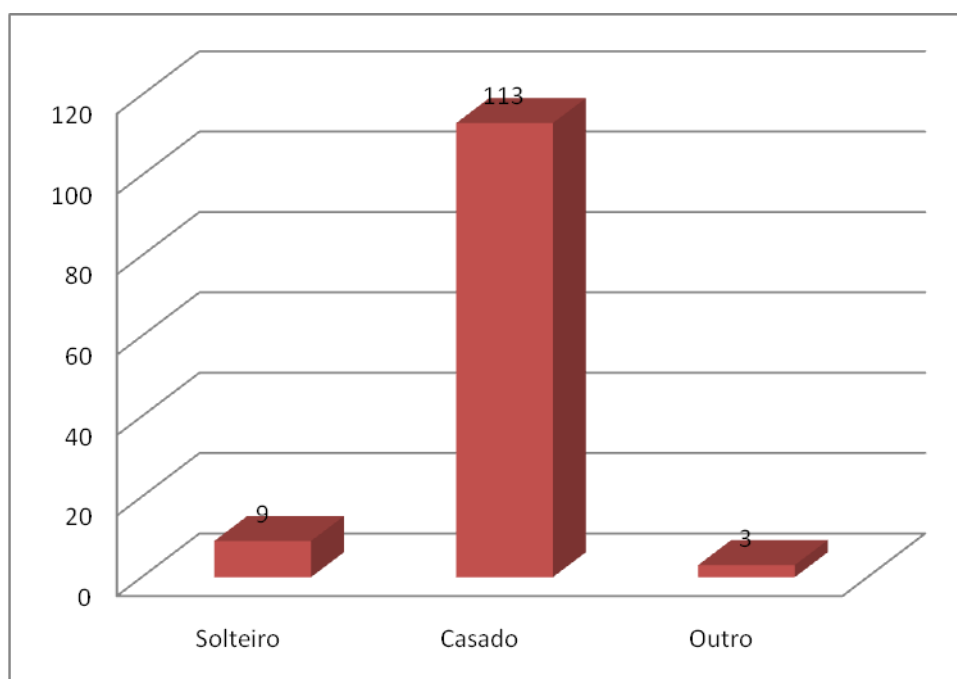


Gráfico 7: Estado civil dos camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

A permanência no campo dos filhos dos camponeses é considerável, 71% do total de entrevistados que tem filhos afirmaram que os mesmos permanecem no campo, alguns estabelecidos na propriedade da família e os demais, por serem ainda menores residem com os pais. Outros 15% não estão no campo porque se deslocaram em direção às cidades para vender sua força de trabalho e outros 14% dos camponeses entrevistados não tem filhos.

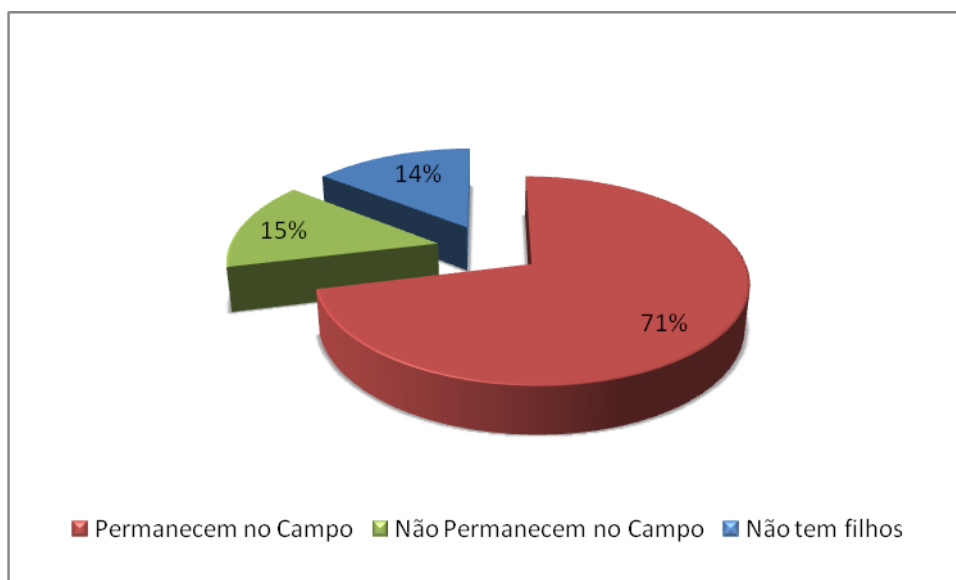


Gráfico 8: Permanência dos filhos dos camponeses no campo

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

No campo, entre a maioria dos filhos dos camponeses, a permanência está relacionada de um lado pela opção de continuidade no desenvolvimento das atividades rurais, pois, conforme as observações da pesquisa realizada, os que permanecem são filhos de antigos camponeses que continuaram na terra e constituíram família, geralmente nas terras de seus pais e que também são camponeses do MPA apresentando entre 30 e 50 anos. Por outro lado, estes últimos têm filhos que são crianças ou adolescentes, portanto, não dispõem de condições autônomas para o próprio sustento dividindo-se entre o trabalho na terra e os estudos.

A importância da educação para o MPA está incluída como um dos aspectos do Plano Camponês, que a entende como necessária para o crescimento interno. Nesse sentido, a estrutura educacional é pensada para atender a todas as etapas, da educação infantil ao ensino superior, contudo, a proposta do Movimento comporta a realidade do campo e as necessidades da comunidade camponesa, em que a discussão esteja internalizada para atender aos trabalhadores da zona rural. O MPA não pensa somente em uma educação formal, as lideranças compreendem que o conhecimento informal - os saberes, aprendizado adquirido com o trabalho e a vida na terra - também tem seu papel para a aprendizagem na unidade de produção familiar, pois, conforme a leitura do Movimento existe um conhecimento próprio da experiência camponesa adquirida com o a vivência na terra.

No plano camponês a educação informal também é valorizada, pois é a partir do trabalho cotidiano, da interação com o campo e com outros camponeses, que aprendemos novos saberes sobre a nossa prática. Por isso é importante que aconteçam as reuniões de grupo, debates, dias de campo, encontros, oficinas e outras atividades

para compartilhar todo esse conhecimento produzido fora da “sala de aula”, o que é o resgate do conhecimento popular. (MPA, S/A).

Em Sergipe, no que diz respeito à educação, de forma específica ao aproveitamento de estudos, 66% dos filhos dos camponeses, sendo adultos ou não, estudam, concluíram o ensino médio e/ou tiveram alguma experiência com a escola (ver gráfico 9). Apenas 10% não estudaram ou não estudam e o restante são crianças entre 0 e 4 anos formando um percentual de 14%.

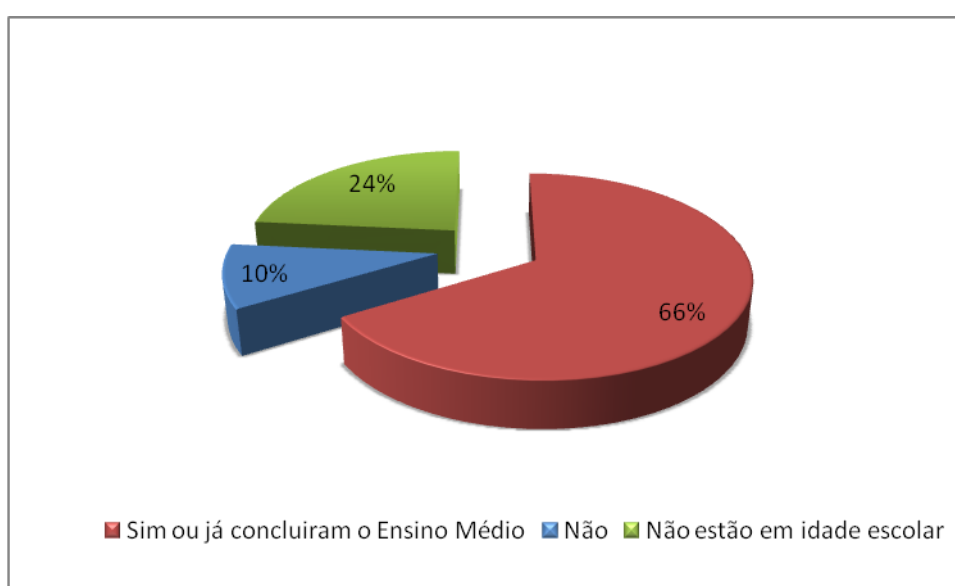


Gráfico 9: Grau de escolaridade dos filhos dos camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Observa-se que os pesquisados apresentam uma preocupação com a permanência dos filhos na escola, contudo, essa realidade ainda não atende ao pensamento do Movimento no que se refere a constituição da educação, pois, há uma quase inexistência de escolas rurais, obrigando as crianças e a juventude camponesa em Sergipe estudarem na cidade, prioritariamente nas sedes dos municípios em que o MPA está localizado. São pouquíssimas as escolas que ainda se encontram no campo, a paisagem sertaneja referente a esse aspecto é marcada pelo abandono dos prédios que anteriormente funcionavam como escolas. Essa é uma condição fundamental para a permanência na terra entre os jovens agricultores, a proposta do MPA quanto à questão educacional contempla um atendimento amplo aos agricultores e seus filhos, entretanto, as dificuldades enfrentadas conduzem muito mais a uma

luta pela sobrevivência que propriamente uma luta pela consolidação de um plano para educação.

Nesse sentido, a continuidade na terra é posta em evidência, o desejo de continuar na condição camponesa envolve uma série de fatores, entre eles uma estrutura de vida mínima, a fim de justificar o desejo de permanência na terra. A discussão dessa questão é fundamental para a continuidade da juventude no campo, o gráfico 10 ressalta esta temática, mostrando que há, entre os jovens inseridos no MPA, um desejo de continuar no campo, porém, conforme pesquisa, para a maioria dos jovens do campo este desejo é subsumido pelas impossibilidades de reprodução da vida, inclusive pela falta de assistência educacional.

A pesquisa permitiu compreender que a vida na terra obedece a um ciclo econômico simples. Este fato enfatiza a discussão da permanência na terra, segundo os entrevistados, entre seus filhos, 56% querem permanecer no campo. Este percentual engloba um grande quantitativo de filhos que já estão casados e com a vida constituída, perfazendo uma faixa etária com média de 30 anos. Outras três situações também puderam ser identificadas perfazendo um percentual significativo de 23% que representam três níveis de entrevistados. 1. Os que abandonaram o campo (embora em pequeno percentual); 2. Os que não sabem opinar sobre a permanência dos filhos no campo; e por último; 3. Há um contingente de crianças que por serem pequenas não sabem realmente o porquê de continuar no campo.

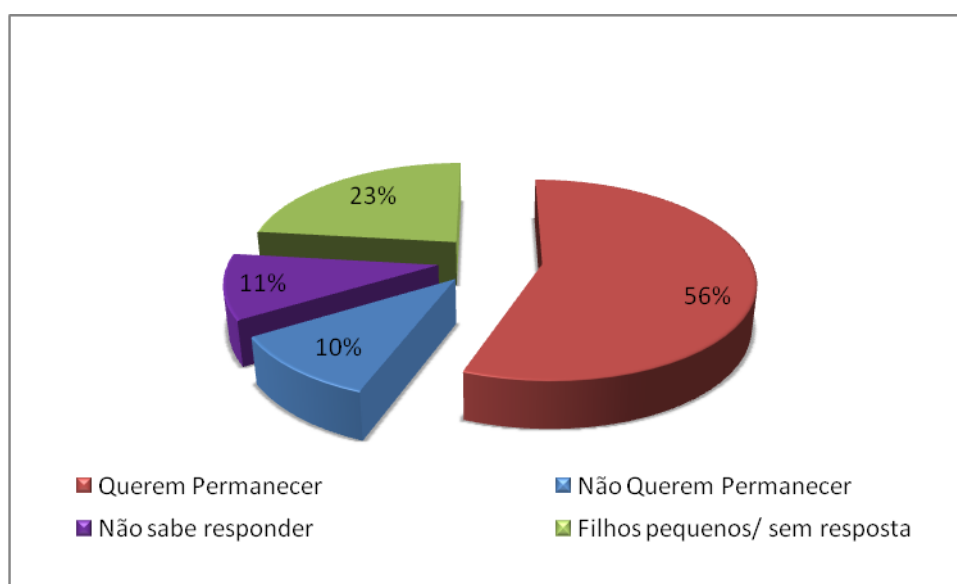


Gráfico 10: Desejo de permanência dos filhos dos Camponeses no campo

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Apesar do resultado da pesquisa sinalizar um desejo de permanência no campo, de forma contraditória, outra realidade é posta destacando uma das dificuldades enfrentadas pela produção camponesa referente ao crescente envelhecimento dos agricultores, situação que compromete a continuidade campesina.

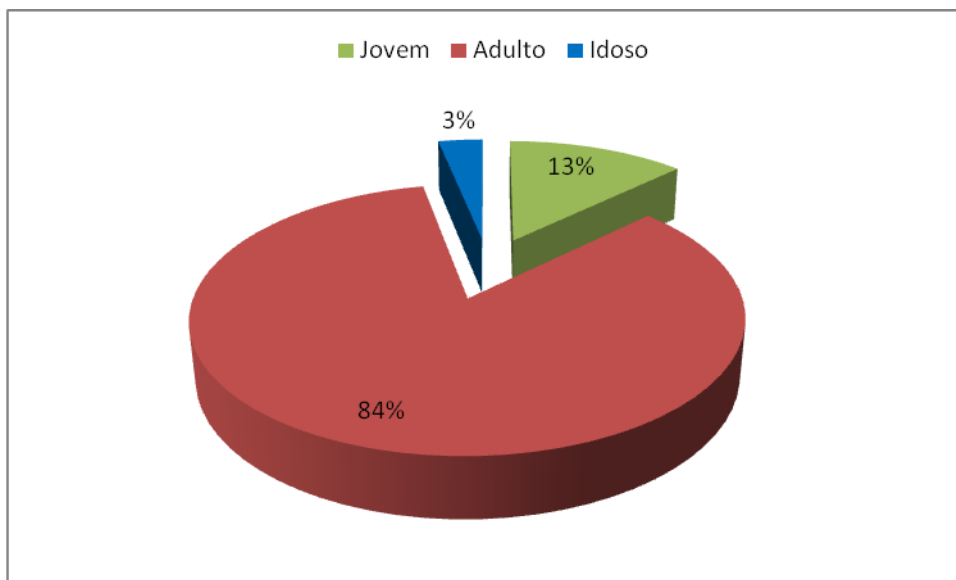


Gráfico 11: Perfil etário dos Camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

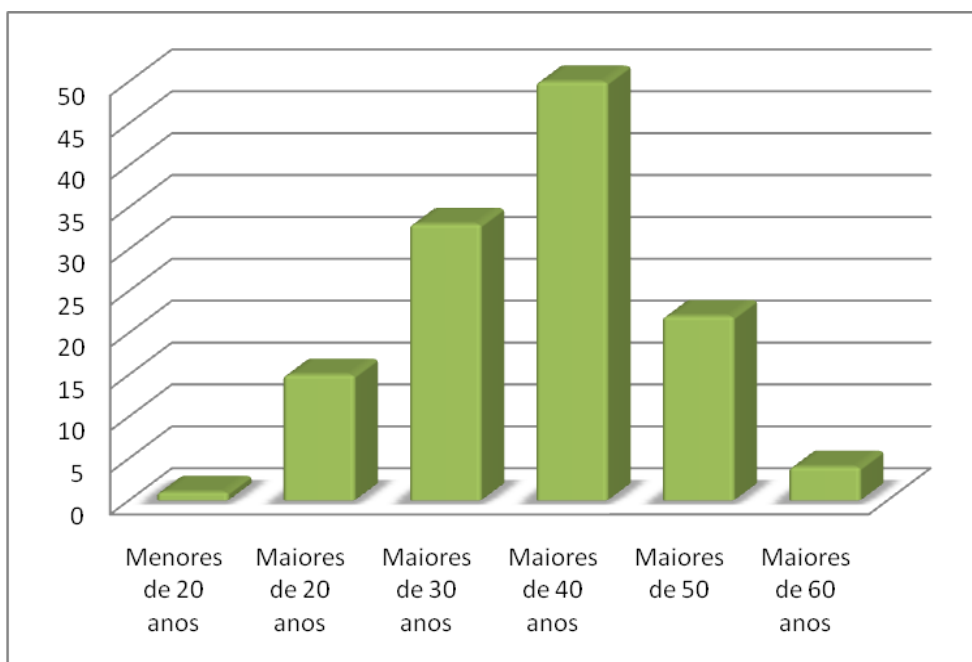


Gráfico 12: Camponeses por idade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Os gráficos 11 e 12 indicam que há um grande percentual de camponeses com faixa etária entre 40 e 60 anos que compõe mais de 60% dos entrevistados e já 15% do total são jovens entre 20 e 30 anos no desenvolvimento do trabalho agrícola. Apesar de se constatar que dos 100% dos entrevistados 85% tem filhos, a ausência da juventude é bastante sentida. Conforme a fala de um dos jovens,

Está ocorrendo um envelhecimento dos camponeses. A maioria dos jovens no campo está querendo sair e os que pretendem ficar estão sem expectativas. Falta política pública, os filhos não têm interesse de produzir, são os pais que continuam na produção. (Liderança MPA, 18 anos, S.C.)³⁵.

Conceição (2007b) já assinalava esta condição da juventude camponesa com a entrada do capital no campo sergipano, inclusive no Alto Sertão. De acordo com sua análise, o não querer permanecer no campo relaciona-se diretamente a insuficiência de possibilidades de continuar na terra, o campo já não se torna atrativo para o prosseguimento da vida e tem como resultado direto a mobilidade do trabalho.

Os mais velhos ficam. Os jovens tem saído, quando completa 18 ano migram, acho que devido ao sistema e a falta de oportunidade não buscam alternativas de permanecer no campo preferem sair do que enfrentar as dificuldades. (Liderança do MPA, G.A.S, 31 anos).

Há uma saída da juventude. No campo há poucas perspectivas de permanecer. Os jovens quando saem vão pras firmas, ficam os adultos, mas a gente vê uma parte de jovem querendo ficar. (Liderança/Agricultora do MPA, E.B.S, 30 anos).

Alguns jovens querem ficar, a gente não alcançou muitos avanços, mas alguns já querem ficar, já dão importância e se preocupam com a agricultura. (Liderança do MPA, I.S, 31 anos).

Tal questão se inscreve no contexto do capitalismo, o processo degenerativo das possibilidades de sobrevivência, seja no campo ou na cidade, mantém relação direta com a separação do trabalho dos meios de produção. Esta marca do sistema traz em si o falseamento do real, o proletariado citadino é concebido como possuidor unicamente de sua força de trabalho, o que pode lhe conferir uma enganosa sensação de liberdade, pois, a ideologia do sistema “é vendida” para que este trabalhador se veja como livre, contudo, está aprisionado a ter que submeter-se em nome da sobrevivência aos circuitos cada vez mais fechados do capital que comprime o trabalho e o nega para de forma contraditória retomá-lo e sob condições mínimas e assim suprimir o trabalhador. No campo, a situação camponesa assume

³⁵ Pesquisa de campo realizada no município de Monte Alegre de Sergipe em 08.08.2011

características diferenciadas tendo em vista que o campesinato é possuidor do meio de produção, a terra. Desse modo, desenvolve relações de trabalho não capitalistas para conseguir a sobrevivência, porém, com os processos de desestruturação existente para o favorecimento do agronegócio, estas relações são continuamente subordinadas ao capital.

O processo de reestruturação econômica aprofundou a natureza perversa das relações dentro do sistema, nesse sentido, o valor do trabalho é convertido: de sua forma de satisfação das necessidades, assumindo a forma de mercadoria para a produção de riqueza. Nesse itinerário, o homem vai se “coisificando” em um processo de sujeição, negam-se as suas carências com a finalidade de satisfazer plenamente o capital. Assim, o seu trabalho é deformado, pois, não se configura como sua propriedade, apesar de o sistema falsear esta realidade.

Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como *sua própria propriedade*. Elas não mais são os pressupostos auto-evidentes e socialmente salvaguardados do seu ser, nem os pressupostos naturais do seu eu como constitutivos da “extensão externa do seu corpo”. Ao contrário, elas agora pertencem a um “se estranho” reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias. Na verdade, eles se tornam tanto mais cinicamente manipulados – como fictícios “consumidores soberanos” – quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização. (MÉSZÁROS, 2002, p. 611).

A usurpação do trabalho como realização humana pelo capital vai estabelecendo um processo de degradação do homem, neste aspecto, este se torna supérfluo, uma mercadoria de baixo valor, contudo, necessário para que “o motor” do sistema continue a girar, pois, de acordo com Mézáros (2002, p. 606), o princípio capitalista é a produção de riqueza e, neste curso de determinações capitalistas a humanidade deve assumir isto como fim último. Para atingir esse nível, trabalho e trabalhador são deteriorados e, contraditoriamente necessários.

Nessa lógica, a condição de existência de trabalhadores móveis não significa uma condição permanente da humanidade. A necessidade de vender sua força de trabalho se dá no processo de degradação das condições de vida, baseada na relação de valor de uso do homem com a Natureza; essa alteração é construída pelo próprio desenvolvimento capitalista; o indivíduo é obrigado a se deslocar como estratégia de sobrevivência, ao ser despossuído de se realizar no trabalho para a vida; torna-se necessária a venda da sua força de trabalho, inconscientemente (trabalho alienado), garantindo assim a valorização do capital, tornando-se subjugado pelo mesmo. Dessa

forma, é preciso considerar que é o movimento do próprio capital que define o caráter móvel do trabalho. (SOUZA, 2011, p. 194/195).

Conforme Conceição (2007b), o campo foi/é inundado por políticas que ostentam o discurso da garantia da geração de renda, do moderno, todavia, esconde-se a sujeição ao capital que em sua essência não garante a fixação da força de trabalho da juventude na terra. A lógica central dessa discussão é a garantia da reprodução ampliada do capital por meio da desestruturação do trabalho e a exclusão do trabalhador, que nesse novo ciclo é móvel. Os resultados no campo dessa política de desmonte da agricultura camponesa são refletidos na mobilidade do trabalho, pois, o pequeno agricultor tendo retirado seus meios de produção, em grande parte é obrigado a reorientar sua história na busca pela reprodução da sua vida.

No novo padrão de acumulação, na inserção do processo da mundialização e financeirização da economia, o trabalho deixa de ser fixo para ser móvel ficando disponível ao tempo cíclico curto da produção, distribuição e circulação do capital, que, na maioria das vezes, representa-se alienígena ao processo de tecnificação da economia. À contramão do modelo modernizante da organização da produção e do trabalho, a reprodução ampliada do capital é garantida por formas de desqualificação do trabalho e do trabalhador. (CONCEIÇÃO, 2007b, p. 95).

Essa conjuntura tem provocado uma discussão no MPA em suas instâncias nacional e local. Durante o III encontro Nacional do MPA realizado em 2010, havia um forte apelo pelo crescimento da juventude camponesa cuja finalidade é a sua permanência no campo a partir de uma nova realidade em todas as esferas sociais, com uma proposta de inserção do jovem no meio rural. Nesse contexto, segundo a direção do Movimento em Sergipe, um dos aspectos do trabalho deve ser a desmistificação da discriminação imposta pelo modelo do capital quanto à moradia no campo. Além da desestruturação provocada pela negação do campesinato e a constante expropriação, o capital cria a imagem do atraso e da miséria no espaço rural. A busca de uma reorientação para o entendimento do campo como opção de reprodução da vida perpassa pelo projeto do Movimento, contudo, para isto, a condição da terra é fundamental nesse processo.

Tem crescido o envelhecimento, mas o processo de organização tem contribuído para a juventude discutir a sobrevivência no campo. (Liderança do MPA, S.C, 18 anos).

A juventude tem colocado o Movimento contra a parede pela luta pela reforma agrária... A terra cria a condição de continuação de existência do MPA e da permanência do jovem... O jovem pode até querer sair do campo por opção, mas com a certeza de que morar na roça não é ruim... O campo é atrativo, é preciso criar mais atrativos que tornem a vida melhor para nós, fazer do campo um espaço atrativo com centros atrativos para a juventude. (Liderança do MPA, H.J.S.).

Para o MPA, a permanência do pequeno produtor no campo está alicerçada fundamentalmente no direito da posse da terra e essa questão tem sido determinante na continuidade da juventude no trabalho campestre. Conforme pesquisa de campo, uma grande parte das propriedades dos membros do Movimento não está legalizada havendo muitos documentos de posse, geralmente originada da divisão das terras da família, mas não o documento de propriedade. Comumente as terras já divididas da família são ainda mais repartidas para atender a necessidade dos filhos que ficam no campo. Cerca de 85% dos entrevistados do MPA possuem somente o recibo de posse como único comprovante do direito a terra.

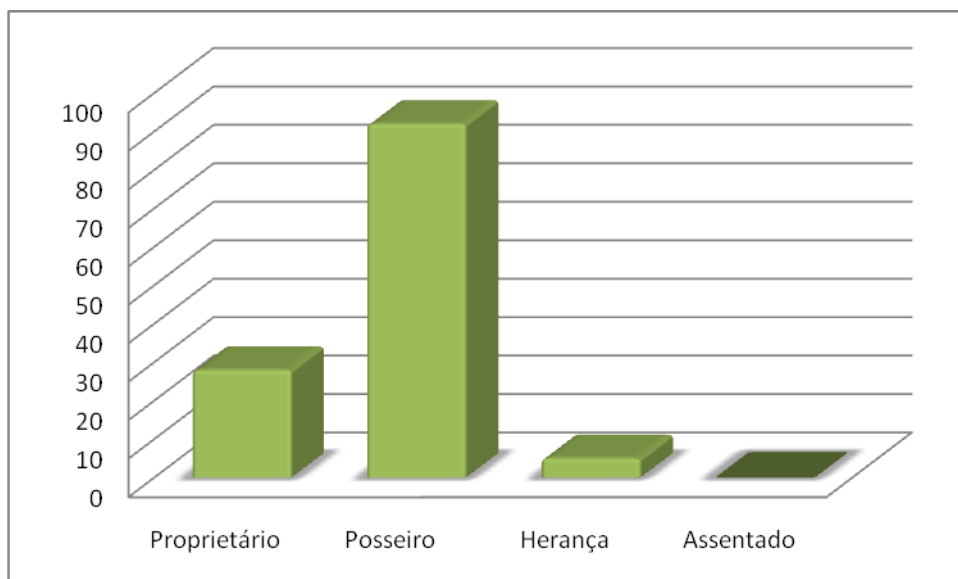


Gráfico 13: Formas de propriedade da terra entre os camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

A luta pela terra na forma de ocupação não se constitui uma prática dinâmica do MPA na mesma proporção como é observada em outros Movimentos Sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, contudo, a dificuldade do acesso a terra, principalmente pelos jovens do Movimento que estão no campo, é bastante sentida. Essa discussão revela a distância do Estado no que se refere a formulação de projetos estruturais para o pequeno produtor.

O governo não tem interesse na regularização fundiária. No sertão, a presença de projetos para a região, projetos que vem na contramão do Movimento, a gente sabe que a região historicamente é de pequenos produtores. Muitas famílias ficam impossibilitadas de receber as políticas pelo fato de não terem documento legal de posse... Depois do Crédito Fundiário e do Banco da Terra não houve mais desapropriação do latifúndio... O MPA tem estudado e identificado que um dos

grandes problemas é a falta de uma política pública para o acesso a terra. (Liderança do MPA, H.J.S).

Esta fala da liderança do Movimento dos Pequenos Agricultores em Sergipe põe em evidência a omissão do Estado em relação ao tratamento ao camponês e, ao mesmo tempo, a sua subserviência ao modelo do capital através das instituições internacionais que estabelecem relações de dominação em países como o Brasil, retirando o campo do centro das discussões.

Resende e Mendonça (2004) ressaltam a ideia de negação do campo no Projeto de desenvolvimento do capital. O enaltecimento está em torno da concepção de que o urbano é a base da geração de oportunidades econômicas. Entretanto, as instituições financeiras mostram todo o interesse pelos recursos da natureza existentes no campo, fato que desencadeou uma série de investimentos para a área e que desmistifica o falseamento do discurso dominante quanto ao não valor do campo.

O Banco Mundial adentra essa discussão com relevante contribuição nesse processo de sustentação do modelo econômico do capital que subordina os países periféricos, pois, concede vultosos empréstimos para países como o Brasil que sujeitam suas riquezas para o controle das empresas estrangeiras sob a alcunha do desenvolvimento. Entretanto, o que se observa é a destruição da natureza e uma feroz extração de lucro e da renda sob a tutela do Estado que concede toda a estrutura necessária para tal exploração.

Conforme Resende e Mendonça (2004), essas instituições financeiras internacionais têm forte influência nesse processo haja vista que, através de seus projetos promovem a articulação dos interesses capitalistas com o Estado, que comprometem seus orçamentos como contrapartida de beneficiamento das instituições.

No Brasil, essa prática é garantida pelas políticas dos governos, desde Fernando Henrique Cardoso ao atual governo Dilma Roussef, os projetos de financiamentos relativos ao campo, definidos como de melhoria das condições dos pequenos agricultores são mediados por políticas como o Cédula da Terra, o Banco da Terra e o Crédito Fundiário, que mascaram a realidade sob a afirmação de melhoria no que se refere a aquisição da Terra, contudo, garantem o endividamento dos camponeses, enquanto que, para o grande latifúndio o dinheiro público em altos lotes é diretamente repassado, mercantilizando a reforma agrária. No governo Lula, os projetos foram os mesmos apenas com mudança de denominação e pequenas

alterações, mantendo a lógica central de subserviência às políticas das instituições financeiras. (RESENDE e MENDONÇA, 2004).

Nesse contexto, verifica-se o completo abandono da viabilização do campo enquanto garantia de produção alimentar para a população, pois, a abertura da economia para tais instituições promovem associações que destroem a natureza, promovem a perda da terra, pelos camponeses ao mesmo tempo em que os amarram ao endividamento, resultando no aumento da pobreza e da fome.

Diante da estruturação produtiva para o aprisionamento do campesinato às amarras capitalistas para sua reprodução, entende-se que é muito forte a relevância da terra para o pequeno produtor. A relação do camponês com a terra é fundamental para a continuidade da vida no campo. A pequena produção familiar ao resistir e reivindicar espaço para a sua reprodução se coloca contra a ordem do capital que busca negá-la por se colocar como contraposição, como obstáculo a sua expansão. Deste modo, ao por em destaque a necessidade da posse da terra, o MPA, enquanto Movimento camponês ressalta a relevância da terra como condição de vida a partir do valor de uso, como necessidade para a garantia da sobrevivência e não como meio de extração de riqueza.

Ao lutar pela terra e pela posse da terra e pelo uso da terra e o produto do seu trabalho a seu modo, ele está se pondo como um obstáculo à ordem burguesa. E, nesse escrito, eu diria que essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária, por duas razões: por um lado, o camponês resiste à proletarianização no campo e na cidade e isto é contrário ao funcionamento do mercado da força de trabalho, aos fluxos e refluxos do exército industrial de reserva, à subordinação real do trabalho ao capital. Por outro lado, a luta pela terra impede ou dificulta a monopolização da terra pelo capital, a sua transformação em propriedade mercantil, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura. (IANNI, 1985, p.6).

O movimento social camponês nega a ordem burguesa, as forças do mercado, as tendências predominantes das relações capitalistas de produção. Em geral, a radicalidade desse movimento implica em outro arranjo de vida e trabalho. Em sua prática, padrões, valores, ideais, ele se opõe aos princípios do mercado, ao predomínio da mercadoria, lucro, mais-valia. Sempre compreende um arranjo das relações sociais no qual se reduz, ou dissipa, a expropriação, o desemprego, a miséria, a alienação (IANNI, 1985, p. 7/8).

A ação do MPA no Sertão sergipano tem dado aos pequenos agricultores familiares da região uma nova disposição para continuar na luta, mesmo diante das condições adversas relativas a posse da terra. Ações do Movimento na busca de melhorias da condição de vida

tem sido realizadas, a luta pela melhoria da moradia entre os camponeses do Movimento, o incentivo de permanência da produção agrícola para o autoconsumo e o trabalho de base com as famílias tem sido algumas das formas de possibilitar a continuidade da vida camponesa.

Embora seja perceptível a dificuldade campesina de manutenção da vida e com a questão da propriedade da terra aparecendo como situação estrutural da permanência camponesa, mais de 65% dos entrevistados afirmaram que a terra da unidade de produção garante o necessário para o sustento da família.

Antigamente dava mais, agora a gente depende muito da chuva, mais ainda dá sim. A gente vai plantando uma coisinha aqui, outra acolá e vai. (Camponês, 63 anos, M.D.).

Se chover da bom, quando vem a chuva dá, o inverno tem que sê bom, nos ultimo ano tem chovido poco, mais a gente se vira sim. A gente consegue, uns anos perde mais, otros não. Não dá muito mais a gente vive. (Camponês, 63, J.S).

A terra é poquinha, se fosse mais era melhor, por enquanto tá dando. É difícil, mas a gente vive, não é muito, mais vive, a gente tem se ajeitado e com as vaquinha dá. (Camponês, 40 anos, A.J.S.O).

Nesse sentido, nota-se que o trabalho familiar garante a produção para o autoconsumo, segundo os camponeses entrevistados, 75% da força de trabalho utilizada nas propriedades do MPA é formada somente pela própria família.

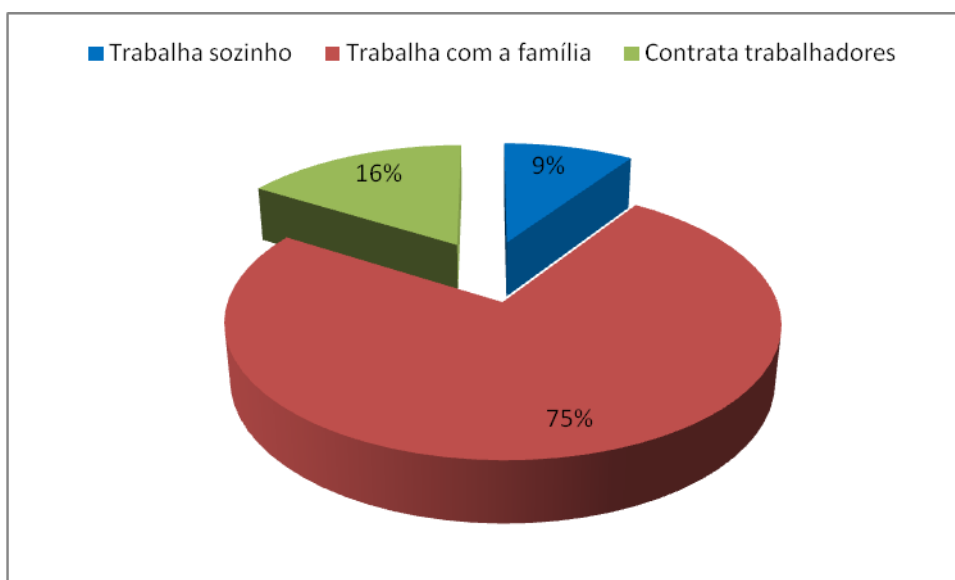


Gráfico 14: Formas de trabalho na unidade camponesa

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

A contratação é uma realidade no desenvolvimento do trabalho agrícola na pequena propriedade do MPA, contudo, sua existência é limitada; 16% dos entrevistados contratam pessoas temporariamente para ajudar a família no cultivo da terra, no máximo um trabalhador. Devido às dificuldades financeiras, não há contratação para realizar todo o trabalho, os acordos são temporários e estão vinculados ao auxílio da família. O pagamento é feito através de diárias que variam o valor em torno de R\$ 25,00 a R\$ 30,00. Essa realidade de pagamento em dinheiro atinge apenas uma parcela dos camponeses, a outra se dá com a troca de dias de trabalho que funciona como uma permuta entre estes no período de maior necessidade: aragem, plantio e colheita. A realidade do contrato através de dinheiro predomina no município de Monte Alegre de Sergipe, os outros municípios em que o MPA está localizado pouco apresentam essa situação.

Apesar de existir o contrato, a força de trabalho é eminentemente da família, de acordo com Tavares dos Santos (1978), essa questão evidencia que a força de trabalho não se configura como uma mercadoria que separa o trabalhador do trabalho.

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo [...] a condição fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar e que a família é quem provoca a existência de outras relações de produção na unidade produtiva camponesa (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 33/34).

A família camponesa tem sua forma própria de produção. O envolvimento no processo produtivo se constitui em uma estrutura de garantia de sua resistência e permanência na terra, desse modo há uma autoafirmação da sua negação à proletarização, pois, a relação de trabalho com a terra é a sua garantia de vida, mesmo que contraditoriamente o sistema de mercadorias venha retirando essa condição da juventude camponesa. O trabalho familiar camponês ao mesmo tempo em que é necessário para a reprodução do capital é também a sua contradição porque nega o seu fim diante das estruturas da mercadorização do espaço.

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que as economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma

particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p. 27).



Figura 4: Criança ajudando no trabalho familiar na unidade de produção

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Na figura 4 observa-se como uma criança ajuda o pai enchendo um recipiente com sementes selecionadas. O predomínio do trabalho familiar revela o sentido da cooperação, na unidade camponesa, cada membro tem sua função. É nítida a importância do trabalho cooperativo para a produção camponesa. Durante as visitas as áreas em estudo destacaram-se vários exemplos como este de trabalho coletivo. Na chegada às casas dos camponeses, geralmente ao final da manhã, entre 10h e 12h, só se encontravam as mulheres e seus filhos menores. Entretanto ao entardecer, após as 16h, os homens já tinham voltado da roça. Concluindo-se que a coletividade familiar tem papel determinante na unidade de produção, mesmo diante da contratação de alguns trabalhadores a preponderância da combinação que vem do núcleo da família é decisiva para o resultado positivo da produtividade que predominantemente para o autoconsumo dos membros do MPA.

É a família que ajuda no trabalho, quando tá em época mais precisada a gente se reúne e um vai ajudando o outro. A gente aqui é tudo parente e o dinheiro é pouco pra

contratá, as condições não dá, se contratá não faz a feira, no passado dava. Então todo mundo de casa trabalha pra ajudá. (Camponês, 47 anos, J.B).

O trabalho agrícola na unidade camponesa do MPA é realizado fundamentalmente em pequenas propriedades. Conforme pesquisa realizada, a produção destina-se em sua grande maioria para o autoconsumo, 72% dos entrevistados afirmaram que produzem somente para o sustento da família, seja devido às dificuldades econômicas impostas para os pequenos agricultores, ou pelas dificuldades impostas pelas condições climáticas da região que influenciam diretamente a produtividade. Neste aspecto destacam-se os camponeses do MPA do município de Poço Redondo que em quase toda totalidade, mantém a produção voltada para o consumo interno, do percentual total (72%) de campesinos que somente produzem para o autoconsumo, mais da metade estão especializados nesse município.

Não dá pra vendê mais nada não meu filho, a gente planta mais pra comer, a roça é pra gente tirá pra o sustento. (Camponesa, 33 anos, R.M).

Hoje a roça é poca, só dá pra gente mesmo, quando o inverno dá bom a gente vende, mais tá difícil, vendia antes, há três anos que não vende nada, planta pra consumir e pra alimentá as vacas. (Camponesa, 48 anos, V.B.A).

Planta para o gasto da gente, quando dá a “sobrinha” a gente vende, mas há dois anos que não vende nada. Esse ano não melhorou muito porque o mês de São João não deu... vai dar pra ração pra o gado e pra casa. É difícil, mas a gente vive. (Camponês, 42 anos, J.M.S).

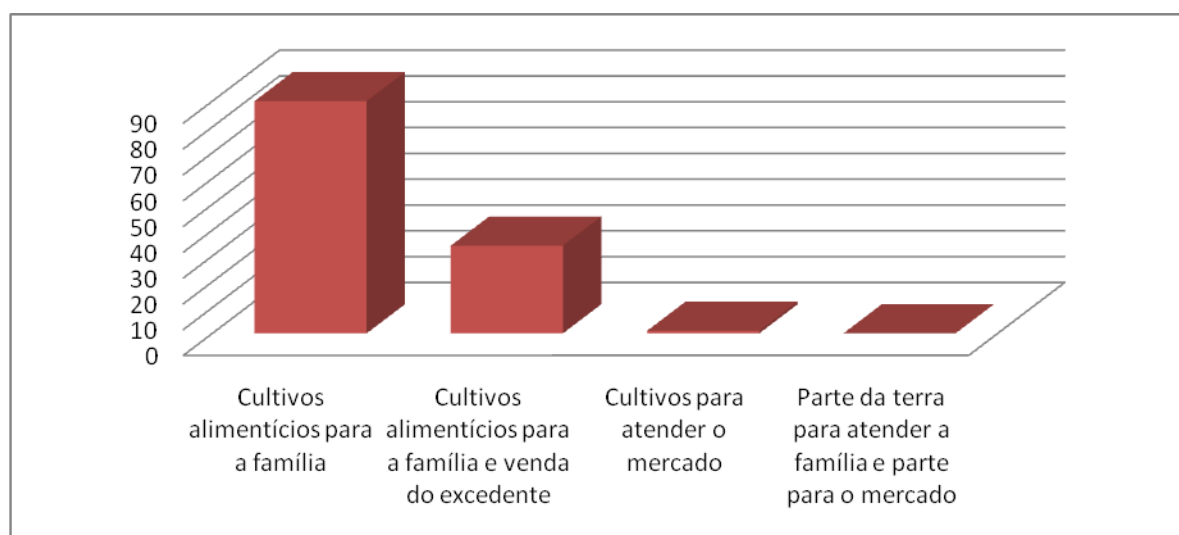


Gráfico 15: Produção camponesa
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

O gráfico 15 mostra a existência de uma parcela de camponeses que além de produzirem para o autoconsumo conseguem vender o excedente da produção. Estes formam 27% dos pesquisados e se concentram em sua maior parte nos municípios de Monte Alegre de Sergipe e Canindé de São Francisco. Nos demais municípios onde o MPA está localizado, a incidência de que produz para a venda é praticamente inexpressiva, entre estes, apenas 1% afirma ter relação comercial direta com o mercado, como é possível observar.

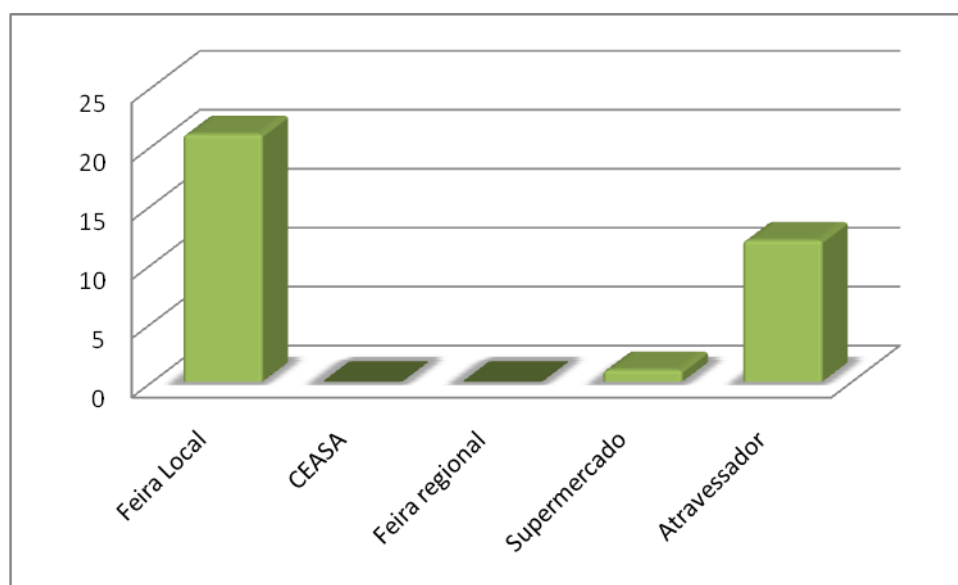


Gráfico 16: Venda da produção excedente entre os camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Em Monte Alegre de Sergipe, os camponeses do Movimento que vendem o excedente destinam a produção do principal cultivo diretamente para a venda na feira local do município. Observa-se também a presença do atravessador, pois, conforme pesquisa, o cultivo de milho de algumas propriedades é diretamente negociada e vendida para esses intermediários que buscam a produção na propriedade. Conforme entrevistado,

O milho é voltado para a venda, depois do agricultor retirar o consumo do ano e as sementes. (Camponês, F.C, 19 anos).

Quando o inverno dá bom pra família a gente vende, o rapaz vem buscar aqui o que a gente planta. (Camponês, J.D., 32 anos).

Em Canindé de São Francisco, os campesinos que estão no Perímetro Irrigado Califórnia também convivem com a figura do atravessador para a comercialização da produção. A realidade dessa localidade apresenta-se de forma diferenciada em relação aos

demais municípios e povoados pesquisados, inclusive de outras áreas existentes nos limites do município de Canindé de São Francisco que também tem a presença do MPA, como exemplo, o povoado Pelado. A estrutura produtiva no perímetro Califórnia consta de políticas de beneficiamento para garantir a produção como a tubulação para levar água à plantação, como é possível observar na imagem 5. A garantia da água para irrigar o plantio se constitui como fator singular para o desenvolvimento da atividade agrícola em virtude das condições de clima e solo da região. Essa situação coloca-se como diferencial para a escolha do que produzir pelo camponês ali localizado e, a área, entre as visitadas durante o trabalho de campo, é a única que se distingue na diversidade da plantação agrícola, contudo, a presença do atravessador é direta no que se refere ao destino da produção e isso significa venda a baixos preços.

Aqui planta pra o sustento e pra venda, o atravessador vem buscá aqui o que a gente planta... mas o dinheiro é pouquinho não dá pra muito não, tem que vendê barato. (Camponês, 28 anos, T.N).



Figura 5: Irrigação no Perímetro Irrigado Califórnia em Canindé de São Francisco

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Observa-se que nesse contexto de venda intermediada da produção, a subordinação camponesa ao capital toma forma com a extração da renda da terra. O repasse desse tributo

para a sociedade aparece nitidamente por meio dessa relação que se estabelece na unidade familiar de produção. O resultado imediato dessa sujeição ocorre com a monopolização da terra pelo capital, que extrai do produto camponês uma renda que está posta no trabalho da família e que, por sua vez está também contida no cultivo vendido ao intermediário, um valor de trabalho que não retorna ao camponês.

[...] a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriar da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido. (PAULINO, 2006, p. 110).

Em relação a produção agrícola predominante nas propriedades dos camponeses do MPA observam-se os cultivos do milho e do feijão, seguindo as características do plantio do Alto Sertão sergipano. Conforme é possível observar no gráfico abaixo, 97% dos pequenos produtores cultivam milho e 90% o feijão, todos os municípios em que o Movimento está especializado apresentam a produção destes grãos, que se constituem como os principais cultivos plantados pelos camponeses do Movimento.

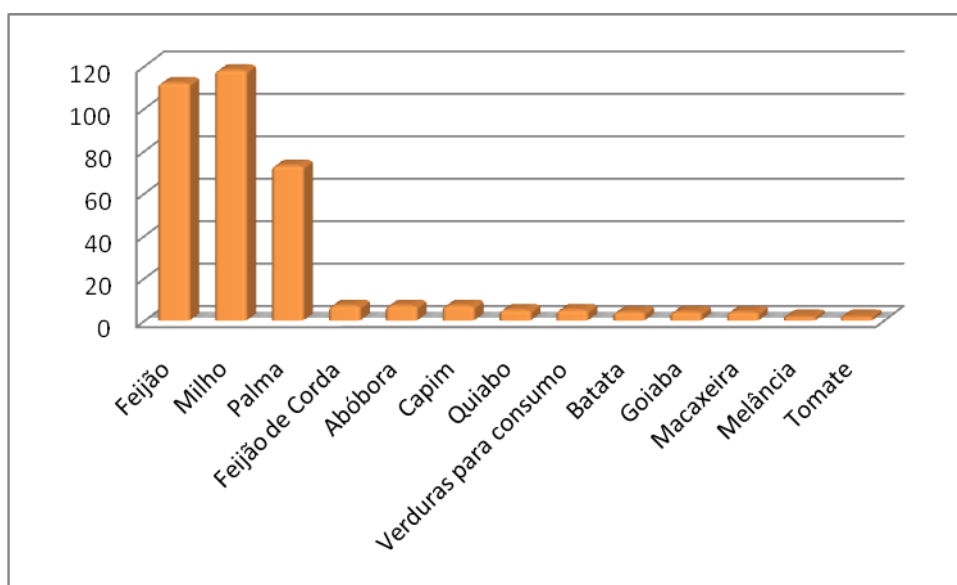


Gráfico 17: Cultivos plantados pelos camponeses
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Com o crescimento do agronegócio na localidade, o milho passou a dominar a paisagem do Semi-árido sertanejo, este fato conduziu uma parte dos camponeses a reduzir a área destinada ao cultivo do feijão, pois, este passou a ser desvalorizado devido aos custos

para produzi-lo e ao baixo rendimento dele extraído. A pressão exercida sobre os pequenos produtores para a produção do milho reflete a lógica da expansão do capital no campo em Sergipe, ainda que a maior parte dos produtores do MPA produzam este cultivo para o autoconsumo e para a alimentação do gado, subentende-se tal condição inserida na trama do sistema de mercadoria que acompanha o crescimento da produção de matrizes energéticas a partir da produção de agrocombustíveis, se inscrevendo no modelo crescente de incentivo à produção de commodities, que responde a especulação financeira mundial, núcleo central da crise estrutural do capital.

Segundo Luxemburgo (1984), ao produzir a mais-valia e ao garantir a sua apropriação, o sistema faz a reprodução acontecer de forma imperativa. Nesse sentido, fica claro que a busca da apropriação da riqueza, da produção e do lucro tem como finalidade a recorrente e permanente reprodução do capital e, para que isso ocorra a produção deve ser incessantemente ampliada. Assim, a possibilidade de existência dos capitalistas deve ser cada vez mais entendida no interior do processo de reprodução do capital. “O modo de produção capitalista não somente cria, pela fome de mais-valia por parte do capitalista, a força propulsora para ampliação incessante da reprodução; transforma praticamente essa ampliação em lei propulsora, em condição de existência econômica dos capitalistas [...]”. (LUXEMBURGO, 1984, p. 13).

Nesse processo de expansão capitalista observa-se a reconfiguração dos espaços para atender às suas necessidades de acumulação, a reordenação da produção no Alto Sertão sergipano com a imposição do que produzir, mesmo que já exista uma “tradição” na plantação de milho que historicamente cumpre a finalidade de autoconsumo, revela a força do agronegócio como modelo da reestruturação produtiva no campo e mecanismo do capital financeiro em nível mundial, seja em um país denominado desenvolvido do centro do capitalismo, ou no Noroeste de Sergipe, o que interessa para o sistema é a sua ampliação, geograficamente isto se dá por meio da apropriação dos territórios em todo o mundo.

Harvey (2004) deixa claro que o espaço geográfico está em constante movimento devido às superposições advindas da própria ação do capital que em vários momentos cria o dinamismo ou não existente no espaço.

[...] a paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições e tensões e que ela é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem. As tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e

movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade – todas essas tensões advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo. E essas tensões se vêem apreendidas pela lógica expansionista geral de um sistema capitalista em que a acumulação interminável do capital e sua busca eterna de lucros constituem a dominante. O efeito agregado é [...] o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. (HARVEY, 2004, p.87/88).

A ação do capital no espaço geográfico produz uma paisagem que responde ao processo de acumulação, assim há toda uma organização estruturada não somente na esfera econômica, mas que abrange todas as áreas devido à necessidade que o sistema apresenta de solidificar suas engrenagens para daí formalizar suas fronteiras, seu território.



Figura 6: Predominância do cultivo de milho nas propriedades camponesas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

A imagem 6 mostra o cultivo do milho em pequena propriedade de camponeses do MPA no município de Monte Alegre de Sergipe, o milho continua como principal cultivo na localidade, o crescimento de sua plantação no Sertão tem promovido a redução da diversificação da produção camponesa, a necessidade de manutenção da unidade de produção

incide diretamente sobre a reorientação da produção para o cultivo desse grão, conforme fala de entrevistados do Movimento,

Antigamente produzia-se um pouco de cada, hoje produz mais milho, tem crescido o monocultivo. (Camponês, S.F, 18 anos).

Tem acontecido a diminuição, primeiro porque a renda não compensa gasta não repõe, por exemplo, feijão plantava, hoje não querem mais por causa do baixo preço. (Camponesa, J.H, 42 anos).

O capital subordina o campesinato à sua lógica produtiva e desestrutura a produção camponesa para o autoconsumo, o trabalho toma uma nova funcionalidade é sujeitado ao sistema de mercadoria, se tornando uma mercadoria para atender ao interesses externos aos seus, nesse sentido é transformado ficando subserviente ao modelo capitalista. De acordo com Tavares dos Santos (1978), é nesse processo que se verifica, a partir da entrada da mercadorização das atividades na unidade camponesa, que a produção está delimitada a esfera de trabalho do camponês que nesse sentido, volta-se para o atendimento do sistema, mesmo que aparentemente não se desorganize a sua forma de trabalho, assim sua liberdade laborativa é diretamente atingida. “A autonomia do trabalho camponês necessariamente está determinada pelo modo de produção capitalista e pelas exigências que a dominação deste impõem ao produtor simples de mercadorias”. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 144).

Mesmo diante das dificuldades que ameaçam o campesinato, a resistência do pequeno agricultor através de estratégias de diversificação produtiva das atividades na unidade de produção familiar garante a permanência da sua condição camponesa na terra. Esta prática se inscreve no campo como um mecanismo de oposição ao sistema de mercadorias, mesmo que se constituam como simples forma de garantia da sobrevivência.

Os camponeses do Movimento dos Pequenos Agricultores têm vivenciado essa realidade de diversificação ao intercalarem a produção de milho e feijão, dominantes nas áreas de pequena produção, com outros cultivos que são necessários para o sustento da família. Conforme o gráfico 17, outras lavouras tem importância para a complementação do autoconsumo: a palma, o feijão de corda, a abóbora, o capim, as verduras, a macaxeira, o tomate, a melancia entre outros.

A produção agrícola do milho e do feijão ainda está muito condicionada ao bom período de chuva. Se houver chuva suficiente para o plantio há a garantia de boa colheita, do contrário, outras atividades se tornam fundamentais para a consecução da renda. A ausência

do período chuvoso é citada pelos entrevistados como uma situação comprometedora no que se refere a uma colheita que atenda as necessidades da família camponesa.

- O que planta na terra dá as vezes, quando o inverno é bom... Esse ano é muito fraco. (Camponês, A.C.M, 54 anos).
- Tem ano que dá, outros não... Agora mesmo tá tudo perdido. (Camponesa, M.I.D, 43 anos).
- Quando o inverno vem bom dá pra alguma coisa. (Camponês, J.M.C, 42 anos).
- Se o inverno dé bom dá. (Camponesa, G.S, 42 anos).
- Quando tem inverno é bom, não tem complica. (Camponês, J.S, 79 anos).
- Tem ano que sim, tem ano que não, quando tem chuva dá pra tirar uma coisinha. (Camponês, C.S.S, 67 anos).
- Se não tiver outra coisa não dá não. Se chover dá bom, se não não tem roça, vai plantando uma coisa aqui outra acolá e vai... (Camponês, J.S, 63 anos).
- Porque a região é muito seca, nesses tempo só vi em um ano dá lavoura pra tirá alguma coisa pra vendê. (Camponês, G.C.A, 41 anos).

Durante a pesquisa de campo, ficou nítida a percepção sobre as dificuldades de sustento da propriedade camponesa e da sobrevivência proporcionada pelas intempéries advindas do clima. As falas dos agricultores e as suas expressões sempre faziam referência à perda da produção, ou sobre o trabalho constante e o pouco retorno, com destaque para o ano de 2011 em que muitos afirmavam que tudo estava perdido. Em Canindé de São Francisco, no povoado de Pelado, o depoimento de um dos agricultores deixou claro que nos momentos de seca, os trabalhadores ficam dependentes do açude de um grande proprietário de terras da localidade e que devido a esse “benefício” são obrigados a sujeitar-se de outras formas para manter-se na terra de trabalho. As colocações, de maneira geral, expressavam a tristeza de um problema que não foi ocasionado pela ausência de trabalho, mas por questões que ultrapassavam o seu poder de decisão. Contudo, a forma resoluta do camponês em lidar com a situação demonstra a sua conformação frente à impossibilidade da resolução do problema, ao mesmo tempo a esperança e a certeza da necessidade de recomeçar a desenvolver novas atividades de complementação da renda, demonstrando, mesmo sem ter compreensão, que as análises de Shanin (2008) são corretas ao afirmar que o campesinato traz em si formas inventivas de reprodução diante das dificuldades a que são expostos seja diante dos fenômenos da natureza ou das imposições do sistema de mercadorias.

[...] podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isto. (SHANIN, 2008, p. 25).

Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato. (SHANIN, 2008, p. 34).

No que se refere a sua capacidade de diversificação produtiva, entre os cultivos plantados pelo campesinato para garantir a reprodução da unidade familiar de produção destaca-se a palma, sendo realizada por 58% dos camponeses que fazem esta opção para alimentar o gado durante a época de estiagem, a palma é misturada com o milho resultando em uma ração para o sustento dos animais. A figura 7 mostra a colheita da palma, realizada pelos camponeses em forma de ajuda mútua. Sua ocorrência se dá quando estes não conseguem cumprir com todas as suas necessidades. Esta prática assume vários formatos, a mais conhecida é o mutirão, que completa o trabalho do camponês quando a família não tem condições de pagar pelo trabalho assalariado (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

Essas formas de trabalho não capitalistas de produção dão sustentação à fixação do agricultor no trabalho no campo. O atendimento das suas necessidades através de atividades cuja centralidade difere das práticas capitalistas mantém a reprodução da unidade familiar. O Movimento dos Pequenos Agricultores conserva estas formas como estratégias de segurança.

Para Luxemburgo (1984), em sua constante busca de acumulação e reprodução o capital ao adentrar no campo recria relações não capitalistas de produção, promovendo a expansão do sistema a partir de atividades que não lhe são características na medida em que se apropria das condições deste mecanismo. Assim, pelo uso da terra no sistema produtivo, para a utilização da força de trabalho para garantir a mais-valia busca a ampliação de seu modelo de sistema de produção.

Historicamente a abrangência das relações capitalistas no mundo somente ocorreu devido à apropriação dos recursos postos a sua disposição em vários lugares e por momentos distintos da história, mas que efetivamente ainda não compunham o ciclo capitalista de produção, ou seja, a ampliação do domínio do capital na Europa se deu, em grande parte pela

tomada das condições materiais de países ou continentes que ainda não estavam diretamente inseridos nas formas típicas de produção capitalistas. (LUXEMBURGO, 1984b, p. 23/24).

Torna-se evidente que todas as “peças” ao seu alcance são condicionadas ao pleno desenvolvimento do sistema, nesse sentido, as formas não capitalistas são introduzidas no circuito produtivo como garantia de alimentação de sua própria reprodução. Essas práticas de ampliação das formas de mais-valia foram e são, por entre os séculos, estratégias que conferem as modelações fundamentais à sedimentação da exploração e ao fortalecimento do sistema em sua plena realização. Assim, aonde quer que existam elementos necessários para o total movimento do sistema, o mesmo irá buscar clarificando que todas as atividades que possam assegurar a extração da renda da terra são necessárias, mesmo as que aparentemente apenas cumprem o ciclo do autoconsumo, isto é, da agricultura à pecuária envolvendo todas as relações de trabalho, em todas as representações que dêem ao sistema alguma substância concreta de lucro.



Figura 7: Colheita de palma para alimentação do gado
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

O trabalho com o plantio da palma ressalta o cuidado com o gado. A criação tem grande relevância para a manutenção da economia camponesa. Os resultados da pesquisa

revelaram que cerca de 50% dos agricultores entrevistados dependem da pecuária para garantir a manutenção da família e da propriedade. A pecuária assume papel central como garantidora de rendimentos, a criação de animais complementa a renda camponesa possibilitando a continuidade da unidade de produção familiar camponesa. Esta atividade está presente em todas as unidades de produção familiar visitadas, os camponeses criam porco, galinha e principalmente o gado, deste último retiram o leite e fabricam o queijo para o consumo da família. Segundo o depoimento das lideranças do MPA a venda do queijo produzido nas unidades de produção camponesas é proibida nas feiras locais pela vigilância sanitária.

Conforme reflexões, com as lideranças, e as minhas observações entende-se que esta é uma das estratégias que o Estado, através dos seus aparelhos fiscais e repressivos, procura cercear a produção camponesa a fim de beneficiar as empresas privadas produtoras desse produto. Contudo, é preciso ressaltar que tal estratégia não inibe a continuidade da criação e da produção, de acordo com os depoimentos é a pecuária que dá a sustentabilidade da unidade de produção.



Figura 8: Criação de gado para sustento da propriedade camponesa

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

O sustento da propriedade assegurado pela pecuária demonstra como a versatilidade do campesinato se acentua e estabelece o seu diferencial em relação ao capital. Nesse sentido, a discussão centra-se sobre a sua capacidade de reprodução, mostrando que o lucro não se estabelece como elemento definidor do trabalho camponês, assim, distancia-se da lógica capitalista. O pequenos proprietários ao conseguirem manter-se nessas condições clarifica que a posse da terra para o pequeno produtor dá a este alternativas para consolidar-se, mesmo em condições adversas, como aquele que tem a instrumentação para produzir alimento.

Cumprе salientar que o camponês difere do proprietário que visa exclusivamente à renda da terra. Distingue-se também dos demais proprietários dos meios de produção, pois opera com a lógica da sobrevivência, não sendo movido pela expectativa de renda ou lucro: ao buscar a sua sobrevivência, dentro da lógica de preservação da autonomia do trabalho, atua em condições peculiares. (PAULINO, 2001, p. 227).

Segundo Costa (2000), nesse contexto, a compreensão da unidade camponesa de produção vai se delineando e dois aspectos são importantes: o primeiro define-se pelo tamanho da família que regula a capacidade de trabalho, sendo o limite da regulação de sua reprodução ou de incremento para alguma inovação de que se tenha necessidade. O segundo aspecto diz respeito ao padrão reprodutivo do camponês que se estabelece conforme a própria necessidade da unidade familiar. Esse equilíbrio evidencia que o consumo camponês ajusta-se a sua rotina de trabalho. Então, observa-se desse apontamento que o valor do trabalho equivale ao tempo necessário para a sua reprodução, sendo o volume de trabalho equiparado a capacidade, englobando as necessidades diretas do núcleo familiar e o consumo para a manutenção dos meios de reprodução.

A centralidade das ações incidindo sobre a reprodução nega o lucro como força propulsora camponesa, desse modo há uma unidade indissociável entre a esfera da produção e a esfera do consumo, o MPA se insere nessa realidade, os traços de uma economia camponesa tradicional direcionada para o autoconsumo em que há a venda de excedente torna explícita a prioridade da unidade de produção que é a reprodução. Para Costa (2000), esta situação exerce a primazia no campesinato e o seu alcance significa a sua não alteração dentro do sistema, contudo, não se nega a possibilidade de aquisição de outros ganhos.

Do mesmo modo, não se exclui a busca da formação de elementos do capital – acumulação de meios de produção – como traço da realidade camponesa. Entende-se, isto sim, que tais processos se subordinam, também às condições e necessidades reprodutivas. De modo que, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução. (COSTA, 2000, p. 117).

Nesse sentido, ao ocorrer uma vinculação do camponês com o mercado, a produção familiar se constitui como a forma de realização dessa condição e, desse modo, verifica sua permanência diante daqueles que atestam sua falência na sociedade.

A produtividade agrícola no município de Canindé de São Francisco, no Perímetro irrigado Califórnia, apresenta-se com uma especificidade que a diferencia das demais, distinta da produção de milho e feijão característicos das áreas em que o Movimento está localizado, nesta localidade, os agricultores do MPA estão inseridos em uma área beneficiada com a irrigação, este fato muda a paisagem da produção agrícola, a comumente visualização do milho existente em quase toda a extensão dos povoados em que estão as propriedades dos trabalhadores do Movimento, é substituída pela presença de verduras, legumes e frutas em sua maioria, não desaparecendo o plantio do milho, entretanto, destacam-se os cultivos de quiabo, feijão de corda, goiaba, coentro, alface e macaxeira. O trabalho na terra está envolto ao uso de irrigação, o que não se constitui como um fator que altera a essência das formas do trabalho camponês, apesar da destinação de parte da produção para o mercado, não há assalariamento, continua a predominância de pequenas propriedades e da força de trabalho familiar verificando-se a existência de contratação, com o pagamento em diárias e a forma de mutirão.



Figura 9: Cultivos da unidade de produção camponesa no Perímetro Irrigado Califórnia em Canindé de São Francisco

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

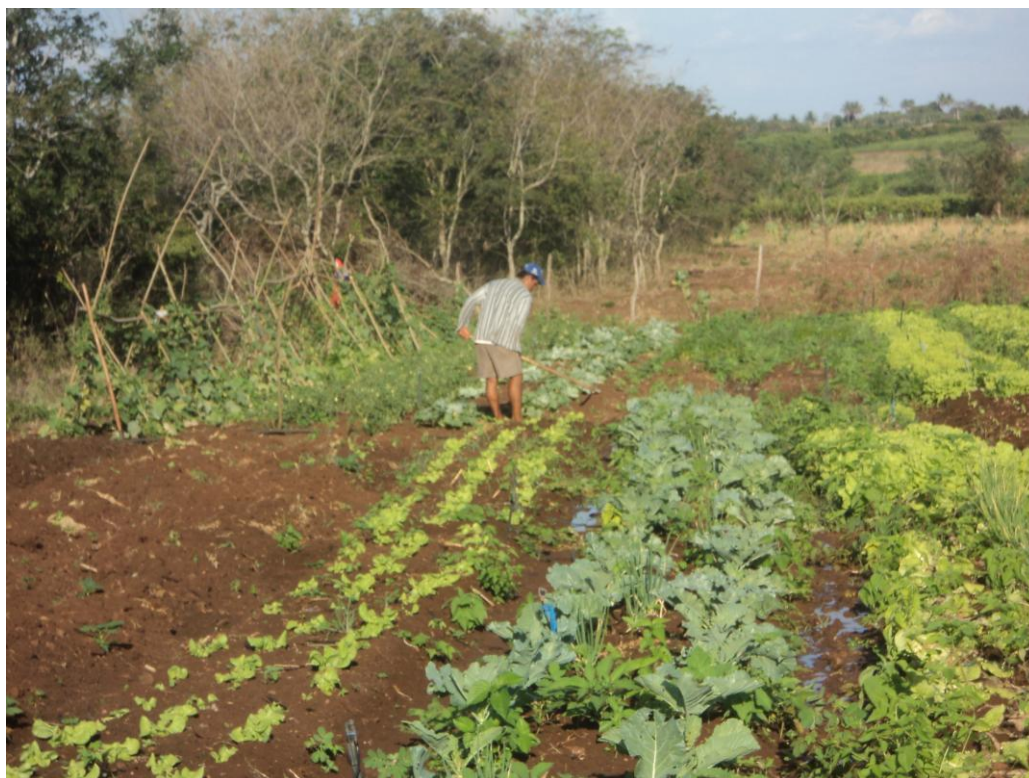


Figura 10: Trabalho familiar na unidade camponesa no Perímetro Irrigado Califórnia em Canindé de São Francisco

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

O trabalho na terra também envolve o uso da mecanização que é incorporado a atividade agrícola, de acordo com os resultados da pesquisa 76% dos entrevistados utilizam o trator para a aragem da terra, justificando que o uso da máquina facilita a preparação para o plantio, os municípios de Monte Alegre de Sergipe e Canindé de São Francisco concentram essa atividade entre os camponeses, que também é perceptível em todos os municípios.

O tratô é mais rápido, facilita o trabalho e faz o serviço ligeiro [...] junta e aluga um dia pra fazê serviço. (Camponesa, 37 anos, M.M.).

Aqui só se faz uma roça se for de tratô, se não meu fio, não faz não. O tratô é rápido. (Camponesa, 47 anos, N.C.S).

Uso o tratô porque é mais rápido, mas tem outras coisa que prejudica, quando o arado é a boi, o mato é mais fácil de limpá, com o tratô a terra não fica tão boa. (Camponês, 49 anos, R.S).

A gente usa trato porque não tem boi pra ará a terra, mas se tivesse preferia o boi, é melhor. (Camponesa, 55 anos, P.V.S).

Esta realidade apresenta-se de forma diferenciada no Poço Redondo, devido às dificuldades apresentadas pelo solo bastante arenoso prevalece o uso do arado puxado por animais, este é um dos fatores que consolidam a produtividade neste município como

estritamente para o autoconsumo, já que entre todos os entrevistados apenas um produz para o autoconsumo e vende o excedente.

A gente usa o arado porque a terra é fofa e o arado conserva mais a terra, deixa a terra melhó, a gente sabe que o tratô é mais rápido, mais a terra arada de boi dá melhó. (Camponês, 27 anos, M.G).

O arado é melhó pra gente, já usamo o tratô quando teve ajuda da prefeitura ou quando ajunta um dinheiro, mais pra nossa terra o arado é o certo. (Camponesa, 54 anos, M.S).

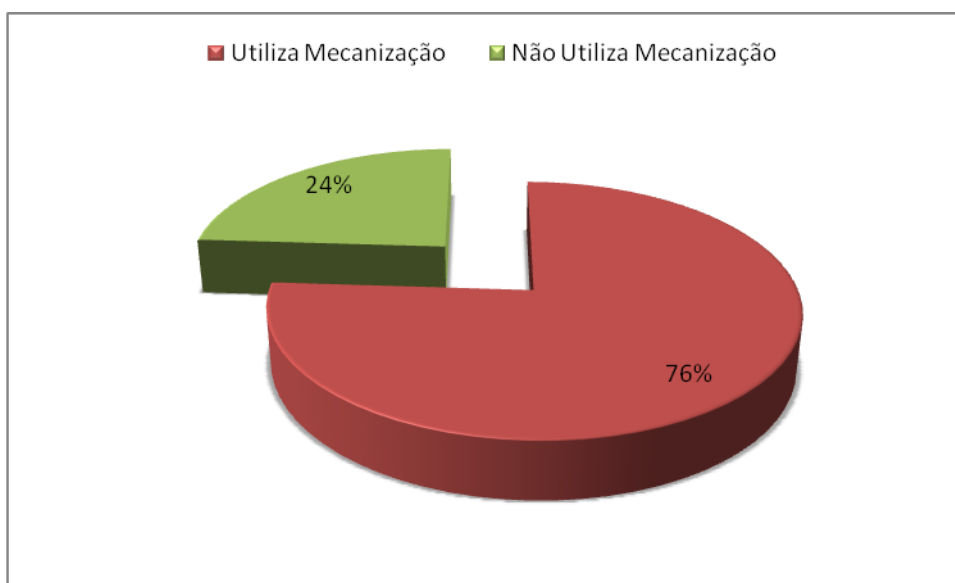


Gráfico 18: Uso de Mecanização entre os camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

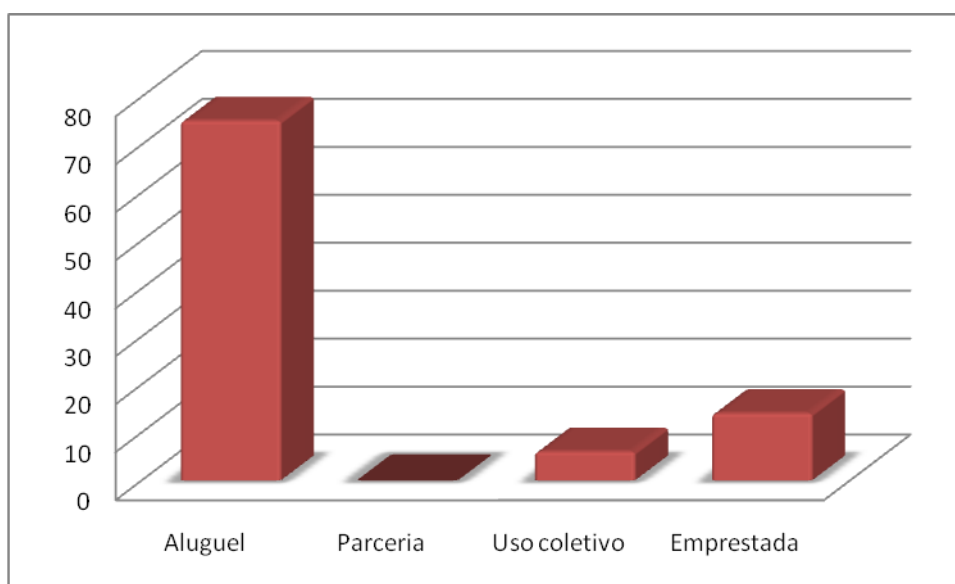


Gráfico 19: Formas de Uso da Mecanização pelos campesinos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

O maquinário utilizado advém da contratação, em sua grande maioria, por meio de aluguel, o único diferencial é verificado em Canindé de São Francisco. Segundo os pesquisados o empréstimo do trator é concedido pela prefeitura local que cede a máquina para o uso coletivo entre os agricultores.

A resistência da produção camponesa na manutenção da sua estrutura produtiva familiar de autoconsumo transgride muitas vezes a realidade vivenciada. O desejo e o sonho se materializam na certeza de que a única condição da garantia da terra para a vida é o projeto de autonomia que representa sobrevivência e continuidade de vida. Desta forma, mesmo com a verificação de que está ocorrendo um crescente aumento do plantio do milho para o mercado em detrimento do plantio do feijão, 85% dos entrevistados negaram a perda da produção de alimentos, afirmando que continuam plantando cultivos para o consumo interno e externo à propriedade camponesa. Negam para afirmarem a luta e permanência.

A situação tá difícil, mais a gente tem tudo. Eu posso ficá um tempo sem ir na feira porque a gente tem ainda da roça pra se mantê. (Camponês, 40 anos, E.).

Hoje planta menos feijão, mais tem o queijo, o leite, as vaca, as galinha, vai completando e dá, tá ruim, mais dá. (Camponesa, 31 anos, V. M.).

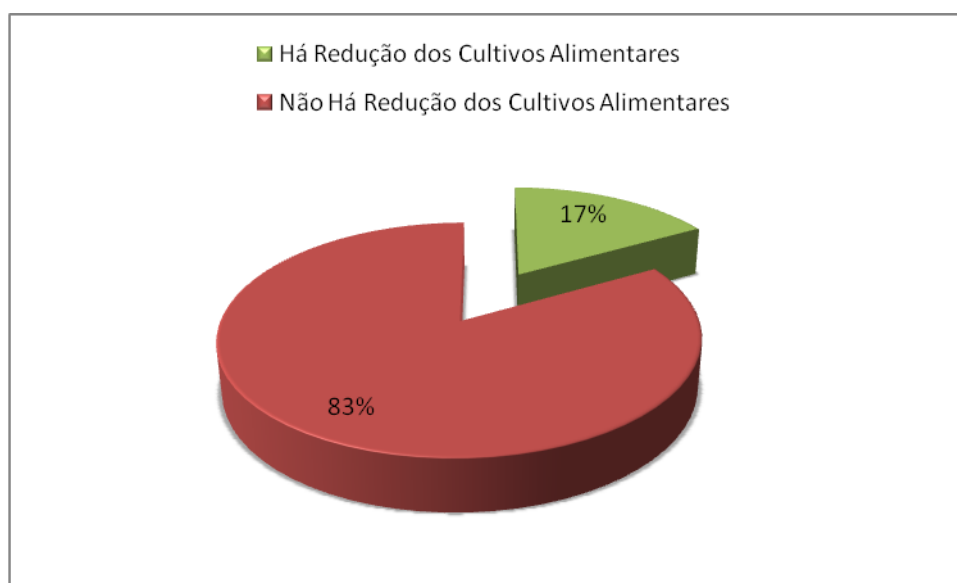


Gráfico 20: Perda da produção de alimentos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Apesar da redução da área de plantio, não há implicação da redução da produção. No entanto, devido ao preço de mercado estabelecido a renda obtida não atende a necessidade plena da qualidade de vida para a permanência do campesinato na terra. Daí, a necessidade de

complementação de renda. Conforme trabalho de campo (ver gráfico nº 21), 78% dos agricultores afirmaram que a renda obtida com a terra, o trabalho agrícola e a pecuária, não é suficiente para a manutenção da família e que para manter o funcionamento da propriedade e continuar a vida no campesinato é fundamental a complementação. Neste sentido 77% afirmaram sua dependência a outras atividades denominadas não agrícolas para sustentar e permanecer na terra.

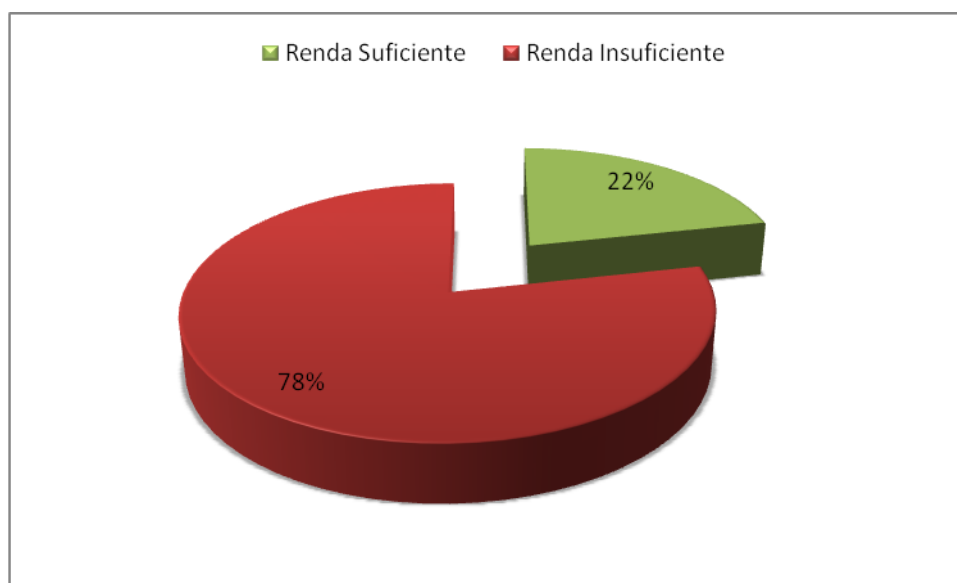


Gráfico 21: Efeito da produção como fonte de sustento da unidade de produção camponesa

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

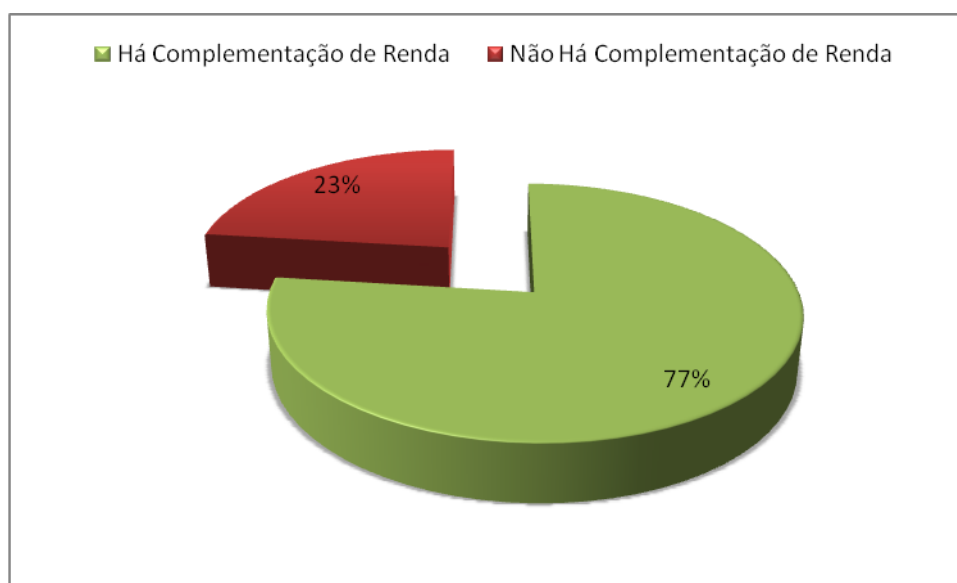


Gráfico 22: Uso de outras atividades para complementação de renda entre os camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Como podem ser observadas no gráfico 23, entre as formas de complementação de renda apresentam relevância: cerca de 40% dos entrevistados dependem de políticas públicas de âmbito nacional como a Bolsa Família e outras de cunho municipal como em Canindé de São Francisco, onde os camponeses recebem o “Cem”, uma ajuda equivalente ao valor de cem reais, concedida as famílias de agricultores da região.

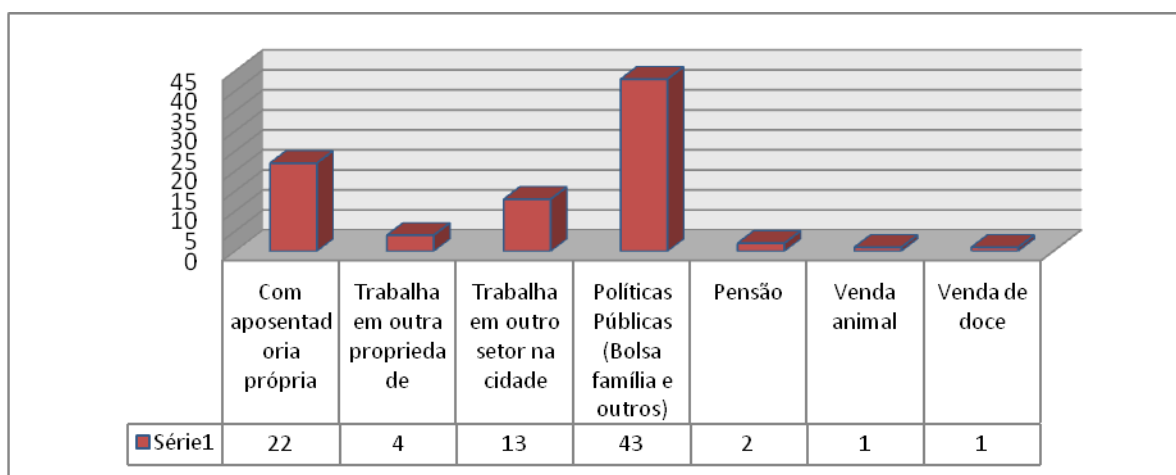


Gráfico 23: Formas de complementação de renda entre os camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Esta leitura permite compreender que o Estado não oferece uma condição estruturante para a continuação da vida camponesa. É muito forte a dependência dessas famílias das políticas públicas para o complemento da renda. A ausência do Estado revela “a qual mão” este atende.

Outra constatação é a crescente dependência da remuneração dos camponeses idosos, que com o salário mínimo de suas aposentadorias mantém quase 20% das unidades produtivas e, por último a venda da força de trabalho na cidade, pouco mais de 10% dos entrevistados admitem a mobilidade em épocas mais difíceis, essa opção ressalta a impossibilidade de manter a propriedade com os rendimentos somente do trabalho agrícola.

Inseridos no modelo capitalista, os pequenos agricultores são obrigados a reproduzirem-se de diversas formas, sendo assim, realizam atividades que muitas vezes não estão necessariamente ligadas ao cultivo da terra, ou a criação, ou seja, para garantirem a sua realização são obrigados em alguns casos temporariamente a venderem sua força de trabalho em outras atividades distintas das que eles efetivamente desenvolvem no campo, cuja finalidade é a manutenção da vida. “Em virtude de sua inserção em um modo de produção

altamente dinâmico, essa classe sofre constantes modificações”. É a necessidade e a capacidade de adequar-se às novas circunstâncias impostas pela relação mercantil que suscita rearranjos e permite diferenciações internas. (PAULINO, 2001, p. 227).

As dificuldades enfrentadas pelos camponeses ressaltam a desestruturação e as condições precárias no campo, cuja essência está nas transfigurações impostas pelo capital. A reestruturação produtiva estabelecida nas últimas décadas, como forma de organização das estruturas para atender ao sistema de mercadorias tem, via agronegócio, “solapado” a vida camponesa de suas condições materiais de existência. No cerne desse debate está a sua completa subordinação, tendo em vista que o sistema não o extingue devido a sua dupla possibilidade de geração de lucro.

Diante da mundialização do capital, os limites da reprodução camponesa são numerosos, de tal forma que, o controle dos setores ligados ao rural ocorre em maior ou menor escala. Segundo Mészáros (2002, p.98), “o capital se sobrepõe a todas as esferas, adquirindo um caráter totalizador no que se refere ao domínio da sociedade”. A sujeição por ele perpetrada age de forma ordenada, desarticulando e precarizando o trabalho para atingir a sua forma de lucro. Desse modo, no campo, articulado com outras instâncias de controle que lhe são subservientes, o capital instaura a pobreza e restringe as possibilidades de manutenção dos pequenos agricultores, perfazendo a sua finalidade de promover uma maior monopolização e/ou territorialização.

Entretanto, mesmo frente aos ditames do sistema, os pequenos agricultores do MPA se utilizam de estratégias e buscam alternativas de luta para resistir e permanecer na terra. As atividades desenvolvidas de complementação de renda, em sua variedade, representam a dinamicidade dos camponeses do Movimento em manter-se enquanto sujeitos do campo, dessa forma torna-se claro que o campesinato é a força contra o capitalismo na zona rural.

Essa assertiva pode ser corroborada ao se observar que, conforme a pesquisa, os camponeses querem permanecer no campo e, além disso, não há perda da terra entre os mesmos.

Depois do MPA a gente entende que é importante por ser camponês. Eu entendo que não sou menos de quem tá na cidade, isso é uma diferença, é um estímulo de permanência no campo. (Camponesa, 42 anos, M. J.).

De acordo com 99% dos entrevistados, a terra continua de posse dos pequenos produtores, não havendo venda ou saída em grande número dos agricultores devido às dificuldades encontradas no cotidiano da labuta camponesa. Isto evidencia que a resistência do MPA configura uma nova forma de enxergar o campo, contrária ao estereótipo alcunhado pelo capital como área de miséria que deve ser transformado.



Gráfico 24: Perda da terra
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Nesse contexto, tendo como referência a diversificação produtiva, a produção de alimentos é a marca da resistência do pequeno agricultor diante das adversidades impostas ao campesinato em todos os níveis, o MPA luta pela consolidação da pequena propriedade camponesa como resposta às determinações do modelo do capital que avança sobre o campo no Sertão sergipano. A constituição da unidade de produção familiar camponesa em todas as suas dimensões, no que diz respeito às formas de trabalho, ao ritmo de cultivo, ao manejo da terra e às outras formatações diferentes da agricultura, mas que estão no contexto da estrutura campesina compõe, entre outros requisitos, a maior bandeira do Movimento para a sociedade que é traduzida em sua proposta de Soberania Alimentar.

5.1 O Movimento dos Pequenos Agricultores e a Soberania Alimentar: outra perspectiva para o campo sergipano .

Entre os princípios da Soberania Alimentar a produção de alimentos saudáveis se estabelece como uma das prioridades a serem alcançadas dentro do plano estabelecido pelos Movimentos Sociais do campo e a Via Campesina que se contrapõe ao modelo de produção de comida determinado pelo sistema capitalista. Tal preocupação ganha expressividade devido a importância da alimentação para o desenvolvimento da vida humana. Em “Alimento e Raça”, livro de Josué de Castro, o autor analisa o conceito de alimento e descreve como este realiza a reprodução do corpo.

O organismo humano é uma verdadeira máquina, sendo a vida a expressão integral do seu complicado e maravilhoso funcionamento. Mas, como todo o ser vivo, é uma máquina de organização especial com características que a distiguem dos mecanismos fabricados com a matéria inerte. Enquanto os aparelhos fabricados com a mão do homem vão, pelo uso, gastando as peças, de maneira irremediável, e necessitando assim de sua substituição por peças novas, a máquina humana vai automaticamente e por seu próprio trabalho recompondo os seus estragos, refazendo os materiais usados e equilibrando o seu funcionamento. É o aparente milagre da matéria viva executada a custa dos alimentos... São eles que fornecem os meios de manutenção de trabalho e de conservação do motor humano... Para executar qualquer trabalho o organismo necessita de energia e essa energia ele a retira dos alimentos... Alimentos são substâncias exteriores que, utilizadas pelo ser vivo, mantêm o seu equilíbrio vital, seja pelo fornecimento de matéria, seja como fonte de energia, seja como regulador dos processos nutritivos. (CASTRO, 1936, p. 21/22/23).

Mesmo diante da relevância sobre a condição vital dos alimentos para a humanidade, o contexto econômico social em que estamos inseridos revela uma aguda especulação sobre o preço dos produtos alimentícios, o que o torna uma mercadoria a que poucos tem acesso, paralelamente conjugado com essa perspectiva destrutiva, um enorme controle alimentar é estabelecido pelas grandes corporações alimentícias, desde a cadeia produtiva ao consumo final.

A restrição ao alimento, viabilizada pelo capital retira de uma grande parcela da população o direito a uma necessidade básica e a transforma em uma especificidade mercadológica, somente quem tem acesso ao dinheiro pode consumir a quantidade de calorias necessárias para o seu sustento. Assim, o direito a alimentação, a cultura alimentícia das populações e os seus hábitos alimentares vão sendo degenerados para garantir a satisfação lucrativa das empresas do setor agroalimentício.

Ora, comer não se reduz a um ato comercial; tanto para os que têm os meios quanto para os sonham com isso, é um gesto cotidiano, quase íntimo, relacionado à sobrevivência e ao mundo. Em todas as culturas, crenças, religiões e filosofias, a alimentação tem seus rituais; ele define uma relação com o mundo. Conforme os continentes, o trigo, o milho, o arroz são mais do que apenas frutos da vontade do homem da terra. São aquilo que é produzido pelas virtudes conjugadas do sol, da água, e do solo. Ao comer, o homem inscreve-se no ciclo do universo, ou de um deus, que não resulta do dinheiro. O trigo crescia muito antes de cunharem-se moedas. O sagrado situa-se na beirada de uma tigela e os banqueiros não são sacerdotes. O sagrado situa-se na beirada de uma tigela e os banqueiros não são sacerdotes. Se queremos manter o poder sobre nosso prato, é necessário hoje controlar a globalização das trocas [...]. (BOVÉ e DUFOUR, 2001, p. 18).

O processo de avanço do capital não se dá somente com a liberalização especulativa em torno dos alimentos a fim de torná-los raridade, esta é a sua marca sobressalente nesse processo de financeirização da economia para a reprodução ampliada do capital. Paralelamente, os conglomerados do setor, frente a esses condicionantes estruturais do sistema, articulam-se com versáteis estratégias para extrair ainda mais lucro. Negar a alimentação é uma vertente, a mais violenta e deplorável em relação ao homem, no entanto, outros modelos a partir da industrialização assumem o poder de sujeição da humanidade.

Conforme Bové e Dufour (2001), o envolvimento industrial, no processo produtivo do alimento tem gerado a padronização e a uniformização das formas alimentares entre as pessoas em todo o mundo. Essa questão direciona-se para o debate da segurança alimentar, a perda do modelo alimentício proveniente de uma cultura da localidade para atender às multinacionais que ditam como se deve comer, daí o resultado estabelecido é o que os autores chamam de comida ruim.

A comida ruim refere-se ainda à agricultura industrializada, ou seja, à alimentação produzida em cadeia, não necessariamente sob a forma de produto final, como nos McDonald's, mas produtos massificados, tais como o porco e o frango industriais etc. No conceito de comida ruim o que está em causa, de fato, é toda uma cadeia da agricultura e uma forma de alimentação... Hoje esse termo é utilizado e compreendido pelo conjunto dos cidadãos, para estigmatizar a agricultura que racionalizou seu desenvolvimento em detrimento do gosto, da segurança sanitária e da identidade cultural e territorial dos produtos. A comida ruim é também consequência da máxima rotatividade dos capitais por um rendimento Máximo de produção e de produtos em um mínimo de superfície. A consequência é a deturpação da missão do camponês, que é a de produzir e alimentar. (BOVÉ e DUFOUR, 2001, p. 82).

A homogeneização alimentar tem relação com o modelo capitalista e seus mecanismos de absorção da mais-valia, revelando a sujeição de todos os setores desde a produção à comercialização aos seus interesses. A produção de comida dentro desse ciclo apresenta um alto teor de destrutividade, própria das pretensas do sistema já que a lógica é o produtivismo. Nesse sentido, a agricultura e a pecuária perdem a relevância como base da produção

alimentícia e a indústria assume o papel de garantidora das necessidades de consumo para a população, assim, a estrutura produtiva, as técnicas e a organização envolvem um modo de trabalho que transforma o alimento.

Na medida em que é maior a distancia entre o lugar de produção e o de consumo, prolonga-se necessariamente a cadeia de conservação; é necessário ainda acrescentar as transformações cada vez mais complexas, o acondicionamento etc. Pois o produto raramente é consumido da maneira como ele sai da propriedade rural: ele é transformado, “reformado”, às vezes várias vezes. Até sob a forma de prato cozinhado para ser consumido em domicílio, sem preparação. A indústria alimentícia passou a considerar muito rapidamente o produtor agrícola como um mero fornecedor de matérias-primas cujas características devem sobretudo corresponder às exigências da fabricação; não às de consumo, a não ser incidentalmente. A cadeia alimentar não é mais a mesma e as pessoas não compram mais o produto em seu estado natural. (BOVÉ e DUFOUR, 2001, p. 84).

As comidas são exageradamente industrializadas, incorporam toda sorte de ingredientes, colorantes, estabilizadores, produtos que conservam a água etc. Com a concentração das empresas e a segmentação das operações de uma mesma cadeia, o acidente sanitário espalha-se rapidamente de forma maciça. Daí a importância de detectar o percurso dos produtos para poder intervir o mais rapidamente possível, quer se trate de listeria nas rilletes de porco ou no queijo, da dioxina no frango, de restos de benzeno na água Perrier etc. Isso é talvez eficaz em relação aos perigos potenciais, mas não tranqüiliza propriamente o consumidor. (BOVÉ e DUFOUR, 2001, p.87).

O domínio em escala planetária da comida industrializada é sinônimo de uma falência social, de uma sociedade pautada nos valores mercantis em que há uma subversão da ordem: o descarte da produção saudável de comida, em detrimento das necessidades de um fechado círculo detentor da lucratividade, dominante no que se refere a ininterrupção de suas finalidades, mesmo que para isso, o homem esteja em situação de morte, fato que reflete a sua banalização e coisificação.

O resultado desse modelo entre os setores da sociedade é a colocação da discussão referente ao alimento, do âmbito apenas nutritivo para a dimensão política. Nesse contexto, a ênfase quanto ao debate é estabelecida sob diferentes pontos analíticos tais como o sentido do atual sistema de produção, a escassez do alimento em épocas de grandes produtividades agrícolas, o crescimento de uma produção industrializada em detrimento da saúde humana o que evoca a necessidade de uma alimentação saudável, a produção de alimentos de baixo valor nutritivo, o acesso ou não ao alimento e a fome crescente no planeta. Todas estas prerrogativas destacam a relevância de uma mudança de concepção, da negação do capital, que fez do alimento uma forma de obter lucro a partir do domínio do campo pelas empresas do setor agroalimentício, convertendo a alimentação em uma mercadoria, à defesa da agricultura camponesa tendo como objetivo uma produção de comida em quantidade e qualidade.

O campesinato é a contraposição a essa proposta do capital que envolve a alimentação, pois, a artificialização da comida ressalta o domínio da agricultura de mercado marcada pela submissão à indústria, com isso, a defesa da pequena produção familiar se configura como a defesa de uma alimentação que atenda as reais necessidades da população e negue a estrutura do capital. De acordo com Carvalho (2006), o trabalho camponês apresenta-se como centro de sua própria produção e reprodução e comporta uma organicidade diferenciada, sendo portador de uma diversidade característica de sua autonomia.

A manutenção ou preservação da produção agropecuária, florestal e pesqueira pelos camponeses como passível de ser apropriada como valor de uso (consumo familiar, trocas nas vizinhanças e uso comunitário) e valor de troca (mercadorias nos mercados), numa alternatividade que faz da vida camponesa um jeito de ser diferente e contrário do burguês, não apenas traz diversidade para as sociedades contemporâneas como é capaz, ao mesmo tempo, de dar conta da demanda mundial de alimentos e matérias primas de origem primária. A ideologia de que apenas a empresa capitalista no campo é capaz de alimentar a população mundial é falaciosa e não se confirma no cotidiano da vida no mundo. (CARVALHO, 2006, p. 11).

A multiplicidade produtiva da agricultura de cunho familiar indica como as formas do trabalho camponês possuem estilos variados, inscrevendo-se ou não nas possibilidades de sua mercantilização. Para o pequeno agricultor familiar o limite não está subordinado a sua inserção no modelo econômico existente sendo regido pela mercadoria, no que se refere ao camponês, o produtor incide diretamente sobre o seu trabalho e o valor de uso está na base da compreensão de como se realiza as trocas na unidade de produção. (PLOEG, 2008, p.293).

A racionalidade camponesa ao se colocar no enfrentamento do capital mostra que a sua lógica para uma vida melhor é mais eficaz que a perspectiva do capital no campo, nesse sentido, os pequenos agricultores proporcionam condições efetivas de resistência e manutenção da sua estrutura, mesmo parcialmente inseridos no mercado, mas sem perder a essência de sua produção para o autoconsumo, o camponês mantém a sua autonomia. “A lógica camponesa nega quem lhe nega, ou seja, nega a reprodução ampliada do capital que na sua dinâmica reprodutiva nega o campesinato [...] É fundamental, portanto, que se afirme a racionalidade camponesa que tem como centralidade a reprodução social da família (negando a lógica do capital que se baseia no lucro)”. (CARVALHO, 2010, p. 6). Portanto, observa-se que está no trabalho e na estrutura camponesa a possibilidade da garantia da Soberania Alimentar e os movimentos sociais do campo, como o MPA, através de suas estratégias e ações são portadores dessa condição.

Em Sergipe, a luta do Movimento dos Pequenos Agricultores para a garantia da Soberania Alimentar, além da produtividade de alimentos diversificada para o autoconsumo, está sedimentada em mecanismos que o Movimento desenvolve cuja finalidade é possibilitar a permanência e a resistência do agricultor na terra criando uma identidade camponesa, ao mesmo tempo que fortalece a concepção política. Desse modo, algumas ações têm sido intensificadas de forma especial: o Projeto Moradia Camponesa, a Campanha Contra o Uso de Agrotóxico, o trabalho de Preservação das Sementes Crioulas e a formação de Quintais Produtivos.

5.1.1 Ações do Movimento dos Pequenos Agricultores para a Consolidação da Soberania Alimentar

5.1.1.2 Moradia Camponesa

O projeto Moradia Camponesa, tem como objetivo a aquisição de casas para os camponeses do Movimento. Surgiu da luta do MPA para garantir uma melhor condição de vida no campo. De acordo com as informações disponibilizadas pelo MPA, a moradia representa a manutenção do campesinato, pois, significa entre outras coisas a auto-estima do agricultor e a permanência da juventude. O projeto é fruto de uma proposta do Movimento ao Governo Federal tendo sua primeira resposta no ano de 2002, com a construção de mais de duas mil casas no Rio Grande do Sul.³⁶

Segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Projeto Moradia Camponesa está inscrito como uma das primeiras reivindicações do MPA como garantia da manutenção do campesinato na terra. Atualmente o projeto se tornou uma política pública – Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR - que já atendeu, até 2011, a construção de mais de 10 mil casas em todo o Brasil. O objetivo é a construção de mais de 60 mil casas.

Em Sergipe, até o ano de 2011 foram construídas 114 (cento e quatorze) casas, o processo de definição da aquisição das casas é realizado nas reuniões de base.

³⁶ Essas informações podem ser obtidas no site do MPA: www.mpabrasil.org.br

A família participa do processo como definir o modelo de casa. Aqui tem 64m, 20m a mais que os projeto que o município oferece. A casa sai de acordo com a necessidade do camponês... Hoje é uma outra qualidade de casa, a família paga um valor pequeno durante quatro anos. A casa foi uma conquista de muitas mobilização. É um sonho de todo mundo porque agora é só assim, porque trabalhando a gente ia conseguir é nunca. (Liderança do MPA, H.J.S).³⁷

No estado de Sergipe, o Governo financia o material de construção e os agricultores se responsabilizam pela força de trabalho, que é realizado em forma de mutirão. Atualmente, o projeto está atendendo municípios de Monte Alegre, Poço Redondo e Canindé de São Francisco envolvendo apenas os membros do MPA. Apesar de existir uma base de agricultores que constituem o Movimento desde a sua chegada em Sergipe, a possibilidade de adquirir uma moradia de alvenaria tem envolvido muitos outros camponeses nas discussões da aquisição, estes se inserem a partir da expectativa da conquista da casa e acabam participando ativamente do MPA.

A casa é essencial e possibilita a permanência do camponês jovem, principalmente se não é assim muitos deles acabam vindo pra cidade. (Liderança do MPA, H.C.).

É uma conquista material, a casa é visível, a moradia tá lá, todo mundo sabe que foi o Movimento... O Movimento vai transformando a luta pela casa numa luta política. (Liderança do MPA, H.J.S).

[...] o MPA é importante traz várias informações e benefícios. A gente foi beneficiado com essa riqueza da moradia e isso foi das lutas do MPA. (Camponesa do MPA – Monte Alegre de Sergipe, R.A, 40 anos).

Acho bom o MPA, ganhei essa casa, se fosse pra fazer não fazia porque não podia. (Camponesa do MPA – Monte Alegre de Sergipe, M.S.O, 47 anos).

O MPA é uma empenhada boa, aqui pra essa região foi bom, as pessoa já conseguiu umas casas. (Camponesa do MPA – Poço Redondo, J.F, 54 anos).

É uma ajuda no que precisa, olhe a minha casa tá pronta é já. O MPA é luta. (Camponesa do MPA – Monte Alegre de Sergipe, M.L.M, 37 anos).

Participo do MPA porque traz melhoras, moro dentro dessa casa. (Camponesa do MPA – Canindé de São Francisco, J.S, 24 anos).

³⁷ Entrevista realizada em dezembro de 2011.



Figura 11: Casa construída com recursos do projeto Moradia Camponesa do MPA no Município de Poço Redondo

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Esse processo de organização interna promovendo a aquisição da casa, mesmo que de forma lenta, tem suscitado entre os pequenos produtores o sentimento de pertença ao campo e nesse contexto, juntamente com o debate político desenvolvido pelo MPA, o camponês continua a enxergar a sua importância produtiva diante da desestruturação econômica que tem provocado condições adversas da reprodução da vida entre os camponeses de modo específico no Alto Sertão sergipano.

5.1.1.3 Campanha contra o uso de Agrotóxicos

A luta para garantir a Soberania Alimentar perpassa diretamente pelo combate ao uso de agrotóxico que diretamente está relacionado ao modelo capitalista de produção no campo, afetando a saúde humana com danos que podem ser irreversíveis e provocando mortes. De acordo com Bombardi (2011, s/p) o “Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, fazendo a aquisição 70% destes produtos químicos, que por sua vez são fornecidos principalmente por multinacionais dos Estados Unidos, Alemanha e Suíça”.

Segundo a autora, a elevação do uso de agrotóxicos está inserida ao modelo do agronegócio devido ao aumento da produção das monoculturas para exportação, principalmente da soja, que de acordo com a padronização do sistema do capital não sobreviveria em sua atual estrutura sem o uso de agrotóxico.

A sujeição camponesa ao sistema produtor de mercadorias relega essa prática em sua atividade agrícola, responsável pela maior produção de alimentos para a população no país.

Cerca de um terço dos pequenos agricultores utilizam agrotóxicos. Eles são em alguma medida empurrados pra isso. O que acontece quando vamos comprar uma verdura, um legume, no mercado? Procuramos o maior e o mais vistoso. Assim os produtores são empurrados para produzir numa vistosidade em quantidade, que os leva ao uso de agrotóxicos. Quando falamos de pequena agricultura, falamos de bairro rural. É uma forma de organização no campo, são pequenos sítios em que as pessoas acabam plantando as mesmas coisas, por pura sociabilidade, por troca de informação. Um vizinho fala pro outro o que está rendendo e assim vai. Como as propriedades são pequenas e uma encostada na outra, se o vizinho usa agrotóxicos e você não usa, os insetos que atacariam a plantação dele vão atacar a sua. Por isso a agroecologia precisa ser pensada em conjunto com os vizinhos, não tem como manter um procedimento desse se quem está próximo não mantém, é muito complicado. Mas o grosso dos produtos com que nos alimentamos, os alimentos frescos, vem das pequenas propriedades. (BOMBARDI, 2011, s/p).

Para Bombardi (2011), a utilização do agrotóxico tem provocado danos tanto a agricultura como à saúde humana. Os cultivos postos à venda são contaminados e o consumo, principalmente o contato dos trabalhadores com o produto tem provocado de problemas físicos à morte, com destaque para o suicídio entre os mesmos. O embate para mobilização contra os agrotóxicos tem sido intensificado pelos Movimentos Sociais que assumem essa discussão no campo e na cidade.

A campanha contra o uso do agrotóxico tem sido uma das bandeiras de luta do MPA em nível nacional. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, de acordo com o Movimento o objetivo é sensibilizar a população brasileira sobre os males propiciados pelos alimentos que chegam à mesa das pessoas com índices de elementos químicos, o que pode provocar prejuízos à saúde. Na contraposição ao uso do agrotóxico está a defesa de uma agricultura agroecológica negando o agronegócio como estratégia de lucro do sistema capitalista.³⁸

³⁸ Conforme o site do MPA, a campanha contra o uso de agrotóxico é intitulada: Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida luta por um outro modelo de desenvolvimento agrário. A campanha foi lançada pelo MPA e assumida pela Via Campesina como bandeira de luta. Fonte: <http://www.mpabrasil.org.br>. Acesso em: 30 de abril de 2012.

O MPA em Sergipe tem promovido uma campanha permanente sobre o uso do agrotóxico juntamente com outros movimentos sociais. Das atividades envoltas está a apresentação de filme “O Veneno está na Mesa” ³⁹ em diferenciadas instituições e setores da sociedade a fim de mobilizar a população sobre a importância do debate sobre a questão alimentar. As lideranças do Movimento acreditam que a interação com a população urbana é fundamental para o avanço da campanha, pois, é o contingente da cidade, em sua opinião o que mais sofre com o veneno sobre os alimentos. Conforme pesquisa:

A campanha está no estágio forte, a gente ganhou a sociedade porque a sociedade está preocupada tanto nas cidades, como nas escolas, nos movimento e principalmente nas nossas bases. A campanha é permanente, a gente no estado tem dificuldade com a população urbana porque é quem consome. A gente sabe que precisa nós avançar na cidade e a gente sabe que a população vai aceitar porque é quem mais sofre. A campanha precisa crescer, é nossa, os movimento estão apostando e nosso desafio é atingir a escola. A maioria da população é urbana e precisa ter a dimensão da campanha, a gente tem avançado com as organizações. É uma luta forte que precisa ser travada com a população urbana que precisa cobrar de nós a produção de alimento com mais qualidade. As consequência do agrotóxico é a real certeza desse modelo de produção que tá aí, do agronegócio. (Liderança do MPA, H.J.S).

³⁹ O filme: “O Veneno está na mesa” é uma produção do cineasta Silvio Tendler, com duração de 50 minutos faz uma abordagem de como a chamada Revolução Verde do pós-guerra acabou com a herança da agricultura tradicional. No lugar, implantou um modelo que ameaça a fertilidade do solo, os mananciais de água e a biodiversidade, contaminando pessoas e o ar. Nós somos as grandes vítimas dessa triste realidade, já que o Brasil é o país do mundo que mais consome os venenos: são 5,2 litros/ano por habitante. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) denuncia que, em 2009, quase 30% dos mais de 3000 alimentos analisados apresentaram resultados insatisfatórios, com níveis de agrotóxicos muito acima da quantidade tolerável. Fonte: <http://www.mst.org.br/publicolotasessaodelançamentodofilmeovenenvoestanamesa>. Acesso em: 02 de maio de 2012.



Figura 12: Cartaz da campanha contra o uso de agrotóxico

Fonte: MPA

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

www.mpabrasil.org.br

Apesar da campanha, observa-se que entre os camponeses pesquisados em Sergipe, o uso de agrotóxico ainda é uma realidade, estando incluídos militantes do MPA. Os resultados da pesquisa revelaram que do total de pesquisados 46% ainda utilizam o veneno em suas plantações (ver gráfico 25). O maior índice de utilização está entre os camponeses do município de Monte Alegre de Sergipe, seguido por Nossa Senhora da Glória e Canindé de São Francisco.

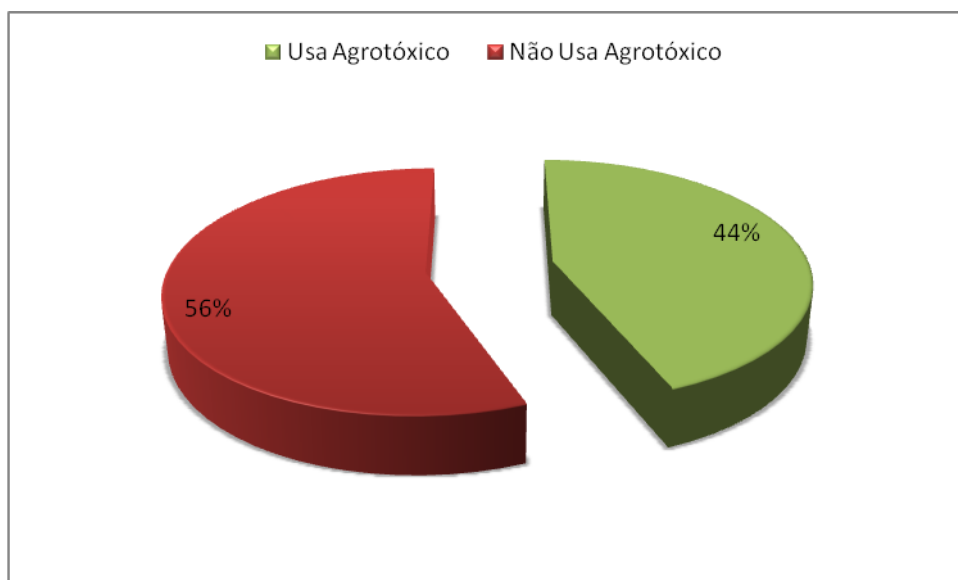


Gráfico 25: Uso de agrotóxico entre os camponeses
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

De maneira geral, os produtores sabem dos malefícios que o uso do agrotóxico provoca especialmente para a saúde humana e alegam que o Movimento faz um apelo para o não uso, contudo, segundo seus depoimentos, ainda não encontraram outra solução para deixar de utilizar. Em entrevista, durante o trabalho de campo constatou-se também que o uso do agrotóxico está vinculado ao empréstimo concedido pelas instituições financeiras, evidenciando a trama do modelo do capital no processo de sujeição do camponês.

[...] não tá certo usá o veneno, o MPA tá falando, a gente tá vendo, mas eu uso porque o banco exige passá devido ao empréstimo que fiz, então fica difícil, o que eu vou fazê? (Camponês, 57 anos, J.S).

Apesar da condição mencionada, segundo os entrevistados as principais justificativas para o emprego de agrotóxico nas lavouras referem-se a necessidade de retirar o mato, as dificuldades do trabalho manual, as impossibilidades de pagamento para a limpeza da propriedade, etc. Conforme a fala de alguns agricultores:

Uso veneno pra matar o mato. Toda reunião que a gente vai o povo pede pra não passar, mas não tem jeito. (Camponês do MPA, D.O.D, 57 anos).

De vez em quando uso, porque não pode limpar o quadro de terra todo, mas não é certo passá. Se passa, com os ano a palma não sai o que preste. (Camponês do MPA, J.O.D, 61 anos).

A gente usa porque o trabalho manual é difícil, o veneno é mais rápido... tudo na mão hoje não dá não. (Camponês do MPA, D.O.D, 23 anos).

[...] de vez em quando, porque com o veneno facilita, embora prejudique a gente mesmo. (Camponês, V.A.C, 33 anos).

[...] as vezes, porque se não passá o veneno não cria, o mato toma conta, pra pagá trabalhador não tem dinheiro. (Camponês, C.C, 66 anos).

A gente usa as vezes, porque carpiná de enxada não dá e o mato quer passar pra lavoura e não dá tempo. (Camponês, J.R.S, 46 anos).

Eu sei que não é certo, mas é mais rápido, menos gasto, uma pessoa só não dá conta e com o veneno é mais rápido. (Camponês, G.M, 51 anos).

Conforme pesquisa, 54% dos entrevistados afirmaram não utilizar agrotóxico em suas propriedades, mostrando a viabilidade de preservar uma agricultura em que o cultivo esteja livre da incidência de produtos químicos.

Não porque não pode usar, é proibido, mata o pasto, não fica capim pras vaca, não uso não. (Camponesa, J.N, 64, anos).

A gente não usa veneno porque faz mal à saúde, faz mal. (Camponesa, 61 anos, G. S.).

Não usa veneno mode porque a gente prefere não usar, faz mal. (Camponês, 28 anos, T.N.).

O MPA tem promovido a discussão entre os camponeses a fim de avançar no debate contra o agrotóxico, contudo, as lideranças concordam que há dificuldades a serem superadas para garantir aos camponeses outra opção no desenvolvimento da atividade agrícola.

5.1.1.4 Preservação das Sementes Crioulas

Para o MPA, a recuperação do cultivo das sementes crioulas resgata a tradição camponesa perdida pelo avanço do capital no campo, a produção destas sementes valoriza uma espécie não modificada e sua variedade enfatiza uma cultura distinta daquela que rege o modelo de produção do capital. A importância das sementes crioulas para a produção de alimentos enfatiza a preocupação com uma nova concepção de produtividade. A direção nacional do Movimento destaca que o trabalho de conservação das sementes é uma proposta idealizada desde a fundação do MPA.



Figura 13: Preservação de Sementes Crioulas nas unidades de produção do MPA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

De acordo com as lideranças do Movimento em Sergipe, o grande impedimento para a garantia da semente crioula no trabalho agrícola é a força que o sistema capitalista exerce no campo com seu modelo de produção. Os pacotes direcionados para os pequenos agricultores contemplam a utilização de sementes híbridas e o uso de agrotóxico formalizando uma clara opção das instituições pela espacialização do agronegócio. A fala de um dos dirigentes do MPA em Sergipe expressa nitidamente essa realidade.

Perde-se a cultura de produção diversificada, pois, o incentivo diz que deve ser produzido na base do monocultivo, na base de pacotes que devem incluir compra inclusive, antecipada de veneno. Nesse caso, perde a produção de sementes que vem de gerações entre os camponeses. O agronegócio quer controlar. O MPA está tentando fazer um trabalho de recuperação e produção de sementes. (Liderança do MPA, H.J.S).

O trabalho em Sergipe para garantir a semente crioula tem sido realizado inicialmente com a identificação dos agricultores que preservam a semente, buscando multiplicá-la entre os camponeses, mesmo diante das facilidades que as sementes modificadas têm no que se refere à produtividade.

Identificamos onde tem a semente entre os agricultores. A gente fez um projeto pra multiplicar e distribuir principalmente porque muitos perderam a cultura da semente crioula. A perda total só não foi maior porque a condição do agricultor é ruim, fazendo muita gente guardá a semente. A discussão do Movimento é resgatá a

variedade de semente. Temos discutido com a EMBRAPA, e com outros que podem mostrar a produtividade das sementes crioulas [...] Transformar, recuperar a forma da semente, o cuidado... a gente precisa avançar nesses trabalho, o campo de semente, a experiência, identificar a que produz mais e a que produz menos e isso é a pesquisa que faz [...] A pesquisa é importante, a universidade tem que contribuir pra ajudar a gente nisso, a gente tem que ter acompanhamento. O camponês precisa de água e semente pra fazê a agricultura. (Liderança do MPA, H.J.S).



Figura 14: Cuidados com as sementes crioulas na unidade de produção do MPA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

Para os dirigentes do MPA em Sergipe, o cultivo das sementes crioulas pelo camponês representa a certeza da diversificação da produtividade, contudo, as condições adversas para a manutenção de uma produção sem agrotóxico são evidentes, a figura 14 ressalta esta assertiva ao ser possível observar a incoerência: ao lado da reserva de sementes crioulas, há um recipiente de veneno para matar insetos. Este é um reflexo da busca pelo sistema do capital do controle, a fim de possibilitar às empresas multinacionais o domínio do processo produtivo em todas as suas instâncias e a sujeição do camponês, mesmo que seja com um simples borrifador de veneno vendido em supermercado.

5.1.1.5 Quintais Produtivos

O projeto “Quintal Produtivo” direciona-se para o cultivo de hortaliças, cuja finalidade é a inserção no mercado desses cultivos no mercado. A diversidade de plantio pode ser obtida por meio de técnicas simples de manejo da terra com baixo custo financeiro, por exemplo, a irrigação é realizada através de gotejamento com uma encanação “artesanal” construída pelo próprio agricultor, como pode ser observada na figura 15.



Figura 15: Técnicas de gotejamento para o cultivo de hortaliças
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

A pequena área destinada a essa produção é voltada unicamente para o autoconsumo, com cultivos variados de verduras, legumes e frutas. Segundo o agricultor entrevistado, não há necessidade de alimentos para a sua família e ele somente precisa comprar aquilo que não é possível produzir na terra, conforme sua fala “café, açúcar e carne”. Para a coordenação do MPA há uma grande necessidade de envolvimento de setores de pesquisa para favorecer o desenvolvimento desse projeto, que para o Movimento é completamente viável. Segundo a fala de um dos dirigentes, “a qualidade do alimento que consome é a grande diferença é o resultado do nosso debate.” (Liderança do MPA).



Figura 16: Camponês do MPA mostrando os resultados da produção no Quintal Produtivo
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.



Figura 17: Quintal produtivo, experiência de produção do MPA com uso de técnicas simples
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

De acordo com as lideranças do MPA em Sergipe esse projeto, ainda em fase experimental, está ligado ao Projeto Moradia Camponesa, entretanto, o seu avanço tem ocorrido de forma muito lenta devido às impossibilidades da obtenção técnicas e de pessoas para dar andamento ao projeto. Outra dificuldade apontada relaciona-se às barreiras criadas pela legislação em relação à produção camponesa. Para as lideranças do MPA o poder público inviabiliza uma maior participação dos pequenos agricultores nos setores da economia local.

A lei impede de avançar na diversidade de alimentos porque se o Estado desse condição de venda, mas nós não tem o SIF, a gente não vende o leite porque não tem indústria pra beneficiá o leite, as nossas galinha não vende porque não tem política pública de incentivo ao pequeno. Não vende pro consumidor da feira porque a legislação não permite, a gente aceita a legislação, mas que ela seja igual para todos, este é um dos entraves. A gente precisa avançar, vai ser uma grande luta. A única coisa que a gente pode tá na feira é a verdura, o milho e o feijão. Aqui em Monte Alegre a gente ainda vende, mas os companheiro já diz que em outros município a fiscalização tá pegando no pé. (Liderança do MPA, H.J.S).

Essa lógica ressalta a funcionalidade do Estado ao capital no processo de expropriação do campesinato ao não garantir as formas de reprodução, o que resultaria diretamente em sua espacialização e permanência na terra. Essas práticas de negação da pequena agricultura

familiar comprometem a Soberania Alimentar pensada pelos camponeses. A sujeição do pequeno produtor é necessária para o capital continuar a estabelecer o seu poder e dominar o território.

A proposta camponesa do MPA para a Soberania Alimentar envolve a produção para o autoconsumo, a venda de excedentes, o trabalho na base com os agricultores, a recuperação de sementes, para as lideranças em Sergipe envolve a certeza da reprodução do camponês, em suas falas se expressa da seguinte forma.

É o campesinato que tem a Soberania Alimentar. É a família, a razão da produção é para a família, o excedente é que vai pro mercado. A gente busca na feira o que falta [...] a gente tem condições de produzir mais. Nós pode passar um mês sem ir na feira [...] em nível nacional o Brasil não tem Soberania Alimentar, não tem estoque, as política do governo não garante pela falta de estoque, a pequena propriedade tem Soberania Alimentar, pois, pode passar um mês sem precisar de nada. (Liderança do MPA, 40 anos).

Soberania Alimentar é quando a população do campo tem a capacidade de produzir seu próprio alimento, produzir sua energia, sua própria semente. A gente aqui no MPA consegue a Soberania quando consolida o plano de produção camponês. É colocar as propostas que está no plano camponês. (Liderança do MPA, E.B.V, 30 anos).

O MPA tem trabalhado pra garantir a Soberania Alimentar com o estímulo à produção, resgate às sementes, com as diversas formas de produção, com a agroecologia, com a horta. (Liderança MPA, R.A.S, 24 anos).

O MPA apresenta a Soberania Alimentar como uma de suas bandeiras de luta, como uma estratégia do campesinato diante da desestruturação promovida pelo capital financeiro nestas últimas décadas, como uma forma de negação da produção de uma comida ruim, como uma forma de obtenção do alimento em quantidade e qualidade. Para o Movimento, a Soberania Alimentar é o princípio de constituição de um novo significado de permanência na terra e de apropriação do território para o camponês.

5.2 O Movimento dos Pequenos Agricultores na Busca da Configuração do Território do Campesinato

A insistência camponesa em continuar se reproduzindo no campo, muito mais que uma condição do capital em sujeitar os trabalhadores, sua estrutura e formas de produção para

auferir renda, representa uma certeza de resistência a partir unidade de produção familiar sedimentada em suas estratégias diversificadas. Nesse contexto, o camponês em sua pequena propriedade, ao mesmo tempo em que garante as relações de produção não capitalistas, necessárias para o sistema em sua reprodução ampliada, espacializa-se e define suas delimitações de poder e permanência, como sujeitos que negam o capital.

O Movimento dos pequenos agricultores ao adentrar na defesa de uma lógica contrária ao capital estabelece formas de luta contra a sua dominação, deste modo, reafirma uma concepção camponesa de vida, um modo pautado em uma estrutura contrária à mercadorização da vida. Segundo Carvalho (2010 p. 5), isto evidencia uma racionalização camponesa que se pauta em uma reprodução das necessidades da família, com isso, entende-se que há uma pressão do sistema sobre os camponeses, entretanto, essa pressão não é a definidora das necessidades e das finalidades do trabalho camponês.

É fundamental, portanto, que se afirme a racionalidade camponesa que tem como centralidade a reprodução social da família (negando a lógica do capital que se baseia no lucro). Uma reprodução social da família camponesa que se caracteriza por hábitos de trabalho e por hábitos de consumo, ambos influenciados não apenas pelos costumes, mas, pressionados pelos valores da hegemonia capitalista e pelos comportamentos dos mercados. Hábitos camponeses influenciados e pressionados pela racionalidade capitalista, mas não necessariamente por ela determinados. O que significa dizer que o campesinato contemporâneo, ainda que inserido numa formação econômica e social dominada e hegemonizada pelo modo de produção capitalista (e a superestrutura que lhe é dialeticamente inerente), constrói na sua prática de resistência social uma reprodução social que lhe permite afirmar uma outra racionalidade que não aquela dominante: a racionalidade camponesa contemporânea que proporciona condições efetivas para se construir e usufruir de uma autonomia relativa perante o capital. (CARVALHO, 2010, p. 5/6).

Esse contexto ressalta o entendimento da autonomia da unidade camponesa, suas ações, mecanismos e formas delimitam o espaço das relações que representam a sua não subordinação ao capital. Esta construção do campesinato se põe como uma negação contra a mercantilização das atividades na pequena propriedade familiar. O MPA em Sergipe, através de suas concepções sobre o campesinato tem buscado desenvolver entre os agricultores do Movimento um trabalho de politização ao mesmo tempo em que tenta priorizar ações que promovam as características camponesas, como o trabalho para garantir a produção para o autoconsumo. Embora, as pressões do capital sobre o campo sergipano venham se intensificando com a espacialização do agronegócio da cana, da laranja e do milho em todo o estado, o MPA no Alto Sertão, apresenta-se como uma alternativa contra este modelo dominante, assim a sua importância para a configuração da expansão camponesa reflete-se

nas relações estabelecidas que promovem uma luta de permanência e resistência. Conforme as lideranças do Movimento,

O MPA tem importância, pois, bate de frente com os problemas que a agricultura camponesa tem enfrentado, o agronegócio. Acredito que a agricultura camponesa é o futuro, porque durante a vida toda sustentou o Brasil. Se não existisse a agricultura camponesa, 70% não chegaria para o povo. Na verdade, esse número ainda não é real porque não conta o que o camponês deixa em casa para o seu sustento [...] O MPA representa a liberdade dos camponeses. É um dos meios de organização que envolve os camponeses. A partir de sua organização consegue aquilo que precisa. É um meio de organização libertador. (Liderança do MPA, 18 anos, S.C).

O MPA pra nós é ele que tem traçado os grandes debates no processo de luta, de soberania, de autonomia dos camponeses. Nessa conjuntura, o desafio é desenvolver o grupo de base, que todos estejam no debate do campesinato. (Liderança do MPA, 24 anos, R.S.A).

O projeto camponês do MPA está fundamentado em uma concepção que busca inserir o agricultor que participa do grupo de base como sujeito político atuante, apesar das dificuldades para o encaminhamento das atividades do Movimento, a participação efetiva dos membros é intensa. Conforme pesquisa, mais de 60% (ver gráfico 26) dos entrevistados afirmaram estar empenhados para atender às demandas apontadas para a melhoria do campo, fato que pôde ser observado durante o trabalho de campo.

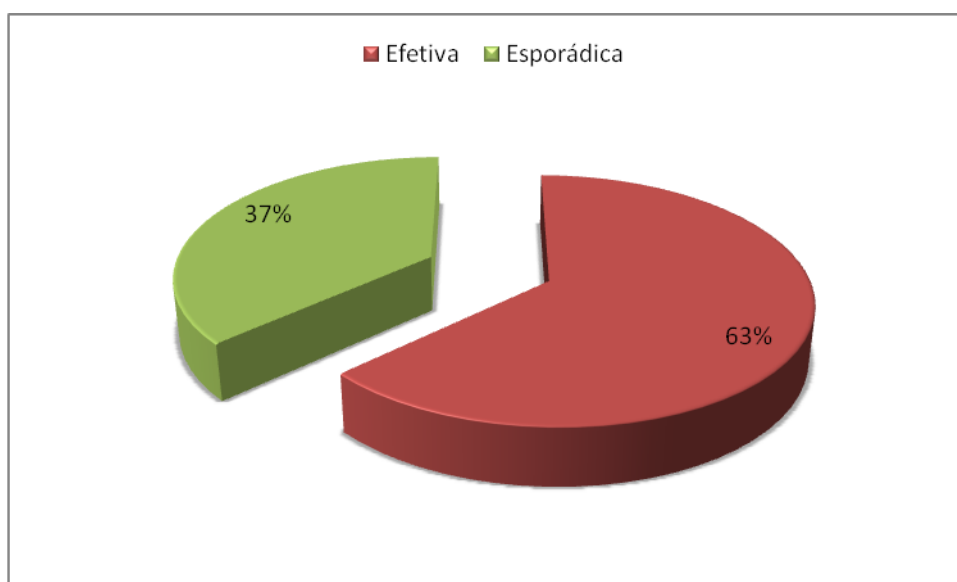


Gráfico 26: Participação dos camponeses no MPA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: SANTOS, Ricardo Menezes.

O envolvimento com o Movimento e a busca de melhorias para a unidade camponesa de produção podem ser observadas nas falas dos agricultores.

[...] por causa da necessidade, a gente fez um empréstimo e foi ruim, aí o movimento apareceu pra lutar por melhorias pra gente, o MPA representa muito porque em relação das dívidas ajudou muito a gente e a educação do campo porque é uma das briga do movimento, pra que os nossos filho tenha educação. (Camponês do MPA, G.C, 41 anos, Canindé de São Francisco).

As coisas do Sertão é difícil e o rapaz do Rondônia e Aroldo trouxeram o MPA e sempre sai alguma coisa boa. Se não é o MPA, muitas coisa aqui não existia. (Camponês do MPA, G.M, 51 anos, Monte Alegre de Sergipe).

Os amigos foi passando a informação e a gente veio. O MPA nos ajuda muito, tem projeto de casas, projeto pra roça, é bom. (Camponês do MPA, R.A, 40 ano, Poço Redondo).

Depois que comecei a participar do MPA, a gente teve conhecimento, aprendi a lutar e já teve umas melhorias que dá pra viver melhor. O MPA representa muita coisa boa, é desenvolvimento... através do MPA a gente tem conhecimento das políticas públicas, ante a gente não sabia onde buscar. (Camponês do MPA, R.V.S, 49 anos, Poço Redondo).

Eu achei interessante as lutas e as reuniões era um pouco meu estilo. O MPA é um movimento que traz benefícios para os agricultores, pra mim trouxe muitas conquistas, a minha própria casa. (Camponesa do MPA, J.S, 32 anos, Poço Redondo).

O MPA é a luta, é gente que trabalha, organiza o povo, a gente procura uní o povo, a gente se ajunta e o movimento fica mais forte. (Agricultor do MPA, M.M.G, 27 anos, Poço Redondo).

O que me fez participá do MPA foi a forma de organização, a busca por melhorias aqui na comunidade. O MPA é um movimento que dá sentido a vida porque vejo muitos jovens indo embora porque não tem como arrumá emprego. (Agricultor do MPA, 19 anos, F.C.S, Monte Alegre de Sergipe).

O MPA é a luta contra o agronegócio. É um movimento que veio pra ajudar o pequeno agricultor. (Agricultor do MPA, V.P.O, 41 anos, Monte Alegre de Sergipe).

O MPA se constitui como espaço da reprodução e luta camponesa, pois com seu trabalho para a produção de alimentos, para a construção da moradia, para uma agricultura sem agrotóxico, para a conservação dos costumes camponeses, entre outros, traz em si uma relação com a natureza produzindo a sua existência e essas relações são refletidas na apropriação do espaço que acaba por se constituir o território do campesinato.

O território é produzido a partir das relações sociais que ocorrem no espaço geográfico, e, não somente isso, daí decorre também a sua apropriação, pois, nele se estabelecem as relações de poder, refletindo as ações dos diferentes sujeitos e organizações, nesse sentido, o conceito de território não se limita a definição de área, mas está implícito

todo um processo social, com isso torna evidente que o domínio do território revela o domínio de quem detém o poder (SANTOS, 2011).

O processo de construção do território do campesinato no MPA envolve, sobretudo, a manutenção das formas de produção e a sociabilidade do pequeno agricultor para manter a sua tradição enquanto homem do campo, despindo-se de todos os estereótipos alcunhados pelo capital que o classifica como sinônimo de arcaico e atrasado. O significado desse trabalho refere-se sobremaneira a autonomia camponesa originária de sua própria concepção de mundo e adquirida diante da multiplicidade de formas e estratégias procedentes de sua labuta para continuar existindo, enquanto sujeito histórico em uma sociedade marcadamente capitalista. A territorialização camponesa se põe como contradição diante da expansão do capital no campo, é a sua negação. Nesse sentido, a unidade de produção familiar, como território camponês, se contrapõe ao uso da terra como mercadoria, a uma produção alimentar que encarne a lógica produtivista unicamente para o lucro e ao trabalho como desrealização humana.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capital, através de suas mediações, altera a vida em sociedade, para alcançar o que István Meszáros (2002) denomina de controle sociometabólico, isto é, a combinação de fatores econômicos, políticos e sociais de toda a estrutura vigente na cotidianidade dos homens que dão ao sistema os mecanismos para solidificar a acumulação e a preponderância do valor de troca sob o signo da mercadoria. Desde que a industrialização se consolidou, o capital alcançou a amplitude mundial, configurando um avanço das forças produtivas principalmente nas últimas décadas do século passado, sendo amparado pela tecnologia que abriu a possibilidade da tecnificação e da sua reestruturação. Isso significa que o capital está em todos os espaços, não tem nacionalidade, não é americano, europeu ou asiático e para a sua perpetuação não há limites impostos por fronteiras evidenciando a dinâmica de seu controle, da sua mundialização.

Segundo Meszáros (2002), o capital controla a sociedade em todas as suas esferas, das mínimas às macro estruturas e, dessa forma, subjuga todos os setores determinando sua dominação, inclusive sobre os sujeitos que os personifica e “relativamente” os comanda: os grandes capitalistas, estes sob a ânsia de querer continuar com a permanência de sua condição. Esta sujeição engloba todo o conjunto da sociedade e, então, fica evidente que para consolidar suas pretensões, tendo como fundamento essencial a exploração do trabalho, é vital a divisão da sociedade em classes diferenciadas definindo o papel de cada segmento no processo das engrenagens produtivas.

O estabelecimento da posição de cada sujeito no desenvolvimento do trabalho configura-se como suporte para a sedimentação do poder do capital na sociedade. Ao separar os detentores dos meios de produção, daqueles que possuem unicamente a sua força de trabalho, o sistema põe em questão a divisão do trabalho e através dessa condição vai ordenando a sociedade de acordo com as determinações próprias de sua natureza segregatória. É no estabelecimento dessa ordem, através de seus sujeitos postos no comando da estrutura social, que o capital materializa as suas formas de atuação, daí sua necessidade de expansão cada vez maior, colocando em tela o que Marx (1988) já denominava de universalização.

Conforme Luxemburgo (1984), o sistema de mercadorias na busca desenfreada pela acumulação utiliza-se do circuito produtivo para garantir a sua reprodução ampliada a partir

do domínio da natureza, o que mostra que deve haver certo grau de especialização proveniente do trabalho. Ainda assim, tal compreensão somente pode ser vislumbrada ao se entender que é determinante o desenvolvimento das relações tanto com a natureza, como com o social. Em se tratando da reprodução pautada em uma sociedade regida pelo capital as configurações do processo são estabelecidas de formas diferenciadas. O fator preponderante não se integra às necessidades do conjunto da sociedade e não prevalecem as questões técnicas e sociais, a condição de sua existência é garantida pelo princípio da acumulação.

O início da reprodução, nesse caso [...] depende, sobretudo, do fato de se fabricarem tão-somente produtos cuja perspectiva de realização seja certa, isto é, que possam ser trocados pro dinheiro; que não só possam ser realizados, mas que o sejam com lucro de magnitude habitual no país. O lucro, como meta e fator determinante, não domina, nesse caso, tão-só e simplesmente a produção simples, mas igualmente a reprodução. Assim, preside não só o método e alvo dos respectivos processos de trabalho (bem como da distribuição referente do produto), como também estabelece a produção e o sentido que tomará o processo de trabalho quando novamente retomado, após a conclusão de um período de trabalho anterior. (LUXEMBURGO, 1984, p. 9).

A reprodução ampliada do capital é a tônica da financeirização da economia mundializada. A extração da riqueza para apropriação da mais valia encontra maior amplitude neste tempo presente e resulta de uma construção do sistema, cuja condição tem sido possibilitada devido à configuração de todas as esferas da sociedade para o atendimento da estrutura capitalista. Desse modo, segundo Luxemburgo (1984, p.12), o entendimento sobre a acumulação não se encerra na produção da mercadoria, pois, torna-se um meio para o apoderamento da mais valia, inclusive indo além dos limites concernentes ao sistema, tornando-se fundamental para tal ampliação, através de formas de acumulação não capitalistas.

A busca pela expansão capitalista conduz às corporações e aos seus sujeitos a montagem de uma estrutura para ampliar o seu “espaço” na sociedade. Toda essa engrenagem não se dá de forma aleatória, pelo contrário há toda uma intenção de alargar as práticas da extração da riqueza através das regras estabelecidas pelo sistema. “Para o capitalista individual, a ampliação da reprodução se expressa pelo acréscimo de parte da mais-valia apropriada ao capital, ou seja, ele acumula. Acumulação ou transformação da mais-valia em capital ativo é a expressão capitalista da reprodução ampliada”. (LUXEMBURGO, 1984, p. 13).

O capital apresenta uma reprodução ampliada que se dá com uma nova capitalização originada de sua reprodução. Isso significa que o capital, por meio de suas personificações, pode promover mais acumulação a partir da mais valia já existente, reinvestindo-a no processo de produção e garantindo a sua circulação para que possa novamente encontrar lugar no mercado. Assim, necessita de mais meios de produção e força de trabalho que façam o sistema funcionar.

Esse processo vai sendo erigido com o aparato do Estado que se instrumentaliza para garantir a expansão do sistema de mercadorias. “O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosos para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito”. (HARVEY, 2004, p. 111).

A atuação do poder estatal é a maior força para garantir a espacialização do capital. As outras instituições também apresentam papel relevante, contudo, é a organização do Estado que amplia as possibilidades de execução das forças da economia de mercado e articula ao modelo de acumulação a sujeição de todos os espaços.

Ao promover a ordenação do espaço no tempo, o capital o faz visivelmente ao fixar-se no território, nesse sentido, é a busca de garantir a sua expansão e também de produzir a transformação dos lugares conforme a sua lógica, ao mesmo tempo em que garante a sua reprodução. Contudo, tal ordenação pode ser observada de forma imaterial, no plano ideológico para consentir reparações para as suas crises. (HARVEY, 2004).

A produção do espaço, a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e de trabalho. Essas expansões, organizações e reconstruções com frequência ameaçam, contudo, os valores já fixados no lugar (incorporados à terra), mas ainda não realizados. Trata-se de contradição incontornável e aberta a uma interminável repetição, porque novas regiões também requerem capital fixo em infra-estruturas físicas e ambientes construídos para funcionar com eficácia. As vastas quantidades de capital fixado num lugar agem como empecilho à capacidade de realizar uma ordenação espacial alhures. (HARVEY, 2004, p. 99).

A produção do espaço geográfico está completamente subordinada aos interesses do sistema produtor de mercadorias que, por meio do capital, determina onde ocorrerá de forma intensa o processo de expropriação e acumulação. Ao mesmo tempo, percebe-se que esta colocação não é uma afirmativa fechada em si, pois, a força da dinâmica capitalista não permite que um espaço socialmente construído para servir ao capital seja eternamente dominante. Não há rigidez nessa questão, o que hoje assume características centrais poderá perder a vitalidade em momentos de instabilidade econômica.

Esse refazer-se constante evidencia o movimento contraditório para garantir, via transformação espaço-tempo, a reprodução do capital. “Se existem num dado território (tal como uma nação-Estado ou um região) excedentes de capital e de força de trabalho que não podem ser absorvidos internamente (seja mediante ajustes geográficos ou gastos sociais), é imperativo enviá-los a outras plagas onde possam encontrar novos terrenos para sua realização lucrativa, evitando assim que se desvalorizem”. (HARVEY, 2004, p. 99).

A força das relações perpetradas pelo capital no espaço torna nítida a forma da atuação financeira em busca de expandir-se permanentemente. Os territórios que apresentarem condições para a absorção dos imperativos do sistema, de suas determinações e regulações vão sendo transformados graças aos investimentos excedentes e, nesse sentido, são reconfigurados passando a assumir o papel de novos espaços de acumulação. Entretanto, como a fluidez desse processo é constante, resultado da velocidade com que as relações se dão no tempo/espaço, a não possibilidade de acumulação pode promover em um determinado espaço, a desvalorização que outros já passaram anteriormente e, assim, o “ciclo” do capital retoma a sua dinâmica. O desenvolvimento desigual e combinado daí resultante, ao mesmo tempo em que produz territórios de acumulação, produz territórios de miséria, seja na cidade ou no campo.

Nesse modelo, o campo é subordinado via agronegócio para a produção de *comodities* agrícolas, que se traduz como uma grande expressão da viabilização da reprodução ampliada do sistema e a visualização daí decorrente são a fome e a degradação humana.

Para Debord (1997, p.33), toda essa estruturação tem relação com a inversão de valores, pois, a sociedade vai subvertendo as necessidades que lhe são inerentes e o sistema, para autogerir-se, promove a destruição através da mercadoria, que passa a ser definidora de valor. Há uma depreciação do valor de uso, do valor regulador das necessidades humanas que

entra no “circuito do abstrato, do ilusório,” porque a centralidade do processo está na satisfação da garantia da aquisição do lucro.

A produção da fome é inquestionavelmente resultado das imbricações dessas ações no plano social, econômico e espacial. A expansão desta miserabilidade, como negação de uma condição inerente à sobrevivência humana, torna-se uma expressão da negação de um grande contingente de pessoas em todo o mundo, privado de apropriar-se do que produz. Diametralmente é a negação do humano em nome da mercadorização. Para Debord (1997), esta é a configuração do espetáculo que toma toda vida social, invertendo a ordem daquilo que é necessário para a cegueira do consumismo no fetiche da mercadoria.

O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura. Nos lugares menos industrializados, seu reino já está presente em algumas mercadorias célebres e sob a forma de dominação imperialista pelas zonas que lideram o desenvolvimento da produtividade. (DEBORD, 1997, p. 31).

A concentração da pobreza e da fome decorrente da desigual produção territorial especialmente na África, Ásia e América Latina retrata a renovação de velhas formas de imperialismo atualizando e perpetuando uma velha/nova geopolítica em que os países pobres vão sendo subsumidos a partir da extração famigerada de suas riquezas, em todos os setores, cuja finalidade é a garantia da ampliação do capital mundializado sob a financeirização com alto teor especulativo.

A especulação dos preços dos alimentos tornou-se um mecanismo capitalista nesse período de intensificação de crise estrutural do sistema, em que os cultivos agrícolas foram altamente valorizados devido, entre outros fatos, à expansão da crise para os setores energéticos, que, com a problemática petrolífera, suscitou a produção de energia a partir dos chamados “biocombustíveis”. Desse modo, muitos países destinaram suas áreas agrícolas para a produção de *comodities* que no mercado financeiro tornaram-se mercadorias para especulação. Paralelamente, isso significou redução da área para produção de alimentos intensificando ações especulativas e tornando a questão da fome, pela escassez de alimentos, em mais uma estratégia do capital para reproduzir-se: a garantia da fome no mundo é a certeza da perpetuação do modelo do capital, que em sua crise, em nome da lucratividade vai sujeitando e corroendo a vida humana para alcançar, nesse processo de reprodução ampliada, a mais valia.

Duas questões são importantes nesse debate: de um lado a elevada produtividade de grãos para a produção de energéticos e o consumo de animais e, de outro, a concentração da miséria no campo, o “lócus” da produção de alimentos é contraditoriamente o espaço privilegiado da fome. Isto evidencia o ápice de inviabilização desse modelo para a garantia da reprodução da vida revelando o seu esgotamento.

Nesse processo de mercantilização, todos os setores vão sendo sujeitados e a agricultura passa a ter como finalidade a artificialização e, com isso, a produção camponesa é afetada tendo negada a natureza de sua produção (CARVALHO, 2010, p. 9 e 10). O campesinato vai sofrendo as pressões do sistema que o desestrutura e paralelamente o recria para auferir ainda mais lucratividade e, diante da lógica proliferada pelo capital, utiliza-se de estratégias de resistência no embate contra a exclusão imposta.

Nesse contexto, o Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA constrói as suas estratégias de luta, como contraposição diante das crescentes expropriações sofridas pelo campesinato ao longo do tempo, principalmente nas últimas décadas em que foi tácito o aprofundamento das relações capitalistas. A proposta do MPA de garantir um campo para a produção de alimentos para a população consumir nega a expansão do capital. Desse modo, as lideranças do Movimento em Sergipe entendem que o MPA e o campesinato em si estão no protagonismo das ações relativas à oposição da “mercadorização” do campo e do conjunto social como um todo.

O MPA representa a resistência do povo, a ousadia de poder construir um projeto novo de sociedade. O MPA é uma nova sociedade. Não vem para fazer um remendo, mas para fazer a nova sociedade. (Liderança do MPA em Sergipe, 30 anos, E.B.V).

O camponês tem a capacidade de enxergar no campo as condições de superação dos desafios [...] é o que me estimula a estar construindo o MPA. O povo do campo tem um jeito especial de fazer, o que nos move é coisa diferente: o amor pela terra, o cuidado pela vida. (Liderança do MPA, 24 anos, R.S.A).

A luta camponesa empreendida pelo MPA através de ações efetivas como a busca pela politização e pelo fortalecimento da unidade de produção familiar camponesa, através de conceitos e práticas trazidas pelo Plano Camponês colocam o Movimento como um signo, não somente da resistência, mas principalmente da permanência do campesinato frente à crise estrutural do capital que ferozmente tem provocado uma exclusão dos pequenos produtores. A pesquisa de campo revelou que a condição de vida do camponês vem sofrendo limitações, contudo, os camponeses buscam situações inventivas para continuar se reproduzindo no

campo e, mesmo diante da contínua entrada do capital, há o desenvolvimento de um trabalho para garantir o aumento da produção de alimentos e o MPA através de seus projetos como a Moradia Camponesa, a Luta Contra o Agrotóxico, a Preservação das Sementes Crioulas, entre outras ações em Sergipe e no Brasil, tem de forma importante contribuído para os embates ocorridos no campo brasileiro.

A estruturação do MPA em busca do estabelecimento do território camponês é posta como parte do projeto de fortalecimento da unidade de produção familiar, pois, o modelo de vida do campesinato somente pode ser concretizado a partir da posse da terra. A territorialização camponesa é uma estratégia de luta, uma resposta de não aceitação às formas de expropriação, pois, é na terra que ele concretiza a sua autonomia, fortalecendo sua prática diversificada de reprodução da vida. Esta assertiva é fundamental para a garantia da Soberania Alimentar no processo de contraposição ao sistema de mercadorias.

Como mecanismo do campesinato e como resposta diante da crise de alimentos, a Soberania Alimentar como proposta dos Movimentos Sociais viabiliza outra forma de produção no campo. Este é um projeto de garantia de alimentos para a população, uma produção que não entra na lógica do capital, sendo pensada conforme a realidade das populações dos países e que respeita a cultura alimentar destas sociedades. Com a Soberania Alimentar, toda uma conjuntura é entrelaçada: produção local, alimento livre de agrotóxico, equidade de preço, acesso ao alimento, redução da pobreza, reforma agrária e outros elementos que ressaltam um abandono da lógica de mercado posta na sociedade do capital.

A produção camponesa assume tal assertiva e o Movimento dos Pequenos Agricultores tem buscado expandir a questão da Soberania Alimentar, como “bandeira de luta” e finalidade inserida no Plano Camponês. Desse modo, as concepções e o trabalho do MPA no campo em Sergipe e no Brasil, mesmo diante das limitações impostas pelo sistema do capital e pelo Estado, objetiva, entre outros, a consecução da redução da fome e da miséria, que passa diretamente pelo direito ao alimento e o campesinato tem propriedade nesta questão, pois, a produção camponesa é quem mais produz para a população.

Evidentemente que todas as formas de negação do capital devem ser consideradas como necessárias nesse processo de embate, que toma forma em esferas diferenciadas da sociedade. A Soberania Alimentar é importante neste contexto, mas acreditamos na

necessidade de ir para além da Soberania Alimentar, observando que é fundamental uma Autonomia Alimentar camponesa.

O conceito de Soberania tem ligação direta com a permanência do Estado e este como “instrumento” de sustentação do capital não dá sua garantia à população menos favorecida. No entendimento da definição de Autonomia, há a resolução por meio da liberdade de tomada de decisão, livre das amarras de um poder superior. Desse modo, observamos que para um avanço ainda maior do campesinato, dentro da intencionalidade de alcançar a concretude de suas propostas é fundamental a autonomia, objetivando garantir um despir-se das forças nocivas do capital e de suas instituições.

A luta do campesinato na busca da reprodução da vida, colocando a produção alimentícia como fundamental nesse processo, põe-se como um embate contra o “retrato” da fome e do pauperismo em todo o mundo, que ressalta a retirada da dignidade humana em sua necessidade mais urgente, o alimento. Este é um reflexo da desestruturação social promovida por um modelo em crise estrutural. Isto significa que, para reorientar a sociedade, a única condição é a superação das formas impostas pelo sistema produtor de mercadorias, a superação do modelo do capital. Nesse sentido, a luta de classes deve erigir-se mais intensamente como forma dos trabalhadores do campo e da cidade de negar a mercadorização e o descarte de suas vidas e, ao mesmo tempo, forma de ter a esperança de transformação diante dessa falência social posta pela perversa “caixa de pandora” que é o modelo do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Ana Bernadete de Carvalho Soares. **Estratégias de Recriação do Campesinato no Município de Cabeceiras – PB**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPB, João Pessoa, 2008.

ALENTEJANO, Paulo R.R.; ROCHA-LEÃO, Otávio. Trabalho de Campo: Uma Ferramenta Essencial Para os Geógrafos ou um Instrumento Banalizado?. **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**, São Paulo, nº 84, p. 51-67, 2006. Disponível em: <<http://www.>>

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo, Boitempo editorial, 2005.

BOIX, V. Otra crisis alimentaria y al ‘Dios Mercado’ no hay quien le tosa. **ALAI, América Latina en Movimiento**. Quito. 2011b. Disponível em: <<http://alainet.org/active/44387&lang=es>>. Acesso em 05. 01. 201.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxico é a Nova Faceta de Violência no Campo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 27 set. 2011. Disponível em:<<http://www.estadocapitaltrabalho.wordpress.com>. Acesso em: 14 de maio, 2012.

BOVÉ, José. DUFOUR, François. **O Mundo não é uma Mercadoria**. Camponeses contra a comida ruim. Entrevista com Gilles Luneau. São Paulo, Editora Unesp, 2001.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares Campos. CAMPOS, Rosana Soares. **Soberania Alimentar Como Alternativa ao Agronegócio no Brasil**. In: Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XI, nº 245, agosto de 2007.

CARLOS, Ana Fani. A Geografia Brasileira Hoje: Algumas Reflexões. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo, ano 18, vol.I, p. 161-178, jan-jun, 2002.

CARVALHO. Horácio M. de. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista Nera**. Presidente Prudente, n. 5, jul/dez. 2004. Disponível em: <http://www.2.fct.unesp.br/nera/revistas/05/10_horacio_carvalho.pdf>. Acesso:em 01.02.2012

CARVALHO. Horácio Martins de. **Campesinato e a Democratização da Renda e da Riqueza no Campo**. Curitiba, mimeo, 2005.

CARVALHO. Horácio Martins de. **Camponeses no Século XXI**. Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes, 2005b.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Ah! Jacques, Jacques... Liberte-se desse Encantamento Milenar**, 2006. Disponível em: <http://www.coptec.org.br>. Acesso em: 19 de set. 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A Readequação do Estado aos Interesses do Capital. O Crescimento da Pobreza e da Fome no Mundo**. In: Revista Nera – Núcleo de Estudos,

Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente – FCT/UNESP, julho, 2009, p 1-19. Disponível em www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 16 de novembro de 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. Na Sombra da Imaginação (1) Reflexão a Favor dos camponeses. In: **Revista Nera** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente – FCT/UNESP, maio, 2010, p 1-14. Disponível em www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 10 de fevereiro 2011.

CASTRO, Josué de. **Alimentação e Raça**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S. A, 1936.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CHAYANOV, Alexandre V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não capitalistas. In: **A Questão Agrária**, org. SILVA, José Graziano da. STALCK, Verena. S. Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133 - 163.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHONCHOL, Jacques. A Soberania Alimentar. In: **Revista Estudos Avançados**. USP: São Paulo, nº , p.33-45, 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: O Olhar Sob o Signo Dialético**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/UFS, Aracaju, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O Agronegócio: O Velho/Novo Modelo Colonial de Exploração do Trabalho. **Informativo da AGB**. Aracaju, ano III, n. 01, março, 2007.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. A Geografia do Espaço da Miséria. In: **Scientia Plena**. Vol I, nº 6, p. 166-170, 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital. **Revista Okara: Geografia em debate**, v. 1, n. 1, p. 77-100. 2007b. Disponível em: <<http://www.estadocapitaltrabalho.wordpress.com>> Acesso: 01 fev. 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. **GEONORDESTE** (Publicação do) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – Ano 22, no. 2, 2011. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2011, p. 1-16.

COSTA, Francisco A. **Formação Agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**, Belém, NAEA, 2000.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo** – Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DUTRA JUNIOR, Wagnerwalter. A Funcionalidade do Estado no Processo de Subsunção do Trabalho Camponês ao Capital: reflexões teóricas. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.2, n. I, 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br>>. Acesso em 01.11.2011.

FABRINI, João Edmilson. A Contradição Como Parâmetro de Compreensão da Existência Camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, nº 2, jul-dez, 2004.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. 2008. **El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/012/i0876s/i0876s00>. Acesso em: 10.10.2011.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. 2009. **El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/>. Acesso em: 10.10.2011.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. 2010. **El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/>. Acesso em: 10.10.2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar**. Córdoba-Argentina, p. 1-9, 2008. Disponível em: <http://www.capacitacionapn.com.ar/cfycap/.../agricultura_camponesa.pdf> .Acesso em:

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da Questão Agrária: Campesinato, Reforma Agrária e Agronegócio. **Revista ABRA**. São Paulo, Volume 34 - Nº 2 • JUL / DEZ – 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In **Revista NERA**, ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005, p. 24-34.

GONÇALVES, Sérgio. Para Além do Agronegócio – A “Agroecologia” e a Reconstrução do Atual Sistema Agrícola e Alimentar. In: THOMAZ JUNIOR, Antônio. FRANÇA JÚNIOR. Luizomar (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente, editorial Centelha, 2009, p. 70-94.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio ofm. **A Resistência dos Pequenos Gigantes**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo, editora Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola, 2008.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, Insegurança Alimentar e Desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**. vol.9 no.24 São Paulo Maio/Agosto.1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103>>. Acesso: 10 de março de 2011.

IANNI, Octávio. A Utopia Camponesa. In: Encontro Anual da ANPOCS, 1985, São Paulo. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/biblioteca>>. Acesso em: 05 de set de 2011.

KAYSER, Bernard. **O geógrafo e a pesquisa de campo**. Seleção de Textos, 11. São Paulo: AGB, 1985.

KOMINSKY, Ethel V. ANDRADE, Margarida M. de. O Estado e as Classes Sociais. In: MARTINS, José de Souza. Org. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, editora Hucitec, 1996.

LAPPÉ, Frances Moore. COLLINS, Joseph. ROSSET, Peter & ESPARZA, Luiz. **World Hunger: Twelve Myths**, 2ª edição. Nova Iorque e Londres, Grove Press e Earthscan, 1998.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n.9 – JUL/DEZ, 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/09/Leite.pdf>>. Acesso: em 01.02.2012.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo, editora Hucitec, 1979.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Silvana Lúcia da Silva. **Transformações Sócio-territoriais e o Espaço Rural do Alto Sertão Sergipano**. 2007. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão.

LIMA, Lucas Gama. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Produção do Espaço e da Escala pelo Capital. In: **Revista Contra a Corrente**. São Paulo, ano 2, nº 3, 2010, p.84-88.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Volume I. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Volume II. São Paulo, Abril Cultural, 1984b.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: Um Renovado Desafio à Reflexão Teórica. In: PAULINO, Eliani Tomiasi. FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 11, nº 12, p. 57-67, jan-jun, 2008b.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária No Brasil**. São Paulo: Vozes, 1985.

MARTINS, José de Souza. **A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção**, In: O Cativo da Terra, São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência – A Questão Política no Campo**. São Paulo, Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo, Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo**. São Paulo: Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A Política do Brasil: Lumpen e Místico**. São Paulo, Contexto, 2011.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política – Livro 1**, volume 1 – O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl. **O Capital – Volume V**. São Paulo, 3ª edição, Nova Cultural, 1988.

MENDESDE OLIVEIRA, Zezineto *et al.* A Crise dos Alimentos, a lei de Segurança Alimentar e as Fragilidades do Cenário Brasileiro. **Revista Educação Agrícola superior**, v.22, n. 1, p. 7-12, 2007.

MENDONÇA, Maria Luísa. ROSSET, Peter. Agrocombustíveis e Crise dos Alimentos. Revista do Observatório das Nacionalidades, v. 5, n. 8, jan/jul, 2009. Disponível em: <http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/90/129>>. Acesso em: 10 de out. 2010.

MIRANDA, Ary Carvalho de. MOREIRA, Josino Costa. CARVALHO, René de. PERES, Frederico. **Neoliberalismo, Uso de Agrotóxico e a Crise da Soberania Alimentar no Brasil**. In: Revista Ciência & Saúde Coletiva: São Paulo, vol. 12, nº 01, 2007, p. 7-14.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo, Boitempo editorial, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. COSTA, Wanderley Messias da. **A Valorização do Espaço**. São Paulo, Hucitec, 1984.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA. **Produzir Comida Para o Povo Brasileiro**. Organizar – Produzir – Alimentar. Brasil, 2002.

MPA. **A Produção de Subsistência Familiar – Agricultura Ecológica**, s/a.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA. **MPA e a Resistência Camponesa – História, Propostas, Princípios e Organização**. Organizar – Produzir – Alimentar. Brasil, 2005a.

MPA. **O Imperialismo e o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores**. 2005b. Disponível em: < <http://www.sede.org.br>>. Acesso em: 01fev.2011.

MPA. **Plano Camponês**. Construindo o Novo Caminho da Roça, 2007.

MPA. **Elementos Para Um Plano Camponês**. 2008a. Disponível em: <http://www.mpaparana.blogspot.com.br>. Acesso em 01 fev. 2011.

MPA. **Soberania Alimentar**. 2008b. Disponível em: <http://www.mpaparana.blogspot.com.br>. Acesso em 01 fev. 2011.

MPA. **Plano Camponês. III Encontro Nacional do MPA**, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80. In: Stédile, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo, Editora Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, editora Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: Perspectivas no Início do Século XXI In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inêz Medeiros. **O Campo no Século XXI, Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira Transformações Recentes. In: ROSS, Jurandyr L. (ORG.). **Geografia do Brasil**. 5ª edição. São Paulo, Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. In: **Terra Livre**. São Paulo: AGB, ano 19, vol. 2, nº 21, 2003b, p. 115-154.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Crise dos Alimentos ou Crise do neoliberalismo. In: **Jornal Sem Terra**, Porto Alegre, 3 maio. 2008a. Disponível em: <[HTTP://www.mst.org.br/jornal/282/](http://www.mst.org.br/jornal/282/)> Acesso em 02 de setembro de 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agrocombustíveis e Produção de Alimentos. In: **Jornal da Ciência**. São Paulo, 17 de abril de 2008b. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=55548> Acesso em: 30 de setembro de 2010.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. In: **Revista Estudos Avançados**. Dossiê: Desenvolvimento Rural. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro de. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Apropriação da Renda na Unidade Familiar de Produção. In: Fórum e Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho, 1, 2011, São Cristóvão. Anais: **VI Fórum e I Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho**, São Cristóvão: GPECT/NPGEO/UFS, 2011, p. 1-16.

PAULINO, E. T.. Agricultura Familiar e Estratégias de Sobrevivência. In: **Anais do VIII Encuentro de Geografos de America Latina**, 2001, Santiago. Anais do VIII Encuentro de Geografos de America Latina. Santiago: Universidad de Chile, 2001. v. I. p. 224-234.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por Uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo, Editora Unesp, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Alimentos e Marcados: Uma Questão Geopolítica e de Classes. In: **Revista Formação**, n. 14, vol. 1, p167-185, 2007.

PAULINO. Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. “Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil”. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, n. 91, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares** – Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, UFRGS editora, 2008.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A Organização da Unidade Econômica Camponesa: Alguns Aspectos do Pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n. 7, jul/dez, 2005. Disponível em: <<http://www.4fct.unesp.br/nera>> Acesso em: 04 de set. 2011.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Florianópolis, v.1, n.1, 2004. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. Disponível:<http://www.periodico.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>. Acesso: em 10 out. 2011.

PORTO GONÇALVES, Carlos Water. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. ALENTEJANO, Paulo. **Geografia Agrária da Crise dos Alimentos no Brasil**. Encontro Latino Americano, 2008. Disponível em :<[http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografiabl](http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografiabloque2_3.pdf)
[oque2_3.pdf](http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografiablque2_3.pdf).

RAMOS FILHO, Eraldo da. Os Impactos Socioterritoriais da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário (2003 – 2006). In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009. Niterói-RJ. Anais: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária Disponível em: <http://www.uff.br/.../Eraldo%20da%20Silva%20Ramos%20-%20CC.pdf>. Acesso em: 01.04.2012

RESENDE, Marcelo. MENDONÇA, Maria Luísa. **As Políticas Destrutivas do Banco Mundial Para o Campesinato Brasileiro**. São Paulo/Belo Horizonte, 2004. Mimeo.

RIBEIRO JUNIOR. José Raimundo Sousa. **A Fome e a Miséria na Alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2008. 171f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07102009-112818>>. Acesso: em 10 out. 2011.

ROMANO, Jorge. Fome dá Lucro. **Revista de Política e cultura**. Brasília, v.28, julho. 2008. Disponível em: <<http://www.politicademoncratica.com.br>>. Acesso em: 10 de outubro de 2008.

ROSSET, Peter. Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: **Capturando a Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROSSET, Peter M. Mirando hacia El futuro: La Reforma Agraria y La Soberanía Alimentaria. **AREAS – Revista Internacional de Ciencias Sociales**, nº 26, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.um.es/areas/article/view/118571> Acesso: em 10 set. 2010.

SAMPAIO, Plínio Arruda. Qual é a Questão Agrária Atual? **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo, vol. 34, nº 2, p. 20-36, Jul/Dez 2007.

SANTOS. Maria Edilúzia L. **A Mística e suas Múltiplas Formas de Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra** 2011. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão.

SERRANO, José Antonio Segrelles. La Distribución Agroalimentaria y su Influencia en la Pobreza Campesina. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. XIV, n. 325, junho. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-325>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Cadernos CEBRAP**. São Paulo, 1980.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliani Tomiasi. FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do Latifúndio e do Agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “escravo”**. 2010, 212f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **A Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial do Trabalho**. In: Revista Pegada Eletrônica – vol. 9, nº 1, junho, 2008, p.65-79.

SILVA, Tomás Taulois. CORREA, Vivian Helena Capacle. **A Crise Mundial dos Alimentos e a Vulnerabilidade dos Países Periféricos**, 2009. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/CriseAlimentos>. Acesso em: 10. 10. 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Dayse Maria. **Do Chão da Terra ao Chão da Fábrica**: As formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário no município de Barro Preto/BA. 2011. 244f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

SOUZA, Suzane Tosta. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As “Novas” Estratégias do Capital para o Campo Brasileiro a Partir do Discurso do Agronegócio. *Revista Pegada Eletrônica*. Presidente Prudente, volume 9, nº 1, junho, p. 103-123, 2008.

STÉDILE, João Pedro (ORG.). **A Questão Agrária no Brasil**. O Debate Tradicional: 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia – Revista da Pós Graduação da UFF**. Rio de Janeiro, nº 4, vol. 7, 2002. Disponível em: <http://www.uff.org>.> Acesso em: 15.03.2011.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Expansão do Agronegócio e Ameaças à Soberania Alimentar: o Problema dos Biocombustíveis. **Revista ABRA**. São Paulo, vol. 34, nº 2, p. 149-154, Jul/Dez, 2007.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho** – Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital. São Paulo, editora Hucitec, 1978.

THÉVENIN, Julien Marius Reis. **Mercantilização do Espaço Rural pelo Turismo: Uma Leitura a partir do Município de Cairu – BA**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/UFS, São Cristóvão, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, vol 5, nº 1 e 2, novembro, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Se Camponês, Se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: **Geografia e Trabalho no Século XXI**, vol. 2. Presidente Prudente, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, vol 7, nº 2, novembro, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas, a Insustentabilidade do Capital e os Desafios para a Produção de Alimentos. In: THOMAZ JÚNIOR, Antônio. FRANÇA JÚNIOR, Luizomar (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente, editorial Centelha, 2009, p. 176-216.

VALENCIA, Adryán Sotelo. **A Reestruturação do Mundo do Trabalho**: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Tradução de Fernando Corrêa Prado. Uberlândia – MG, EDUFU, 2009.

VIA CAMPESINA. Plataforma da Via Campesina para Agricultura. 2010. Disponível em: <http://www.mpa.blogspot.com.br>. Acesso em: 01 fev. 2011.

Sites Pesquisados

VIVAS, E. La crisis alimentaria golpea de nuevo. **Aporrea.org. Comunicación Popular para la Construcción del Socialismo del siglo XXI**. Venezuela. 2011. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/misiones/9120217.html>> Acesso em: 05. Jan. 2012.

SITES PESQUISADOS

www.direitos.org.br

www.ibge.gov.br

www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/.../18170

www.mpabrasil.org.br

www.mpabrasiles.wordpress.com

www.territoriosdacidadania.gov.br/.../altosertose